**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

LÍLIAN CAROLINE URNAU

**Psicologia e proteção social na Amazônia: diálogos com
famílias de um garimpo**

SÃO PAULO

2013

LÍLIAN CAROLINE URNAU

**Psicologia e proteção social na Amazônia: diálogos com
famílias de um garimpo**
(Versão corrigida)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano

Orientadora: Profa. Dra. Marie Claire Sekkel

SÃO PAULO

2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Urnau, Lílian Caroline.

Psicologia e proteção social na Amazônia: diálogos com famílias de um garimpo / Lílian Caroline Urnau; orientadora Marie Claire Sekkel. -- São Paulo, 2013.

281 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Assistência social 2. Desigualdades sociais 3. Psicologia comunitária 4. Psicologia educacional 5. Processos psicológicos 6. Garimpagem I. Título.

HN200

Nome: URNAU, LÍLIAN CAROLINE

Título: **Psicologia e proteção social na Amazônia: diálogos com famílias de um garimpo**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de doutor em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Às famílias do garimpo Bom Futuro, com todo respeito e afeto.

À minha família, Carlinhos, mamãe e Kiara com muito carinho e à memória de papai, meu inesquecível mestre da vida.

À memória da amiga Taís, para demarcar sua importância nesta jornada, por sua atenção e seu carinho extraordinários.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Marie Claire Sekkel, por sua atenção, acolhida e dedicação intensiva a este trabalho. Professora cujas buscas científicas, pautadas no respeito às diferenças e na oposição à frieza das relações humanas, se estendem para o campo efetivo da vida, com quem pude viver verdadeiros encontros, significativos em aprendizagens e afetos. Minha sincera gratidão e admiração.

Às professoras da Universidade Federal de Santa Catarina, Andréa Vieira Zanella e Kátia Maheirie, minhas primeiras e grandes mestras na pesquisa em psicologia e seu compromisso com a transformação social, que com muito carinho indicaram-me preciosos caminhos.

Às professoras Ianni Regia Scarcelli, Bader Burihan Sawaia e Maria Luiza Sandoval Schimidt Maria Luisa Sandoval Schmidt pelas importantes sugestões a este trabalho.

Ao Carlinhos, meu amor, porto seguro e companheiro de vida, por sua compreensão, seu cuidado e suas palavras de conforto e torcida ao longo desta caminhada.

À minha mãe, que muito rapidamente se viu frente ao desafio de sozinha prover, educar e cuidar duas filhas, mas que o enfrentou com bravura e afeto. Meu grande exemplo da força feminina. Agradeço por seu amor e incentivo incondicional.

À Kiara, “minha irmã mais querida”, por sua presença, mesmo à distância, nos momentos divertidos e difíceis, por suas palavras de força, seu carinho e amor, bem como por sua ajuda, em parceria com o Thiago, em revisões deste trabalho.

À Lara por sua amizade e hospitalidade, por compartilhar das dores e alegrias de minha trajetória nesta pesquisa e por sua parceria nos projetos acadêmicos. Amiga e colega de trabalho que prontamente partilhou do sentimento de que algo havia de ser feito pela população do garimpo e foi a principal viabilizadora de soluções para nosso transporte ao local.

Aos amigos e colegas de trabalho Gedeli e Hugo, também parceiros nas incursões ao garimpo, que imediatamente se dispuseram a conhecer e elaborar projetos de extensão junto à escola do local. Pessoas com quem partilhei angústias, dificuldades, mas também momentos de alegria e descontração em nossas viagens.

À Seu Hissao, o querido motorista que tivemos a sorte e alegria de poder contar em nossas incursões ao garimpo, por sua prontidão em ajudar-nos, pelo cuidado a mim dedicado, por sua alegria e respeito à população do garimpo.

À Secretaria Estadual de Educação de Rondônia e à Coordenadoria Regional de Educação de Ariquemes, pela disponibilidade de transporte aos projetos de pesquisa e extensão da universidade na escola do garimpo.

Às funcionárias do CREAS-Ariquemes, por me convidarem a conhecer o trabalho que desenvolviam no garimpo e mediarem minha apresentação inicial às principais líderes da comunidade.

Às amigas Lycia, Andréia Titon e Angelina sempre presentes em minha vida, pelo carinho e constante apoio.

À população residente no garimpo, e mais especialmente aos participantes da pesquisa, por compartilharem comigo suas emocionantes histórias de luta e sobrevivência e por proporcionarem a experiência mais fantástica e significativa de minha vida.

RESUMO

URNAU, L. C. **Psicologia e proteção social na Amazônia:** diálogos com famílias de um garimpo. 2013. 281f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

No contexto de estruturação do Sistema Único de Assistência Social, no qual os profissionais da psicologia passam a compor obrigatoriamente as equipes de atenção a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, o objetivo desta pesquisa foi refletir sobre as possibilidades teórico-práticas da psicologia na proteção social básica, com base na interlocução com famílias de um garimpo de cassiterita na Amazônia Ocidental. Para tanto, realizou-se um estudo de cunho etnográfico, de incursões com frequência semanal, durante aproximadamente um ano, no qual foram realizadas observações participantes, conversas informais e entrevistas semiestruturadas com os residentes do local. Buscou-se entender o contexto histórico e social do garimpo; as histórias familiares; os aspectos do cotidiano familiar; os sentidos e as expectativas de futuro das famílias; as formas de organização coletiva e participação social; bem como, os sentidos e experiências das famílias com a psicologia. A análise foi realizada à luz da abordagem teórica da psicologia histórico-cultural, que busca articular as dimensões subjetiva e objetiva, singular e coletiva, para o entendimento dos sujeitos e dos sentidos/significados por eles atribuídos às suas vivências. Os resultados revelaram como as condições objetivas de pobreza, baixa escolarização, não efetividade das ações públicas, exploração do trabalho e criminalização da atividade garimpeira atravessam as vivências dos moradores do garimpo e incidem em contradições entre *o silêncio/grito* e a *inação/ação* dos indivíduos e sua organização coletiva. Numa dimensão subjetiva dos processos psicossociais da desigualdade social, tais condições repercutem em sentimentos de humilhação, desvalorização e necessidade de reconhecimento. Numa dimensão coletiva da participação social, correlacionaram-se: as características do contexto neoliberal contemporâneo, a falta de espaços efetivamente democráticos nas instituições públicas na localidade e a dinâmica específica da comunidade e de seus sujeitos, que impõem limites, mas também apontam possibilidades, motivadas pela criticidade da população e a vontade de mudar o existente. Resultados que demarcam a importância de conhecer e compreender intensivamente as famílias e comunidades alvo da política de assistência social, por meio de visitas domiciliares e entrevistas, para com elas construir ações efetivamente participativas diante das problemáticas a serem enfrentadas. O psicólogo, nesta política, apresenta-se como o profissional que pode criar espaços dialógicos e educacionais para a reflexão sobre as condições objetivas que incidem sobre as vivências subjetivas dos sujeitos e as relações comunitárias, que permitam tomar consciência, imaginar e construir coletivamente outras possibilidades existenciais.

Palavras-chave: Assistência social. Desigualdades sociais. Psicologia comunitária. Psicologia educacional. Processos psicológicos. Garimpagem.

ABSTRACT

URNAU, L. C. **Psychology and social protection in the Amazon**: dialogues with families of a mining. 2013. 281f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

In the context of structuring the Unified Social Assistance System, in which psychologists obligatorily begin to compose teams of attention to families and individuals in situation of social vulnerability, the goal of this research was to reflect on the theoretical and practical possibilities of psychology on basic social protection, based on the dialogue with families from a cassiterite mining in Western Amazonia. In order to do this a ethnographic study was developed, which included incursions with weekly frequency, that have lasted for about a year, in which were conducted participant observations, informal conversations and semi-structured interviews with local residents. We sought to understand the historical and social context of the mining, the families stories, the aspects of the daily family life; meanings and expectations to the future of the families; forms of collective organization and social participation, as well as the meanings and experiences of the families with psychology. The analysis was based on the theoretical approach of cultural-historical psychology, which seeks to articulate both subjective and objective, singular and collective dimensions, for the understanding of the subjects and the meanings attributed to the experiences. Results revealed how the objective conditions of poverty, low education, not effectiveness of public actions, labor exploitation and criminalization of mining activity crosses the experiences of residents of the mining and focus on contradictions between silence/scream and inaction/action of individuals and their collective organization. In a subjective dimension of psychosocial processes of social inequality, such conditions resonate as feelings of humiliation, devaluation and need for recognition. In a collective dimension of social participation, correlated with: the characteristics of contemporary neoliberal context, the lack of effective democratic spaces in public institutions in the locality and the specific dynamics of the community and it's individuals, which impose limits, but also suggest possibilities, motivated by the criticism of population and a desire to change the existing one. Results that outline the importance of knowing and understanding intensively families and communities targeted by social assistance policy, through home visits and interviews with them, to build on effectively participatory actions about the problems to be faced. The psychologist, in this policy, presents itself as a professional who can create educational and dialogic space for reflection on the objective conditions that focus on the subjective experiences of individuals and community relations that allow them to become conscious, imagine and build collectively other existential possibilities.

Key words: Social protection; Social inequalities; Community psychology; Educational psychology; Psychological processes; Mining.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Famílias cadastradas no Cadastro Único e beneficiárias do Programa Bolsa Família.....	52
Tabela 2 –	Equipe de referência para a Proteção Social Básica do CRAS.....	55
Tabela 3 –	Equipe de referência para a Proteção Social Especial Média Complexidade do CREAS	55
Tabela 4 –	Quadro de participantes da pesquisa.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Número de teses/dissertações, com o descritor “assistência social”, encontradas na base de dados do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).....	21
Gráfico 2 –	Número de teses/dissertações, com o descritor “assistência social”, encontradas na base de dados do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) conforme áreas de concentração.....	21
Gráfico 3 –	Frequência de atividades interdisciplinares desenvolvidas nos CRAS por psicólogos respondentes da pesquisa do CREPOP (Fonte: CREPOP, 2010a).....	59
Gráfico 4 –	Frequência de atividades relacionadas à psicoterapia desenvolvidas nos CRAS por psicólogos respondentes da pesquisa do CREPOP.....	61

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Bacia Amazônica.....	92
Mapa 2 –	Localização dos setores de mineração na província estanífera de Rondônia.....	95
Mapa 3 –	Localização dos Distritos de Mineiros de Santa Bárbara e Bom Futuro no estado de Rondônia.....	100

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Imagem de requeiro trabalhando na escavação de túneis para extração de cassiterita	103
Fotografia 2 – Imagem de requeiros trabalhando coleta de cassiterita nas proximidades de retroescavadeiras.....	103
Fotografia 3 – Imagem de uma “planta”.....	104
Fotografia 4 – Imagem de requeiros coletando o rejeito da “planta”.....	104
Fotografia 5 – Imagem dos amontoados de rejeito coletados por diferentes requeiros.....	105
Fotografia 6 – Imagem da caixa utilizada pelos requeiros para lavagem do rejeito coletado.....	105

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
CRP	Conselho Regional de Psicologia
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Avançada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PSC	Prestação de Serviços a Comunidade
SUAS	Sistema Único da Assistência Social

LISTA DE VOCÁBULOS DO GARIMPO

Bamburro	“Descoberta de jazida rica” (CLEARY, 1992, p. xv).
Currutela	Local no garimpo onde estão sediados os barracos de moradia e estabelecimentos comerciais.
Cutião	Corresponde a expressão popular “solteirão”.
Fofoca	Fofoca é o termo utilizado para referir-se à formação inicial de um novo garimpo ou à movimentação gerada pela descoberta de ouro (CLEARY, 1992)
Jigue	Maquinário onde o minério é lavado e separado por um sistema de variadas peneiras e filtros, com tamanho menor que a planta.
Melechete	Massa de terra, rejeitada no processo de separação do minério, que em função de elevado teor de água ganha consistência pastosa (FERREIRA, 1996).
Planta	Maquinário onde o minério é lavado, moído e separado por um sistema de variadas peneiras e filtros.
Reco	Nome atribuído à garimpagem de cassiterita.
Requeiro	Nome atribuído ao garimpeiro de cassiterita.

SUMÁRIO

DOS MOTIVOS	16
DAS INTENÇÕES.....	19
<i>Guia ao Leitor.....</i>	23
<i>Lentes que guiam o andar, o olhar e o narrar</i>	
1 DIÁLOGOS COM A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.....	25
<i>Pontos de partida</i>	
2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	38
2.1 Estado e a política de proteção social.....	38
2.2 A família como foco e locus da proteção social.....	44
2.3 Sistema Único de Assistência Social: breves apontamentos.....	50
2.4 Psicologia na proteção social básica.....	54
<i>Itinerários da incursão ao outro</i>	
3 O PERCURSO METODOLÓGICO.....	63
3.1 Incursões etnográficas ao garimpo.....	69
3.2 Procedimentos do encontro e dos diálogos.....	76
3.3 Partícipes dos diálogos.....	84
3.4 Processo de análise.....	86
<i>Contemplando o outro</i>	
4 FAMILIARIZANDO-SE COM O ESTRANHO: ADENTRANDO NO UNIVERSO DE UM GARIMPO.....	90
4.1 Garimpos na Amazônia: breve contextualização histórica.....	91
4.2 A história de Bom Futuro.....	99
4.3 Garimpagem de Bom Futuro: a exploração historicamente legitimada.....	108
4.4 O presente de Bom Futuro.....	123
5 ESTRANHANDO O FAMILIAR: AS FAMÍLIAS NO GARIMPO BOM FUTURO.....	127
5.1 Migração e formações familiares: adentrando no universo das famílias de Bom Futuro.....	127
5.1.1 Histórias familiares em diálogo: aproximações a partir da condição de pobreza.....	160
5.2 Sentidos de família: noções presentes e imaginações de futuro.....	166

5.2.1 Famílias e expectativas de (bom) futuro.....	173
5.3 Famílias e cotidiano: questões de gênero e educação.....	182
5.4 A atenção às famílias de Bom Futuro: interfaces entre as políticas públicas e as religiões.....	195
5.4.1 Participação social: limites e possibilidades de Bom Futuro.....	209
<i>Interlocução de olhares</i>	
6 PSICOLOGIA E AS FAMÍLIAS DO GARIMPO: POSSIBILIDADES DE ENCONTRO.....	225
6.1 Sentidos da psicologia: os olhares dos sujeitos em diálogo.....	225
6.2 Tramas de reinvenção: refazendo o percurso da interlocução.....	239
<i>Redescobrimdo-se com o outro</i>	
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSSIBILIDADES QUE SE ANUNCIAM.....	255
REFERÊNCIAS.....	262
ANEXOS.....	279

DOS MOTIVOS

O estudo que ora apresento é fruto de algumas inquietações e reflexões emergentes no período em que atuei como psicóloga de um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Curitiba (PR) no ano de 2008. Questões que mobilizam a busca de uma compreensão ampliada da atuação dos psicólogos no campo da política de assistência social e em contextos sociais demarcados pela pobreza, com o ingresso no doutorado no ano de 2009.

O interesse e a busca de compreensão das políticas públicas, principalmente as políticas de proteção social, datam de minha pesquisa de mestrado, período em que investiguei um projeto social realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC voltado para o público infanto-juvenil (URNAU, 2008). Naquele momento meu olhar estava balizado pela condição exclusiva de pesquisadora, daquela que olha numa posição exotópica, pressuposto da relação com a alteridade, conforme Bakhtin (2003), ou enquanto estrangeira, nas palavras de Peixoto (1988), uma vez que não atuava cotidianamente no planejamento e execução das ações sociais.

Logo após a conclusão e defesa da pesquisa de mestrado, com o ingresso num Centro de Referência de Assistência Social, minha posição de reflexão sobre as políticas sociais modificaram-se: como psicóloga, passei a integrar a equipe de profissionais responsáveis pela execução de ações e serviços prestados à população.

Enquanto uma entre os muitos profissionais recém-inseridos nos serviços de proteção social, meu olhar ainda mantinha certo distanciamento, característico da condição de quem observa atentamente o que não lhe é inteiramente familiar. A incorporação da psicologia nas equipes de profissionais de todos os CRAS de Curitiba e do Brasil era recente, as atribuições ainda não estavam bem compreendidas e delimitadas com as demais áreas técnicas já atuantes, nem mesmo para os psicólogos. Ao mesmo tempo, eu acabava de chegar à cidade e de ingressar neste serviço.

O principal estranhamento, no entanto, dizia respeito à presença de alguns discursos, entre a equipe de funcionários, sobre as famílias atendidas por aquele CRAS. Chamaram a atenção falas de que as famílias pobres não participavam de ações socioeducativas, de cursos e de projetos de psicologia, mais especificamente aqueles voltados ao trabalho em grupo. Ao mesmo tempo, havia uma exigência, por parte da fundação responsável pela ação social do município, para que as equipes de funcionários dos CRAS apresentassem relatórios das ações

em grupo, com um número mínimo e estipulado de participantes. Desses números, por sua vez, dependia a concessão de recursos federais.

Havia alguns indícios da presença, entre os técnicos e educadores sociais do CRAS, de um viés moralizante e normativo na compreensão das famílias pobres e de sua participação em grupos, reuniões, cursos e ações socioeducativas¹. Um discurso constante era: “Quem mais precisa, não participa de nada.” Esta participação muitas vezes era exigida como moeda de troca para a concessão de benefícios eventuais aos usuários. Apesar da transição da política de cunho assistencialista para a política centrada na participação social, naquele momento muitas práticas e discursos soavam-me presos à relação assistencialista de concessão de benesses.

Cabe ressaltar que a participação das famílias nas ações desenvolvidas no CRAS era derivada da concepção de protagonismo, presente no texto da Política Nacional de Assistência Social. Meu questionamento era sobre o juízo de valor negativo atribuído às ausências de algumas famílias pobres, utilizado como justificativa da condição pobreza, pela inatividade ou preguiça dos indivíduos, entendidos como opostos ao protagonismo.

Ficava me perguntando: por quê, para quê e para quem as famílias deviam participar de ações no CRAS? O que efetivamente essas ações propunham? Sob quais condições? Com que finalidades? Com qual relevância à vida dos sujeitos/famílias? Estas questões podem permitir analisar as contradições presentes nas ações socioassistenciais, mediadas por obrigações e condicionalidades, tanto aos profissionais, quanto aos usuários. Possibilitam pensar também a finalidade do trabalho com grupos, muitas vezes atribuído ao psicólogo e *a priori* considerado essencialmente positivo e necessário, sem ponderar o valor e o significado atribuídos pelo público-alvo.

Em reuniões que participei no CRP de Curitiba e depois de São Paulo, bem como, acompanhando as postagens de um grupo de e-mails específico aos profissionais da psicologia atuantes na assistência social, verifiquei que muitas de minhas inquietações também eram vivenciadas por outros colegas, o que demarcava a pertinência do estudo. Estes estranhamentos, emergentes de um olhar primeiro e ainda não científico, foram o impulso inicial desta pesquisa, edificada no anseio de compreender os limites e possibilidades de contribuição da psicologia no trabalho socioassistencial com famílias, considerando, para isso, o ponto de vista dos sujeitos/famílias em condição de pobreza.

¹ Destaco que o termo “ação socioeducativa” difere do termo similar “medida socioeducativa, que se refere à medida legal aplicada a crianças/adolescentes que praticam infrações, estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Inicialmente havia escolhido realizar o trabalho de campo na cidade de São Paulo, na qual havia estabelecido residência. Mas os ventos levaram-me para novos e surpreendentes rumos, movimentados por uma nova migração, ao estado de Rondônia. Para minha surpresa, deparei-me com um trabalho socioassistencial com famílias desenvolvido pelo CREAS do município de Ariquemes, num lugar completamente distinto ao que me era conhecido, um garimpo de cassiterita em plena Amazônia Ocidental. Trabalho que fui convidada a conhecer.

Mas, assim como diversos serviços públicos que vão e vêm, o trabalho do CREAS no garimpo foi suspenso poucos meses depois de tê-lo conhecido, tanto por dificuldades no transporte da equipe ao local, como pela mudança de funcionários e da gestão do órgão. Foi este trabalho que permitiu minha inserção no universo do garimpo, acompanhando a equipe ao local. Com sua suspensão, a pesquisa tomou caminhos independentes de aparatos e instituições de proteção social, mas ainda mantendo-os como foco da análise.

Ressalto que minha nova condição de estrangeira, uma sulista recém-inserida no norte do país, olhando para esta realidade, demandou o cuidado de uma visão não balizada por referenciais de outras regiões, bem como distanciada dos sentidos de explorar, desbravar e extrair, verbos tão conhecidos na história amazônica. Ao contrário, colocá-la como prisma de análise, objetivou atribuir valor a essa terra e sua gente e, sobretudo, contribuir para o campo das pesquisas sobre esse contexto, subsidiando ações efetivas que levem em conta as idiossincrasias do lugar, especialmente do Garimpo Bom Futuro, sobre o qual existem escassas pesquisas. Espera-se também que os resultados deste trabalho possam transcender seus limites e dar contribuições a outros contextos e práticas de psicólogos(as), pautadas na compreensão dos sentidos, demandas e necessidades dos sujeitos implicados nas políticas públicas.

Convido o leitor para comigo compartilhar a incursão a este surpreendente lugar!

DAS INTENÇÕES

Nos últimos nove anos vêm sendo construídas e estruturadas novas bases e diretrizes para a proteção social brasileira. Debates estabelecidos desde a instituição da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993a), e fundamentalmente na IV Conferência de Assistência Social, realizada uma década depois de sua aprovação, culminaram com a reconstrução, no ano de 2004, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004a) e com a implantação de um modelo único de gestão da assistência social, para todo o território nacional, o chamado Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 15 de julho de 2005 (BRASIL, 2005). Muito recentemente, a assistência social foi consolidada pela Lei 12.435, de 6 de julho de 2011 (BRASIL, 2011a), garantindo o estabelecimento definitivo do SUAS, seus aparatos e programas.

A Política Nacional de Assistência Social busca demarcar um novo modelo de proteção social a todo o país, voltada ao combate à pobreza. A partir de 2004 os programas de assistência social já existentes, como o Bolsa-Alimentação, Agente Jovem, Auxílio-gás, Bolsa-Escola e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), são ampliados e integrados. Os programas de transferência de renda, por exemplo, são transformados no Programa Bolsa Família e sua abrangência é alargada. Além disso, cria-se uma rede mais estruturada de serviços socioassistenciais, nacionalmente direcionados e estadual e municipalmente executados.

Há que se considerar que desde a implantação desta política pública, muito se tem avançado em seu monitoramento, via ferramentas e estatísticas, e na transparência das informações geradas, disponibilizadas no website do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que permitem acompanhar a situação, as condições e os serviços oferecidos pela rede SUAS, não apenas no país, mas especificamente em cada município e estado.

Os números têm mostrado um incremento positivo no que se refere ao orçamento da assistência social, à contínua instalação dos aparatos do SUAS, à composição das equipes de funcionários, aos cadastros e beneficiários dos principais programas de transferência de renda. No entanto, faz-se necessário investigar e refletir sobre a qualidade dos serviços oferecidos, sua efetividade no atendimento à população e, fundamentalmente, os significados/sentidos, as expectativas e demandas dos sujeitos-alvo da política de assistência social.

Nisto considero residir uma das contribuições fundamentais da pesquisa em psicologia ao campo das políticas públicas: olhar para as políticas públicas com as lentes dos sujeitos que nela e com ela se constituem.

(...) pode-se dizer que as políticas e suas respectivas ações são encontros de múltiplas singularidades, que se dão nas e pelas relações sociais. Formuladores, gestores, executores, participantes, e seus muitos outros, estão presentificados nas ações públicas como partícipes, espectadores e autores em suas construções. (URNAU, 2008, p. 27)

Buscar compreender o ponto de vista do sujeito não significa psicologizar as políticas públicas, nem demarcá-las como fenômenos de ordem individual. Ao contrário, visa olhar para os sujeitos nelas envolvidos, enquanto uma de suas dimensões constitutivas. Sujeitos aqui entendidos enquanto produtos e produtores das relações sociais e culturais, num contínuo e dialético fazer histórico. “Homens inteiros”, como propõe Sawaia (2009, p. 365), que mesmo em condição de desigualdade social, vivenciam sofrimentos, angústias e ainda alegrias e vontades, que são ao mesmo tempo determinados e determinantes da sociedade.

Mas a importância da psicologia nesta política pública especificamente não se encerra nas possibilidades de contribuição à pesquisa acadêmica. Enquanto profissão, a participação do psicólogo nas equipes técnicas, responsáveis pelo desenvolvimento dos programas e ações socioassistenciais, passou a ser exigida, pela NOB-RH/SUAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS) de 2007 (BRASIL, 2007a). Ela ampliou o campo de atuação do psicólogo já existente na proteção social, com a abertura de inúmeras vagas de trabalho, por meio de concursos públicos e contratações. Esta ampliação do campo de trabalho na assistência social vem desafiando os profissionais da psicologia a romperem com práticas hegemônicas estabelecidas, como a clínica privada, e convidando-os a construir os alicerces de uma prática de cunho socioassistencial, sustentada nos saberes acumulados pela psicologia.

É importante observar que a inserção dos profissionais da psicologia na assistência social já se reflete nas produções acadêmicas da área sobre assistência social nos últimos anos. Em pesquisa realizada no banco de teses e dissertações da CAPES, com o descritor “assistência social”, foram encontradas 429 teses e dissertações no banco de dados da CAPES nos anos de 2007², 2008 e 2009. Do total de publicações referenciadas foram excluídas aquelas cujo tema, conforme análise do resumo, não era concernente à assistência social. Pesquisas que, por exemplo, referiam-se especificamente ao campo da saúde, educação, agricultura ou outro. Neste sentido, do total de publicações encontradas, foram excluídas 136,

² O ano de 2007 foi escolhido por demarcar a inclusão do Psicólogo no SUAS regulada pela NOB-RH/SUAS. As publicações do ano de 2010 ainda não estavam disponibilizadas no banco de dados da CAPES, no momento da consulta.

restando 293 teses e dissertações. Ao longo dos anos de 2007, 2008 e 2009 houve um aumento das publicações. As publicações na área da psicologia seguiram este aumento, representando respectivamente 6,4%, 6,3% e 13,2% do total nos anos pesquisados, conforme o Gráfico 1, o que pode indicar maior preocupação com a temática a partir do estabelecimento do SUAS em todo o país.

Gráfico 1 – Número de teses/dissertações, com o descritor “assistência social”, encontradas na base de dados do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Do total das pesquisas encontradas, 9,6% foram produzidas pela psicologia, o segundo maior campo em número de publicações. O serviço social é o campo do saber que concentra aproximadamente 41% das produções, como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Número de teses/dissertações, com o descritor “assistência social”, encontradas na base de dados do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) conforme áreas de concentração

Das vinte e sete publicações encontradas no campo da psicologia³, onze (oito dissertações e três teses) relacionam-se a contribuições ou à inserção da psicologia, enquanto ciência e profissão, na proteção social. Sete delas investigam a atuação de psicólogos(as) na assistência social; duas, as contribuições da psicanálise aos atendimentos socioassistenciais; uma estuda a contribuição da psicologia social aos processos grupais de educomunicação em instituições escolares e de assistência social; outra analisa o papel do professor de psicologia no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

As demais publicações relacionam-se a outras dimensões da proteção social: aspectos psicológicos envolvidos na entrega de filhos para a adoção; processos subjetivos de moradores de rua; percepções sobre a desigualdade social; construção de fórum e redes de proteção a públicos específicos; ações e olhares produtores de autonomia dos usuários de serviços socioassistenciais, entre outros.

As produções acadêmicas indicam que a psicologia, no cenário de implementação da Política Nacional de Assistência Social, vem se reinventando e ao mesmo tempo investigando a si mesma, em suas especificidades teóricas e práticas, bem como, debruçando-se ao estudo de outras dimensões envolvidas nesta política. Mas ainda muito há que se avançar nos estudos. É neste contexto que esta pesquisa se insere. Pretendeu contemplar as contribuições da psicologia neste campo, mas de modo distinto dos estudos já existentes, privilegiou o olhar para suas possibilidades e limites no trabalho com famílias, nomeadas como foco prioritário da proteção social brasileira.

Para isso, elegeu como foco de análise um lugar *sui generis* da Amazônia Ocidental, o Garimpo Bom Futuro. Localizado a cerca de oitenta quilômetros do município de Ariquemes-RO ao qual pertence, está entre os maiores garimpos em extração de cassiterita do mundo e tem uma população estimada em cinco mil habitantes. Como tantos outros territórios do país, mesmo em tempos de descentralização, de políticas públicas locais e focais, e mesmo sendo fonte de significativas riquezas minerais e financeiras, sua população convive com a falta de serviços e ações públicas básicas. A exploração de recursos naturais e do homem, o estigma da violência e da vulnerabilidade social, o descaso público e a violação de direitos parecem soterrar e desconsiderar sua gente.

Como é a realidade e o cotidiano das famílias no Garimpo Bom Futuro? Como se dá a organização social no garimpo? Quais as possibilidades da psicologia, enquanto ciência e

³ Uma pesquisa na mesma base de dados, realizada por Motta (2011), apontou números inferiores de teses e dissertações em psicologia no campo da assistência social produzidas entre os anos de 2004 a 2010, o que pode ser justificado pelo uso de descritores diferentes.

profissão, no trabalho socioassistencial com famílias do garimpo? Estas foram as perguntas de base deste estudo, que teve como objetivos:

Objetivo Geral

Refletir sobre as possibilidades teórico-práticas da psicologia na proteção social básica, por meio da interlocução com famílias de um garimpo, à luz da perspectiva histórico-cultural.

Objetivos Específicos

- Compreender a constituição e dinâmica cotidiana da vida no garimpo;
- Entender as famílias, suas histórias e expectativas de futuro na relação com as políticas públicas e a vida social no garimpo;
- Conhecer e refletir com as famílias os sentidos da psicologia no âmbito da política de assistência social;
- Discutir as possibilidades de olhares e práticas da psicologia na política de assistência social que contemplem as famílias em sua constituição histórica e social.

Guia ao leitor

Para alcançar os objetivos aqui propostos, no Capítulo 1, *DIÁLOGOS COM A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL*, apresento algumas das principais contribuições da perspectiva vygotskiana sobre a construção cultural do psiquismo e a mediação da linguagem, destacando os conceitos de sentido e significado, importantes para a compreensão das marcas teórico-metodológicas orientadoras desta pesquisa e das análises empreendidas sobre as possibilidades da psicologia, enquanto ciência e profissão, na proteção social.

No Capítulo 2, *POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL*, procuro evidenciar a constituição histórica das políticas de proteção social e o papel do Estado⁴ em suas construções; a eleição da família como foco dessas políticas; as principais teorizações e entendimentos sobre as famílias; bem como, sucintamente descrever os principais serviços e aparatos públicos da atual política de assistência social, criados com o Sistema Único de Assistência Social, e a ampliação da inserção de psicólogos nas equipes profissionais desses serviços, discutindo estatísticas dessa inserção e documentos de orientação à prática profissional dos psicólogos na proteção social básica.

⁴ A utilização do termo “Estado”, com inicial maiúscula, ao longo deste texto refere-se ao significado de nação politicamente organizada (FERREIRA, 1995).

No Capítulo 3, *O PERCURSO METODOLÓGICO*, apresento e descrevo as escolhas metodológicas, o trabalho de campo etnográfico, os procedimentos utilizados na construção e análise das informações e os sujeitos participantes da pesquisa.

No Capítulo 4, *FAMILIARIZANDO-SE COM O ESTRANHO: ADENTRANDO NO UNIVERSO DE UM GARIMPO* discorro brevemente sobre a história da constituição dos garimpos na Amazônia e do garimpo Bom Futuro, bem como, analiso a legislação mineral e o processo de criminalização da atividade garimpeira e o contexto atual do distrito Bom Futuro.

No Capítulo 5, *ESTRANHANDO O FAMILIAR: AS FAMÍLIAS NO GARIMPO BOM FUTURO*, relato as histórias da formação, migração e pobreza das famílias participantes do estudo; analiso os sentidos/significados que os entrevistados atribuem à família e suas expectativas de futuro; analiso as relações cotidianas de gênero na divisão das tarefas domésticas e cuidado dos filhos nos agrupamentos familiares estudados e, por fim, descrevo os serviços e políticas públicas oferecidas à população do garimpo e os limites e possibilidades de organização coletiva e participação social desta comunidade.

No Capítulo 6, *PSICOLOGIA E AS FAMÍLIAS DO GARIMPO: POSSIBILIDADES DE ENCONTRO*, com base na análise dos sentidos atribuídos pelos participantes do estudo à psicologia e ao trabalho do psicólogo, e das idiossincrasias da população estudada, discuto as possibilidades teórico-práticas de atuação do psicólogo na proteção social.

No Capítulo 7, *CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSSIBILIDADES QUE SE ANUNCIAM*, elenco e relaciono os principais resultados da pesquisa e aponto para possibilidades futuras de continuidade ou aprofundamento de pesquisas no campo estudado.

*Lentes que guiam o olhar, o andar e o narrar***1. DIÁLOGOS COM A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

A proposta deste estudo é formulada num momento em que se verifica quase unanimidade na defesa do trabalho de profissionais da psicologia no âmbito da assistência social, prestigiados por seus saberes no campo da subjetividade humana. Momento emaranhado por inquietações sobre o que cabe aos psicólogos e à psicologia, nos serviços socioassistenciais prestados à população.

Além dos aspectos relacionados ao próprio estabelecimento dos serviços e aparatos de proteção social, ainda bastante recentes e em processo de construção, as indefinições também insurgem internamente à psicologia e à formação dos psicólogos. A diversidade constitutiva da área, com suas inúmeras teorias, variados enfoques, origens, objetos de estudo e campos de atuação, ao mesmo passo em que cria riquezas de debates e múltiplos olhares, contrariamente, abre espaços vazios, do não diálogo e de indefinições. Vácuos nos quais muitos profissionais destituem-se da capacidade de definir seus saberes e correlacioná-los às suas práticas. Principalmente quando se descortinam possibilidades e contextos ainda não amplamente vislumbrados ou institucionalizados, com os quais poucos contatos foram estabelecidos durante a formação inicial.

Mas, afinal, quais saberes e práticas da psicologia se fazem necessários ou são pertinentes ao contexto da assistência social? É preciso olhar para a psicologia genericamente? Na amplitude e diversidade de seus saberes e práticas? Ou por um prisma específico? Estas questões são básicas para esta investigação.

Com base no pressuposto da indissociabilidade entre teoria e prática, entre ciência e profissão, a reflexão aqui desenvolvida sobre as possibilidades da psicologia na assistência social a famílias de um garimpo, só pôde ser realizada a partir de um posicionamento, de uma localização do olhar, imprescindível ao próprio ato de pesquisar, como guia à construção do método e da análise empreendida. Pudera nesta empreitada abarcar a gama completa dos saberes psicológicos e colocá-los em diálogo, apontando suas contribuições e contradições, tal como o fez Vygotski, em sua obra, sobretudo do texto “O Significado Histórico da Crise da Psicologia” (1991a). Mas essa tarefa extrapolaria os limites desta tese. O que se buscará ao longo deste trabalho é compreender de que forma os conceitos e entendimentos da psicologia histórico-cultural de Vygotski podem subsidiar as práticas do psicólogo no âmbito da

assistência social e de contextos marcados pela pobreza, ou seja, compreender suas possibilidades de interlocução neste campo.

Obviamente que a escolha desta lente de olhar é marcada por minhas afinidades intelectuais e ideológicas e motivações afetivo-volitivas, mas também fundamentada na apropriação deste referencial pela psicologia social latino-americana, com um percurso consolidado de pesquisas e práticas em contextos marcados pela pobreza e desigualdade social. No entanto, gostaria de ressaltar que neste estudo não buscarei indicar a psicologia histórico-cultural como a teoria mais adequada ou única a trazer contribuições a contextos de desigualdade social ou à assistência social, mas contribuir para sua consolidação enquanto uma destas possibilidades.

Em primeiro lugar é preciso expor as posições teóricas que conduziram as reflexões e interpretações aqui inseridas. Não será meu objetivo neste capítulo apresentar a obra de Vygotski em sua completude e riqueza, mas apenas indicar algumas de suas elaborações e conceitos principais em diálogo com outros autores, os quais guiaram meu olhar, andar e narrar nesta incursão a um garimpo.

Todo o trabalho deste autor bielorusso, que viveu brevemente entre os anos de 1896 e 1934, teve como base a matriz do materialismo histórico e dialético de Marx e Engels. Sua pesquisa consistiu justamente em construir uma psicologia fundamentada no pressuposto marxista, decorrente da inversão da filosofia hegeliana, de que “(...) o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 1983, p. 20) e de que este material emana da atividade humana, em condições específicas de produção e no intercâmbio entre os homens. Neste sentido, os estudos e análises de Vygotski romperam com as interpretações idealistas, naturalistas e metafísicas dos fenômenos psicológicos, e os consolidaram enquanto fenômenos históricos e culturais. Sua obra, dialeticamente construída, é marcada pela análise crítica das pesquisas e teorias existentes em seu tempo, a comparação com os resultados e avanços de pesquisas desenvolvidas por ele e seus parceiros e a construção de novas sínteses e interpretações aos processos psicológicos. São intrigantes a profundidade e amplitude de suas análises e de seus estudos quando comparados à brevidade de seu tempo de vida.

Vygotski, para compreender esta relação entre o psicológico e o social, elegeu como principal foco de análise as funções psicológicas superiores. Esta terminologia reflete os debates de seu tempo sobre as funções psicológicas elementares, objeto de estudo principal dos reflexologistas, relacionadas principalmente às ações e processos involuntários e instintivos, com as quais se pretendia explicar todos os fenômenos psicológicos. Para

Vygotski, as funções superiores, relacionadas às atividades da consciência como a linguagem, a escrita, a atenção voluntária, a formação de conceitos, entre outros, deveriam ser entendidas de maneira distinta, uma vez que representam a guinada no processo de hominização, ultrapassando os limites do biológico e animal e possibilitando o advento da cultura (VYGOTSKI, 1995).

Vygotski (2009) aponta que as funções psicológicas superiores são caracteristicamente humanas, porque emanam de nossa capacidade de simbolizar, ou seja, de representar a realidade por meio de signos, estímulos ou meios artificiais criados pelo homem. O pensamento, a linguagem, a memória, entre outras funções, só são possíveis pela mediação semiótica, que é uma construção cultural e social. Neste sentido, os signos têm uma dupla função: mediam a atividade e o intercâmbio social entre os homens, sua comunicação, bem como sua constituição psicológica.

Na máxima marxista, o homem difere dos animais por sua capacidade de criar e utilizar instrumentos e ferramentas que tanto possibilitam a transformação da natureza, como, neste processo, o transformam. Vygotski (1995), amparado neste pressuposto, afirma que do mesmo modo que os instrumentos técnicos mediam a atividade humana e sua relação com a natureza, os instrumentos simbólicos, os signos, mediam a significação da realidade na consciência e são meios utilizados pelo homem para o domínio da própria conduta.

Conforme Pino (2000), apesar de Vygotski não ter explicitado o conceito de cultura no qual se embasava, a partir desses pressupostos é possível compreender que, para ele, cultura indicava toda obra da criação humana, abarcando tanto os instrumentos técnicos como simbólicos. Pino ressalta que tudo que é cultural é social, porque é produzido nas trocas sociais, mas nem todo social é cultural, porque existe uma sociabilidade da ordem da natureza, como no caso de animais, e que difere da possibilidade humana de criar uma organização social ou sociedade.

Importante ponderar que os entendimentos de Vygotski superam a visão dualista, que cinde os processos biológicos e os culturais. Para o autor, o biológico não é suplantado pela cultura, mas transformado por ela ao longo da história da espécie humana, no plano filogenético e ao longo da história do sujeito, no plano ontogenético (PINO, 2000).

Pino também esclarece que Vygotski utiliza diferentes terminologias como funções psicológicas, processos psicológicos, funções mentais, formas psicológicas, entre outros, sem uma distinção ou precisão e com o mesmo sentido. O termo funções psicológicas, mais frequentemente utilizado pelo autor, entretanto, distingue-se da apropriação funcionalista. Sua busca é entendê-las dinamicamente em sua construção, tanto enquanto processo como

produto. Ou seja, para Vygotski, o pensamento, por exemplo, se constrói no ato de pensar, e não pode ser dissociado desse acontecimento (PINO, 2000).

A função psicológica definidora do ser humano e que o distingue dos animais é a significação, isto é, a possibilidade de emprego e criação de signos: “El hombre introduce estímulos artificiales, confiere significado a su conducta y crea con ayuda de los signos, actuando desde fuera, nuevas conexiones en el cérebro.” (VYGOTSKI, 1995, p. 85). Por isso, as funções psicológicas superiores, pautadas necessariamente na significação, não podem ser compreendidas a partir do pressuposto estímulo-resposta, tal como o faziam os reflexologistas e behavioristas de seu tempo, já que a conduta humana não é passiva à natureza, à mera reação a um estímulo; ela é ativa, tanto porque o homem cria instrumentos técnicos e simbólicos, quanto porque tem consciência, reflete, planeja, analisa sua atividade.

Entre as atividades semioticamente mediadas está a linguagem. No entendimento de Vygotski, os seres humanos nascem imersos em relações sociais e em uma coletividade, na qual são introduzidos à linguagem pelo outro. Paulatinamente, esta função coletiva da linguagem transforma-se em processo psicológico. Há um processo de transição das funções interpsíquicas para as funções intrapsíquicas, no qual o sujeito constitui sua singularidade e se diferencia dos outros graças ao desenvolvimento dos processos psicológicos superiores formados pela internalização das relações sociais (VYGOTSKI, 1992).

Vygotski pretendeu chamar atenção para o fato de que não existe processo de socialização do indivíduo, no qual a criança passa de uma linguagem egocêntrica, desconectada da atividade e não socializada, para a linguagem socializada, como propunha Piaget. Para Vygotski o inverso é verdadeiro. O sujeito já nasce imerso na sociabilidade e vai aos poucos se individualizando. Da mesma forma, a linguagem não é inicialmente individual, os interlocutores já estão presentes mesmo na fala voltada para si mesmo, na chamada linguagem egocêntrica de Piaget que, para Vygotski (1992), representa o indício da tomada da consciência sobre a ação, do surgimento da intencionalidade e do planejamento da mesma.

Esta compreensão sustenta que a linguagem não é fenômeno puramente subjetivo ou inato. Essencialmente emana da concretude da ação e das relações entre os homens, pressupostos centrais da teoria marxista.

A produção de ideias, representações, da consciência, está de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem na vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. (MARX e ENGELS, 1993, p. 36)

A representação da realidade concreta se dá por meio dos signos, constituindo um fenômeno tanto da linguagem como do pensamento, que tem na significação sua unidade. O significado da palavra é uma generalização, um conceito, portanto, um ato do pensamento, que se realiza, se reorganiza e se modifica via linguagem.

Verificou-se que a comunicação sem signos é tão impossível quanto sem significado. Para se comunicar alguma vivência ou algum conteúdo da consciência a outra pessoa não há outro caminho a não ser a inserção desse conteúdo numa determinada classe, em um grupo de fenômenos, e isto, como sabemos, requer necessariamente generalização. (...) Assim, as formas superiores de comunicação psicológica, inerentes ao homem, só são possíveis porque, no pensamento o homem reflete a realidade de modo generalizado. (VYGOTSKI, 2009, p. 12)

A possibilidade de generalização, de formação de conceitos, construída e transformada ao longo do processo de desenvolvimento humano, garante que as ações e operações mentais saiam do nível automático e alcancem o plano intencional e consciente bem como permite a comunicação pelo compartilhamento de significados e sentidos necessários à compreensão mútua.

Justamente para destacar esta dupla dimensão da linguagem, que é ao mesmo tempo social, mediadora das relações humanas pela comunicação, e psicológica, na medida em que sua apropriação está relacionada à constituição dos processos mentais, Vygotski (1992, 2009) faz uma distinção entre o significado e o sentido da palavra. O significado da palavra é mais estável e fixo porque se refere à palavra em si, isoladamente, que lexicalmente contém significados mais amplamente compartilhados. O sentido é mais dinâmico e variável, depende necessariamente do contexto no qual a palavra foi pronunciada, de sua entonação e, com isso, “(...) dos fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência.” (VYGOTSKI, 2009, p. 465), tanto intelectuais quanto afetivos/emocionais⁵. Mas esta caracterização dos significados e sentidos, contudo, propõe mais uma distinção didática do que dicotômica, uma vez que Vygotski destaca que os significados são um das dimensões constitutivas dos sentidos.

Por meio deste processo de significação, ou seja, na produção de significados e sentidos, as relações sociais são internalizadas e convertidas em funções psicológicas. Conforme Pino (2000), as relações sociais a que o autor bielo-russo se refere devem ser entendidas tanto como as relações pessoais cotidianas, quanto as relações estruturais, relativas à organização política, social e econômica, ambas marcadas por papéis e posições numa

⁵ Conforme indica o estudo realizado por Toassa (2009), Vygotski utiliza variados termos ao longo de sua obra para referir-se às emoções e a afetividade sem, no entanto, defini-los ou distingui-los. O termo que se faz mais presente em seus textos é “emoção”, que em sua acepção pressupõe tanto sua origem filogenética, quanto sua transformação em processo psicológico superior, da ordem da cultura.

determinada sociedade com um determinado modo de produção. Os papéis sociais, seus significados generalizados, são apropriados pelo sujeito e transformados por suas experiências e condições de existência, adquirindo sentidos singulares,

O que nos conduz a afirmar que as funções psicológicas constituem a projeção na esfera privada (plano da pessoa ou da subjetividade) do drama das relações sociais em que cada um está inserido. Ou, em outros termos, as funções psicológicas são função da significação que as múltiplas relações sociais têm para cada um dos envolvidos nelas, com todas as contradições e conflitos que elas envolvem em determinadas condições sociais. (PINO, 2000, p. 72)

É a atividade de significação que também garante ao sujeito a autoria sobre sua existência e a história humana, porque mesmo vivendo sob a égide de condições sociais e econômicas determinadas, a possibilidade de atribuir sentidos particulares a estas condições lhe mantém em posição ativa e criadora diante da cultura (ZANELLA, 2004).

É importante ressaltar que Vygotski não compreende a linguagem como exclusivamente racional, uma vez que, para ele, o pensamento e a linguagem não são funções apenas intelectuais e verbais, mas permeadas por afetos, emoções, motivações e interesses. Desta forma, propõe a transcendência da palavra na compreensão da linguagem e do pensamento do outro de sua intenção afetivo-volitiva (VYGOTSKI, 2009).

Para Vygotski (2004) as próprias emoções humanas não são fenômenos de ordem puramente fisiológica ou espontânea, dependem dos significados, ou conceitos, atribuídos aos objetos, ou seja, da aprendizagem de que são objetos a serem alvo de temor, raiva, alegria ou outro, a partir do contexto histórico-cultural e do desenvolvimento das funções psicológicas ao longo do ciclo vital. Disto denota-se que há um processo de culturalização das emoções ao longo do desenvolvimento humano, como pontua Toassa (2009) ancorada em Kagan (2007), no qual a própria capacidade de avaliar cognitivamente as situações tem variações da infância à adultez e traz implicações diferenciadas às emoções. Do mesmo modo, a apropriação singular da realidade, das experiências e aprendizagens implica vivências emocionais distintas aos sujeitos e, por isso, não passíveis de universalização. O medo varia não apenas em intensidade e objeto, mas de significado/sentido a cada sujeito na relação com seu percurso de vivências.

As posições de Vygotski sobre a linguagem podem ser aproximadas às concepções de Bakhtin e seu círculo. Bakhtin e Volochínov (2006) também ressaltam que a palavra só existe pela significação, sem a qual ela seria apenas “sons sem sentido”. Os signos materializam e objetivam a significação. Para estes autores, os signos, principalmente a palavra, constituem toda atividade psíquica dos sujeitos, ou seja, o psiquismo individual tem sua origem no social,

se faz nas condições e relações concretas entre sujeitos, e não em processos puramente internos ou naturalmente dados. A atividade psíquica não é somente expressa pelo signo: ela se faz por meio deste, não existe sem ele. Desse modo, há uma relação dialética entre os processos e/ou atividades internas (individuais) e externas (sociais) e o psiquismo se desenvolve na fronteira entre eles. Essa noção tem estreita proximidade com a de sujeito e formação dos processos psicológicos em Vygotski.

Para Vygotski, a linguagem ocupa é um produto da cultura que ao mesmo tempo a (re)inventa, assim como os sujeitos que a produzem. Em Bakhtin a linguagem ocupa posição de destaque enquanto constituidora das atividades humanas, transformando-as e sendo transformada neste processo (BAKHTIN, 2003):

(...) a língua não é algo imóvel, dada de uma vez para sempre e rigidamente fechada em “regras” e “exceções” gramaticais. A língua não é de modo algum um produto morto, petrificado, da vida social: ela se move continuamente, e seu desenvolvimento segue o da vida social. Este movimento progressivo da língua se realiza no processo de relação entre homem e homem, uma relação não somente produtiva, mas também verbal. (BAKHTIN, 1993, p. 246)

Para Bakhtin (1993), a linguagem é sempre dialógica e pressupõe a relação entre dois ou mais sujeitos. “Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros.” (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2006, p. 117) Mesmo quando se fala sozinho, num monólogo, por exemplo, a alteridade está presentificada no discurso, já que ele se dirige a um ouvinte potencial e à sua valoração, que pode estar apenas na imaginação do falante. Assim também, os pensamentos e opiniões pessoais estão marcados por muitos outros, anteriores e contemporâneos a quem se atribui a autoria, participantes diretos ou indiretos de sua formação, educação, de seu contexto e classe social (BAKHTIN, 1993). Mesmo a negação de ideias e percepções do grupo ao qual se pertence está embebida no olhar e referencial de outro grupo. Isso não quer dizer que não existem criações ou inovações singulares, mas que estas só são propiciadas num contexto social específico.

Observa-se que tanto Vygotski quanto Bakhtin enfatizam que a linguagem não pode ser abstraída das relações sociais, concepção amparada na matriz materialista histórica e dialética.

(...) A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo; a linguagem nasce, como consciência da

carência, da necessidade de intercâmbio com os outros homens. (MARX e ENGELS, 1993, p. 43)

A ênfase de Bakhtin (2003) na compreensão da linguagem a partir das relações interpessoais apresenta-se como contraposição aos estudos da linguística de seu tempo, marcados pela abstração da língua e da linguagem dos processos concretos de comunicação humana. Por um lado o subjetivismo idealista, que empossava o indivíduo de um poder criativo e expressivo, totalmente livre, que tinha primazia sobre as leis linguísticas. Por outro, o objetivismo abstrato, que engessava a língua, conferindo-lhe um caráter imutável e atribuindo-lhe a função de normatização da fala, por meio de regras fonéticas, lexicais e gramaticais (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2006).

Bakhtin e Volochínov não reduzem a linguagem ao plano individual e também não a centralizam exclusivamente no falante, relegando ao ouvinte o papel de espectador passivo. Ao contrário, resgatam a coparticipação ativa dos envolvidos no processo comunicativo, o que chamam de “ativa posição responsiva do ouvinte”. Mesmo que não expressada na forma de palavras (faladas ou escritas), a compreensão do ouvinte diante do que lhe foi pronunciado é ativa. Pode se dar na forma de comportamentos, gestos, expressões faciais, tanto imediatas quanto tardias, ou ainda estar presente em outros enunciados posteriores. Além disso, o falante também é ouvinte ativo, na medida em que sua fala remete a falas anteriores, não é extraída do nada e está na ordem da língua. “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2006, p. 272).

Na compreensão bakhtiniana, a utilização da língua ocorre via enunciado, o qual representa a menor unidade de sentido, e é construído por elementos verbais e extraverbais. Estes dois elementos não podem ser desvinculados na compreensão da linguagem, já que um só existe a partir do outro. A parte verbal dá forma, materializa e objetiva o conteúdo e significado da enunciação, seja por meio de sons (fala), de símbolos (escrita), de gestos ou outros. Essa parte pode ser decomposta em três elementos de análise: a entonação, ou seja, o modo como a palavra é pronunciada, a eleição das palavras e a disposição destas na frase (BAKHTIN, 1993).

A parte extraverbal, por sua vez, diz respeito às relações estabelecidas entre os participantes da enunciação e a própria situação dialógica, as quais não são propriamente ditas, mas estão nas entrelinhas, no que está subtendido entre os sujeitos participantes do diálogo, que constituem o que Bakhtin chama de auditório. A situação dialógica refere-se ao espaço/tempo em que ocorre a enunciação, ou seja, ao contexto social e histórico; ao

objeto/tema da enunciação e à valoração dos participantes, suas atitudes e juízos de valor relativos à situação (BAKHTIN, 1993). Vale observar que esta divisão dos elementos verbais e extraverbais do enunciado não pretende criar uma dicotomia, mas enfatizar sua codependência, já que nem mesmo a forma da palavra pode ser abstraída das relações sociais que a engendram.

Bakhtin (2003), não nega os elementos normativos (gramaticais) da linguagem apenas amplia a sua compreensão, destacando o processo vivo de comunicação, que envolve fundamentalmente a relação eu-outro, sempre datada em um contexto histórico e marcada pelas condições deste. Desse modo, faz distinção entre oração e enunciado, sendo a primeira um fenômeno da língua e o segundo da linguagem. A oração é da ordem gramatical, não envolve elementos extraverbais, ao contrário do enunciado, que só pode se entender na trama das relações interpessoais.

A gestação do enunciado só é possível a partir de outros enunciados, ao mesmo tempo em que ele possibilita respostas, novos enunciados. O enunciado tem também uma conclusividade que permite essa resposta, é um todo de sentido. Ainda, o enunciado não pode ser descolado da relação entre os participantes da comunicação, já que estes lhe imprimem valoração. A própria escolha do vocabulário e de outros elementos que compõem o enunciado é feita a partir da valoração atribuída e/ou almejada pelo autor. A palavra e a oração em si mesmas são neutras, podem expressar múltiplos sentidos, até mesmo opostos, e que não podem ser precisados de antemão. Somente quando a palavra e a oração se tornam enunciados, ou seja, quando remetem a um contexto comunicativo, deixam a neutralidade e tornam-se expressivas de uma realidade (BAKHTIN, 2003):

(...) As palavras não são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes.” (BAKHTIN, 2003, p. 290)

... o significado da palavra refere uma determinada realidade concreta em condições igualmente reais de comunicação discursiva. Por isso aqui não só compreendemos o significado de dada palavra enquanto palavra da língua como ocupamos em relação a ela uma ativa posição responsiva – de simpatia, acordo, ou desacordo, de estímulo para a ação. Desse modo, a entonação expressiva pertence aqui ao enunciado e não à palavra. (BAKHTIN, 2003, p. 291)

Portanto, a emoção, o juízo de valor, a expressão são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo do seu emprego vivo em um enunciado concreto. Em si mesmo, o significado de uma palavra (sem referência à realidade concreta) é extraemocional. (BAKHTIN, 2003, p. 292)

Essas concepções têm profunda relação com as ideias de Vygotski já apresentadas sobre os sentidos e significados da palavra, sua dimensão volitivo-emocional e comunicativa.

Sobre a dimensão comunicativa, ou dialógica, Vygotski (2009) chega inclusive a considerar que quanto maior a relação de proximidade entre os interlocutores, menos palavras são usadas, mais fica subentendido entre seus olhares, gestos e entonações. Daí a importância de se revelar o contexto dialógico e relacional imbricado nas palavras proferidas na situação real de comunicação. O contexto dialógico é que permitirá entender os sentidos ali existentes.

Além dessas questões, vale destacar que o signo, a palavra, de acordo com Bakhtin e Volochínov (2006, p. 32), “reflete e refrata a realidade” sendo permeada por ideologia, ou seja, a palavra objetiva ideologias. Mas ela por si só não possui uma ideologia que pode ser dada a priori: sua relação com a ideologia se dá na relação com as singularidades e coletividades envolvidas, ou seja, inclui os muitos outros que cada um dos participantes da comunicação carrega consigo, que marcam as suas histórias vividas. Existem, sim, significados compartilhados, mas, ainda assim, estes não podem ser antecipados ao processo comunicativo, pois não estão somente no plano da língua: remetem também ao plano extraverbal do enunciado.

Lane (1984), abordando a dimensão ideológica da linguagem, destaca o papel exercido pelas classes dominantes na construção de verdades e explicações que escamoteiam as contradições geradas pela exploração e domínio sobre as classes trabalhadoras, tornando-as fenômenos naturais e individuais e não históricos e sociais. Para Gramsci (1966) as ideologias são importantes para a manutenção da hegemonia da classe dominante, pela criação de consensos em concepções e valores morais. Por este motivo as ideologias são fundamentais para a produção dos sentidos, sendo preciso encontrar suas marcas nos enunciados.

Além destas questões, Bakhtin (2003) observa que na linguagem podem ser verificadas certas regularidades, que não são imutáveis, mas que permeiam toda a criação individual do enunciado. Com isso, busca chamar atenção ao fato de que cada sujeito não cria livremente a língua e a linguagem, como ressaltava o subjetivismo idealista. A possibilidade de criação individual varia dependendo também do tipo de enunciado. Isto é, existem tipos frequentes de enunciados, que apresentam certa regularidade, específicos às atividades e aos diferentes campos da vida, os chamados gêneros do discurso, que podem ser mais cotidianos e simples (como a conversa informal), ou mais complexos e elaborados (como os gêneros da arte, política, ciência, publicidade, entre outros. Observa-se que mesmo que não se tenha total clareza e reflexão sobre as distinções entre os gêneros, eles direcionam as escolhas feitas para a expressão de certas valorações no enunciado. Os gêneros estão presentes e são apropriados na comunicação viva, na maioria das vezes sem que se teorize a respeito (BAKHTIN, 2003).

Por isso se diz que a criação verbal não acontece do nada, mas ampara-se nas normas e regularidades da língua. Ela se dá justamente na (re)combinação e (re)invenção das estruturas de gêneros já conhecidos, que compõem um leque, um repertório, de possibilidades (BAKHTIN, 2003). Vygotski (1998) também ressalta que toda criação de algo novo rompe com o já existente, mas parte de elementos da realidade experienciada, não brota de uma mente isolada das condições concretas de produção. Nos processos de linguagem o social precede o individual, já que todo sujeito é antes de tudo um ser social e que a linguagem se constrói nesse contexto que, necessariamente, pressupõe certo horizonte de entendimento compartilhado.

Desse modo, a linguagem não é morta, imobilizada. Ela é potencializadora dos processos que constituem a vida e que a (re)criam incessantemente. Sejam eles processos intrapsíquicos (como a consciência ou outros processos psicológicos superiores) ou relativos ao contexto social mais amplo.

Estas são breves aproximações entre dois autores, cujas obras apresentam muitas outras semelhanças e também diferenças, que transcendem os objetivos deste capítulo. O que se pretendeu demonstrar é que para ambos a linguagem é um dos fundamentos centrais do processo de constituição de sujeitos, que é inacabadamente social.

O que mais chama atenção em Vygotski e Bakhtin é a atualidade de suas questões: apesar de seus escritos datarem da primeira metade do século passado, suas reflexões ainda fazem sentido no contexto atual e apresentam inúmeras inovações. Ainda há uma vigência e/ou predominância das teorias por eles criticadas, tanto na linguística quanto na psicologia contemporânea, já que o objeto de estudos de ambos perpassou essas duas áreas do conhecimento científico. Provavelmente alguns sentidos produzidos não são os mesmos evidentes em seu tempo, marcado por condições políticas, econômicas e sociais específicas. Mas, ainda assim, seus estudos possibilitam múltiplas reflexões sobre as condições e entendimentos ainda vigentes nesses campos do saber.

No caso da psicologia, observa-se, em muitas situações, que os campos científico e profissional continuam trabalhando com um sujeito abstrato, psicologizado, desprovido de suas condições concretas de existência e das relações sociais que o enredam. Em outros casos, quando as relações e o contexto social são considerados, estes são entendidos como fenômeno naturalizado, como um entre os fatores que influenciam a construção individual. Não se parte da compreensão de que o individual e o social mutuamente se produzem num processo histórico em continua construção. A perspectiva histórico-cultural de Vygotski nos convida a problematizar estas questões, provocando a reelaboração de conceitos e práticas hegemônicas.

Para refletir sobre as possibilidades da psicologia na assistência social a famílias de um garimpo, objetivo deste estudo, pautei-me justamente nessa proposta. No acontecimento social e comunicativo focalizado pela pesquisa, busquei compreender as situações dialógicas de pesquisador e participantes, os enunciados e significados ali construídos sobre a família e a organização social no garimpo, que permitissem compreender a realidade concreta da vida no local e as representações sobre ela e daí abstrair e refletir sobre as possibilidades de interlocução com a psicologia. A pesquisa foi guiada pela tentativa de compreender como os sujeitos internalizam ou significam, por meio de suas vivências pessoais, os papéis e posições sociais, a estrutura econômica, social e política para, com isso, discutir suas implicações na política pública de assistência social.

Com base na compreensão de que a palavra possibilita a significação da realidade na consciência, sendo um fenômeno do discurso e do pensamento, os diálogos decorrentes da pesquisa permitiram acessar o que pensam os sujeitos, importante para compreender como significam e representam a realidade por eles vivenciada. Essa é uma questão axiológica à psicologia, na medida em que permite entender o outro a partir de seu olhar.

As entrevistas e conversas mobilizadas nesta pesquisa constituíram espaços de valorização das narrativas, de intercâmbio concreto de experiências, como pontua Benjamin (1996) em seu texto “O narrador”. Neste texto, Benjamin destaca que a narrativa, ao contrário de outras modalidades discursivas, é vinculada essencialmente ao relato de experiências efetivamente vividas pelo narrador, em sua riqueza de detalhes, mas sem um caráter pedagógico ou explicativo, definidor de destinos ou dos contextos psicólogos das tramas vividas pelos sujeitos do enredo. Tampouco é mera informação, efêmera e vazia, que se vai com a chegada de novas informações. A narrativa define-se necessariamente pela possibilidade de perder-se nas histórias alheias, esquecer-se de si por alguns instantes e mergulhar na experiência do outro com grande liberdade interpretativa, já que o fim não está delimitado pela explicação pormenorizada, como acontece no romance. O narrar pauta-se no compartilhar a experiência para mantê-la viva nas memórias, ao mesmo tempo em que constitui uma experiência de contato com o outro, que não se distancia da oralidade, da concretude da vida.

Mas, segundo Benjamin (1996), em nossos dias, estamos perdendo a capacidade de narrar nossas experiências, pelo reinado do isolamento e da efemeridade das informações, em que raros são os espaços de verdadeiros encontros. Nisto também residiu a importância das

entrevistas e dos diálogos com a população do garimpo: as experiências e as histórias deixaram marcas profundas, que tocaram profundamente as almas.

Pontos de partida

2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 Estado e a política de proteção social

Para a compreensão aprofundada sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), importante se faz entender sua gestação e as características da proteção social brasileira e mundial, bem como suas relações com o Estado num contexto neoliberal.

Originariamente, a noção de proteção social como dever do Estado vincula-se ao fenômeno do *welfare state*, emergente após a Segunda Guerra Mundial (ARRETCHE, 1995). O *welfare state* institui como responsabilidade do Estado o bem estar de seus cidadãos, por meio do oferecimento de programas e serviços para a garantia da cidadania, da segurança de emprego e da redução de danos causados pela desigualdade social e econômica (ARRETCHE, 1995). As causas do surgimento deste modelo não são consensualmente definidas, como indica Arretche (1995), mas a autora organiza as diversas interpretações ao redor de dois argumentos principais. Um deles afirma o *welfare state* como resultado do processo de industrialização, ou seja, as mudanças geradas pela industrialização no processo de produção, na divisão do trabalho e no próprio sistema familiar acarretaram exigências de seguridade para o trabalhador, por parte do Estado, que se estenderam a outros cidadãos, adquirindo *status* de direito. Já o outro argumento apresenta o *welfare state* como uma resposta ao sistema capitalista e às consequências da acumulação de capital, como o aumento da pobreza e da desigualdade social. O Estado passou a intervir para efetivar a redução destes efeitos negativos, o que são chamadas de despesas sociais, ao mesmo tempo em que deveria garantir o aumento da produtividade e redução dos custos, por meio de gastos com o capital social.

Arretche (1995) também indica outros condicionantes para o estabelecimento do *welfare state*, apontados por diferentes autores: 1) a ampliação progressiva dos direitos civis (relativos à liberdade individual), dos direitos políticos (relativos à participação política) e dos direitos sociais (relativos à riqueza social), que impulsionam, no século XX, as políticas de igualdade; 2) o acordo estabelecido entre o capital e o trabalho organizado para minimizar os conflitos entre os interesses dos capitalistas e da classe trabalhadora organizada; 3) a mobilização das classes trabalhadoras perante o poder vigente para a exigência de políticas sociais, que

acarretaram diferentes formas de *welfare state* e 4) a configuração e estrutura das instituições do Estado, ou seja, a administração e o planejamento estatais condicionam as políticas e programas de proteção social.

Coutinho (2005) ressalta que as lutas intensivas das classes trabalhadoras até o final do século XIX promoveram conquistas significativas nos campos da cidadania e democracia, ainda que limitadas num sistema capitalista e só efetivamente plenas no socialismo, realmente participativo. Entre as principais conquistas estão os direitos políticos e sociais. No campo político adquiriu-se o direito do sufrágio universal e de organização e associação coletiva. Entre os direitos sociais, por muito tempo negados, e que garantem a “participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade” (COUTINHO, 2005, p. 13), estão educação, saúde, habitação, assistência social e previdência social.

A luta e pressão dos trabalhadores em muitos países da Europa também impulsionaram maior abertura do Estado à negociação. Já não bastava ao Estado utilizar o mecanismo da coerção para manter sua estabilidade, tal como na época de Marx. Tornou-se imprescindível o consentimento e a hegemonia no domínio da sociedade civil, e não apenas de representantes da classe dominante, mas de outras classes sociais (ainda que limitadamente) (COUTINHO, 2005).

Para Gramsci,

(...) O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 1968, p. 33)
 (...) O grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados... (GRAMSCI, 1968, p. 50)

Gramsci redimensiona o entendimento marxista de Estado, que deixa de ser apenas o espaço da coação, da violência, regido exclusivamente pelas forças materiais e econômicas, e passa a incluir também a sociedade civil e as diferentes ideologias. O autor parte do pressuposto de que sociedade política e sociedade civil relacionam-se dialeticamente, uma vez que os organismos privados que constituem a sociedade civil, tais como sindicatos, partidos e outros, atuam sobre a sociedade política por meio de ideologias e do exercício da hegemonia, ao mesmo tempo em que a sociedade política exerce coerção, por meio de seus aparatos

jurídicos e militares, sobre os grupos que resistem ao consentimento e à hegemonia ideológica dominante (GRAMSCI, 1997). Daí emerge o conceito de “bloco histórico” – enfatizado por Portelli (1977) como um dos conceitos centrais da obra de Gramsci –, indicando o vínculo orgânico entre as relações da estrutura e da superestrutura em uma situação histórica geral:

(...) concepção de “bloco histórico”, no qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem a forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais. (GRAMSCI, 1966, p. 63)

Gramsci atribui aos intelectuais a função de manutenção da relação orgânica entre as forças materiais e as ideologias (para assegurar o poder da classe dominante) e da hegemonia de valores morais e concepções de mundo (reforçando o consenso). Mas vale destacar que Gramsci não se refere aos intelectuais como profetas com um dom, nos moldes weberianos, como alguns críticos chegaram erroneamente a afirmar (MORAES, 1978). Para ele, ao contrário, todos os homens são intelectuais, do mesmo modo que todos são filósofos, na medida em que todos constroem suas concepções e valores sobre o mundo e suas vidas, “mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1997, p. 13):

Não há atividade humana de que se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Cada homem, considerado fora de sua profissão, emprega certa atividade intelectual, isto é, é um filósofo, um artista, um homem de bom gosto, participa em uma concepção de mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e por isso contribui a sustentar ou modificar uma concepção de mundo, isto é, a suscitar novos modos de pensar. (GRAMSCI, 1997, p. 13)

Por outro lado, os intelectuais propriamente ditos, aqueles cuja principal atividade pode ser definida como pensar e formular o social, são os organizadores das massas de homens para a manutenção da homogeneidade de um grupo, os principais responsáveis pela hegemonia das concepções de mundo da classe dominante (GRAMSCI, 1997). Por isso os intelectuais são considerados por Gramsci como importantes à estratégia revolucionária e à mudança de hegemonia (MORAES, 1978), mas a transformação social, a mudança intelectual, moral e econômica em favor da classe trabalhadora dependem da “vontade coletiva” (GRAMSCI, 1968).

Coutinho (2009) chama a atenção ao fato do termo vontade coletiva remeter ao conceito de Rousseau, do qual possivelmente Gramsci sofreu influência. Porém, seu uso difere do daquele autor por demarcar a vontade enquanto ação concreta em determinadas condições de

produção. Coutinho ainda realça a importância desse conceito para a democracia, uma vez que a ausência de vontade coletiva, segundo Gramsci, produz a aceitação passiva dos direcionamentos da classe dominante.

Estas noções de Gramsci permitem entender como, em pleno momento histórico do liberalismo as lutas da sociedade civil possibilitaram conquistas, por exemplo, no campo da proteção social e outras políticas públicas. Essas conquistas foram concessões para a manutenção da hegemonia dos interesses capitalistas, que, a partir da década de 1980, ganharam novas formas com o declínio do *welfare state*.

Segundo Seibel (2005), o declínio do *welfare state* pode ser atribuído principalmente à crise do Estado-nação e da economia nacional. Esping-Andersen (1995) aponta que a mudança na ordem mundial impôs limites a alguns pressupostos do *welfare state*. A abertura e globalização das economias limitaram a autonomia dos países na implementação de políticas sociais. Outras mudanças, como, por exemplo, na estruturação dos empregos, que passam a ser mais numerosos no setor de serviços do que na indústria, também são fatores apontados pelo autor para a crise dos *welfare states* tradicionais.

Para Esping-Anderson o neoliberalismo contribuiu para o redimensionamento do bem estar social, uma vez que o Estado deveria atuar minimamente, com a finalidade de garantir a ampliação dos setores privados e maior abertura de mercado. O crescimento econômico desacelerado e a “desindustrialização” também ampliaram a crise do modelo anterior, no qual Esping-Anderson ainda destaca problemas “endógenos” do *welfare state*, que

se originam na crescente discrepância entre o modelo dos programas atuais e as demandas sociais. Isso se dá em grande parte porque tal modelo foi informado por uma ordem social que não é mais predominante. O ponto de referência para os ideais de universalismo e igualdade do *welfare state* estava na existência de uma classe operária industrial relativamente homogênea. A diferenciação das ocupações e do ciclo de vida que caracterizava a sociedade pós-industrial implica necessidades e expectativas mais heterogêneas. A grande incerteza profissional, as demandas por maior flexibilidade, as mudanças nos arranjos familiares e no emprego feminino fazem com que os cidadãos enfrentem riscos também diversificados. (ESPING-ANDERSON, 1995, p. 82)

Laurell (1998) pontua que o modelo do *welfare state*, no entanto, nunca foi completamente estabelecido nos países latino-americanos, que não conseguiram concretizar o princípio da universalidade da proteção social: eles se decidiram por políticas seletivas diante dos amplos problemas sociais que enfrentavam. Além disso, com a adesão aos princípios neoliberais, a responsabilidade pelo bem-estar passa a recair sobre os próprios indivíduos. Os programas de seguridade e os fundos de pensão são reestruturados e inicia-se um processo de

privatização dos serviços. Neste contexto surgem políticas de proteção social focais, para públicos específicos, considerados com necessidades prioritárias, uma vez que suprimir as desigualdades sociais constituía um projeto irrealizável (SEIBEL, 2005).

A política social brasileira no Estado Novo de Getúlio Vargas foi essencialmente voltada à garantia de direitos da classe trabalhadora da indústria, a partir de negociações e acordos com as classes dominantes (YAZBEK, 2008). Aos pobres e desempregados restava resignar-se às ações filantrópicas, nacionalmente legitimadas em 1942 pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), voltada para o atendimento às famílias dos soldados de guerra e depois para a provisão de auxílios paliativos aos miseráveis.

Werneck Viana (2005a) ressalta que a proteção social só foi solidamente estabelecida pela Constituição Federal de 1988 enquanto seguridade social, congregando direitos à saúde, previdência e assistência social. No entanto, na prática, a seguridade social não foi efetivamente concretizada pelos diferentes governos. Surgiram em seu lugar políticas públicas focais, pontuais e não universais – (“cidadania desigual”), acarretando a cisão nas ações e diretrizes públicas voltadas a cada uma das três áreas com a promulgação de leis distintas para cada segmento no início da década de 1990. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) data de 1993, da qual decorre a implantação, dez anos mais tarde, da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (nos moldes do Sistema Único de Saúde) em todo o território nacional.

Werneck Viana (2005b) enfatiza a implantação desta política enquanto contradição entre a universalidade e a focalização, uma vez que promulga a igualdade e universalização de direitos ao mesmo tempo em que delimita como público alvo populações em situação de vulnerabilidade ou risco social. A noção de assistência social passa a representar política para pobres para redução dos efeitos causados pela pobreza.

A política social, portanto, deve ser concebida como alívio ou como compensação pelos prejuízos que a desigualdade, inevitavelmente, causa a alguns. Ou seja, estritamente focalizada – saúde pública para os pobres, educação gratuita para quem precisa, medidas assistenciais com alvos delimitados, enfim. Essa é a concepção liberal por excelência, “minimalista”, na qual a noção de igualdade guarda as características básicas com que foi formulada desde o século XVI (igualdade formal e abstrata) ainda que atualizada ao século XX (e ao XXI) - na arena política pelo voto universal e, no mundo da vida, pelas dotações seletivas aos necessitados (WERNECK VIANA, 2005b, p. 127).

A Política Nacional de Assistência Social estabelece como proteção social a “segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia); de acolhida; de convívio e vivência familiar” (BRASIL, 2004a, p. 31). Conceitua como segurança de sobrevivência a

garantia de condições mínimas de subsistência entre os indivíduos e famílias. A acolhida refere-se à atenção às necessidades humanas, momentâneas ou permanentes, de alimentação, abrigo, vestuário, entre outras. O convívio familiar é afirmado como necessidade humana de interação e sociabilidade. A assistência social é estabelecida enquanto direito dos cidadãos, pautando-se nas diretrizes, promulgadas pela LOAS, de descentralização político-administrativa, participação social, responsabilidade do Estado e foco central na família.

A noção de participação social definida pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é uma característica central das políticas públicas brasileiras após o processo de redemocratização do país, impulsionada pela força dos movimentos sociais que exigiam a participação nos processos políticos e administrativos. No campo das políticas públicas a participação social passa a ser entendida tanto como forma de dar voz ao público alvo das políticas (pobres, minorias etc.), por meio, por exemplo, dos conselhos municipais de assistência social, de saúde, e outros, nos quais esta população pode influenciar a tomada de decisão; quanto como forma de estimular a efetiva participação da população nos processos decisórios e na execução das ações a ela destinadas, pautando-se na concepção de *empowerment* (SOUZA, 2002). Desta noção deriva o conceito de protagonismo (IULIANELLI, 2003).

Apesar de a noção indicar um avanço em termos democráticos, instituindo a participação social como fundamento da construção e execução de políticas públicas (SOUZA, 2002), não se pode desconsiderar que sua concepção, ancorada na noção de *empowerment*, contraditoriamente pode vincular-se a uma ideologia cruel. No caso da assistência social e outras políticas públicas, significa a minimização paulatina das responsabilidades do Estado, a responsabilização do indivíduo por sua condição e a exigência de que ele encontre soluções para ela (IULIANELLI, 2003; URNAU e ZANELLA, 2009).

Em pesquisa realizada num município do interior do estado de Rondônia, Scarcelli e Motta (2008) observaram justamente a associação da participação social com a ausência/ineficácia do Estado, em suas instâncias federais, estaduais e municipais, frente à suas responsabilidades básicas, como a construção de estradas e o oferecimento de saúde e educação. No entanto, as autoras verificaram que esta participação é ainda centralmente individual, direcionada por indivíduos representantes de entidades (sindicatos, cooperativas, igrejas, partidos políticos e outros) com interesses particulares, não articulados pela busca de soluções coletivas aos problemas da cidade, que atendam minimamente a todos os grupos sociais.

A partir dessas questões há que se refletir sobre a política pública de proteção social. A noção de benesse, até então vigente nas práticas assistenciais brasileiras, caracteristicamente voluntaristas e clientelistas, posicionava o pobre enquanto espectador, que deveria aguardar soluções prontas, elaboradas por pessoas de boas intenções e conhecimentos. As noções de participação social e protagonismo podem transformá-lo em único ator de um enredo por ele escrito e que só a ele cabe modificar. Mais uma vez, observa-se a captura de elementos da democracia, das conquistas dos movimentos sociais e das lutas políticas para a manutenção dos interesses hegemônicos das classes dominantes e das ideologias individualizantes. O discurso da participação revela a dialética da inclusão/exclusão, conforme Sawaia (2002), ora direcionado à manutenção do que está posto ora à revolução, presente tanto nas enunciações liberais, ditatoriais ou revolucionárias.

Além disso, pode-se questionar o enunciado implícito na intenção de que os serviços socioassistenciais promovam o protagonismo dos indivíduos e das famílias pobres, como se estes ainda não fossem protagonistas. Para a perspectiva da psicologia histórico-cultural “... todos os sujeitos são, ao mesmo tempo, protagonistas e espectadores, autores e atores da sua e das histórias de muitos sujeitos... A própria chamada “não participação” pode ser encarada como uma forma de “participação”, de demonstrar resistência pelo não fazer (URNAU e ZANELLA, 2009, p. 86). Sawaia (2002) apresenta outra perspectiva à questão. Para a autora, a participação social é uma característica essencialmente humana, pautada no desejo de liberdade e felicidade. Neste sentido, não está na ordem de uma obrigação moral do cidadão. A não participação deve ser estudada pelas “... contingências sociais que o impedem de realizar sua condição humana.” (p.124)

Se, por um lado, já foram apresentados alguns limites e contradições implicadas na noção de protagonismo, por outro, os serviços socioassistenciais podem constituir espaços significativos para os sujeitos, sua organização e mobilização coletiva. É nessa discussão que esta pesquisa se insere. Que participação social efetivamente se busca promover nas ações socioassistenciais? Quais são suas possibilidades e limites?

2.2 Família como foco e lócus da proteção

Na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a família em situação de vulnerabilidade ou risco social é indicada como um dos principais focos da proteção social, e

a matricialidade sociofamiliar, como um dos eixos estruturantes da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A PNAS estabelece que “a situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família” (BRASIL, 2004a, p. 15). Essa proteção é garantida pelo Artigo 2º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993a), que regulamenta a Seguridade Social.

Resumidamente, a assistência social às famílias pobres precisa garantir e assegurar: a sobrevivência (de rendimento e de autonomia), a acolhida e o convívio familiar aos cidadãos ou grupos que vivenciam fragilidade ou perda de vínculos afetivos e sociais, estigmatização, exclusão pela pobreza, situações de violência, não inserção no mercado de trabalho, entre outros (BRASIL, 2004a). Deve ainda focar sua atenção nas potencialidades e possibilidades das famílias/sujeitos e não exclusivamente nas dificuldades, de forma a promover sua autonomia e desvincular-se de óticas assistencialistas e tutelares.

Mas o que se entende por família no contexto desta política pública?

Contemporaneamente, múltiplas são as composições, estruturas, origens, valores e culturas que compõe as configurações familiares brasileiras e que, portanto, impossibilitam homogeneização ou redução a um padrão ou modelo de família (NEDER, 2000). As famílias hoje estão em constantes rearranjos que contrariam antigas organizações e tradicionais concepções de família. As noções de família “estruturada” e “desestruturada”, existentes na literatura acadêmica e mesmo na prática de muitos profissionais, tornaram-se desprovidas de sentido.

Algumas destas mudanças ocorridas nas famílias brasileiras podem ser observadas em dados estatísticos do IBGE. Estão ligadas principalmente à transformação dos papéis atribuídos à mulher dentro e fora da família e a sua inserção no mercado de trabalho (BERQUÓ, 1998). O número de famílias chefiadas por mulheres subiu de 3,5% para 28,4%, entre os anos de 1995 a 2005, conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2006) e em 2009 aumentou para 35,17% (IBGE, 2012a). Carvalho e Almeida (2003), além destas mudanças, observam entre os anos de 1970 e 2000 aumentos nos números de residências formadas por apenas um indivíduo, de divórcios e de casais sem filhos. Entre os anos de 2001 e 2009, por exemplo, o percentual de famílias unipessoais subiu de 9,2% para 11,5% e o número de casais sem filhos de 13,8% para 17,4%, ao passo que o número de casais com filhos reduziu de 53,3% para 47,3% (IBGE, 2012a). Além disso, há que se incluam as formas de convívio familiar e conjugal pautadas pela homoafetividade.

Estas transformações indicam que a família não pode ser entendida de forma cristalizada e naturalizada, ou apenas pela reprodução e por laços sanguíneos. Conforme Mello (2002), a família transcende a ordem puramente natural, se constitui na ordem da cultura e da vinculação afetiva, ou seja, é histórica e socialmente construída, variando em cada contexto e de família para família. Nesta direção, diz respeito a um convívio cotidiano e fundamentalmente a emoções e um sentimento de família (GOMES; PEREIRA, 2005). Foi Lévi-Strauss o primeiro a demarcar os laços sociais de aliança interfamiliares como fundamentos da família, para além da consanguinidade entre irmãos e da descendência entre pais e filhos (SARTI, 1997).

Nesta direção a família deve, portanto, ser entendida enquanto construção social, que varia em cada contexto e de família para família. Como aponta Ariès (1981), a noção de família nuclear patriarcal, bem como o sentimento de família e sua centralidade na sociedade são construções específicas da modernidade, não sendo noções imanentes às famílias de todos os momentos históricos.

Apesar de não haver uma conceituação única de família, a ela são atribuídas as funções de proteção, sobrevivência, socialização e educação de seus membros, sendo também considerada como uma unidade econômica e jurídica (GOMES; PEREIRA, 2005; CARVALHO; ALMEIDA, 2003). De acordo com Mello (2002), a família é a mediadora fundamental entre indivíduo e sociedade, espaço de transmissão de verdades e tradições. A nova compreensão da família está presente no texto da Política Nacional da Assistência Social (BRASIL, 2004a):

Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações de seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, 2004a, p. 35)

Sarti (2004, 2008) enfatiza a família enquanto campo simbólico, no qual discursos e sujeitos se produzem na relação com outros sujeitos. Deste modo, não há como pensar uma concepção universal e *a priori* de família. Esta deve ser compreendida a partir dos sentidos atribuídos por seus membros e situada em um contexto histórico e cultural específico. As construções simbólicas e discursivas que cada família elabora sobre si e sua história carregam as marcas dos discursos dos outros sobre ela.

Este redirecionamento do olhar para a família, de compreendê-la a partir dos sentidos atribuídos pelos seus membros e ao mesmo tempo enquanto um campo/contexto de relações entre sujeitos pode ser aproximado das reflexões de Vygotski. O autor, ao debruçar-se sobre o estudo da construção do psiquismo humano, tendo como base o referencial do materialismo histórico e dialético, traz a dimensão do *outro*, da cultura e da história como fundamentos deste processo. Na perspectiva da psicologia histórico-cultural, é a partir do outro que o sujeito se constitui, se singulariza nas e pelas relações sociais, demarcadas por um contexto histórico e cultural (VYGOTSKI, 1991b, 1995).

O psiquismo se constrói no campo interpsicológico das relações humanas, que são semioticamente mediadas, isto é, mediadas pela linguagem. As funções psicológicas superiores, aquelas que, segundo Vygotski, caracterizam o humano, como a memória, o cálculo, a linguagem etc., são indicadoras da construção cultural e social do humano (1991b, 1995). Todo processo psicológico é social e produzido pelos signos. Os signos, sejam palavras, imagens, gestos, entre outros, constituem as relações entre sujeitos e de cada pessoa consigo mesma, e são construídos nestas relações pela atividade humana (VYGOTSKI, 1991b, 1995; BAKHTIN, 2006).

Um dos primeiros indícios da mediação dos signos na construção psíquica, o qual marca o caráter cultural do humano, para Vygotski (1995), é o gesto indicativo do bebê para a mãe. Inicialmente, o movimento do braço e dedo não é significado pelo bebê como gesto indicativo, é a mãe que atribui este sentido, o que posteriormente é compreendido pelo bebê:

El gesto indicativo empieza a señalar por el movimiento lo que comprenden los demás; tan sólo más tarde se convierte en indicativo para el propio niño. Cabe decir, por lo tanto, que pasamos a ser nosotros mismos a través de otros; esta regla no se refiere únicamente a la personalidad en su conjunto sino a la historia de cada función aislada. En ello radica la esencia del proceso del desarrollo cultural expresado en forma puramente lógica. La personalidad viene a ser para sí, a través de lo que significa para los demás. Este es el proceso de formación de la personalidad. (VYGOTSKI, 1995, p.149)

Vale pontuar que esta citação é delimitada por um contexto de atribuição exclusiva ao feminino dos cuidados com os filhos. Atualmente esta noção pode ser ampliada para qualquer relação adulto-bebê, independentemente do gênero. Assim também, Pino (2005) afirma haver indícios desta mediação semiótica, já em movimentos anteriores ao gesto de indicação do bebê, como, por exemplo, no choro, no olhar, no sorriso e em movimentos corporais, que já são direcionados à compreensão do outro, o que o autor chama de primeiras marcas do humano, ou seja, primeiras marcas da cultura na construção do humano.

Para Vygotski, outro importante processo na construção do psiquismo presente nas primeiras relações com a alteridade é a imitação, quando a criança começa a repetir as ações do adulto. Esse processo, que não pode ser reduzido à mera cópia, pressupõe a significação da ação do outro, indicando a construção cultural do humano: “El propio niño asimila las formas sociales de la conducta y las transfiere a sí mismo.” (VYGOTSKI, 1995, p. 146) Para o autor, não existe processo de socialização, já que o ser humano nasce mergulhado nas relações sociais, mas um processo contrário, de apropriação do social, que é singularizado.

À luz destes pressupostos pode-se pensar a família enquanto um entre os principais lócus de relações com a alteridade. Relações demarcadas num contexto histórico-cultural e que cotidianamente constituem sujeitos e (re)inventam modos de ser das famílias, que, portanto, escapam aos padrões e modelos propostos pelas ciências modernas, entre as quais a psicologia, geralmente determinados por interesses de classe dominante. A família, assim como seus sujeitos, está em contínuo processo de constituição, cuja história é sempre inacabada.

Estudos de Mello (1992) e Sarti (2004, 2008) realizados com famílias pobres demonstram que as relações sociais nesses contextos geralmente configuram-se enquanto rede ou aglomerado. A relação familiar abrange as relações com vizinhos e outros parentes, tanto pela proximidade física das casas, como pela necessidade de ajuda e sobrevivência. Essas características não desqualificam, nem podem servir para inferiorizar as famílias. Os modos diferenciados de convivência e relação familiar devem ser compreendidos com base no cotidiano e nas falas dos sujeitos que as compõem (SARTI, 2008).

No entanto, segundo Sarti (2008), o ideal/padrão de família nuclear ainda hoje vigora na execução das políticas sociais, servindo para estigmatizar as famílias pobres, muitas vezes referidas como desestruturadas e incapazes na educação dos filhos. Além disso, as ações fundamentadas neste modelo de família podem agir como forma de controle, por parte do Estado e demais instituições sociais, sobre as famílias e suas direções.

Perante a falta de condições para se constituir o modelo de família considerado “certo”, o sequestro do direito da família vem ocorrendo, historicamente, pela intervenção na relação com os filhos, sendo esta uma das funções de certos equipamentos sociais, dentre os que se destacam, hoje em dia, a escola, em suas diversas formas (externato ou internato em distintos sistemas), os consultórios médicos e psicológicos, o judiciário, os abrigos, o cárcere, os conselhos tutelares etc. Abstraindo-se a análise das condições necessárias para aderir ao modelo hegemônico, tais equipamentos sociais diagnosticam a incapacidade de a família ser família. Isto ocorre seja retirando os filhos fisicamente ou desqualificando seus saberes e suas ações tanto com classificações estreitas como a de “família desestruturada”, como com intervenções discriminatórias, que submetem indivíduos/famílias a

serviços públicos inadequados, de qualidade duvidosa, que não interferem, efetivamente, na condição de vida que os levou a serem alvo de intervenção. (SCHEINVAR, 2006, p. 50)

Ainda sobre a centralidade da família nas políticas públicas há que se atentar ao fato de que, por um lado, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 226, estabelece que “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.” (BRASIL, 2007b, p. 144). Por outro lado, a família vem sendo posicionada enquanto corresponsável, ou seja, sendo chamada a ser parceira do Estado na resolução de questões sociais e políticas decorrentes de problemas estruturais como a pobreza e a desigualdade social, e destacada como locus de proteção dos indivíduos (SCHEINVAR, 2006; CRUZ, SCARPARO e GUARESCHI, 2007; SAWAIA, 2008).

Para Sawaia (2008) esta centralidade da família nas políticas públicas diz respeito ao contexto atual neoliberal de descrédito dos indivíduos em relação às instituições e ao Estado, considerados incapazes de resolver os graves problemas sociais, o que promove a busca de modelos de identificação nas relações mais intimistas, na família, nas amizades e na comunidade.

Sennett (1988) faz a crítica a esta celebração da intimidade, para ele conceituada como tirania. Pautada na busca narcísica do igual e na exclusão da possibilidade de aprendizagem com o estranho e não familiar, geraria a rejeição completa ao diferente e a diminuição da sociabilidade, além de deslocar o campo político da esfera pública à privada pela exaltação das individualidades e subjetividades em oposição às lutas coletivas.

Esta crítica é também apropriada por Sawaia (2008), que destaca os riscos da família tornar-se o locus da submissão e opressão e da oposição à diversidade e à liberdade, pela força dos vínculos afetivos nela constituídos. No entanto, a autora, justamente em função desta força dos laços afetivos, considera a família como possibilidade estratégica de combate à tirania da intimidade e abertura ao coletivo, o que chama de “usar o feitiço contra o feiticeiro” (SAWAIA, 2008, p. 43). Para isso, propõe que as ações voltadas à família trabalhem no sentido de potencializá-la, por meio da ação coletiva, para o combate aos sofrimentos ético-políticos, “da ordem da injustiça, do preconceito e da falta de dignidade” (SAWAIA, 2008, p. 45), gerados pela desigualdade social.

A partir destas questões, a matricialidade⁶ da família nas políticas públicas, e especialmente na PNAS, precisa ser analisada e problematizada. É preciso considerar as

⁶ Termo presente nos textos da PNAS para demarcar a centralidade da família, que, para prevenir, proteger, promover e incluir seus membros necessita de condições que garantam sustentabilidade para tal.

contradições implicadas na escolha da família enquanto alvo da proteção social, bem como entendimentos não normativos e não estigmatizantes, que contemplem o caráter plural das famílias e seus contextos, que devem não apenas compor o texto da política, mas também corporificar as ações e programas derivados.

2.3 Sistema Único de Assistência Social: breves apontamentos

O SUAS surge com a função de organizar, executar, regular e uniformizar as ações de proteção social da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que anteriormente tinham um caráter mais disperso e desconexo. Para tanto, divide responsabilidades entre as instâncias federal, estadual e municipal no financiamento e coordenação dos serviços, benefícios e programas oferecidos à população.

Os serviços e programas de proteção social oferecidos pelo SUAS estão divididos, conforme a PNAS (BRASIL, 2004a), em: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira caracteriza-se pelo oferecimento de programas e ações com caráter preventivo às situações de vulnerabilidade social, sob a responsabilidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A Proteção Social Especial é articulada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Os serviços de proteção especial estão divididos em média e alta complexidade, direcionados para públicos mais específicos que vivenciam vulnerabilidades e riscos associados à violação de direitos, como a violência, a exploração sexual, o abandono e outros, os quais contam com ações e uma rede de proteção especializada para cada questão. Na proteção especial a noção de alvos da política pública ganha ainda mais destaque e especificidade, principalmente pela vinculação entre a pobreza e a violação de direitos, que requerem serviços diferenciados.

Sobre as responsabilidades imputadas à proteção social básica, objeto deste estudo, o CRAS constitui a unidade básica da assistência social e o principal articulador da rede de proteção em territórios considerados socialmente vulneráveis. Deve executar ações voltadas para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e especificamente aos públicos infantil, juvenil, idoso e com necessidades especiais (BRASIL, 2004a).

Os textos e documentos sobre a PNAS e o SUAS, no entanto, não especificam em qual noção ancoram o entendimento da vulnerabilidade social. Na literatura acadêmica podem

ser encontradas diferentes perspectivas e concepções para o termo. De acordo com Busso (2001), o conceito de vulnerabilidade social relaciona-se aos riscos, às desvantagens e às desigualdades sociais vivenciadas por determinados grupos ou indivíduos, que não têm assegurados direitos de cidadania e equidade, e que, por este motivo, demandam políticas públicas capazes de romper com o ciclo de desvantagens de oportunidades e fortalecer os recursos individuais, coletivos e locais. Essas noções de certo modo estão presentes nos textos da política e do sistema de assistência social brasileiro, que estabelecem serviços voltados à diminuição de prejuízos causados por desigualdades materiais ou financeiras, violações de direitos, situações de rompimento de vínculos familiares, necessidades especiais, entre outros, que objetivam não apenas o trabalho com as fragilidades, mas explicitam a necessidade do fortalecimento das potencialidades e da emancipação de indivíduos e famílias.

Os programas de transferência de renda, por exemplo, objetivam minimizar os problemas decorrentes da insuficiência de renda para o provimento de condições mínimas de subsistência de famílias ou indivíduos. Entre estes programas podem-se citar o Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC)⁷, estabelecido pela LOAS para atendimento a idosos e pessoas com necessidades especiais, e o Programa Bolsa Família⁸. O CRAS é responsável pelo cadastramento e encaminhamento ao Governo Federal das solicitações destes programas, bem como pela disponibilização de outros benefícios considerados eventuais, como alimentos, vale-transporte, entre outros, direcionados a situações emergenciais.

Atualmente, o Brasil, com uma população estimada em 190.755.799 pelo Censo 2010 (IBGE, 2010), conta com o total de 7.607 CRAS e 2.155 CREAS, distribuídos em 99,5% dos municípios do território nacional, de acordo com o Relatório de Informação Social do MDS (BRASIL 2011b). Tem 12.999.560 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, de um total de 17.285.646 famílias que estão no Cadastro Único⁹ com renda per capita mensal de até R\$140,00, critério estabelecido para a concessão de Bolsa Família. No ano de 2004 o número de beneficiários de Bolsa Famílias era de aproximadamente 6,4 milhões.

⁷ Pagamento de um salário mínimo para pessoas com idade acima de 65 anos ou portadoras de deficiências incapacitantes ao trabalho, que comprovem não possuir meios de garantir sua subsistência.

⁸ As famílias, com rendimento mensal de até R\$140,00 *per capita* e que possuem crianças/adolescentes em idade escolar (entre 6 e 15 anos) regularmente matriculadas, podem receber um benefício financeiro mensal, desde que cumpram algumas condicionalidades, relativas a frequência escolar e acompanhamento de saúde das crianças/adolescentes. Os valores do benefício variam de R\$32,00 a R\$306,00 mensais (BRASIL, 2011e).

⁹ O Cadastro Único constitui um banco de dados com informações sobre as condições socioeconômicas, de moradia e de acesso a serviços públicos das famílias e seus componentes. As informações têm por finalidade diagnosticar as situações de pobreza para a implementação de políticas públicas. O Cadastro é obrigatório à requisição de benefícios socioassistenciais, sendo utilizado como instrumento de seleção de beneficiários.

O estado de Rondônia, cuja população alcança a cifra de 1.562.409, segundo o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), é o terceiro estado em termos populacionais entre os sete estados da região norte do país. Está dividido em cinquenta e dois municípios e conta com um total de sessenta e três CRAS, distribuídos em quarenta e cinco municípios, e dezesseis CREAS distribuídos em quinze municípios (BRASIL, 2011b).

A capital do estado, a cidade de Porto Velho, cuja população é de 428.527 habitantes (IBGE, 2010), possui seis CRAS (um deles na área rural em fase de implantação) e dois CREAS (BRASIL, 2011b). O município de Ariquemes, onde está localizado o garimpo foco deste estudo, com uma população de 90.353 habitantes, conta com um CRAS e um CREAS. A Tabela 1, elaborada a partir de informações disponíveis em relatórios do MDS (BRASIL, 2011b), apresenta dados sobre o número de famílias cadastradas (Cadastro Único) atendidas por programas sociais, bem como o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Tabela 1 – Famílias cadastradas no Cadastro Único e beneficiárias do Programa Bolsa Família
(Fonte: MDS - BRASIL, 2011b)

	Estado de Rondônia	Porto Velho	Ariquemes
Famílias Cadastradas	183.782	32.020	8.970
Famílias Cadastradas com renda <i>per capita</i> de até R\$ 140,00	154.479	29.708	7.603
Famílias que recebem Bolsa Família	110.344	21.891	4.979

Mas a função do CRAS vai além do cadastramento e disponibilização de benefícios. Os seus serviços estão direcionados a três eixos de ação: 1) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (BRASIL, 2009a). Esses serviços incluem ações específicas voltadas aos diferentes momentos do ciclo vital, da infância à velhice, envolvendo atividades grupais, visitas domiciliares, que visam, entre outros objetivos, o fortalecimento de vínculos, a socialização, as trocas culturais e de experiências, a promoção do protagonismo, a autonomia etc.

Observa-se que os eixos estruturantes dos serviços de proteção básica direcionam-se preferencialmente às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que vivenciam maiores desvantagens materiais e financeiras. As famílias chefiadas por mulheres são consideradas mais vulneráveis diante da precarização do trabalho feminino, da segregação social e do risco ao trabalho infantil e necessitam mais intensivamente de apoio da rede de proteção social (BRASIL, 2008a). Além da família, algumas etapas do ciclo vital, como a

infância, a juventude e a velhice e ainda pessoas com necessidades especiais, por serem entendidos como grupos mais vulneráveis e em condição da pobreza, contam com serviços específicos do CRAS.

Se, por um lado, o conceito de vulnerabilidade representa um olhar para as desigualdades sociais, explicitando a necessidade de soluções concretas, por outro, pode estabelecer-se enquanto característica inerente a certos grupos, como os pobres, as mulheres, as pessoas com necessidades especiais, entre outros, que se opõem a grupos considerados não vulneráveis. As diferenças e a construção histórica e social dos diferentes indivíduos, grupos e coletividades, que não podem ser entendidos abstratamente, acabam sendo desconsideradas, pois não se levam em conta os contextos e relações particulares nas quais estão envolvidos. O cuidado reside na não generalização arbitrária de certas características, uma vez que, ainda que vivenciando a mesma condição, cada grupo ou indivíduo a experimenta e a significa distintamente.

Esse olhar para as especificidades de indivíduos, coletividades e contextos está presente na PNAS e no SUAS com o princípio de territorialidade. Se a tipificação dos serviços socioassistenciais estabelece diretrizes nacionais e únicas para os serviços de todos os CRAS, a noção de território procura garantir ações planejadas e executadas conforme as características, fragilidades e potencialidades locais:

Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos. É também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento. (BRASIL, 2008a, P. 53)

O princípio de territorialidade, nos documentos do SUAS, também está associado ao conceito de vulnerabilidade social, tanto no que se refere às fragilidades e riscos, quanto aos recursos e potencialidades dos territórios, que precisam ser diagnosticados e sistematicamente dimensionados pelo CRAS, incorporados em suas ações e incluídos nos planos de assistência social dos municípios. Neste diagnóstico podem constar desde dados demográficos, informações sobre situações de risco de populações e famílias, dados sobre as habitações e as condições de moradia, mapeamentos das associações e lideranças comunitárias; mapeamento da rede de serviços públicos e privados, entre outros. No entanto, de acordo com o Censo SUAS 2010 (BRASIL, 2011c), dos 6.801 CRAS participantes da pesquisa, 3.188, o que equivale a aproximadamente 47% do total, não possuem diagnóstico de seu território de abrangência. Esse quadro indica uma lacuna entre o conhecimento das especificidades dos

territórios e a execução de ações pelos CRAS do país que atendam efetivamente às necessidades de sua população.

Além desse problema, os dados do Censo SUAS 2010 evidenciam déficits no oferecimento de serviços da proteção social básica de acordo com a “Tipificação dos Serviços”. Sobre o eixo de ações relacionadas ao PAIF, por exemplo, observa-se que mais de 50% dos 6.801 CRAS em 2010 não realizaram grupos com famílias, o que também foi verificado na maioria dos CRAS de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, em visitas a eles realizadas naquele ano. Mesmo considerando que a tipificação foi publicada recentemente, muito há que se avançar nos serviços oferecidos no CRAS e em sua avaliação.

Observa-se ainda um significativo descompasso entre o planejado e o executado nesta política pública, sendo necessário ampliar e aprofundar as pesquisas sobre a questão. Verificar os serviços e ações desenvolvidas constitui um primeiro passo, mas é preciso ir além. Há que se olhar detidamente para suas qualidades e efetividades junto à população, além do estabelecimento de garantias de melhoria das condições de trabalho e físicas dos aparatos da assistência social.

2.4 Psicologia na proteção social básica

Se a implementação do Sistema Único de Assistência Social e de seus aparatos (como os Centros de Referência e outros) é recente, a inclusão de profissionais da psicologia na composição das equipes de funcionários do CRAS o é ainda mais. Apesar de já existirem programas de assistência social no Brasil anteriores ao SUAS, e de possivelmente haver muitos psicólogos atuantes neste campo, somente a partir do ano de 2007, com a divulgação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2007a), a inclusão de psicólogos na equipe de referência do CRAS e CREAS foi normatizada. As Tabelas 2 e 3 sintetizam a equipe profissional de referência necessária ao CRAS e CREAS.

Tabela 2 - Equipe de referência para a Proteção Social Básica do CRAS
(BRASIL, 2007a, p. 23)

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um assistente social e o outro preferencialmente psicólogo	3 técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais e um preferencialmente psicólogo	4 técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos de nível médio	4 técnicos de nível médio

Tabela 3 - Equipe de referência para a Proteção Social Especial Média Complexidade do CREAS (BRASIL, 2007a, p. 24)

Municípios em Gestão Inicial e Básica	Municípios em Gestão Plena e Estados com Serviços Regionais
Capacidade de atendimento de 50 pessoas	Capacidade de atendimento de 80 pessoas
1 coordenador	1 coordenador
1 assistente social	2 assistentes sociais
1 psicólogo	2 psicólogos
1 advogado	1 advogado
2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)	4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)
1 auxiliar administrativo	2 auxiliares administrativos

A equipe de referência do SUAS, estabelecida pela NOB-RH/SUAS foi recentemente retificada pela Resolução n. 17, de 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2011d), determinando obrigatoriamente a presença de assistente social e psicólogo nas equipes de proteção de complexidade básica, especial de média e alta, bem como, de advogado na equipe de proteção especial de média complexidade. Para a gestão dos aparatos do SUAS fica estabelecido que o psicólogo é um entre os profissionais que podem ocupar a função.

Conforme dados divulgados pelo CFP (2012) entre os anos de 2007 e 2011 o número de psicólogos nos CRAS aumentou 75%. Atualmente existem 20.463 psicólogos atuando no

SUAS, 12.109 destes trabalham na rede municipal de proteção social, 526 nas secretarias estaduais de assistência social e 7.828 na rede privada.

Conforme o Censo SUAS 2010 (BRASIL, 2011e) o número total de profissionais do SUAS é de 220.000, sendo 38% estatutários e 13% celetistas. Nos CRAS do país o número total de funcionários chega a 51.692, sendo 7.122 psicólogos (13,8% do total) e 13.112 de assistentes sociais (25,4% do total) (BRASIL, 2011c). Sobre o vínculo de trabalho dos funcionários do CRAS o Censo indica que apenas 30,6% são servidores estatutários. Chama a atenção que o maior contingente de funcionários (36,7%) tem contrato de trabalho temporário e os demais são celetistas, terceirizados ou estagiários. Nos CREAS do país existe um total de 14.132 trabalhadores. Destes, 2.644 são formados em psicologia, 3.263 em serviço social e 1.167 em pedagogia (BRASIL, 2011c). No CREAS os funcionários estatutários representam 31% do total, sendo os demais celetistas, temporários, terceirizados ou estagiários, indicando a fragilidade dos vínculos trabalhistas, o que tem repercussões significativas no oferecimento e continuidade dos serviços.

Diante da inserção massiva de profissionais da psicologia nos serviços do SUAS em municípios de todo o país, no ano de 2007 o Conselho Federal de Psicologia, conjuntamente com o Conselho Federal de Serviço Social, organizou e formalizou um texto intitulado “Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social” com o objetivo de definir as atribuições e direções da atuação de cada um destes profissionais e ao mesmo tempo enfatizar o caráter interdisciplinar do trabalho na proteção social (CFESS; CFP, 2007).

No que tange à atuação do psicólogo no SUAS, o texto sublinha a importância de compreender a dimensão subjetiva presente nos processos sociais e coletivos, sem que isso signifique psicologizá-los ou patologizá-los. Destaca que as atividades do psicólogo devem estar comprometidas com a defesa dos direitos, da cidadania e da autonomia dos sujeitos, trabalhando para a promoção, prevenção e proteção à vida e à saúde psicológica e psicossocial de indivíduos e coletividades.

As ações do psicólogo podem direcionar-se ao atendimento individual ou de crianças, adolescentes e adultos, mas com foco na família. A matricialidade da família na PNAS é também apontada como importante foco de atenção e intervenção do psicólogo para o desenvolvimento de ações e projetos. Estes devem buscar trabalhar o sofrimento das famílias e suas possibilidades de mudança, integrando as dimensões subjetiva e social (CFESS; CFP, 2007).

O documento ainda indica saberes e recursos técnicos profissionais específicos da formação em psicologia que devem ser considerados no âmbito da assistência social: identificar, analisar, planejar e intervir em necessidades de ordem psicológica; analisar e realizar diagnósticos dos processos psicossociais e psicológicos nas dimensões individuais, organizacionais e institucionais; realizar atendimento, aconselhamento e orientação psicológica a indivíduos na proteção social especial; coordenar/facilitar grupos; atuar de maneira preventiva ou terapêutica; utilizar recursos da pesquisa científica, entre outros. Apesar da referência à atuação de caráter terapêutico, o documento, em outra passagem, coíbe o atendimento psicoterapêutico de indivíduos ou famílias, o que também é verificado nos documentos produzidos pelo MDS sobre o SUAS (BRASIL, 2009a). Esta é uma questão ainda polêmica entre os próprios psicólogos.

Outro documento “Referências técnicas para a atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS (CREPOP, 2007), de edição exclusiva do Conselho Federal de Psicologia, reproduz algumas discussões do texto construído colaborativamente com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS; CFP, 2007) e amplia outras. Também delimita a matricialidade da família na atuação do psicólogo no SUAS e traça diretrizes para sua atuação no CRAS: valorizar experiências subjetivas dos sujeitos e potencializar recursos psicossociais individuais, familiares e grupais (CREPOP, 2007). Apresenta como principais referenciais teóricos e práticos à atuação do psicólogo a psicologia social e comunitária (cita autores como Sílvia Lane, Martín Baró e Bader Sawaia), bem como a psicologia do desenvolvimento e a psicologia institucional.

Semelhantemente ao outro documento, construído colaborativamente entre o CFP e o CFESS, estabelece que não constitui atribuição do psicólogo no CRAS o atendimento clínico em caráter psicoterapêutico. Ao psicólogo cabe: trabalhar de acordo com as diretrizes propostas para a proteção social básica e especial; desenvolver ações, projetos e avaliações em equipe interdisciplinar; identificar potenciais nos indivíduos, famílias e comunidades atendidas; interagir no sentido de promover entre os sujeitos atendidos o reconhecimento de que são construtores de si e do contexto social; compreender os processos subjetivos na relação com os contextos familiares, sociais e comunitários; contribuir para a organização coletiva e mobilização social; realizar atendimentos: acolhimento, entrevistas, visitas domiciliares, atividades socioeducativas, de convívio e facilitação de grupos, entre outros (CREPOP, 2007).

Muitas dessas atividades, no entanto, competem a todos os profissionais do CRAS, não sendo exclusivas ao psicólogo. Perez (2009) destaca que a não especificação das

atribuições e atividades do psicólogo, presente nos dois textos, evoca uma série de questionamentos e inquietações entre os profissionais. Esse problema também pode ser observado nos textos, cartilhas e documentos produzidos pelo MDS sobre os serviços oferecidos no SUAS, que parecem destacar o caráter interdisciplinar das ações:

As salas de atendimento não devem ser atribuídas aos técnicos de nível superior, isto é, as salas não devem receber a denominação de “sala do(a) assistente social” e “sala do(a) psicólogo(a)”. A atenção promovida pela equipe de referência do CRAS é interdisciplinar e os espaços físicos devem refletir esta concepção. Assim, o atendimento particularizado, as entrevistas ou qualquer outra atividade, deverão ser desenvolvidas por qualquer profissional de nível superior que componha a equipe de referência do CRAS e que tenha esta competência. (BRASIL, 2009b, p. 52)

Outro exemplo de não diferenciação das atividades ou contribuições específicas dos profissionais é a orientação para o desenvolvimento de atividades grupais. O documento “Orientações para o Acompanhamento das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” (BRASIL, 2006) estabelece a articulação do Programa Bolsa Família (PBF) com o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), vinculando ações de transferência de renda com o trabalho socioeducativo em grupos de famílias (BRASIL, 2006; AFONSO, 2006). Segundo o documento, o trabalho em grupos direcionado às famílias tem como objetivo o desenvolvimento da “convivência”, “reflexão” e “ação”, combinando

(...) várias modalidades dirigidas a diferentes objetivos dos programas, a fim de contribuir para: a circulação de informação, a escuta e orientação mais apurada de pequenos grupos de famílias, a promoção de reflexão sobre as relações familiares e comunitárias, o desenvolvimento de capacidades das famílias e a mobilização da comunidade. (BRASIL, 2006, p. 52)

As “Orientações” distinguem três modelos de intervenção: grupo de convivência familiar, grupo de desenvolvimento familiar e grupo socioeducativo. O grupo de convivência familiar tem como foco o desenvolvimento da convivência, do sentimento de pertença, da comunicação, da negociação grupal e com a comunidade. Já o grupo de desenvolvimento familiar objetiva principalmente o processo de reflexão sobre experiências ou questões relativas às relações familiares ou comunitárias propostas com e para o grupo (BRASIL, 2006). O grupo socioeducativo, por sua vez, tem por objetivo a divulgação de informações sobre direitos e outros temas sugeridos pelas famílias, visando o empoderamento e a mobilização para solucionar problemas enfrentados por elas e pelas comunidades. O documento cita como exemplo o trabalho informativo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cujo conhecimento é considerado importante para as famílias.

O texto produzido pelo MDS traz ainda orientações de como organizar os grupos, sobre a duração e frequência dos encontros exemplos e variadas sugestões de atividades e dinâmicas. Pode-se observar alguns elementos comuns ao trabalho com grupo de famílias: a divulgação de informações e discussões sobre direitos e cidadania, a promoção de potencialidades e a mobilização para a superação de desafios e problemas enfrentados pelos sujeitos e comunidades. O protagonismo prevalece como indicação ao trabalho com grupos de famílias acompanhadas pelo PAIF (BRASIL, 2006).

Fica evidente a não distinção entre as especificidades dos campos profissionais no desenvolvimento de grupos com famílias ou outras ações, o que parece ressaltar a diretriz interdisciplinar das ações socioassistenciais. No entanto, a pesquisa desenvolvida pelo CREPOP (2010a) traz alguns indicativos importantes para análise da interdisciplinaridade: verificou-se que ela ainda não foi alcançada entre as equipes do CRAS, conforme as repostas dos psicólogos a três perguntas sobre a temática, destacadas no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Frequência de atividades interdisciplinares desenvolvidas nos CRAS por psicólogos respondentes da pesquisa do CREPOP (Fonte: CREPOP, 2010a)

O atendimento multiprofissional é desenvolvido frequentemente ou ocasionalmente por até 38% dos profissionais. O número elevado de casos em que não se aplica esta modalidade de atendimento pode ter relação com as demandas em excesso para o número de profissionais existentes nos CRAS, mas o elevado índice de ausência de discussão de casos

com os demais profissionais da equipe, também revela dificuldades específicas na construção de propostas conjuntas com os demais profissionais. Estes dados elucidam a necessidade de uma análise mais aprofundada do trabalho interdisciplinar nesta política.

No que se refere às especificidades da psicologia na proteção social básica, há que se considerar que os dois documentos produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia não pretendem constituir um manual de técnicas ou de operacionalização da psicologia no SUAS, visto que cada profissional deve buscar construir sua prática de acordo com as singularidades do contexto em que atua. Além disso, o documento reflete a própria multiplicidade da psicologia, construída por diversos aportes teóricos e práticos, que impedem a instituição de práticas genéricas. Os recursos técnicos da psicologia estão pautados em referenciais teóricos e epistemológicos particulares, que dependem da escolha de cada profissional. Os processos grupais, por exemplo, são compreendidos distintamente pelas teorias da psicologia, em sua interface com a sociologia, trabalhados com finalidades e técnicas variadas.

Ainda pode-se pensar a inquietação dos psicólogos sobre o estabelecimento de diretrizes para a prática no SUAS como reflexo da centralidade do modelo clínico ainda existente na sua formação profissional: como esta é coibida nos serviços socioassistenciais, cerceia-se o vislumbre de outras possibilidades de ação. Essa questão se verifica no estudo realizado por Teixeira (2008) com psicólogos inseridos em CRAS do Ceará, que relatam sua restrita formação ao trabalho social e comunitário e apontam para a necessidade de novas práticas. O desafio reside em construir

(...) novos dispositivos que rompam com o privativo da clínica mas não com a formação da Psicologia, que traz, em sua essência, referenciais teórico-técnicos de valorização do outro, aspectos de intervenção e escuta comprometida com o processo de superação e de promoção da pessoa. (CREPOP, 2007, p. 29)

Pesquisa realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Federal de Psicologia (CREPOP, 2010a) sobre a atuação de psicólogos nos CRAS, da qual participaram 1.331 profissionais, ou seja, 18,7% do total de 7.122 atuantes em CRAS do país (BRASIL, 2010b) assinala que 49,8% (649) dos entrevistados possuem pós-graduação (93,5% destes em grau de especialização). Chama a atenção que o maior número das especializações concentra-se em áreas clínicas e da saúde, aproximadamente um total de 302 psicólogos, o que representa 22,7% do total de respondentes (CREPOP, 2010a). A pesquisa realizada com psicólogos atuantes no CREAS (CREPOP, 2010b) informa apenas que do total de 522 respondentes, 54,4% possuem título de pós-graduação.

As pesquisas do CREPOP ainda revelam que 64,9% dos entrevistados trabalham no CRAS há no máximo dois anos. Esse número sobe para 67,1% com aqueles que trabalham no CREAS ou outros serviços de proteção especial. Além disso, 58,3% dos respondentes do CRAS e 55,2% do CREAS atuam como psicólogos há no máximo quatro anos, o que indica um grande contingente de profissionais recentemente formados e inseridos nos serviços de proteção social. Esses jovens, cujas idades, na maioria, estão entre 24 e 31 anos, enfrentam os desafios de construir novas práticas em novos parâmetros da assistência social.

Dados da mesma pesquisa revelam que a psicoterapia no CRAS raramente ocorre ou não se aplica. Entretanto, de 25,8% a 34,8% das respostas dos entrevistados indicam sua prática (CREPOP, 2010a), conforme demonstra o Gráfico 3, elaborado pela seleção de informações da referida pesquisa:

Gráfico 4 – Frequência de atividades relacionadas à psicoterapia desenvolvidas nos CRAS por psicólogos respondentes da pesquisa do CREPOP (Fonte: CREPOP, 2010a)

Esse quadro mostra ainda o desconhecimento das propostas da política e seus serviços e a necessidade de repensar a formação inicial e continuada dos profissionais da psicologia. Na pesquisa realizada com os psicólogos do CREAS não constam informações sobre estas duas questões, que permitam aqui estabelecer comparação. Neste debate, há que se considerar que os profissionais da área foram convidados à composição das equipes do SUAS, mas a categoria não participou de forma extensiva da construção da política, o que vem repercutindo, conforme Teixeira (2008), nas dificuldades ainda enfrentadas em sua apropriação.

No bojo destas discussões esta pesquisa se insere e pretende, a partir do trabalho de campo realizado com famílias do garimpo de Bom Futuro, contribuir com a construção e

solidificação de recursos teórico-práticos ao trabalho dos psicólogos na proteção social básica, contemplando os referenciais e as experiências já consolidadas da psicologia social e comunitária, como também da psicologia escolar e educacional, as quais já possuem uma crítica consolidada aos modelos hegemônicos de atuação do psicólogo e apontam para novos caminhos de atenção aos aspectos grupais, institucionais e sociais que incidem sobre as vivências psicológicas, as relações interpessoais, os processos de comunicação e de ensino-aprendizagem. Caminhos que indicam fundamentalmente a necessidade de conhecer com mais profundidade da população alvo das políticas públicas, a fim de reconhecer as potencialidades da psicologia e sua participação na concepção de ações que respondam aos problemas conjuntamente levantados.

Itinerários da incursão ao outro

3. O PERCURSO METODOLÓGICO

La búsqueda del método se convierte en una de las tareas de mayor importancia de la investigación. El método, en este caso, es al mismo tiempo premisa e producto, herramienta y resultado de la investigación. (VYGOTSKI, 1995, p. 47)

Os pressupostos metodológicos deste estudo não podem ser delimitados em apenas um capítulo, já que se entrelaçam dialeticamente à totalidade de sua construção, enquanto unidade constitutiva de todos seus componentes. Neste ponto cabe explicitar a relação dos pressupostos metodológicos com os itinerários mais específicos da pesquisa. Explicitar esta relação visa destacar que o método não se reduz a mera indicação de procedimentos e técnicas de estudo, mas pressupõe necessariamente um prisma teórico-filosófico, já implicado na escolha do objeto de pesquisa e necessariamente um guia à caminhada. O método é, nesse sentido, ponto de partida, premissa da pesquisa, de sua concepção e seu planejamento teórico e instrumental, mas é ainda um movimento aberto e permanente, que se concretiza e se reconstrói a cada novo passo do processo e objetivado no produto final, sendo ao mesmo tempo ferramenta e resultado da investigação.

Existen dos procedimientos metodológicos distintos para las investigaciones psicológicas concretas. En uno de ellos la metodología de la investigación se expone por separado de la investigación dada; en el outro, está presente en toda la investigación. (...) Algunos animales – los de cuerpo blando – llevan por fuera su osamenta como lleva el caracol su concha; otros tienen el esqueleto dentro, es su armazón interna. Este segundo tipo de estructura nos parece superior no solo para los animales sino también para las monografías psicológicas y por ello lo que escogimos. (VYGOTSKI, 1995, p 28)

Esse entendimento busca enfatizar que o procedimento planejado só ganha sentido na relação com a realidade material do fenômeno objeto de estudo. E como essa realidade é movimento de construção constante, de igual modo, o método para sua compreensão se recria nesse processo e permite a compreensão teórica e científica da dialética que constitui o real. Obviamente, essas concepções já indicam a filiação teórico-metodológica deste estudo, também apontada em capítulos anteriores: o materialismo histórico e dialético, mais especificamente tomado da perspectiva da psicologia histórico-cultural. Nesta perspectiva, a compreensão científica demanda uma compreensão histórica do movimento e das condições

materiais que produzem os fenômenos humanos, concretizados no intercâmbio social e na atividade humana. Isto requer estudá-los em sua totalidade, não a partir da decomposição e isolamento de suas partes. Busca-se entender as unidades, relações e contradições que compõem o todo (VYGOTSKI, 1995), o que não significa exaurir o estudo ao infinito das possibilidades do todo, uma tarefa impossível, mas encontrar seus aspectos explicativos principais e fundamentais (FRIGOTO, 1991).

Vygotski apresentou importantes contribuições à compreensão dos processos psicológicos constitutivos do homem a partir de múltiplos aspectos: biológicos, sociais e individuais. Neste sentido, ainda que cientes de nossos limites para capturar o todo, sempre provisório, a postura materialista histórica e dialética pauta-se na superação da fragmentação dos fenômenos, pelo entendimento de suas múltiplas dimensões e conexões.

Nesta concepção a contradição é elemento chave para o entendimento do real. A separação cartesiana pressupõe a dissociação entre dimensões que na dialética materialista são entendidas como mutuamente constitutivas, pela unidade e luta dos contrários. Individual e social, objetividade e subjetividade, natural e cultural, por exemplo, não são analisados como elementos dicotômicos, mas dialeticamente imbricados e, por isso, suas relações precisam ser consideradas e investigadas. Esta foi a busca de Vygotski em toda sua produção científica.

Essas noções permitem que o exercício de análise culmine com a apreensão do real em sua essência, ou seja, em seu movimento e transformação, em suas relações e contradições, os quais emanam da concretude das trocas materiais entre os homens.

Toda la dificultad del análisis científico radica en que la esencia de los objetos, es decir, su auténtica y verdadera correlación no coincide directamente con la forma de sus manifestaciones externas y por ello es preciso analizar los procesos; es preciso descubrir por ese medio la verdadera relación que subyace en dichos procesos tras la forma exterior de sus manifestaciones. (VYGOTSKI, 1995, p. 104)

Esta compreensão de Vygotski revela sua vinculação ao materialismo histórico e dialético – ainda desconsiderada e negligenciada por grande parte das interpretações atuais de suas obras –, e sua busca pelas relações essenciais, que justifica a necessidade da ciência e da filosofia e as distingue das produções ancoradas no senso comum e na aparência dos fenômenos, também características das interpretações metafísicas:

A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob o aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem

como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade. (KOSIK, 2011, p. 21)

Vale ressaltar que não se trata de desconsiderar ou minimizar a importância do pensamento popular ou senso comum, que com Gramsci (1966) pode ser definido como generalizações fragmentadas e difusas, muitas vezes contrárias entre si, que refletem o pensamento e as concepções de mundo hegemonicamente compartilhadas entre os homens de um tempo, um contexto e pertencentes a agrupamentos específicos. Gramsci enfatiza a importância de compreender esta “filosofia espontânea” dos homens, já que todos são filósofos, capazes de construções intelectuais sobre os fenômenos da vida e da sociedade, para entender suas vinculações com os grupos sociais aos quais pertencem e com isso construir possibilidades de crítica e resistência ao conformismo e aos modos de pensar e agir passivamente incorporados: “O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário.” (GRAMSCI, 1966, p. 12).

A filosofia da práxis de Gramsci, além da interpretação da realidade, busca inevitavelmente sua transformação, sendo a crítica um momento fundamental e necessário para a superação do senso comum:

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica ao “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente) (...) (GRAMSCI, 1966, p. 18)

Se “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2003, p. 113), Gramsci enfatiza que a filosofia elaborada individualmente por grandes intelectuais geralmente está desconectada do pensamento e da realidade concreta popular e chama atenção para a necessidade de interlocução com o povo, para que a filosofia se “transforme em vida” e deixe de ser mera atividade técnica e burocrática. Daí também decorre a indissociabilidade entre teoria e prática, a práxis.

O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, assim, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente às leis da história (...) (GRAMSCI, 1966, p. 139)

Na pesquisa, pode-se dizer que esta busca de compreensão dos sujeitos, a quem se dedica um estudo, como bem enfatiza Gramsci, só pode ser pautada numa conexão entre pesquisador e pesquisado. Para compreender este outro é preciso sentir suas paixões, é preciso olhá-lo a partir de seu ponto de vista, de sua história e das condições que a produzem. Como diz outro teórico,

Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina (...) (BAKHTIN, 2003, p. 23)

Bakhtin, ao explicitar as condições necessárias à criação e composição estética de um personagem na literatura, nesta citação traz não apenas metáforas, mas compreensões fundamentais às relações com a alteridade, que aqui neste caso servem como diretrizes às trocas interpessoais mediadas pela pesquisa.

De acordo com Amorim (2004), por este objetivo o pesquisador não é apenas um hóspede do outro ou cultura alheia, mas, ao mesmo tempo, um anfitrião, porque é tanto recebido pelo outro (sujeito de pesquisa), quanto acolhe este outro, ainda estranho, o escuta, busca traduzi-lo e descortiná-lo.

Vale observar que, conforme Bakhtin, não se pode vivenciar exatamente o que o outro sente. Ao compenetrar-me no outro, nesta busca de compreendê-lo, não vivencio o sentimento alheio como próprio, mas sempre em minha condição distinta de alteridade. Nesta direção, qualquer contato com o outro pressupõe um encontro e ao mesmo tempo um distanciamento, pautado nas singularidades, distintas vivências e significados a elas atribuídos, mesmo quando se vive em iguais condições sociais e materiais. Este distanciamento, para Bakhtin, está relacionado aos distintos campos de contemplação do olhar do eu e do outro. Ninguém é capaz de contemplar-se por inteiro, em todos os seus ângulos, partes do próprio corpo, expressões faciais ou personalidade. Este olhar só é possível ao outro, que sob outro prisma consegue contemplar e dar acabamento a esta totalidade e ao que estava incessível ao olhar sobre si. Nisto reside a necessidade axiológica que temos em relação ao outro e o fundamento da atividade do pesquisador.

Delineei o objeto deste estudo impregnada por estas concepções. Tendo a política de assistência social a população pobre como foco de suas ações e o psicólogo um papel a desempenhar neste contexto, por seus saberes específicos sobre a subjetividade e a constituição dos sujeitos, como transformar esses saberes em vida? Como relacioná-los às concepções de mundo e à realidade concreta da população, para daí emergir o movimento de

crítica e possibilidades do novo? Quais possibilidades de interlocução existem para a construção conjunta de práticas efetivamente pautadas numa compreensão empática da população, em contraposição às práticas psicológicas forjadas unilateralmente, pela reprodução de técnicas descontextualizadas? Como pensar isso diante das especificidades da vida num garimpo?

A princípio, o procedimento que me parecia ideal e mais coerente com tais reflexões era a pesquisa ação participante, que possibilitaria tanto a compreensão da realidade das famílias quanto a ação. No entanto, diante do escasso tempo de que dispunha e do fato de não ter tido qualquer contato anterior com a população do garimpo, era-me muito estranho que qualquer ação ficasse balizada por meus interesses e prazos de pesquisa. Assim, decidi que esta pesquisa seria centrada na análise e compreensão intensiva do garimpo e de sua população a fim de possibilitar uma reflexão sobre os saberes e as práticas da psicologia no campo da proteção social e quiçá fomentar futuras ações no local, em consonância com os interesses e interlocuções delineadas.

A idiossincrasia do território foco deste estudo, o maior garimpo a céu aberto de cassiterita do mundo, bem como, a proposição de entender as possibilidades de interlocução da psicologia na proteção social a famílias que o constituem, demandaram uma opção metodológica que permitisse um olhar aprofundado e um contato mais estreito com o lugar e seus sujeitos. Nesta direção, elegi a etnografia como enfoque condutor da pesquisa.

Muito embora a etnografia seja característica e embrionária de estudos no campo da antropologia, nos quais o pesquisador vivencia uma cultura específica para compreendê-la e descrevê-la, numa permanência diária e prolongada de muitos meses ou anos, esta perspectiva metodológica vem sendo utilizada por diferentes campos do saber, de diferentes perspectivas teóricas, conservando algumas de suas principais particularidades, mas com algumas nuances.

De acordo com André (1995), as características centrais do enfoque etnográfico são: o privilégio ao processo de construção de informações, em lugar de apenas considerar o produto; a busca de compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos e o “contato direto e prolongado” no campo de estudo.

Para Rockwell (1987), a etnografia não se refere apenas a procedimentos metodológicos específicos de trabalho de campo, como a observação participante: ela é principalmente um enfoque que congrega duas dimensões: método e teoria. A etnografia não se faz desvinculada de uma teoria, pois mesmo os primeiros passos e as primeiras perguntas do pesquisador são conduzidos por uma determinada posição teórica. Do mesmo modo, não

há uma cisão entre a análise e os procedimentos de coleta das informações, pois as escolhas feitas sobre o que observar e registrar já integram a análise.

Neste sentido, a etnografia aqui traçada, além da descrição intensiva do cotidiano, das relações das famílias no garimpo e dos diálogos ali travados, procurou, com base no referencial teórico do materialismo histórico e dialético, traçar interpretações e explicações que possibilitassem relacionar o vivido neste contexto particular e na relação pesquisador-pesquisado com o contexto social mais amplo, congregando o particular e o universal, o subjetivo e o objetivo, o processo e o produto. Os significados/sentidos e enunciados produzidos e postos em diálogo na pesquisa, as objetivações subjetivas, só foram entendidos em seu vínculo com as relações e a realidade concreta mais ampla, numa sociedade com condições históricas, econômicas e políticas específicas.

Este entendimento das relações sociais se diferencia das interpretações interacionistas, que consideram apenas as relações interpessoais e não observam que estas são mediadas por relações estruturais mais amplas, pautadas na organização política e econômica, que constitui papéis e posições numa determinada sociedade com um dado modo de produção (PINO, 2000).

Especificamente no campo da psicologia, Sato e Souza (2001) afirmam a importância de estudos etnográficos para a compreensão das subjetividades a partir da concretude dos processos e espaços sociais, como também das relações cotidianas que as engendram: “nesses processos as expressões pessoais, singulares e comuns, podem ser acessadas de diversas formas – instituições criadas (formas de relação, códigos, ritos, regras, valores etc.) e práticas – sendo a verbalização apenas um dos canais de sua expressão” (SATO e SOUZA, 2001, p. 4).

A subjetividade é aqui entendida, como já apontado anteriormente, enquanto produto e produtora das relações objetivas e materiais entre os homens. De acordo com Vygotski (1995), não há processo puro e originariamente subjetivo. Todo processo intrapsicológico é primeiramente um processo interpsicológico, construído nas relações interpessoais e mediado por signos histórica e culturalmente criados e compartilhados: “Modificando la conocida tesis de Marx, podríamos decir que la naturaleza psíquica del hombre viene a ser un conjunto de relaciones sociales trasladadas al interior y convertidas en funciones de la personalidad y en formas de su estructura” (VYGOTSKI, 1995, p. 151).

Nesta concepção a subjetividade também não é conceituada como uma estrutura permanente e estática, mas um processo aberto e passível de transformações (GONZÁLEZ

REY, 2002). É neste sentido que o enfoque etnográfico na psicologia abre a possibilidade de olhar para os processos de trocas materiais concretas constitutivas da subjetividade humana.

3.1 Incursões etnográficas ao garimpo

O trabalho etnográfico foi desenvolvido em incursões semanais ao garimpo Bom Futuro, localizado na área rural, a oitenta quilômetros do município de Ariquemes, realizadas geralmente uma vez por semana (em algumas semanas mais de uma visita foi realizada e em outras nenhuma, em função da indisponibilidade de transporte), com tempo de permanência médio variando entre seis a oito horas por dia, o que poder ser caracterizado, de acordo com Delamond (2005), como etnografia de imersão parcial, na qual o pesquisador permanece em campo por alguns períodos do dia e depois retorna para sua casa. No total foram realizadas trinta e seis (36) incursões etnográficas ao garimpo, ao longo de mais de um ano de trabalho de campo.

Muito embora meu primeiro contato com a comunidade de Bom Futuro tenha ocorrido no mês de dezembro do ano de 2010, ao qual se seguiram algumas visitas realizadas espaçadamente no ano de 2011, foi durante o primeiro semestre de 2012 que a coleta de informações mais intensa pôde ser efetivada. Dois fatores principais podem ser apontados para este espaçamento no tempo. O primeiro deles foi a dificuldade ímpar que encontrei para a obtenção de autorização de um comitê de ética em pesquisa. Depois de um ano de espera, entre 2009 e 2010, vim a saber que o parecer não tinha validade, uma vez que o comitê estava descredenciado no Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Um novo processo precisou ser protocolado em novo comitê, mas nesse ínterim foram modificados os procedimentos para envio de projetos, o que protelou ainda mais a autorização.

O outro fator que atrasou a pesquisa foi a interrupção de um trabalho de proteção social básica com as famílias do garimpo Bom Futuro desenvolvido pela equipe do CREAS/Ariquemes, que realizava visitas quinzenais ao local. Foi esse trabalho que possibilitou meu contato com a comunidade, o qual inicialmente seria objeto de estudo. Como essa interrupção ficou mais definida apenas no segundo semestre de 2011, precisei reconfigurar o estudo, viabilizar o transporte ao local e iniciar um trabalho de campo independente, a partir do contato com algumas líderes comunitárias, participantes e viabilizadoras fundamentais de minha inserção no universo de Bom Futuro e da pesquisa.

Não há como negar que a grande dificuldade para qualquer trabalho no garimpo Bom Futuro reside em sua distância e na dificuldade de transporte. Este foi um dos motivos alegados para a interrupção do trabalho do CREAS, como também da minha luta constante ao longo de todo o trabalho de campo. Na instituição federal de ensino superior a que pertencço, muito embora se afirme o direito de utilização dos veículos de transporte para fins acadêmicos de pesquisa, estes são alvo de inúmeras disputas e sua obtenção é extremamente difícil. O veículo de minha instituição foi utilizado algumas vezes para as incursões ao garimpo, mas tive de buscar outros meios que permitissem a constância das visitas. Antes desse fato eu havia convidado outros colegas professores para conhecerem o garimpo e desenvolverem trabalhos de pesquisa e extensão em suas áreas do conhecimento, e eles iniciaram projetos na escola do local. Estes colegas conseguiram viabilizar o transporte por intermédio da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, o que garantiu a continuidade deste e dos outros estudos e projetos.

Antes de ter a situação do transporte resolvida, as idas ao garimpo estavam muito comprometidas, não conseguia manter uma frequência de incursões semanais e muitas vezes precisei arcar com transporte particular, feito por táxis, chamados de lotações. Essas lotações e um ônibus, cuja viagem dura aproximadamente três horas, são as únicas modalidades de transporte para a população do garimpo ao município a que pertence.

A imersão etnográfica no garimpo Bom Futuro ocorreu inicialmente na Vila Bom Futuro, local onde reside a maior parte da população do distrito (uma caracterização detalhada do garimpo, do distrito e suas vilas consta do próximo capítulo). Minhas três primeiras incursões, uma em dezembro de 2010 e as outras nos meses de maio e junho de 2011, foram acompanhando a equipe do CREAS em seu trabalho, que, como pude observar, consistia em palestras e dinâmicas para a discussão de algumas temáticas previamente planejadas pelos técnicos da instituição como, por exemplo, violência contra a mulher e a criança, entre outros. Ao final dos encontros era servido um lanche e realizado um sorteio de brindes (kits de higiene, roupas, brinquedos, utensílios domésticos).

O trabalho tinha um caráter mais informativo, sobre direitos, relações familiares, mas não pareceu ter por objetivo a formação de um grupo ou de organização coletiva, tampouco de mobilização para a ação. As atividades que acompanhei foram realizadas por estagiárias em psicologia e serviço social, educadores sociais e pela coordenadora do CREAS. Pelo caráter desse trabalho, a equipe afirmou que seria de responsabilidade do CRAS, mas como o CREAS fora chamado no ano de 2009 para atender uma situação de violação de direitos e violência com uma família ali residente, a equipe deste se vinculou à comunidade e observou

que era necessário um trabalho continuado e mais abrangente. Como a responsabilidade não foi assumida pelo CRAS do município, o CREAS a abraçou e continuou.

Minhas visitas ficaram limitadas ao pátio da igreja católica ou à escola – espaços onde se realizavam as atividades do CREAS – e ao garimpo, sediado a pouco mais de cinco quilômetros da referida vila. Nos encontros pude conversar com os moradores presentes, apresentar-me e conhecer um pouco da vida ali, como também fui apresentada a duas líderes comunitárias, ambas ligadas à igreja católica, indicadas como facilitadoras da inserção da equipe do CREAS no garimpo e principais organizadoras dos espaços para os encontros.

Com a interrupção do trabalho do CREAS, motivada primeiramente pela falta de transporte, mas também por mudanças na gestão e na equipe da instituição, só retornei no segundo semestre de 2011 em visitas independentes. Contatei e conversei com as líderes comunitárias e fui até a escola, principal instituição pública no lugar, onde tive conversas com o diretor, as orientadoras pedagógicas e uma professora pioneira no garimpo. Além conhecer a realidade local, apresentei a eles a pesquisa. O trabalho de campo etnográfico foi desenvolvido mais intensivamente no primeiro semestre de 2012.

Minha primeira caminhada pelas ruas e casas da vila ocorreu em uma situação muito interessante à pesquisa. Havia combinado com Nair, uma das líderes, que, conforme sua disponibilidade, passaria em sua casa nos períodos vespertinos (os matutinos eram dedicados a seus afazeres domésticos de dona de casa) e dali iríamos para a casa de outros moradores, aos quais me apresentaria. Em nossas primeiras conversas, ela havia comentado sobre alguns moradores específicos que gostaria que eu conhecesse, remetendo a algum processo de sofrimento psíquico ou psicopatologia. Algumas dessas pessoas também haviam sido indicadas pela professora com quem conversara. Expliquei que gostaria de conhecer os moradores em geral (justamente para evitar os lugares comuns da psicologia clínica), mas eu ainda não tinha muita clareza de como procederíamos, se iríamos de casa em casa e qual seria o critério de escolha, ou por onde começar.

Eis que no dia em que havíamos combinado para nosso primeiro passeio pela comunidade ela comentou que estavam enfrentando sérios problemas com quedas de energia frequentes no distrito e que a associação de moradores, da qual era membro, tinha decidido fazer um abaixo-assinado exigindo a solução da companhia elétrica. Como cada membro da associação ficou responsável por coletar assinaturas em sua rua, ela aproveitaria nosso passeio para conseguir algumas. Perguntei se não poderíamos fazer o oposto: eu a acompanharia na coleta das assinaturas e iria me apresentando e explicando a pesquisa. Nair concordou, o que permitiu não restringir meu contato a apenas uma parte da comunidade previamente escolhida

e, principalmente, me possibilitou compreender a relação das famílias e indivíduos com a organização social e comunitária em acontecimento. Por ora restrinjo-me ao relato do percurso metodológico; os diálogos e vivências deste processo serão objeto de reflexão nos capítulos de análise.

Naquela primeira tarde de coletas de assinaturas passamos em todas as casas da rua e conversamos com moradores de aproximadamente dez moradias. A todos me apresentei, expliquei a pesquisa e combinei de retornar na semana seguinte para explicar mais detalhadamente o trabalho e verificar a possibilidade de entrevistá-los. Nas três semanas seguintes, pela manhã, retornava às casas das pessoas às quais já havia sido apresentada e à tarde acompanhava Nair na coleta de mais assinaturas em visitas a outros moradores de outras ruas. Alguns deles concordaram em participar das entrevistas e se constituíram sujeitos desta pesquisa.

Depois contatei outra líder comunitária, aqui identificada como Márcia, que vim a saber ser responsável pela pastoral do idoso no distrito de Bom Futuro e realizar visitas periódicas a esse público. Ao explicar a pesquisa a ela, imediatamente entusiasmou-se e convidou-me a acompanhá-la em suas visitas para que eu conhecesse a realidade das pessoas e a necessidade de trabalho de um psicólogo. Nas quatro semanas seguintes, passei a acompanhá-la em suas visitas, retornando às casas daqueles que concordassem ser entrevistados.

Todas essas visitas eram em sua maioria realizadas a pé. O veículo era utilizado apenas para o transporte a casas ou locais mais distantes ou em momentos de chuva. Depois e paralelamente a esses contatos iniciais de acompanhamento às duas líderes comunitárias, passei a também circular na vila independentemente e visitar outros moradores que conheci em outras situações, geralmente pessoas que vinham visitar aqueles que eu estava entrevistando e que também aceitavam o convite de participação. Dessa forma, meu contato com os sujeitos de pesquisa, não ficou restrito às indicações ou contatos mediados pelas líderes, evitando um viés na escolha dos sujeitos.

Também pude apresentar-me numa reunião realizada na escola com os pais de alunos, na qual foram apresentados os projetos que seriam desenvolvidos pelos outros professores da universidade, o que abriu novas possibilidades de divulgação da pesquisa e acesso às famílias. Quando chegava às casas, muitos já sabiam quem eu era, alguns tinham participado da reunião e outros tomavam conhecimento pela circulação de informações nas conversas entre os moradores ou por me avistarem frequentemente andando pelas ruas da vila.

Passado mais um tempo, considerei que também seria importante conhecer e entrevistar famílias das outras vilas, sediadas mais próximas ao local de extração do minério e com outras realidades. Fui primeiramente à Vila Cachorro Sentado acompanhada de Nair, que prontificou-se a levar-me e a apresentar algumas pessoas. Essa vila tem as condições de vida mais precárias, como descreverei adiante, e naquele momento vivia uma série de conflitos com a Cooperativa, detentora do direito de lavra, que demandava a saída dos moradores para a extração de minério no local. Sabia que outra pesquisa realizada nessa vila pela equipe do CREAS havia sido associada pela população à busca de informações para sua retirada de lá. Minha preocupação era que não achassem que minha pesquisa tinha essa finalidade. Por isso considerei importante o acompanhamento de Nair, que também ajudaria nas questões de localização geográfica na vila.

Nossa visita começou no comércio local em uma mercearia. O receio e desconfiança das pessoas com quem conversamos era visível à nossa chegada. Pouco falavam e não demonstravam interesse e simpatia pela pesquisa, o que considero também poder estar relacionado ao fato de chegarmos com um veículo oficial. Nas conversas informais que tive, algumas pessoas relataram que veículos estranhos ou oficiais de órgãos públicos no garimpo eram alvo de preocupação. Eles temiam práticas controladoras e proibitivas do trabalho no garimpo, atribuídas ao Ministério do Trabalho.

Além desse medo, nas breves conversas que tive evidenciou-se uma lei do silêncio em relação à criminalidade e violência internas à vila, com muitos assassinatos e tráfico de drogas. Uma pesquisa sobre a vida no lugar poderia trazer muitos comprometimentos a seus moradores. Na semana seguinte, retornei sozinha e apenas um representante de uma família concordou em participar da entrevista.

Outro elemento a ser considerado neste receio do contato inicial relaciona-se à presença de políticos em períodos eleitorais que visitam o garimpo e abordam a população simpaticamente, apresentam inúmeras promessas e depois vão embora e só retornam novamente na campanha. Certa vez um requeiro (nome atribuído aos garimpeiros de cassiterita) perguntou-me se eu era candidata a vereadora e se estava em campanha. O ano de 2012 foi eleitoral e o homem relatou que alguns candidatos já haviam ido encontrá-los, um inclusive naquele dia, pouco antes de minha chegada. Nair também explicitou este receio. Disse que a população é sempre iludida com promessas de políticos ou ações públicas que não acontecem ou não têm continuidade. Outra moradora chegou a explicitamente perguntar-me qual o meu interesse em ir até o garimpo visitá-los. A desconfiança parecia também residir aí. Quais eram efetivamente meus interesses para ir até lá, conversar com eles e conhecer a vida

deles? Ficaria lá por um tempo e depois não retornaria mais, como os políticos e os serviços públicos interrompidos (ações do CREAS, por exemplo)? Queria candidatar-me? A população desconfiava de interesses privados e alheios à comunidade, costumeiros de quem os procura.

A todos os entrevistados procurei explicar que a princípio a pesquisa tinha o objetivo de conhecer as famílias e a vida no garimpo para daí, caso a população identificasse a necessidade, construir ações e projetos conjuntos futuros, diante das questões relacionadas à psicologia e à assistência social. Também informei que iria semanalmente durante o primeiro semestre de 2012 e que depois ficaria um tempo sem visitar o garimpo. Meu retorno seria mais ao fim do ano de 2012 ou apenas no ano seguinte, para apresentar os resultados da pesquisa. A partir de então, depois de concluída a pesquisa, poderia construir outros projetos no local.

Além dos procedimentos até aqui relatados, depois das visitas que realizei na Vila Cachorro Sentado, passei a realizar incursões ao garimpo propriamente dito, local de trabalho não apenas dos homens, mas também de muitas mulheres e casais. A primeira ida foi em busca de uma senhora com quem havia combinado, em uma visita rápida a sua casa, de encontrá-la no garimpo durante seu horário de trabalho no reco (nome dado à garimpagem de cassiterita). Apesar de sua indicação das proximidades da empresa em que estaria recando, não consegui encontrá-la. Ao deparar-me com um grupo de requeiros decidi pedir-lhes informações. Apresentei-me a eles e ali vivenciei uma das situações mais significativas da pesquisa e que engendrou entrevistas com mais dois casais de requeiros.

Paralelamente a essas experiências, decidi ir conhecer e conversar com os requeiros que trabalham “onde corta o minério”, ou seja, que trabalham coletando minério à beira de grandes maquinários, como retroescavadeiras que “cortam o minério” a serviço das empresas. É um trabalho que envolve grande risco, no qual muitos requeiros já perderam suas vidas por soterramentos ou pela ação das máquinas. Esta modalidade de trabalho concentra vários requeiros e é considerada a mais rentável. Também é a mais conhecida e característica de Bom Futuro, apresentada nos documentários sobre esse garimpo. Não poderia deixar de entender essa realidade diante de sua importância na composição do contexto da pesquisa. Das conversas informais que tive com vários requeiros “onde corta o minério”, pude realizar uma entrevista, não por falta de candidatos, mas porque meu tempo se findava e era preciso estabelecer o término do trabalho de campo.

Muitas histórias importantes e fundamentais não puderam ser aqui contempladas, como, por exemplo, a daquela senhora requeira a quem fui procurar. Além disso, mais ao final do trabalho de campo algumas pessoas vieram pedir-me para entrevistá-las ou faziam convites

para que eu também fosse visitá-las em suas casas. Uma mulher chegou a questionar-me porque não a havia entrevistado. Senti como se estivesse me questionando se ela tinha menos valor que os outros. Expliquei que a escolha dos entrevistados aconteceu aleatoriamente e que não possuía mais tempo, mas que possivelmente continuaria ali para novos projetos posteriores. Nestas situações senti que o receio que muitos demonstraram quando me apresentava foi sendo diminuído com o tempo, com a minha permanência e contínua visita. Provavelmente, já circulava nas conversas entre os moradores o que de fato estava fazendo e sobre o que consistia a pesquisa.

Essas situações me mostravam os significados positivos que a pesquisa ia adquirindo entre a população com o passar do tempo e davam-me conta de que ela era relevante para muitos deles. Inicialmente eu estava muito imbuída pela preocupação em não causar danos ou prejuízos aos entrevistados e questionando-me se a pesquisa fazia algum sentido ou tinha alguma relevância para suas vidas. O mundo acadêmico lhes é tão distante, que muitas vezes algumas das explicações ou mesmo das perguntas que fazia não pareciam ter sentido para eles. Era difícil explicar o que é uma tese, um doutorado, uma pesquisa ou uma entrevista. Ficava me perguntando se haviam de fato entendido meus objetivos ali, o que me lançava ainda maior responsabilidade sobre o uso de suas falas e das entrevistas.

Para exemplificar estes pontos, cito questionamentos feitos por dois entrevistados. Um deles perguntou-me se a entrevista seria divulgada em algum veículo de comunicação como jornal, revista ou rádio, experiência que ele já tivera. Expliquei-lhe que não seria publicada em revistas de ampla circulação, como aquelas que se vende em bancas, mas que poderia ser em revistas científicas e neste caso o seu nome não seria posto. Outro exclamou que eu provavelmente ficaria rica com a venda do livro resultado da pesquisa. Procurei explicar que mesmo que a tese fosse transformada em livro, livros e artigos acadêmicos não geram lucros aos autores, mas em que medida acreditou ou compreendeu, não posso afirmar.

Estes questionamentos dos participantes não apenas indicavam distâncias, mas também aproximações do ainda não conhecido com o já conhecido. Ao longo do processo, meu questionamento se reconfigurou; mesmo que inicialmente a pesquisa ou as entrevistas não fizessem sentido para eles, ganhavam-no na experiência vivida da entrevista e da pesquisa em acontecimento, sendo a própria pesquisa um mote de aproximação entre nossos mundos e minimizadora de algumas de nossas distâncias.

3.2 Procedimentos do encontro e dos diálogos

Até este ponto apresentei um breve relato sobre as principais direções tomadas no percurso etnográfico, de minha imersão e dos modos como fui adentrando no contexto do garimpo e conhecendo as pessoas e suas histórias. Cabe também assinalar os procedimentos metodológicos envolvidos no trabalho de campo, entre os quais observações participantes, análise de documentos, entrevistas semiestruturadas e conversas informais, os quais são detalhados abaixo.

a) Observações participantes

Em termos metodológicos a observação permite ao pesquisador conhecer contextos e situações cotidianas e não artificiais (MINAYO, 2004), onde estão em cena relações e ações humanas em seu movimento real. Segundo Delamond (2005), a observação participante na etnografia não significa que o pesquisador deve fazer as atividades rotineiras dos sujeitos do estudo; implica um tempo de convivência, de olhar sobre o quê e como fazem, de conversas e de interpretações cuidadosas do que é percebido. “So ‘participant’ does not mean doing what those being observed do, but interacting with them while they do it.” (DELAMOND, 2005, p. 218)

Neste estudo as observações tiveram como foco fundamental a realidade e o cotidiano do distrito Bom Futuro e de suas famílias, bem como as interações e relações estabelecidas entre os moradores e entre o pesquisador e os participantes. Não foi objetivo desta pesquisa, ao eleger as famílias como foco de análise, observar e analisar as relações e dinâmicas intrafamiliares, ou privilegiar suas relações na intimidade, mas entender as relações dos indivíduos e das famílias em comunidade, neste contexto específico do garimpo. Visaram captar como se dão as relações das famílias no contexto social, a partir da organização social no garimpo.

As incursões ao garimpo foram registradas em caderno de campo e descritas pormenorizadamente todas as situações observadas, os diálogos e conversas informais não gravadas por microgravador, como também minhas impressões pessoais, meus sentimentos e breves análises. Rockwell (1987) chama a atenção à importância de observar e registrar o máximo possível das informações, mesmo que a tarefa seja impossível de concretização

plena, uma vez que todos os detalhes, mesmo aqueles que à primeira vista pareçam insignificantes, podem ser fundamentais à análise.

Esta indicação foi seguida e nas observações mantive um olhar flutuante, atento a todos os fatos em acontecimento real e momentâneo, que eram registrados posteriormente ao retorno do garimpo. Apenas informações mais precisas, para evitar seu esquecimento, eram anotadas instantaneamente.

No trabalho de campo não segui um roteiro prévio de pontos ou aspectos a serem observados. Procurei registrar com o máximo de detalhes o que vi, ouvi e senti, o que demandou um extensivo e intensivo trabalho descritivo e um controle de minha ansiedade diante do caos inicial e da quantidade de informações que obtinha a cada visita. Os registros no caderno de campo totalizaram aproximadamente duzentas (200) páginas digitadas.

A despeito do caos inicial, a conexão dos acontecimentos que presenciei e dos diálogos de que participei com o objeto de meu estudo era impressionante em cada visita. Obviamente meu olhar já estava balizado nessa direção, mas a riqueza e a profundidade das relações espontâneas que vivenciava me surpreendiam. O fato de minha primeira incursão pelas ruas e casas da vila ter sido motivada pela coleta de assinaturas a um abaixo assinado organizado pela associação de moradores é um exemplo dessa conexão espontânea entre os acontecimentos cotidianos do garimpo e meu objeto de estudo, vinculado às relações das famílias com a comunidade. Outras situações como essa ficarão evidentes nos próximos capítulos.

Além do caderno de campo, em algumas situações o recurso fotográfico foi utilizado para registro de aspectos da configuração do ambiente, da paisagem do garimpo, da composição urbanística do distrito e das vilas ou do trabalho no garimpo.

b) Análise de documentos

Também constituíram objeto de análise documentos como o Plano Diretor do Município de Ariquemes, acervos fotográficos e o projeto político-pedagógico da Escola do distrito, no qual são apresentadas algumas informações sobre o garimpo e sua história, bem como a legislação anterior e vigente sobre garimpos e produção mineral, que permitiram contextualizar as condições do espaço objeto de estudo com os significados e diretrizes historicamente institucionalizadas neste país.

Conforme Spink (2000), os documentos são registros e produtos sociais de interações humanas e ações cotidianas, que resguardam a memória dessas relações e carregam múltiplos

sentidos. A análise dos documentos teve aqui a finalidade de complementar e subsidiar a análise de questões emergentes no trabalho de campo, fundamentalmente no sentido de ampliar a compreensão do contexto e história do garimpo Bom Futuro e sua relação com a história do país e com a formação dos garimpos.

c) Entrevistas semiestruturadas e conversas informais

O cerne da pesquisa esteve relacionado aos diálogos e mais centralmente às entrevistas semiestruturadas. A entrevista e a conversa informal foram compreendidas enquanto processos de comunicação e interação entre pesquisador e pesquisado, nas quais significados, interpretações e informações são produzidas. “Para entender por qué las personas actúan como actúan, hay que comprender no solo el sentido compartido, sino el sentido único que ellas dan a sus actos.” (OLABUÉNAGA, 1999, p. 171)

Os pressupostos teóricos do entendimento dos processos dialógicos e da linguagem, que direcionaram esta pesquisa, já foram destacados em capítulo anterior. Mas é importante pontuar que o objetivo das entrevistas e conversas informais foi compreender, tal como propõem Vygotski e Bakhtin em suas obras analisadas no primeiro capítulo, os sentidos singulares e coletivos presentes nos enunciados dos sujeitos, relacionados ao contexto dialógico, social e cultural mais amplo em que foram produzidos.

Por conta desses fatores, vale ressaltar que a relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado na entrevista não foi entendida como neutra ou impessoal, concentrada apenas nos aspectos formais, em perguntas e respostas. Toda entrevista é uma relação contextual, onde sujeitos, com suas histórias singulares e coletivas, se encontram, mas também se distanciam, por suas distintas vivências e olhares, dimensões que aqui também foram consideradas.

Com base nestes preceitos, as entrevistas semiestruturadas e conversas informais foram realizadas com os indivíduos e/ou as famílias residentes no garimpo Bom Futuro que voluntariamente se dispuseram a participar do estudo e seguindo os princípios da ética em pesquisa, respeitando a não participação, a desistência a qualquer momento ou a negação de resposta a qualquer pergunta, como também o sigilo da identificação dos entrevistados.

A questão do sigilo da identificação, no entanto, gerou controvérsias com uma entrevistada, que verbalizou que não gostaria que seu nome fosse trocado porque não tinha nada a esconder. Embora alguns entrevistados tenham expressado medo inicial diante da pesquisa, posteriormente minimizado com o cunho das perguntas, observei que a maioria não demonstrou qualquer receio, muitos deles sentiam-se valorizados por terem suas histórias

contadas. Suas histórias constituem a história viva do garimpo, do estado de Rondônia e da Amazônia e atribuir seus verdadeiros nomes poderia marcar sua importância nesse contexto. No entanto, me sentiria mais livre e segura nas análises se optasse por nomes fictícios, para que minhas reflexões não gerassem repercussões negativas, tanto em possibilidades de riscos, quanto no sentido de serem entendidas como críticas às famílias ou como exposição negativa, o que a princípio não poderia prever, mas minimizar pela troca de nomes.

As conversas informais foram sobre assuntos variados, não previamente planejados, surgindo das situações emergentes em minhas visitas ao garimpo ou ainda sobre aspectos que permitiram a compreensão das especificidades e de sua história, bem como dos serviços e ações públicas ali existentes. Aconteceram não apenas com aqueles que se dispuseram a participar das entrevistas, mas com diversas pessoas, em diferentes situações e ambientes. Em todos os casos eu me apresentava e explicava a pesquisa àquele com quem conversava.

As situações mais comuns de conversas informais, ao longo de toda a pesquisa, ocorriam quando era apresentada pelas líderes comunitárias a diferentes famílias e indivíduos em visitas domiciliares que realizamos conjuntamente ou que fiz sozinha a casas, instituições públicas (escola e unidade básica de saúde) e estabelecimentos comerciais, onde algumas vezes formavam-se rodas de conversas. Também na procura de pessoas com quem havia marcado entrevistas, ao solicitar informações a outras pessoas e me apresentar, já eram travados diálogos fundamentais, alguns dos quais culminaram em novas entrevistas.

Na própria situação das entrevistas, antes de começarem, no ínterim ou após serem finalizadas outras pessoas apareciam para visitar os entrevistados, uma vez que a maioria das entrevistas ocorreu nas casas dos participantes, onde foram sediadas variadas situações dialógicas. Em alguns desses casos a entrevista foi interrompida e retomada em outro dia; em outros o visitante não permanecia por muito tempo e a entrevista era retomada após sua saída; em outro caso, ainda, formou-se uma roda em torno do entrevistado, quando este e os demais presentes concordavam com tal situação. Este último caso partiu da iniciativa do entrevistado em continuar a entrevista, o que foi por mim questionado sob o ponto de vista do sigilo e da ética em pesquisa. Apresentei a possibilidade de continuar a entrevista em outro momento, ao que o entrevistado se contrapôs com afirmativas como “não vejo nenhum problema” ou “é bom que eles participem, porque também conhecem as situações aqui”, com o que também concordavam os visitantes.

Preocupada com os formalismos da ética em pesquisa, com suas prescrições e proibições, inicialmente estas situações me causavam inquietação. Ao mesmo tempo em que não queria atrapalhar a dinâmica da vida das famílias e indivíduos e suas interações

cotidianas, também não queria causar qualquer prejuízo de cunho ético, no sentido do respeito à privacidade e sigilo das informações. Ao longo do trabalho de campo, e à luz das discussões de Schmidt (2008) sobre a ética em pesquisa, no entanto, entendi que aquela era uma dinâmica comum da comunidade e negá-la ou repreendê-la pelo formalismo ou burocratização da pesquisa, seria ainda mais nocivo, porque os riscos éticos estavam previstos assepticamente sem qualquer relação com aquele contexto.

Ali, deixar alguém de fora, não convidar para entrar em casa ou para participar da conversa parecia representar algo mais negativo e prejudicial. A ideia de que não se tem nada a esconder era presente em muitos casos. Entendi que meu compromisso era explicar os objetivos, a metodologia e as questões éticas da pesquisa, mas não impor um modelo de entrevista. Também considerei que era uma visitante das casas e vidas alheias e não poderia impor-lhes uma dinâmica externa e acadêmica, mas respeitar suas decisões e vontades. Este é o princípio da autonomia da negociação entre pesquisador e participantes, que, segundo Schmidt (2008) deve se sobrepôr à “mentalidade jurídica e burocrática” das imposições dos conselhos e comitês de ética em pesquisa.

Essas questões também podem ser exemplificadas em alguns casos em que fui com o veículo oficial conduzido por um motorista, que era convidado pelas pessoas a entrar nas casas ou a participar de nossas conversas. Na maioria das vezes ele estacionava o carro ao pé de uma sombra e combinávamos um horário estimado ou para nosso almoço ou retorno e enquanto me aguardava ele ia caminhar, fotografar ou descansar. Uma das entrevistadas ao perceber só ao final de nossa conversa que o motorista estava nas proximidades de sua casa, questionou-me pelo fato de não tê-lo convidado para entrar também, exclamando que ele ficara do lado de fora passando calor e que ela poderia ter-lhe oferecido pelo menos um suco. Fiquei por alguns instantes sem resposta. A explicação de que era para manter o sigilo sobre nossa conversa parecia não fazer sentido ao refletir sobre o fato de que ele estava no calor e de que havia, além de diretrizes de pesquisa, uma hierarquia de papéis e posições sociais interposta em minha relação com ele, mas não na relação com ela. Por que o motorista deveria ser excluído ou não poder fazer parte das conversas? Esta questão não fazia qualquer sentido ali.

Nas vezes em que o motorista foi convidado a entrar nas casas ou participar das conversas fiquei atônita sem saber ao certo como proceder, mas ele imediatamente percebendo a situação respondia que iria dar uma volta e saía. Em poucas ocasiões, porém, ele permaneceu, principalmente quando realizei o trabalho de campo na área da extração mineral, localizada a uma distancia de cinco quilômetros da principal vila em que reside a maioria das

famílias, onde inexistem sombras, apenas algumas pequenas lonas esticadas por alguns requeiros, bem como as distâncias são maiores. As ocasiões em que permaneceu relacionaram-se ao convite que ambos recebemos para almoçar, uma vez no próprio local de trabalho dos requeiros e outra na casa de um casal também de requeiros.

Para eles, deixar o motorista à parte de nossa conversa e do almoço era inadmissível. Ao mesmo tempo, os participantes da pesquisa se dirigiam a ele e também iniciavam conversas com ele, do mesmo modo que ele interagira com eles e estabelecia vínculos. No dia em que almoçamos com um casal de requeiros em seu local de trabalho, enquanto eu realizava a entrevista, o motorista ajudou ao requeiro em seu trabalho de separação e lavagem do minério.

Ao observar que sua participação era inevitável em algumas situações e que foi se tornando imprescindível em outros casos, como explicarei adiante, bem como ao perceber sua postura de respeito às pessoas dali e ao mesmo tempo de interesse em suas histórias, entendi que sua presença não poderia ser desconsiderada na pesquisa. Por isso tive várias conversas com ele, em nossas idas e vindas do garimpo, no sentido de explicar a pesquisa e as questões éticas e a necessidade de sua descrição e sigilo, em respeito às pessoas e suas histórias. Ele imediatamente firmou seu compromisso em manter o sigilo sobre as informações às quais tivesse acesso. Obviamente, não compartilhei com ele a maioria das informações da pesquisa, ele só teve acesso às informações construídas em alguns episódios pontuais dos quais inevitavelmente participou.

Interessante foi também observar seu empenho em ajudar-me na pesquisa e ao mesmo tempo seu encantar-se com o pesquisar. Desde nossas primeiras idas ficou evidente sua facilidade em interagir com as pessoas, mas com o passar do tempo observei em suas falas, que suas interações passaram a ter como foco a história do garimpo, a chegada das pessoas ali e as formas de trabalho, um pouco do que era o objetivo desta pesquisa. Passou a fazer-me indicações de pessoas que ele conhecia em suas andanças, enquanto eu realizava as entrevistas, as quais considerava terem histórias interessantes a contar, por seu pioneirismo. A maioria deles não pude ainda infelizmente conhecer, porque a pesquisa demandava um fim; com alguns tive conversas pontuais e um foi entrevistado.

Além disso, esse motorista teve papel fundamental na minha entrada em alguns ambientes de trabalho dos requeiros no garimpo. Ele nada temia e também não tinha qualquer embaraço para adentrar nos locais ou para estabelecer diálogos com quem quer que fosse. Na primeira vez que paramos para solicitar informações a um grupo de requeiros, ele foi à frente

e eu o segui. Uma cena que hoje considero caricata, mas reveladora do temor que inicialmente sentia diante daquele universo, carregado pelas marcas dos estereótipos de violência.

Foi muito comum eu ouvir preocupações de outras pessoas, que nunca tiveram qualquer contato com um garimpo, sobre os riscos que eu corria frequentando um garimpo e para que eu tomasse cuidado. Uma amiga chegou-me a dizer que eu pesquisava num local “mil vezes mais perigoso que qualquer favela do Rio de Janeiro”, enunciado revelador dos estigmas de violência associados à pobreza e de sua grandiosidade em relação ao garimpo.

Estas vozes também ecoavam no temor que sentia, mas que foi sendo processualmente modificado pelos contatos efetivos com os requeiros. Logo passei a circular independentemente neste ambiente. A pesquisa possibilitou romper com mais este distanciamento, pude refletir e ressignificar aquele temor nos acontecimentos e relações interpessoais vividas.

Não há como negar a questão de gênero implicada nesta pesquisa. Alguns ambientes eram massivamente masculinos, principalmente quando fui “onde corta o minério”, onde havia mais de trinta homens e apenas duas ou três mulheres. Em algumas destas situações, percebi algumas insinuações à minha condição de mulher, por parte de alguns agrupamentos masculinos mais jovens. Nestas situações observei que o motorista, embora não estivesse ao meu lado ou interagindo com as mesmas pessoas que eu estava, permanecia nas proximidades. Em uma de nossas conversas num dos retornos do garimpo contou-me que encontrou um conhecido que o convidou para caminhar até outra parte da extração mineral, mas que decidiu não ir para ficar por perto em função deste contexto masculino.

Apesar deste ambiente, a mim um pouco intimidador, as interações que mantive com os requeiros que ali trabalhavam eram completamente distintas, não sentia qualquer insegurança ou intimidação. A condição de gênero parecia deixar de ser figura e passava a ser fundo; obviamente não deixava de existir, mas tornava-se mais difícil de apreendê-la.

Somente algumas verbalizações permitiram compreender os sentidos da questão de gênero presente nas interações com algumas pessoas entrevistadas, tanto homens, quanto mulheres. Perguntas sobre onde eu morava e se eu era casada, em alguns casos foram seguidas por interrogações, quase exclamações, como: “mas seu marido fica lá (em outra cidade) e você vem trabalhar aqui?” “Ele deixa?” Perguntas que remetem à ideia de dependência da mulher ao marido, que minha presença ali de algum modo punha em xeque. A questão de gênero será também objeto de reflexão do capítulo sobre as formações familiares no garimpo.

Ressalto que todas essas situações e as conversas informais foram detalhadamente registradas no caderno de campo, como citado anteriormente. No que concerne às entrevistas propriamente ditas, foram guiadas por um roteiro prévio de perguntas, mas abertas a interferências e modificações no transcurso do diálogo, caracterizada como entrevista semiestruturada (TRIVIÑOS, 1995). As entrevistas foram gravadas por microgravador digital (com exceção de uma participante que não autorizou a gravação) e posteriormente transcritas em sua integralidade. Após a transcrição os arquivos de áudio foram deletados. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido consta do Anexo 1.

As temáticas principais abordadas nas entrevistas foram a história, o trabalho e o cotidiano das famílias; suas relações sociais; a organização social no garimpo; os sentidos, entendimentos e demandas do trabalho socioassistencial da psicologia. O roteiro completo da entrevista encontra-se no Anexo 2.

As entrevistas foram realizadas com indivíduos e famílias ou, mais especificamente, com casais. Alguns casais foram entrevistados conjuntamente e outros separadamente, em função de diferentes disponibilidades de horário. Em outros casos, um dos membros da família foi entrevistado na presença de filhos e/ou cônjuges que apenas participaram de maneira pontual, tanto porque chegavam no decorrer da entrevista, quanto porque expressavam preferir não participar. Não houve uma diretriz única: entrevistava aqueles que contatava que se dispuseram a participar e conforme os arranjos possíveis.

As entrevistas com os casais possibilitaram a compreensão dos sentidos e opiniões dos sujeitos no grupo, nas relações estabelecidas entre os membros de um grupo familiar e na interação com a pesquisadora. As entrevistas em grupos

(...) permitem ampliar a compreensão transversal de um tema, ou seja, mapear os argumentos e contra-argumentos em relação a um tópico específico, que emergem do contexto do processo de interação grupal em um determinado tempo e lugar (jogo de influências mútuas no interior do grupo)
(...) (FRASER; GONDIM, 2004, p. 149-150)

Essa questão ficará evidente nas análises de diálogos com alguns casais em que a negociação e a contraposição de sentidos e entendimentos sobre determinados assuntos apontam a riqueza dessa modalidade de entrevista.

As entrevistas ocorreram preferencialmente em locais e horários agendados com os entrevistados, geralmente em suas casas ou locais de trabalho. Tiveram tempo de duração variados. Com alguns participantes a entrevista teve pouco mais de uma hora de duração, com outros, passei praticamente um dia em suas companhias, a entrevista chegou a ter entre três a quatro horas de duração e com outros ainda este tempo foi atingido com a realização de

entrevistas recorrentes em dias diferentes. No total obtive mais de trinta e sete horas de áudio de entrevistas.

3.3 Partícipes dos diálogos

Ao longo deste trabalho de campo entrevistei 22 (vinte e dois) sujeitos pertencentes a 15 (quinze) agrupamentos familiares distintos. Um quadro descritivo com dados de identificação dos participantes, no qual constam informações como idade, estado civil, escolaridade, profissão e estado de origem é abaixo apresentado na Tabela 4. Foram entrevistadas famílias residentes na Vila Bom Futuro (mais conhecida como Vila Ebessa), na vila Cachorro Sentado, na Vila Martelo e na Vila Chapadão.

Entre as quinze famílias envolvidas no estudo, em 8 (oito) casos entrevistei individualmente um único representante; em 4 (quatro), as entrevistas foram realizadas com os dois cônjuges em conjunto; em 1 (uma) entrevistei os dois cônjuges, mas cada um separadamente; e em outras 2 (duas) famílias a entrevista foi realizada mais centralmente com um dos cônjuges, o marido, mas com participações pontuais das esposas. Como expliquei anteriormente, estes arranjos não foram previamente planejados, mas decorrentes das possibilidades e disponibilidades de participação dos entrevistados.

As entrevistas conjuntas de cônjuges se justificam pelo fato de que ambos tinham atividades e rotinas conjuntas, ou trabalhavam juntos como requeiros ou porque passavam seus dias em casa, como um casal de aposentados e um casal em que a esposa era dona de casa e seu marido, aposentado. Na maioria dos casos, a principal dificuldade de entrevistar a família em grupo esteve relacionada ao horário de minhas visitas coincidirem com o horário de trabalho e de escola de alguns membros. As entrevistas com o casal Vanessa e Leandro (nº 6 no quadro abaixo), realizadas separadamente, só foram possíveis porque Leandro tinha folgas em horários comerciais que coincidiram com minhas visitas.

Os casos nos quais as esposas tiveram participações pontuais ocorreram com os casais de entrevistados Pedro e Eliane (nº 9 no quadro abaixo) e Gerson e Marisa (nº 15 no quadro abaixo). Eliane chegou em casa do trabalho depois do início da primeira entrevista e foi imediatamente tomar as providências para o almoço da família. Na segunda entrevista ela também não estava inicialmente em casa, mas participou da entrevista no momento em que seu marido teve que sair para buscar um companheiro no garimpo. Marisa, por sua vez, ao ser

convidada a participar disse não ter facilidade para expressar-se e preferir não participar, mas permaneceu ao nosso lado fazendo um trabalho de crochê e no decorrer da entrevista teve algumas falas pontuais.

Vale lembrar que em uma das situações de entrevista vizinhos e amigos do entrevistado estiveram presentes e tiveram breves participações - entrevista com o casal Maurício e Vera (nº 5 no quadro abaixo).

Tabela 4 – Quadro de participantes da pesquisa

Nº	Participante	Entrevista	Idade	Estado civil/	Escolaridade	Profissão	Estado origem
1	Nair	Individual	40	Casada	1º ano Ensino Médio	Dona de casa	RO
2	Neusa	Individual	44	Casada	2ª série fundamental	Requeira	MA
3	Vivian	Individual	30	Casada	Ensino superior	Professora	SC
4	Márcia	Individual	46	Viúva	3ª série fundamental	Dona de casa	PR
5	Maurício	Em casal e	72	Casados	Analfabeto	Aposentado	PA
	Vera	individual	41		Analfabeta	Dona de casa	PR
6	Vanessa	Individual	25	Casados	6ª série fundamental	Dona de casa	RO
	Leandro	Individual	28		3ª série fundamental	Vigia	MA
7	Juliano	Individual	58	Casado	5ª série fundamental	Comerciante	RS
8	Paulo	Em casal	87	Casados	Analfabeto	Aposentado	MG
	Denise		74		Analfabeta	Aposentada	PR
9	Pedro	Individual*	53	Casados	Analfabeto	Requeiro	PR
	Eliane		43		5ª série fundamental	Empregada doméstica	RO
10	Camila	Individual	31	Casada	Ensino Médio	Vendedora	Paraguai
11	Marli	Individual	51	Casada	Analfabeta	Dona de casa	BA
12	Célio	Individual	45	Casado	Ensino superior	Professor	ES
13	Marcos	Em casal e	46	Casados	8ª série fundamental	Requeiro	PA
	Érica	individual	36		Em alfabetização	Requeira	AM
14	Douglas	Em casal	61	Casados	5ª série fundamental	Requeiro	PA
	Rute		50			Dona de Casa	PR
15	Gerson	Individual*	56	Casados	4ª série fundamental	Requeiro	MG
	Marisa		50		3ª série fundamental	Dona de Casa	PR

*Entrevista realizada com o marido, mas com breve participação da esposa.

3.4 Processo de análise

Rockwell (1987) destaca que o trabalho de análise na etnografia envolve informações de variados tipos, entre os quais: a) detalhes da rotina cotidiana, que imediatamente tornam-se familiares ao pesquisador; b) informações inicialmente dispersas e fragmentárias, mas que serão elementos importantes para tecer relações com outras informações e situações; c) situações que revelam relações ocultas pela rotina; d) situações que sintetizam e articulam várias outras situações e relações; e) situações que se repetem com frequência e mantêm uma identidade.

Essas informações que primeiramente apresentam-se caóticas precisam ser organizadas para a elaboração de descrições, interpretações e explicações do fenômeno estudado. Vale observar que Rockwell (1987) entende os processos de descrição e interpretação como momentos indissociáveis, uma vez que nenhum pesquisador inicia sua pesquisa sem perguntas ou pressupostos construídos a partir de algum lugar teórico.

A toda descripción antecede ya una conceptualización, algún nivel de interpretación. El registro descriptivo está mediado por interpretaciones semánticas de la interacción verbal, de las cuáles a veces sólo nos damos cuenta en momentos en que diferimos dos observadores en las palabras mismas que suponemos haber escuchado. (ROCKWELL, 1987, p. 16)

Não há como desvincular, como propõe o positivismo, e as descrições behavioristas criticadas por Geertz (1989), a descrição do observado das interpretações subjetivas do pesquisador, mediadas pelos sentidos compartilhados ou singulares presentes nas relações humanas. Isto requer que o pesquisador procure olhar o outro, foco da pesquisa, aproximando-se da perspectiva do outro e de sua ótica, sem, no entanto, ingenuamente acreditar possuir a capacidade de manter um olhar neutro e objetivo, desvinculado da intrincada rede de significação e de sua própria subjetividade.

Além do processo descritivo, o trabalho de análise procurou construir explicações sobre o fenômeno estudado por meio da elaboração de indicadores. Conforme González Rey (2002), indicadores são categorias analíticas construídas ao longo do processo interpretativo do pesquisador, não diretamente evidentes à experiência, nem reduzidas às categorias teóricas estabelecidas *a priori*, que conectam os sentidos e significados produzidos no percurso do trabalho de campo com os recursos teóricos e, com isso, possibilitam avanços na produção dos conhecimentos sobre o objeto estudado.

O processo de produção de indicadores neste estudo foi direcionado por cinco operações analíticas propostas por Rockwell (1987) para a pesquisa etnográfica, a saber: 1) interpretação; 2) reconstrução; 3) contrastação; 4) contextualização; 5) explicitação. O processo de interpretação visa entender e inferir os significados e sentidos presentes nas situações observadas e nas narrativas. A reconstrução consiste na reconstituição da rede de relações e histórias de acordo com uma sequência lógica que interligue os acontecimentos. A contrastação implica contrastar situações de forma a apresentar semelhanças e diferenças entre elas. A contextualização, por sua vez, refere-se a relacionar as informações e situações observadas aos contextos mais amplos que as constituem, desde a comunidade até as relações sociais mais amplas. A explicitação corresponde à descrição e análise mais aprofundadas e detalhadas de determinados eventos importantes ao estudo.

De acordo com essas concepções, o garimpo Bom Futuro não foi entendido como uma cultura própria, com uma unidade ou totalidade fechada, mas, ao contrário, como integrante de uma formação social historicamente determinada. As teorizações de Gramsci são de fundamental importância neste entendimento.

A perspectiva gramsciana define também relações específicas para fundamentar o estudo dos fenômenos “culturais” ou “superestruturais” nas relações sociais e no movimento político da formação social que os inclui. (ROCKWELL, 1986, p. 46)

O importante é interpretar o fenômeno estudado a partir de suas relações com o contexto social mais amplo e não apenas em função de suas relações internas (ROCKWELL, 1986, p. 47)

Com base nessas posições teóricas e metodológicas, o trabalho de análise não objetivou estabelecer os sentidos verdadeiros ou unívocos dos discursos, mas compreender os múltiplos sentidos produzidos, em sua materialidade histórica e linguística, em suas relações com outros sentidos e com as formações ideológicas:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também com outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2001, p. 30)

O processo de análise culminou com a produção de um novo texto, um intertexto dos textos do pesquisador e pesquisados, que possibilitou: elucidar o “contexto enunciativo e dialógico” envolvido nessas falas; formular explicações sobre elas; produzir interpretações

dos sentidos ali produzidos sobre a temática central do estudo (AMORIM, 2004). Esse texto construído pela triangulação de diferentes procedimentos metodológicos permitiu refletir sobre as possibilidades da psicologia no trabalho socioassistencial com famílias pobres num contexto marcado por desamparo do Estado.

DO OURO INCANSÁVEL

Mil BATEIAS Vão rodando
sobre córregos escuros;
a terra vai sendo aberta
por intermináveis sulcos;
infinitas galerias
penetram morros profundos.

De seu calmo esconderijo,
O ouro vem, dócil e ingênuo;
torna-se pó, folha, barra,
prestígio, poder, engenho..
É tão claro! - e turva tudo:
honra, amor e pensamento.

Borda flores nos vestidos,
sobe a opulentos altares,
traça palácios e pontes,
eleva os homens audazes,
e acende paixões que alastram
sinistras rivalidades.

Pelos córregos, definham
negros, a rodar bateias.
Morre-se de febre e fome
sobre a riqueza da terra:
uns querem metais luzentes,
outros, as redradas pedras.

Ladrões e contrabandistas
estão cercando os caminhos;
cada família disputa
privilégios mais antigos;
os impostos vão crescendo
e as cadeias vão subindo.
Por ódio, cobiça, inveja,
vai sendo o inferno traçado.
Os reis querem seus tributos,
- mas não se encontram vassalos.
Mil bateias vão rodando,
mil bateias sem cansaço.

Mil galerias desabam;
mil homens ficam sepultos;
mil intrigas, mil enredos
prendem culpados e justos;
já ninguém dorme tranquilo,
que a noite é um mundo de sustos.

Descem fantasmas dos morros,
vêm almas dos cemitérios:
todos pedem ouro e prata,
e estendem punhos severos,
mas vão sendo fabricadas
muitas algemas de ferro.

Cecília Meireles
– “Romanceiro da Inconfidência”

*Contemplando o outro***4. FAMILIARIZANDO-SE COM O ESTRANHO: ADENTRANDO NO UNIVERSO DE UM GARIMPO**

Refletir sobre as possibilidades de interlocução da psicologia com as famílias do garimpo Bom Futuro consistiu uma jornada de imersão em um universo ainda a mim desconhecido. Embora a extração mineral ocupe posição central na economia atual do país e seja uma de nossas marcas históricas mais longínquas e duradouras desde tempos coloniais, os garimpos ainda nos são muito estranhos e perpassados por estereótipos, construídos por alguns episódios e modelos que se tornaram mais emblemáticos, principalmente associados à garimpagem do ouro.

Ambientado no século XVIII, em Minas Gerais, o “Romanceiro da Inconfidência” de Cecília Meireles reconta um desses episódios. A emergência de Serra Pelada em 1979, na Amazônia, nacional e mundialmente noticiada por atrair multidões de homens pobres e desempregados e pelo número significativo de mortos em acidentes de trabalho e conflitos entre os garimpeiros, repercute ainda hoje em nosso imaginário de forma negativa, como um verdadeiro inferno marcado por ódio, cobiça e inveja, onde “mil homens ficam sepultos”, nas palavras de Cecília Meireles.

Mas seriam esses os únicos e verdadeiros sentidos das vivências num garimpo? Como é efetivamente a realidade do garimpo de cassiterita Bom Futuro?

Responder tais questões implicou na compreensão das famílias participantes deste estudo e da realidade por elas vivida, fundamentais à discussão sobre a proteção social e o trabalho da psicologia. Para tanto, foi preciso familiarizar-me com a constituição histórica, social e cultural não apenas de Bom Futuro, mas de sua relação com os garimpos na Amazônia e suas interfaces entre a clandestinidade e a legalidade, a informalidade e a formalidade. Contar essa história é a finalidade deste capítulo.

4.1 Garimpos na Amazônia: breve contextualização histórica

Para adentrar as especificidades do garimpo objeto deste estudo, mister se faz compreender, ainda que sucintamente, o contexto e a formação dos garimpos na Amazônia, o quais corporificam a história, o passado, o presente e o futuro dessa região balizada pelos ciclos e atividades extrativistas, permitindo, com isso, fundamentalmente desvelar marcas de similaridades e distinções e suas interlocuções no garimpo de Bom Futuro.

De acordo com Teixeira e Fonseca (2003), desde o período colonial muitas expedições foram enviadas a variadas regiões da Amazônia para a ocupação do território, tanto em função das disputas de terras entre Portugal e Espanha, como em busca de riquezas minerais. Para garantir os territórios amazônicos, pelo Tratado de Tordesilhas pertencentes à Espanha, a coroa portuguesa os ocupou e imediatamente construiu fortes nas fronteiras ao norte e a oeste, instaurando uma barreira protetora de suas terras. A presença de outros países europeus como França, Holanda e Inglaterra também era uma realidade na região e demandou de Portugal ações drásticas para a contenção e expulsão de colonizadores rivais.

O primeiro núcleo português na Amazônia, segundo Teixeira e Fonseca, foi fixado no século XVII, onde atualmente localiza-se a cidade de Belém, com a construção do Forte do Presépio na então Província do Grão-Pará. Datam também do século XVII as primeiras expedições e a ocupação de regiões do atual estado de Rondônia, nos vales do Rio Madeira, realizadas por exploradores da Província do Grão-Pará e de São Paulo (TEIXEIRA; FONSECA, 2003).

Depois destas primeiras demarcações, o processo de ocupação da Amazônia por Portugal tomou corpo, ao longo dos séculos XVII e XVIII, com o estabelecimento de missões cujo objetivo era pacificar e catequizar os índios. Especificamente no território do atual estado de Rondônia, havia missões estabelecidas às margens do Rio Madeira, onde hoje está localizada a capital Porto Velho, e às margens do Rio Guaporé, que demarca a fronteira entre Rondônia e a Bolívia (TEIXEIRA; FONSECA, 2003). Ver Mapa 1.

sertão, o cacau e a borracha, os quais “marcaram o destino extrativista da região Amazônica” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 39).

A primeira descoberta de ouro na bacia do Guaporé ocorreu no ano de 1734. Somada à queda da produção na Mina de Cuiabá (pertencente à Capitania de São Paulo), que começara na década anterior, impulsionou um movimento migratório de mineiros e faiscadores¹⁰ pelo Rio Guaporé e a criação da Capitania do Mato Grosso no ano de 1748, com sede às margens do Guaporé, na então criada Vila Bela da Santíssima Trindade, a qual detinha uma posição estratégica privilegiada. Possuía acesso à bacia amazônica e às minas do Mato Grosso e Grão-Pará e à bacia platina, permitindo o controle da produção e a saída de ouro e diamantes da região (TEIXEIRA; FONSECA, 2003).

Foram os índios capturados e, em menor quantidade, os negros escravos, os trabalhadores responsáveis pela atividade de extração de minérios naquele momento.

A produção se realizava através da exploração de lavras, que eram estabelecimentos de algum vulto e dispunham de alguns instrumentos, sendo o trabalho dirigido por um feitor que empregava principalmente mão de obra de escravos negros ou indígenas. Seria possível explorar também as faisqueiras, onde a produção era intensa e efêmera, feita individualmente por faiscadores nômades, que às vezes se juntavam em grande número em região franqueada, onde cada um trabalhava por conta própria. Havia também dentre esses faiscadores grande quantidade de escravos que deveriam entregar cotas fixas a seus senhores. (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 59)

Em função da precariedade de recursos técnicos utilizados no processo de lavra e faiscção, havia muitas perdas na produção, o que ocasionava o esgotamento rápido das reservas mineradoras e o constante movimento migratório em busca de novas jazidas. A decadência da produção mineral na Bacia do Guaporé, associada ao não incremento de outras modalidades de produção econômica, levou a uma forte crise que culminou com a desocupação da região no final do século XVIII. Esse quadro se aprofundou no começo do século seguinte, ocasionando a transferência da capital da Capitania para Cuiabá. Segundo Teixeira e Fonseca (2003, p. 61), “o Vale do Guaporé passou a ser uma região notoriamente esquecida, povoada somente pelos negros, descendentes de escravos que ali permaneceram.”

A descolonização da região também provocou “seu isolamento geográfico, sua fama de região insalubre e mesmo o desinteresse dos Capitães-Generais, que a partir do final do século XVIII passaram longos períodos ausentes da região e manifestaram clara preferência por Cuiabá.” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 61). Teixeira e Fonseca destacam que o

¹⁰ Encontra-se em alguma literatura e legislação a distinção entre garimpeiros e faiscadores, os primeiros relacionados à atividade de extração de pedras preciosas e os segundo à extração do ouro. Mais genericamente, o termo garimpeiro é utilizado para a extração de qualquer metal.

abastecimento de diferentes produtos alimentícios e outros artigos na região, até então monopolizados pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, diminuiu bastante com a extinção da Companhia naquele período, intensificando a desocupação.

Naquele momento, a região do vale do Guaporé passou a receber criminosos, endividados e outros desviantes das normas atraídos pela promessa de perdão e altos cargos públicos. Acabaram se tornando a elite social da região. Na elite também estavam alguns aventureiros ou integrantes de bandeiras e expedições que enriqueceram com a descoberta e exploração do ouro, mas que mantinham investimentos em outros ramos e atividades agrícolas e comerciais, diante da instabilidade da extração mineral (TEIXEIRA; FONSECA, 2003).

O vale do Guaporé permaneceu uma região pouco ocupada durante quase todo o século XX. O vale do Rio Madeira, por sua vez, teve nova reconfiguração populacional com o primeiro ciclo da borracha, ainda no final do século XIX e com a formação e aumento de vários povoados à beira do Rio Madeira, o que, no início do século XX, motivou a construção da estrada de ferro Madeira e Mamoré, uma das condições impostas pela Bolívia para renunciar o território do Acre. A ferrovia contornava o trecho encachoeirado do Rio Madeira, garantindo a exportação e importação de produtos pelo transporte ferroviário e fluvial na bacia amazônica. Vale pontuar que naquele momento, além da borracha, a mineração representava importante parcela da economia boliviana. O surgimento da cidade de Porto Velho deu-se justamente nas proximidades da estação, a poucos quilômetros de distância das cachoeiras do Madeira (TEIXEIRA; FONSECA, 2003). O trecho de pouca navegabilidade do Rio Madeira pode ser observado no Mapa 1.

O povoamento das regiões dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé reconfigurou-se novamente com o segundo ciclo da borracha, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, o qual estimulou a migração nordestina. Anos mais tarde o impulso migratório nesses locais foi promovido por novas descobertas de minérios, principalmente de cassiterita e pedras preciosas (TEIXEIRA; FONSECA, 2003).

Vale ressaltar que o início da extração de cassiterita¹¹ em Rondônia, de acordo com Ferreira (1996), data da década de 1950, quando geólogos belgas e hindus forneceram as primeiras informações para o reconhecimento do minério a ex-seringueiros, treinando também um padre, professor de história e diretor de um colégio, para análise química dos materiais. A

¹¹ A cassiterita é a principal fonte de obtenção do estanho. “As aplicações industriais do estanho abrangem o revestimento de placas metálicas (estanhagem), atribuindo aos produtos finais propriedades antioxidantes e a formação de ligas com outros metais, para diversos usos, principalmente a fabricação de soldas.” (RODRIGUES, 2001, p. 2).

primeira descoberta do minério ocorreu no ano de 1952, na região onde hoje está situado o município de Ji-Paraná, às margens do Rio Machadinho, afluente do Rio Ji-Paraná na área de um seringal. Nos anos subsequentes foi detectada a presença de cassiterita em Santa Bárbara, Jacundá, Massangana, Candeias e São Lourenço (DALL'IGNA, 1996). O primeiro estudo sistematizado sobre a ocorrência de cassiterita em Rondônia foi realizado por Lobato (FERREIRA, 1996), por volta de 1966, apontando como principais lócus do minério os Rios Candeias, Jamari e Massangana. Ver Mapa 2.

Mapa 2 –Localização dos setores de mineração na província estanífera de Rondônia (Fonte: DALL'IGNA, 1995)

De acordo com Ferreira (1996), os primeiros garimpeiros manuais provieram do declínio da extração da borracha ocorrido em meados da década de 1940, quando foi criada a borracha sintética na Alemanha e nos Estados Unidos (TEIXEIRA; FONSECA, 2003). A nova possibilidade de extração, pela atividade de garimpo de minérios, gerou um movimento migratório intenso para o território do atual estado de Rondônia¹². Esta e outras atividades

¹² Ressalta-se que nesse momento Rondônia ainda não estava legitimada como um estado. Até 1956, a região era denominada Território Federal do Guaporé, quando passou a chamar-se Território Federal de Rondônia. Somente em 1982 alcançou a categoria de estado (TEIXEIRA e FONSECA, 2003).

extrativistas, que demandavam o escoamento dos materiais, impulsionaram também a construção da Rodovia Brasília-Acre, inaugurada em 1961, mas concluída somente em 1984.

Segundo Dall'Igna (1996), no início da década de 1960, o trabalho rudimentar e manual dos garimpeiros, antigos seringalistas, era a principal forma de extração de cassiterita em Rondônia, que se tornou responsável por mais da metade da produção desse minério brasileiro. Entretanto, as necessidades industriais e econômicas do país eram maiores do que a produção efetiva, o que impulsionou o incentivo estatal à extração mecanizada e empresarial, com o estabelecimento de programas de avaliação da extração mineral, por meio da instalação, em 1969, do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) na capital do estado.

Para garantir a extração mineral empresarial em larga escala, diante das fortes pressões deste setor, no ano de 1970 o Ministério de Minas e Energia proibiu, por meio da portaria nº 195/70, o garimpo manual, acusando-o de provocar degradação ambiental e incalculáveis desperdícios de matéria. A portaria permitiu apenas o garimpo mecanizado, o qual seria viável somente a empresas com grande capital. Os trabalhadores, garimpeiros manuais, foram convidados a retiraram-se do Território Federal de Rondônia, recebendo apenas passagens de ida (FERREIRA, 1996; TEIXEIRA; FONSECA, 2003; DALL'IGNA, 1996; CLEARY, 1992).

Calcula-se em dez mil o número de pessoas ligadas diretamente à garimpagem, e trinta mil indiretamente, para uma população de cem mil habitantes.

O exército foi encarregado de “reunir” os garimpeiros e encaminhá-los aos aviões da FAB, de onde seriam “despejados” em outras regiões do país. A proibição causou falências no comércio e um enorme desemprego. A arrecadação caiu 70% e o Brasil passou a importar o estanho que anteriormente exportava. A partir dessa portaria vários grupos multinacionais reforçaram sua atuação no Território, monopolizando a exploração de cassiterita, que antes era o meio de sustento de muitos trabalhadores. A FUNAI autorizou oficialmente a exploração em áreas indígenas, o que causou muitas mortes, dos indígenas evidentemente. (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 168-169)

A proibição do garimpo trouxe repercussões econômicas desfavoráveis aos demais setores comerciais da região, implicando muitas falências (DALL'IGNA, 1996). Mas grupos transnacionais foram favorecidos, segundo Teixeira e Fonseca (2003), entre os quais: Brumadinho, Patino, Brascan e Paranapanema. Dall'Igna destaca que com a proibição do garimpo manual a mineração empresarial empregou aproximadamente quatro mil funcionários nas diferentes regiões, e que na década de 1980 representou 25% da empregabilidade de Rondônia. Em 1988 o estado era o maior produtor de cassiterita do país.

No entanto, a imposição ministerial não fora totalmente aceita e muitos garimpeiros manuais permaneceram atuando na extração mineral. “A atividade extrativa de cassiterita permanece daí para frente clandestina e manual e ao mesmo tempo mecanizada e monopolizada por grandes empresas mineradoras...” (FERREIRA, 1996, p. 29).

Entre os garimpeiros manuais, além dos antigos seringalistas, outro agrupamento encontrou nos garimpos sua fonte de renda: os migrantes em busca de terras dos projetos de colonização e assentamento do INCRA, entre as décadas de 1970 e 1980. Estima-se que em 1980 chegavam três mil famílias anualmente à Rondônia. Diante desse contingente não foi possível ao INCRA alocar adequadamente a todos, o que repercutiu numa série de invasões e conflitos envolvendo grilagem e disputas de áreas indígenas. Muitas famílias permanecem ainda hoje sem suas terras legalizadas (TEIXEIRA; FONSECA, 2003), enquanto outras encontraram nos garimpos de ouro, cassiterita e pedras preciosas uma possibilidade de sobrevivência e trabalho na Amazônia (FERREIRA, 1996; SALOMÃO, 1984).

Relevante mencionar que nesse período, entre as décadas de 1970 e 1980, vivenciou-se a segunda corrida do ouro no Brasil, quando algumas jazidas foram descobertas na Amazônia. Entre as mais emblemáticas estão os garimpos de Serra Pelada e Cumaru, que começaram a ser explorados em 1979 no Pará (CLEARY, 1992). Naquele ano também teve início a fofoca¹³ de ouro no Rio Madeira. Esse contexto é retratado na apresentação do livro “Em Busca do Ouro”, do ano de 1984, pelo então presidente da Coordenação Nacional de Geólogos Gerônimo Albuquerque Rocha:

O novo Eldorado já não é Minas Gerais, é toda a Amazônia. Ministros, empresários, donos de garimpo, atravessadores, contrabandistas, arrivistas endinheirados e políticos oportunistas compõem a cruzada invasora. Na retaguarda, um exército de 300 mil homens desfigurados, foras-da-lei, tangidos pela fome e o desemprego, expulsos da terra, induzidos a buscar a única alternativa de trabalho e de vida que lhes resta: a ilusão, a sorte e o logro, num empreendimento profundamente excludente, onde apenas algumas centenas de indivíduos são beneficiados. (ROCHA, 1984, p. 9)

Se no início da década de 1970 o trabalho do garimpeiro foi proibido, na década de 1980 passa a ser estimulado diante do agravamento da crise econômica do país. Quando os garimpos na Amazônia passam a representar possibilidades de trabalho para muitos desempregados e a produção do ouro, a saída da crise para o país. Mas efetivamente privilegiados são os empresários do garimpo, que passam a deter as máquinas e controlar os garimpos (SALOMÃO, 1984).

¹³ Fofoca é o termo utilizado para referir-se à formação inicial de um novo garimpo ou à movimentação gerada pela descoberta de ouro (CLEARY, 1992).

Não se pode afirmar a existência de um único modelo de garimpo na Amazônia. Alguns, embora de maneira não legalizada, podem ser considerados propriedade privada, cujos donos detêm não apenas as máquinas, mas a pista de pouso e os aviões necessários para entrar e sair do garimpo, bem como os alojamentos aos garimpeiros e vendas de mantimentos. Funcionam como no modelo dos seringais do barracão, no qual o trabalhador comprava seus mantimentos do próprio seringalista e no sistema do recrutamento, no qual um acordo era firmado entre o recrutador e o trabalhador, que pagava com trabalho as despesas adiantadas para o transporte ao local de trabalho (TEIXEIRA; FONSECA, 2003). Este modelo foi relatado pelos garimpeiros entrevistados:

Requeiro 1: Lá a gente ia de avião, pagando, para o cara que levava a gente: pagava a passagem vinte e cinco grama de ouro na época. (...) Ele pagava pra gente entrar. Lá a gente ia pagar pra ele.

Requeiro 2: É que eles levavam pra, por exemplo: eu sou dono do maquinário nesse garimpo. Aí eu andava atrás de, de... peão pra trabalhar pra mim. Aí eu achava ele [aponta para outro requeiro]...

Requeiro 1: Arrumava mais três, quatro e levava...

Requeiro 2: “Você tá a fim de ir trabalhar?” “Tô!” “Então bora! Vai se arrumar que eu pago a tua passagem. Lá dentro, quando você for trabalhar, o primeiro mês você me paga!”

Em outros garimpos na Amazônia entende-se que a propriedade é do garimpeiro que encontrou a fofoca e é ele quem vai estabelecendo a maneira de divisão dos espaços, ou barrancos, e as modalidades de trabalho, dependendo de sua autoridade e força de coerção e das pressões e resistências exercidas pelos garimpeiros que chegam. Em alguns casos a propriedade e as relações de poder são reconfigurados, geralmente associados ao poder da violência física (CLEARY, 1992).

O caso de Serra Pelada, por sua vez, constituiu um modelo diferenciado, totalmente controlado pelo governo militar, chefiado pelo Major Curió (que coordenou a operação contra a Guerrilha do Araguaia), no qual os garimpeiros eram divididos em grupos de cinco e recebiam um espaço demarcado de vinte e cinco metros quadrados para a exploração do ouro. Ali era proibida entrada de mulheres e crianças, de bebidas alcoólicas e armas. Os garimpeiros vendiam o ouro diretamente a uma agência da Caixa Econômica Federal instalada no local. Estima-se que em seu auge, no ano de 1983, existiam cem mil garimpeiros em Serra Pelada (CLEARY, 1992).

Além dessas diferenças, variam as relações e modos de trabalho. Os garimpeiros podem trabalhar independentemente, quando não trabalham para nenhum dono de máquinas; ou podem ser diaristas, quando recebem um valor fixo do dono do garimpo ou do barranco pela diária de trabalho; meias praças, quando o total de ouro extraído é dividido igualmente

com o proprietário; ou ainda por percentagem, com um valor percentual previamente estabelecido (CLEARY, 1992).

Lilian: Tá. Aí, nesse caso, você começava como diarista?

Requeiro: Não.. na porcentagem, na máquina. Trabalhava na empresa mais três companheiros, tirando barranco, aí quando tirava um barranco, se via o ouro, a gente, o patrão tirava ali me parece trinta por cento... Aí aqueles trinta por cento dividia entre nós, entre eu e mais, entre quatro, né? Aí, é claro, que ia dando, se desse sorte eu tirava, duma pancada só eu pagava a minha passagem que era vinte e cinco grama! Né? Que existia muito ouro. Pagava duma vez só ou então pagava de duas vezes.

Esses modelos evidenciam distinções nos sistemas de exploração do trabalho dos garimpeiros. Em alguns casos a divisão dos rendimentos é mais igualitária e, em outros, mais favorável aos empresários. É importante pontuar que em muitos garimpos é difícil separar a figura do proprietário das máquinas do garimpeiro manual, uma vez que a atividade garimpeira é altamente mecanizada e grande parte dos garimpeiros detém máquinas, invalidando a distinção entre garimpeiro manual e mecanizado.

O garimpo de cassiterita mantém algumas semelhanças e distinções do garimpo de ouro. No caso de Bom Futuro, os garimpeiros trabalham mais independentemente, mas estão sujeitos a preços fixados pelos compradores do minério, aspectos a serem discutidos nos próximos tópicos.

4.2 A história de Bom Futuro

O Garimpo Bom Futuro emergiu justamente nesse contexto da corrida do ouro na Amazônia na década de 1980 e do intenso fluxo migratório estimulado pelos projetos de colonização e assentamento do INCRA. Considerado hoje o maior garimpo de extração de cassiterita a céu aberto do mundo (NASCIMENTO, 2010), localiza-se na Bacia do Rio Jamari, estado de Rondônia, a 200 km da capital do estado, o município de Porto Velho, e a 80 km de Ariquemes, ao qual pertence. Ver Mapa 3.

Mapa 3– Localização dos Distritos de Mineiros de Santa Bárbara e Bom Futuro no estado de Rondônia (Fonte: PORSANI et AL, 2004, p.59).

A história do Garimpo de Bom Futuro inicia-se no ano de 1987, quando o primeiro minério foi encontrado no local. Daquele momento em diante, uma série de conflitos para o domínio e a exploração são travados no lugar (FERREIRA, 1996).

Conforme relato oral de um dos pioneiros de Bom Futuro, realizado no ano de 1995 para Ferreira (1996), uma das poucas pesquisas acadêmicas encontradas sobre esse garimpo, o primeiro minério foi encontrado durante a atividade de extração de madeira no local. O material, localizado por um carregador de madeiras, foi levado a um comprador de minérios, que imediatamente tomou posse das terras, com a ajuda de pistoleiros. A notícia do achado se espalhou e não tardou a chegarem ao local entre 200 a 300 garimpeiros, entre os quais o Sr. Sabá, que relata sua chegada:

(...) Quando a gente veio recebemo um tiroteio de bala em cima de nós... nós corremos... tá...tá...tá... A entrada era no Jacaré, teve um colega nosso

que recebeu uma bala na cabeça e que desceu para as costas, só que não foi grave. A gente voltou pra trás, e fizemos a barreira atrás e eles na frente.

A polícia começou a passar pra cá... quando foi um dia veio três carros de policial, quando chegou o tenente falou: olha meninos, vocês não vão lá que a turma do Oswaldão tão armado até os dente e vamo voltá pra Ariqueemes pra toma outras providências. Daquele dia em diante não ia entrar mais ninguém no garimpo. Fechamos a estrada de pau. Pra polícia poder passar tinha que pedir pra gente.

A turma do Oswaldão acabou as mercadorias deles e eles começaram a passar fome. Inclusive veio três policiais a paisana com um caminhão de mercadorias pra colocar pra dentro. Nós não deixemo, eles insistiram e não deixemo, eles voltaram pra trás. O Oswaldão foi pra Porto Velho, pegou um avião e fez lançamento de mercadorias (alimentos) por que eles estavam mesmo passando fome. Quando a turma deles viu que não aguentava mais vazou por dentro do mato. (...) (Relato Sr. Sabá, apud FERREIRA, 1996, p. 39)

Foram os garimpeiros tradicionais clandestinos, diante da proibição da garimpagem na década de 1970, juntamente com trabalhadores vindos de áreas urbanas em situação de desemprego e ex-agricultores oriundos de terras improdutivas doadas por projetos de colonização da Amazônia desenvolvidos pelo INCRA, que iniciaram a extração mineral de cassiterita no garimpo Bom Futuro em 1987. Estima-se que no final dos anos de 1980 e início de 1990 a população do Garimpo Bom Futuro atingiu a cifra de 15.000 habitantes (FERREIRA, 1996).

Segundo Dall'Igna (1996), imediatamente após a descoberta da jazida, uma empresa solicitou alvará de pesquisa ao DNPM, procedimento inicial e prerrogativa para a autorização da lavra. Neste ínterim os garimpeiros manuais, empresários e políticos adentraram no local e deram início à extração mineral independente e não legalizada. Em 1988, a Portaria nº 226 do DNPM, entra em vigor para garantir os direitos da empresa e estabelece seu monopólio na comercialização de minério, atrelado ao pagamento de percentuais às demais associações e cooperativas de garimpeiros atuantes e consideradas legalizadas (DALL'IGNA, 1996).

No entanto, o acordo não foi aceito e cumprido por muitas empresas e grande parte da cassiterita passou a ser clandestinamente vendida para a Bolívia, o que implicou a queda do preço do minério mundialmente e uma série de disputas judiciais. No ano de 1990 é criada outra empresa, para a qual são transferidos os direitos minerais da anterior, com a finalidade de agrupar os grandes produtores do local. Alguns anos depois, novos acordos são firmados entre os empresários, após inúmeras disputas judiciais, e uma única cooperativa passa a ser a detentora do direito de lavra, até o momento atual (DALL'IGNA, 1996).

Vale ressaltar que na prática essas associações e cooperativas sempre foram agrupamentos de empresários e não efetivamente de garimpeiros e os acordos e disputas

relacionam-se à garantia de espaços e interesses comerciais e financeiros. A pesquisa de Ferreira (1996) evidenciou que, no ano de 1995, 39,64% dos profissionais do Garimpo Bom Futuro eram autônomos, dos quais mais de 75% eram requeiros e apenas 0,96% sindicalizados ou cooperados, dados que corroboram a ilegitimidade dessas cooperativas de garimpeiros. Embora não se tenham estatísticas atualizadas sobre o número de requeiros, sabe-se que eles não participam da cooperativa atual detentora do direito de lavra, composta por aproximadamente quinze empresas.

O processo da produção mecanizada dessas empresas inicia-se com o trabalho de retroescavadeiras que coletam o minério contido na terra (em algumas áreas faz-se necessário efetuar anteriormente a implosão) e o colocam em caminhões para o transporte até a “planta”, maquinário onde o material será lavado, moído e posteriormente separado por um sistema de variadas peneiras e filtro (quando tem menores proporções este maquinário recebe o nome de jigüe). No final de todo o processo a cassiterita adquire forma de pequenos grãos. O processamento e a transformação da cassiterita em estanho são realizados por outra cooperativa associada, que também não é formada por garimpeiros.

Os garimpeiros existentes em Bom Futuro são chamados de requeiros, trabalham informal e autonomamente, não sendo funcionários das empresas ou da cooperativa e em sua maioria não trabalham para proprietários de máquinas. No garimpo de ouro, a palavra reque significa bônus (CLEARY, 1992), ocorrendo quando o dono das máquinas permite que os garimpeiros que com ele trabalham retirem as pequenas sobras de ouro que se alojam nas peneiras do moinho. É justamente a coleta de cassiterita das sobras das máquinas o trabalho do requeiro em Bom Futuro, em pelo menos duas modalidades de trabalho. Um dos requeiros entrevistados definiu que são “os verdadeiros recicladores do garimpo”.

Os requeiros trabalham em três modalidades diferentes de reco:

- 1) Na escavação de túneis na serra, onde extraem a cassiterita da rocha com ferramentas como picaretas e pás (ver Fotografia 1);

Fotografia 1 – Imagem de requieiro trabalhando na escavação de túneis para extração de cassiterita.

2) Nas proximidades de retroescavadeiras “onde corta o minério”, coletando com as mãos e pás a cassiterita que cai das máquinas ou que fica exposta nos barrancos e escavações, conforme Fotografia 2.

Fotografia 2 – Imagem de requieiros trabalhando coleta de cassiterita nas proximidades de retroescavadeiras.

3) Coletando material rejeitado pelas plantas ou jigues. No processo de lavagem mecanizada do minério, grandes canos excluem água com terra, que é coletada pelos requeiros com o auxílio de pás, transportada em carrinhos de mão e amontoada em um local (cada requeiro vai ao longo dos dias de seu trabalho depositando a terra coletada num ponto, formando um monte, no qual ninguém mexe). Posteriormente, ele efetua nova lavagem da terra com o auxílio de uma estrutura retangular de madeira chamada de caixa, onde as partículas de cassiterita depositam-se (Fotografias 3, 4, 5 e 6).

Fotografia 3 – Imagem de uma planta.

Fotografia 4 – Imagem de requeiros coletando o rejeito da planta.

Fotografia 5 – Imagem dos amontoados de rejeito coletados por diferentes requeiros.

Fotografia 6 – Imagem da caixa utilizada pelos requeiros para lavagem do rejeito coletado.

Todo o material coletado pelos requeiros é vendido a pequenos moinhos ou separadoras. Tanto a cassiterita extraída nos túneis da serra quanto a coletada nas proximidades das retroescavadeiras “onde corta o minério” têm melhor teor e o preço pago é

maior, variando entre R\$15,00 e R\$20,00 o quilo. Quando o reco é feito no rejeito de jigues e plantas, a cassiterita está na forma de pequenos grãos ainda misturados à terra e ao ferro, sendo preciso levá-la a separadoras, onde o material passará por outros processos para obtenção da cassiterita em estado mais puro. Neste caso os preços são mais baixos, variando entre R\$11,00 e R\$15,00 o quilo. Esses valores sofrem ainda descontos pelo uso dos serviços do moinho e da separadora ou da umidade do material. Os moinhos e separadoras são pequenas empresas associadas direta ou indiretamente à cooperativa, destino final de todo o material produzido no local pelas diferentes modalidades de extração, sejam das empresas ou dos requeiros.

Vale mencionar que a modalidade de reco no rejeito das plantas e jigues, contudo, é a mais segura, com menores riscos à vida, e por isso alguns relataram preferi-la. Neusa, por exemplo, explicou que o marido presenciou o soterramento de um cunhado que trabalhava nas proximidades de maquinários e depois decidiu apenas trabalhar nessa modalidade, mesmo que os preços pagos sejam menores. Outros requeiros falaram com desdém da modalidade do rejeito, em função de obterem preços melhores nas outras modalidades.

Alguns requeiros trabalham exclusivamente numa modalidade e sua escolha relaciona-se ao que consideram mais importante: o preço do minério ou a segurança do trabalho. Outros migram de modalidade conforme a produção e trabalho das empresas. Quando o trabalho das retroescavadeiras é reduzido, os requeiros procuram outras modalidades, como a escavação de túneis, quando é aumentado trabalham nas proximidades das máquinas. Estas duas modalidades são as que envolvem maiores riscos à vida.

Os túneis escavados com picaretas e pás chegam a alcançar entre trinta e cem metros de profundidade. Os requeiros identificam a cassiterita e a escavação vai seguindo o que chamam de “veio” do minério na rocha. Neste caso geralmente trabalham com sócios, com grupos de duas ou mais pessoas que dividem igualmente o trabalho e o minério obtido. Como não há uma previsão ou estudo anterior do local exato do minério, nem dos riscos e um trabalho para sua diminuição, muitos óbitos ocorrem por soterramento ou acidentes com as ferramentas de trabalho. No trabalho “onde corta o minério”, além de soterramentos, há um risco de acidentes com a própria retroescavadeira. No ano de 1994, um deslizamento de terra matou 27 requeiros. Casos fatais envolvendo a retroescavadeira, em menor número, também foram reportados. Esta é a modalidade que congrega o maior número de requeiros e a mais característica de Bom Futuro.

Embora o minério produzido pelos requeiros beneficie a cooperativa e as demais empresas, não há qualquer responsabilidade destas pelo trabalho e sua segurança. Na prática,

os requeiros afirmam que mantêm com as empresas uma relação de codependência, mas ao mesmo tempo observam resistência das empresas para sua atividade nas proximidades das máquinas. Muitos afirmaram que os funcionários controladores das máquinas encobrem imediatamente o minério exposto com grandes quantidades de terra para dificultar a coleta dos requeiros. Algumas empresas cercam suas áreas de extração e proíbem a entrada dos requeiros.

Além dessas questões existem repercussões ambientais da atividade mineradora. Ferreira (1996) evidencia que a precariedade de conhecimentos específicos sobre mineração dos empresários responsáveis pela extração mecanizada da cassiterita, bem como o hábito de descumprimento das leis ambientais, frequente no ramo madeireiro, trouxeram repercussões negativas ao ambiente físico e às populações indígenas, dizimadas e expulsas do local. Cerca de 3.500 hectares sofreram impactos ambientais. O Rio Candeias foi poluído e considerado impróprio para o uso das comunidades ribeirinhas durante os anos 1990. Seus afluentes Jacarezinho e Santa Cruz foram assoreados. “O desmatamento desordenado que aconteceu e o despejo indiscriminado de rejeitos (melechete¹⁴), afogam a floresta periférica ao garimpo, transformando-a nas conhecidas paliteiras – trechos de floresta morta...” (FERREIRA, 1996, p. 41) Os principais danos ambientais provocados pela extração de cassiterita, segundo Ferreira, incluem, além do desmatamento e do depósito de resíduos sólidos, a erosão, a retirada da superfície fértil do solo, a elevação do teor de metais das águas, a alteração do curso de rios, o aumento de gases tóxicos na atmosfera, entre outros.

Em função dos danos ambientais, o Garimpo Bom Futuro foi fechado entre os anos de 1991 e 1992, por um decreto do então governador do estado de Rondônia. No entanto, a despeito do decreto, a atividade de extração do minério continuou sendo praticada no local ilegalmente (FERREIRA, 1996). Com a construção de algumas barragens para contenção do melechete no Rio Candeias e seus afluentes, foi auferida autorização para lavra. Apesar de nessa época ter ocorrido a contenção dos impactos ambientais, Ferreira afirma que muitas empresas continuaram a depositar indevidamente o melechete na década de 1990, que durante o período chuvoso deslizava para os rios e provocava contaminações. De 1996 até o momento atual, há um hiato de estudos acadêmicos sobre os impactos ambientais do garimpo Bom Futuro, que permitam dimensionar os danos provocados pela mineração e mineração e indicar modos de compensação e recuperação.

¹⁴ Massa de terra rejeitada no processo de separação do minério, que em função de elevado teor de água ganha consistência pastosa (FERREIRA, 1996).

4.3 Garimpagem em Bom Futuro: a exploração historicamente legitimada

“Professora, a pergunta que não quer calar: por que não podemos vender o minério na cidade, onde o preço é melhor, se estamos no mesmo município?” (Requeiro)

Imediatamente após apresentar-me a um grupo de requeiros e explicar a pesquisa, um requeiro dirigiu-me essa questão, explicando que era o assunto sobre o qual dialogavam antes de minha chegada, mas para o qual não tinham respostas. Queriam entender porque é proibida a venda da cassiterita por eles produzida para compradores na cidade de Ariquemes, onde o valor pago é superior: o minério com o qual ganhavam entre R\$15,00 e R\$17,00 no distrito de Bom Futuro, na cidade lhes renderia R\$22,00. Evidenciaram haver uma espécie de cartel, no qual os diferentes pequenos moinhos e separadoras existentes no distrito pagavam o mesmo valor, abaixo do que poderiam receber. Relataram que qualquer minério encontrado pela polícia fora das imediações do garimpo é apreendido.

Embora naquele momento já tivesse algumas informações sobre a questão, foi preciso um trabalho de compreensão mais aprofundada da legislação e do lugar ocupado pelo garimpo e pelo garimpeiro. Comprometi-me a estudar as leis e a retornar na semana seguinte com maiores informações. Tal tarefa revelou-se de uma complexidade não imaginada. A legislação desse setor é dispersa e desconexa, intrincada por inúmeros decretos e portarias, que reescrevem e revogam partes da legislação anterior, sendo a principal delas o Código de Mineração, de 1967, mas que relaciona-se com os Códigos e decretos anteriores.

Essa pesquisa levou a uma série de descobertas sobre um processo histórico de manutenção da atividade garimpeira nos limites entre a informalidade e a clandestinidade segundo sentidos institucionalizados e legitimados pelo Estado e seus aparatos jurídicos, importantes para a compreensão do contexto do garimpo de Bom Futuro. Ressalto que as relações e os sentidos do trabalho dos requeiros no garimpo não constituem objeto específico deste estudo, mas o entendimento de algumas dimensões dessa questão se fez fundamental para o entendimento das condições vividas pelas famílias do local.

A primeira legislação sobre a mineração foi um decreto para a regulamentação da extração do ouro, promulgado pela Coroa Portuguesa, muitos anos antes dessa atividade iniciar no Brasil no final do século XVI. Mas a palavra garimpeiro aparece no século XVIII, quando a atividade extrativista mineral foi efetivamente ampliada e intensificada com descobertas de minas de ouro e diamantes em Minas Gerais e no Mato Grosso. Esse contexto

foi retratado por Cecília Meireles no poema “Do ouro incansável”, que abre este capítulo. Naquele momento histórico emergiu o fenômeno dos garimpos, originalmente caracterizados como atividade mineradora clandestina (CLEARY, 1992).

A palavra garimpo, de acordo com Cleary, tem sua origem no termo “*grimpa*”, usada para denominar a região de montanhas de Minas Gerais, onde os trabalhadores clandestinos da extração de ouro e diamante escondiam-se. “Os garimpeiros, excluídos das concessões e mercês oficiais minerárias, procurariam os locais mais isolados para tentar a sorte, longe dos olhos do fisco. Extremamente carentes de recursos, foram quase sempre duramente perseguidos pela administração colonial.” (COSTA, 2007, p. 254).

Para Costa, a facilidade das reservas aluvionares de ouro e diamante, que demandavam o uso de poucos e simples instrumentos, bem como a desigualdade na distribuição das áreas de mineração legalizadas, foram as principais condições para a emergência do garimpeiro entre mestiços, alforriados e aventureiros no século XVIII. A extração legalizada, naquele período, estava a cargo do trabalho escravo. Estima-se que Minas Gerais detinha o maior número de escravos do país em função da mineração do ouro. De acordo com Salomão (1984), os garimpeiros foram os primeiros trabalhadores livres do Brasil ainda colonial e, na condição de clandestinidade, constituíam agrupamentos pautados pela ajuda mútua e solidariedade. Depois da Lei Áurea, muitos dos antigos escravos passaram a trabalhar clandestina e autonomamente na extração de minérios (COSTA, 2007).

Martins (2008, 2009) destaca que, embora os garimpeiros fossem alvos de perseguições, muitas vezes os contratadores das jazidas permitiam que trabalhassem para depois apreenderem, pelo uso de violência, todo o material por eles coletado. Vale destacar que naquele momento as jazidas eram de propriedade do dono do solo (COSTA, 2007).

Os garimpeiros deixaram a condição de ilegalidade com a Independência do Brasil, quando o império deixou de ter domínio exclusivo sobre a mineração e adotou-se o regime de livre exploração. No entanto, mantiveram-se na condição marginal de trabalho explorado (MARTINS, 2008, 2009). Por essa história, Cleary (1992) argumenta que a garimpagem foi em sua essência uma atividade clandestina no Brasil. De acordo com esse autor, a atividade garimpeira só foi legalmente regulamentada e reconhecida no governo Vargas pelo Código de Minas, Decreto nº 24.642 de 10 de julho de 1934 (BRASIL, 1934a), e pelo Decreto nº 24.193 de 3 de maio de 1934 (BRASIL, 1934b), que regulamentou a indústria de fiação do ouro. Costa (2007) ressalta que este Código foi elaborado graças à demanda de industrialização do país, que tornou a extração mineral uma questão de estratégia econômica.

A análise do texto do Decreto nº 24.193 (BRASIL, 1934b) revela que a regulamentação da atividade garimpeira esteve fundamentalmente associada à preocupação com a venda clandestina de ouro a preços abaixo do mercado e a instituições distintas ao Banco do Brasil, questões explicitadas em seu preâmbulo. A regulamentação sugere ter visado mais o controle do Estado sobre as atividades de extração e comércio realizadas pelos garimpeiros, pelo estabelecimento da obrigatoriedade de sua matrícula e a definição da área de trabalho do que propriamente assegurar-lhes direitos.

Entre os direitos dos garimpeiros ficou estabelecido o exercício livre de garimpagem em áreas devolutas e rios públicos, em áreas especificadas em seu certificado, e em propriedades privadas, quando com autorização do proprietário. Como disposições transitórias, oito áreas específicas foram nomeadas como direcionadas à fiação do ouro, entre os estados do Pará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso, e cinco áreas destinadas à garimpagem de pedras preciosas, entre os estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná.

No que se refere ao papel da União, para além da fiscalização e do controle da atividade garimpeira, o Artigo 25º do decreto foi o único a demarcar o oferecimento de acompanhamento administrativo e fiscalizador às associações de garimpeiros, a ser desempenhado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), também criado no ano de 1934. Vale observar que desde a primeira regulamentação da atividade garimpeira, a indicação da formação de associações e cooperativas de garimpeiros aparece como preferencial ao trabalho individual. No caso do Decreto 24.193, a associação dos garimpeiros em sindicatos e cooperativas é mencionada como um dos aspectos do preâmbulo, destacando a sua importância para: "...a defesa de seus interesses profissionais, a prática de melhores métodos, de trabalho e a melhoria dos seus proventos." (BRASIL, 1934b, s/n.)

O artigo 7º do Decreto 24.193 de 1934 estabeleceu que somente cooperativas de garimpeiros poderiam, desde que autorizadas pelo governo federal, comprar minérios. Os garimpeiros teriam que vender minérios a essas cooperativas ou a pessoas físicas ou jurídicas autorizadas e de comprovada idoneidade moral. Como penalidade ao comprador clandestino previa-se a apreensão de todo o minério em sua posse, que seria destinado ao Ministério da Fazenda. A questão da comercialização de minérios, bem como das cooperativas, serão retomadas em discussões adiante, na análise de consequentes marcos legais.

Destaca-se que o trabalho do garimpeiro ficou caracterizado pelo uso de instrumentos simples e sua permanência provisória. Esta definição surge claramente para delimitar os territórios na extração de minérios entre a mineração, chamada de formal, desenvolvida com

recursos financeiros e tecnológicos visando a ampliação e eficiência na produção e, por outro lado, o garimpo conceituado por adjetivos antônimos.

Com o estabelecimento de uma nova Constituição em 1937 por Getúlio Vargas, o Código de Minas de 1934 precisou ser reformulado, em função do Art. 143 daquela Carta Magna indicar novas direções à atividade de extração mineral, impondo a necessidade de autorização federal a qualquer aproveitamento de jazidas, mesmo quando de propriedade privada (BRASIL, 1937a). Vale ressaltar que desde o Código de Minas de 1934 houve a cisão entre a propriedade do solo e a da jazida no subsolo.

O Decreto-Lei Nº 66, de 14 de dezembro de 1937 (BRASIL, 1937b) declara em vigor o Código de Minas de 1934, bem como o Decreto nº 24.193, o qual especificamente tratava da atividade garimpeira. O Decreto-Lei nº 466, de 4 de junho de 1938 (BRASIL, 1938) regulamentou a garimpagem e o comércio de pedras preciosas, sendo alguns pontos mantidos e outros acrescentados em relação ao Decreto de 1934.

Para Martins (2008) esses decretos complementares ao Código de Minas de 1934 efetivamente pouco mudaram as condições de trabalho dos garimpeiros, pois o objetivo era ampliar a abertura aos grandes investimentos no setor, o que acabou por gerar processos de especulação em torno dos alvarás de pesquisa e portarias de lavra. Além disso, conforme o autor, tampouco o governo de Vargas garantiu aos garimpeiros os ganhos dos direitos trabalhistas.

Nessa direção torna-se interessante analisar também o tratamento da comercialização de minerais pelos garimpeiros. O Decreto-Lei 466 de 1938 manteve a mesma regra do Decreto de 1934, que estabelecia que apenas cooperativas de garimpeiros e pessoas físicas ou jurídicas de idoneidade moral, devidamente autorizadas, poderiam comprar minérios, mas acrescentou a permissão de que fabricantes de joias poderiam comprar pedras preciosas, sem necessidade de autorização. O mais considerável foi, no entanto, a proibição expressa à compra de pedras preciosas por garimpeiros, conforme estabeleceu o artigo 12º, sob pena de confisco. Essa proibição provavelmente estava imbuída da preocupação, explicitada no preâmbulo do Decreto 24.193 de 1934, com o comércio clandestino do ouro e pedras preciosas. O que pode ser questionado, neste caso, é o fato do garimpeiro ser impossibilitado de obter autorização de compra como pessoa física ou jurídica, com comprovada idoneidade moral e garantia financeira, como se consistisse uma categoria distinta de cidadão, com menores possibilidades legais.

Muito embora os dois principais Decretos analisados até o momento não tenham mais qualquer validade legal no contexto atual, tiveram longa duração, a saber: o Decreto-Lei 466

de 1938 foi revogado em 1969 e o Decreto 24.193 de 1934, revogado somente em 1991. Hoje, interessa conhecê-los para compreender como historicamente a garimpagem e o garimpeiro foram considerados no âmbito legal, o que revela as direções dadas pelo Estado, por meio de seus aparatos executivo, legislativo e judiciário, e suas reverberações atuais. Essa compreensão demanda ainda olhar para outros marcos legais subsequentes, entre os quais o Código de Minas de 1940.

Um novo Código de Minas entrou em vigor pelo Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de março de 1940 (BRASIL, 1940), revogando o Código de Minas de 1934, mas não os Decretos de 1934 e 1938 com disposições específicas sobre a garimpagem e faiscação. A cisão entre a lavra mecanizada de larga escala e a garimpagem, já presente nos decretos complementares anteriores, se mantém e se acirra. Aquela passa a ter preferência sobre a garimpagem na autorização de pesquisa e lavra, que poderia ser concedida a brasileiros ou empresas brasileiras, desde que cumprissem uma série de exigências técnicas, financeiras e infraestruturais, as quais não poderiam ser cumpridas pela grande massa de garimpeiros, com escassos recursos financeiros e restrito acesso à escolarização formal.

Com o fim do Estado Novo, outra Constituição foi promulgada em 1946, a qual, segundo Martins (2008, 2009), não trouxe mudanças substantivas ao que já estava posto para a legislação mineral. As mudanças mais significativas à legislação mineral vieram, sobretudo, após a nova redação do Código de Mineração no ano de 1967, Decreto-Lei 227 de 28 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967). Vale ressaltar que o Código de 1967, formulado durante o governo militar, regido por interesses de expansão da exportação do país (MARTINS, 2008, 2009), é ainda vigente, não mais em seu texto original. Muitos de seus artigos sofreram alterações e houve acréscimos e exclusões por meio de decretos e/ou leis complementares.

Conforme Salomão (1984), antes do Código de 1967 era o proprietário da terra quem detinha prioridade no requerimento de pesquisa e quem decidia se a extração seria feita por empresas da mineração ou por garimpeiros por meio do estabelecimento de acordos. Com o novo Código em vigor, o direito de pesquisa e lavra passa a ser condicionado pelo cumprimento de uma série de exigências burocráticas, sem qualquer relação com a propriedade ou ocupação da terra, assegurando deste modo prioridade ao minerador e, conseqüentemente, cerceando o trabalho de garimpeiros. Ainda hoje, isso não ocorre efetivamente em muitos garimpos da Amazônia, que continuam a operar nos moldes da propriedade privada, onde o dono do garimpo recruta os garimpeiros a trabalharem em sua área, sob diferentes regimes de trabalho.

Outra limitação imposta à garimpagem com o Código de 1967 foi a proibição de garimpagem em áreas e rios de domínio público, já que todo o subsolo, como propriedade da União, passa a ser objeto de concessão, dependente de autorização dos órgãos competentes. A garimpagem ficou dependente da demarcação de áreas exclusivas a este fim, estipuladas sob interesses do setor de mineração, o que, conforme Martins (2008), nunca ocorreu e “virou letra morta”. Até 1976, no entanto, era permitida a atividade garimpeira feita por trabalhadores matriculados no DNPM, desenvolvida paralelamente em área de autorização de pesquisa por empresas. Porém, com a Lei nº 6.403, de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976), essa modalidade passa a ser completamente proibida. Esta proibição instaura, mais do que a cisão entre a mineração de grande capital e a garimpagem, já observada na legislação anterior, uma proibição mais evidente à atividade garimpeira, com a imposição de restrições legais, que visaram estimular a mineração capitalista em larga escala, com maior capacidade produtiva.

Uma vez que o setor de mineração capitalista se estabeleceu, tornou-se claramente necessário para o Estado começar a distinguir as diferentes formas de produção mineral e a lidar com cada uma delas diferentemente. Este foi um processo que começou em 1817, com a primeira legislação, que permitia a criação de companhias de mineração no Brasil e especificamente o relacionamento que elas deveriam ter com o Estado, e ainda hoje continua, com a revisão corrente do Código de Mineração de 1967. Ironicamente, a garimpagem como categoria legal, foi uma criação indireta do próprio setor de mineração capitalista com o qual ela está agora envolvida em combate por toda a Amazônia. (CLEARY, 1992, p. 178)

Cleary (1992) analisa que no governo militar inicia-se o que chama de “hostilidade doutrinária” em relação à garimpagem e ao garimpeiro, o que era evidente também em documentos e relatórios expedidos pelo DNPM. O garimpo passou a ser associado a problemas sociais, sendo o principal responsável pela degradação do meio ambiente. O garimpeiro, por sua vez, era visto como figura hostil, indisciplinada, gananciosa e destruidora. “A garimpagem foi atacada em três frentes; foi acusada de ser tecnologicamente ineficiente, ilegal e exploradora.” (CLEARY, 1992, p. 195). Daí a necessidade de controle jurídico rigoroso desse trabalho.

Contudo, em meados da década de 1980, com a corrida à Serra Pelada, criou-se um contexto de maior importância do garimpo pelo que passou a representar em termos financeiros e políticos, o que não tinha respaldo na legislação vigente (CLEARY, 1992). Cleary considera que Serra Pelada representou uma possibilidade diante da crise econômica que assolava o país. Com a desvalorização da moeda, a compra direta de ouro figurou como uma solução e a intervenção estatal, por seu turno, permitiu o controle militar de variados

conflitos sediados na região, alvos de preocupação desde a Guerrilha do Araguaia. No entanto, mesmo diante das controvérsias e contradições geradas por Serra Pelada, poucas modificações na legislação favoráveis ao garimpeiro se verificaram.

No ano de 1989 efetiva-se a extinção do regime de matrícula individual dos garimpeiros, que com a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989 (BRASIL, 1989), passam a ter como única possibilidade de trabalho legalizado a solicitação de permissão de lavra garimpeira, uma portaria expedida pelo Diretor-Geral do DNPM que garante o aproveitamento imediato de substância mineral sem a necessidade de pesquisa mineral anterior, mas que exige o cumprimento de normas técnicas prescritas pelo DNPM, bem como o licenciamento ambiental e a responsabilidade pelos possíveis danos.

Embora a permissão de lavra garimpeira apresente pré-requisitos burocráticos inferiores comparativamente ao regime de concessão de lavra, dado por uma portaria do Ministro de Minas e Energia (concedida após desenvolvimento de pesquisa na área, que requer recursos financeiros, técnicos e tecnológicos superiores pela demanda de projetos e planos específicos sobre o aproveitamento da jazida, das instalações e segurança de trabalho, das residências, entre outros), apesar do menor número de exigências, o novo tipo de permissão ainda traz claros impedimentos aos garimpeiros tradicionais pelo que requer tanto em termos de conhecimento da lei, como de cuidados com o meio ambiente.

De acordo com Martins (2008, 2009), as imposições ambientais foram alvo de reivindicações dos garimpeiros da região do Alto Jequitinhonha, em Minas Gerais, em meados da década de 1990. Eles buscavam um afrouxamento na legislação nos aspectos ambientais e fiscais e pleiteavam que a garimpagem tivesse um lugar diferenciado em relação às empresas mineradoras, bem como que o garimpo tradicional fosse distinguido das frentes garimpeiras, predominantes na Amazônia, caracterizadas pela transitoriedade. Suas reivindicações não foram atendidas pelos órgãos ambientais (MARTINS, 2008, 2009).

Além disso, apesar de a permissão de lavra poder ser “(...) outorgada a brasileiro, a cooperativa de garimpeiros, autorizada a funcionar como empresa de mineração (...)”, a prioridade é dada às cooperativas. E mesmo essas diminutas possibilidades da atividade garimpeira tradicional, estabelecidas desde a Constituição de 1988, foram alvo de críticas do setor organizado da mineração por estimularem a expansão do garimpo e irem na contramão das concepções dos especialistas, que asseguravam os prejuízos da garimpagem ao setor mineral (HERMANN; BONGIOVANI, 1988).

Ao mesmo tempo em que se davam essas modificações da legislação, acordos foram firmados entre empresários do garimpo Bom Futuro, momento em que uma cooperativa

passou a ser detentora dos direitos da extração legalizada de cassiterita. Entretanto, os requeiros, os efetivos garimpeiros tradicionais, não foram incluídos e passaram a ter como única opção o trabalho não legalizado, explorado pelos atravessadores (separadoras e moinhos) que compram o minério e se imbricam direta e indiretamente na cooperativa de empresários ali existente, usufruindo da falta de conhecimentos sobre direitos básicos e da baixa escolaridade dos requeiros, bem como dos entraves da própria legislação. Esse quadro configura um ambiente de extrema injustiça e exploração do trabalho garimpeiro, mas legalmente respaldado.

O Plano Plurianual para Desenvolvimento do Setor Mineral elaborado no ano de 1993 (BRASIL, 1993b) reconhece que a legislação traz repercussões negativas aos garimpeiros, entre as quais: a não legitimidade de muitas cooperativas, que na prática são criadas por empresários para obtenção de alguns benefícios direcionados a esta modalidade de associação; a perda de direitos trabalhistas pelos garimpeiros, que passam a exercer ilegalmente a profissão; os limites impostos ao trabalho dos garimpeiros tradicionais pelas exigências ambientais, entre outros. Fica evidente como os aparatos jurídicos do Estado são utilizados em benefício das empresas de grande capital e de poucos empresários, mantendo de maneira dissimulada e perversa a impossibilidade de legalização do trabalho dos garimpeiros, que não têm lugar na atenção estatal a não ser no lugar do crime. Vale ressaltar que a partir da lei de 1989 passa a figurar como crime qualquer atividade garimpeira sem a devida permissão ou concessão de lavra, o que nas legislações anteriores dependia apenas da matrícula individual do garimpeiro.

Art. 21 - A realização de trabalhos de extração de substâncias minerais, sem a competente permissão, concessão ou licença, constitui crime, sujeito a penas de reclusão de 3 (três) meses a 3 (três) anos e multa.

Parágrafo Único - Sem prejuízo da ação penal cabível, nos termos deste artigo, a extração mineral realizada sem a competente permissão, concessão ou licença acarretará a apreensão do produto mineral, das máquinas, veículos e equipamentos utilizados, os quais, após transitada em julgado a sentença que condenar o infrator, serão vendidos em hasta pública e o produto da venda recolhido à conta do Fundo Nacional de Mineração, instituído pela Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964. (BRASIL, 1989, s/n.)

A criminalização do trabalho dos garimpeiros proporcionou a criação de mecanismos de coerção mais efetivos de garantia de direitos e benefícios às grandes empresas mineradoras. Num momento em que a extração mineral era exercida majoritariamente na informalidade, passam a contar com o apoio policial nos confrontos, nas disputas e na expulsão dos garimpeiros das áreas de extração mineral.

Mas alguns grupos, nesse contexto pós-Constituinte, sentiam-se não conagraçados pela legislação mineral. O debate de pontos considerados nebulosos nessa legislação motivou um seminário promovido pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) em conjunto com a Federação dos Engenheiros de Minas do Brasil (FAEMI) e a Revista de Mineração Metalúrgica no ano de 1990. O evento resultou na publicação de um livro (BARRETO; ALBUQUERQUE, 1990) com o registro das falas dos convidados.

Entre os palestrantes estavam representantes de associações e fundações do setor mineral organizado e de profissionais atuantes da área, como também representantes de companhias mineradoras, advogados e deputados. O único representante dos garimpeiros nesse evento foi o presidente de uma união de sindicatos e associações de garimpeiros, na realidade um empresário de garimpos.

A leitura das falas dos palestrantes indica que o que estava em debate efetivamente no seminário eram as questões que afetavam à mineração empresarial, destacando como foco reivindicações de pequenas e médias empresas não conagraçadas pela legislação. A maioria das falas sobre a garimpagem foram pontuais e a enfatizaram como um problema à mineração.

Alguns enunciados apontaram o garimpo e os garimpeiros como um problema decorrente do modelo econômico do país, cujas crises provocavam desemprego e conseqüentemente, busca de meios de subsistência nos garimpos pelo “exército de despojados que invadem” (CARVALHO, 1990, p. 89) De algum modo cobravam providências e soluções do Estado ao problema (garimpo) por ele criado e minimizavam as responsabilidades do setor formal organizado de mineração, que mantinha – e ainda mantém – na miséria muitos trabalhadores. Certos discursos chegam a posicionar os empresários como mocinhos e os garimpeiros como vilões, invasores de terras e causadores de massacres indígenas, como a fala do então presidente da Coordenação Nacional de Geólogos (CONAGE): “É melhor ter uma empresa de mineração atuando em terra indígena de forma organizada, controlada pelo governo e pela sociedade, do que hordas de despossuídos, de descamisados” (CARVALHO, 1990, p. 89). Enunciados como esse respaldam a criminalização dos garimpeiros e o controle do Estado sobre sua atividade, significando-os de modo negativo. Vindo de um representante de um agrupamento profissional que se demonstra integrado aos interesses empresariais, a fala pode ter sido motivada pela garantia de espaços de trabalho àqueles profissionais.

Por outro lado, mesmo também posicionando o garimpo como um problema para a mineração, a fala do então diretor da Rio Doce Geologia e Mineração (DOCEGEO) é relevante à análise da questão, ao ponderar que não existe um único modelo de garimpo na

Amazônia, mas que a exploração do garimpeiro se faz presente mesmo nas minerações de larga escala, operadas por grandes empresas:

Mas existem pessoas as mais diversas, desde o nível político até o econômico, que usufruem da existência do garimpo.

Representando a parte produtiva organizada do setor mineral, tenho que conviver com essa realidade. Tenho que aceitar que há garimpos onde a organização de cooperativas talvez seja possível. Há garimpos onde não temos uma atividade garimpeira simples, mas sim uma micro ou média empresa atuando, e há outro garimpo onde se tem o capital intensivo, muitas vezes de fora, aproveitando a mão-de-obra disponível para um rendimento fácil e sem nenhum compromisso social com essa mão-de-obra ou com a região.” (SANTOS, 1990, p. 84)

Seu discurso mostra o reconhecimento de que as grandes mineradoras, que se opõem veementemente ao garimpo e ao trabalho dos garimpeiros, também exploram estes trabalhadores e não se responsabilizam ou se comprometem com o cumprimento das responsabilidades legais trabalhistas ou sociais. As falas pronunciadas no evento são importantes para compreender os significados da garimpagem e dos garimpeiros naquele momento, início da década de 1990, mas, fundamentalmente, para compreender os interesses que ali se apresentavam. O defensor do garimpo o fazia por ser proprietário de garimpo e os acusadores procuravam demonstrar como os garimpeiros eram utilizados como massa de manobra, ou ainda como eram os causadores de inúmeros problemas à mineração, ao meio ambiente e à sociedade em geral. Muitos desses significados ainda prevalecem e constituem a gama de estereótipos e preconceitos em relação aos garimpeiros, num contexto que mantém respaldada sua exploração e criminalização.

Somente no ano de 2008 foi promulgado um estatuto do garimpeiro, a Lei 11.685, de 2 de junho de 2008. As definições de garimpeiro e garimpo são reconfiguradas em relação às legislações anteriores, considerando o contexto em que termos marcados por preconceitos, como “trabalho rudimentar”, tornam-se inaceitáveis. O garimpeiro passa a ser definido objetivamente como pessoa que “atue diretamente no processo de extração de substâncias minerais garimpáveis”. Quanto aos garimpos, entende-se que, “por sua natureza, dimensão, localização e utilização econômica, possam ser lavrados independentemente de prévios trabalhos de pesquisa” (Artigo 2º, BRASIL, 2008b) Neste artigo do Estatuto são também listados os minerais considerados garimpáveis, entre os quais a cassiterita, o ouro e o diamante, entre outros.

Apesar de constarem como modalidades de trabalho do garimpeiro o trabalho autônomo, o regime familiar, o emprego individual, o contrato de parceria e o cooperativismo,

fica mantida a necessidade de título minerário, ou seja, de concessão ou permissão de lavra garimpeira para o exercício legal da profissão.

Art. 3º O exercício da atividade de garimpagem só poderá ocorrer após a outorga do competente título minerário, expedido nos termos do Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967, e da Lei no 7.805, de 18 de julho de 1989, sendo o referido título indispensável para a lavra e a primeira comercialização dos minerais garimpáveis extraídos. (BRASIL, 2008b, s/n.)

A comercialização da produção dos garimpeiros é assegurada em qualquer modalidade de trabalho, mas depende dessa “titularidade da área de origem do minério extraído” (Artigo 9º, BRASIL, 2008b, s/n.) No caso de contrato de parceria do garimpeiro com o titular da área é preciso apresentar comprovantes do contrato e do título (Artigos 16º e 17º, BRASIL, 2008b, s/n.), ou seja, o estatuto mantém todas as restrições anteriores ao trabalho do garimpeiro com as mesmas máscaras.

A pergunta feita a mim pelo requeiro, citada na epígrafe deste subcapítulo, está então respondida. Como os requeiros não detêm o direito de lavra do minério, atualmente em posse de uma cooperativa de empresários, não podem vendê-lo legalmente. Daí a atividade exploradora dos atravessadores, pequenos moinhos e separadoras, compradoras do minério no garimpo, que impõem preços que lhes ofereçam maiores vantagens financeiras sobre o trabalho ilegal dos requeiros, vantagens garantidas pela coerção e controle policial respaldados na legislação vigente.

A partir do primeiro contato com os requeiros e de seu questionamento, meus procedimentos consistiram em: buscar as leis da mineração vigentes, estudá-las e imprimir cópias. No garimpo, durante aproximadamente seis semanas consecutivas retornei no local onde havia encontrado o pequeno grupo de requeiros, distribuí a eles as leis impressas e procedi a leitura conjunta e explicação de trechos da legislação que poderiam responder a pergunta por eles posicionada sobre a venda de minérios. Processo que rendeu profícuos e prolongados contatos com alguns requeiros. A cada semana trazia-lhes novas informações, porque também ia descobrindo novos pontos. Um dos requeiros, num de meus retornos, apontou questões importantes de sua leitura do Estatuto do Garimpeiro.

Requeiro: Chega a ser engraçado. Não há união entre o requeiro. O estatuto do garimpeiro, no meu entendimento era pra nos proteger, pra nos dar apoio. Mas eu li e achei que é uma negação. O que o estatuto nos deixa claro quais são nossas obrigações, e que não são nada fáceis. Não vá dizer que o estatuto passa a mão na sua cabeça, porque você vive trabalhando por conta na pá, com carrinho [de mão] que seja, como a gente trabalha, e no sol do dia-a-dia, às 4h que nem a gente vem. O dono da planta, não é pra ficar pregoando contra ninguém, mas o cara diz: “Vocês têm que desocupar essa área aqui porque eu quero meter terra aqui” e você tem que se virar, tirar a sua terra,

botar pra outro lado. (...) Mas aí também existe aquela coisa, que não é só o lado ruim que tem por parte desses caras. Ele simplesmente chegou lá e disse: “Meus caminhões estão à disposição de vocês”. (...) Por bem ou por mal, todo mundo fica contente. Então se todos ficam e um fica contra, ele [requeiro] tem que se enquadrar. (...) Existe uma coisa, vamos dizer assim, um monopólio, que onde o governo deu a brecha para os grandes. Nós pequenos simplesmente temos que nos contentar com o que está acontecendo.

O requeiro analisou o favorecimento da lei aos empresários e as dificuldades de resistência e reivindicação dos requeiros em Bom Futuro, num contexto em que os empresários, que detêm o direito da extração, ao mesmo tempo em que detêm a autoridade sobre a produção, ajudam e promovem benesses aos requeiros, principalmente no transporte dos minérios por eles coletados. Unir-se contra isso parece um grande desafio, já que muitos “por bem ou por mal, ficam contentes” com a ajuda recebida e que a possibilidade de não contentamento, de reivindicação e luta por direitos não parece vislumbrada ou possível. Mesmo que os requeiros tivessem noções da exploração a que estavam submetidos antes de nossas conversas, não entendiam como isso estava respaldado pela lei e pelo Estado. Nossas discussões possibilitaram a ampliação desta consciência e a ressignificação da condição vivida, como pode ser observada neste discurso, no qual o requeiro critica o Estatuto do Garimpeiro e observa que pouco contribui para a mudança das injustiças a que estão submetidos.

Não há como negar o sentimento depressivo de impotência que também empaticamente senti durante o estudo da legislação ao deparar-me com nenhuma possibilidade real de saída da condição de exploração sofrida pelos requeiros, diante da qual, como eles, também me senti pequena e sem possibilidades de enfrentamento. Fica evidente a destituição concreta da potência de ação destes sujeitos, para usar conceitos espinosianos estudados por Sawaia (2001), e sua potência de padecer, de um “contentamento” e “enquadramento” passivo, que para eles serve como minimizador, fuga ou negação dos sofrimentos de impotência, inferioridade e submissão, os quais perpetuam e são utilizados em benefício das relações de dominação.

Na busca de melhor compreensão da situação dos requeiros e das possibilidades de legalização de seu trabalho, realizei uma visita ao DNPM da capital Porto Velho. Conversei com dois funcionários. O primeiro aconselhou-me a concentrar o trabalho de campo no próprio garimpo, porque ali haveria poucas informações a fornecer. Somente após minha insistência encaminhou-me a um segundo. A conversa rápida que tive o segundo funcionário evidenciou a manutenção dos estereótipos negativos do garimpeiro. Em algum momento da

conversa advertiu-me que os garimpeiros mentem e aconselhou-me a ter cuidado. Especificamente sobre a possibilidade de regularização do trabalho dos garimpeiros, o funcionário afirmou a necessidade de formação de associações, o que considerava uma utopia, diante da intensidade dos fluxos migratórios dos garimpeiros que dificultava sua organização. Destacou uma tentativa já realizada entre os requeiros de Bom Futuro para a formação de uma associação, que não obteve êxito.

Ao relatar a visita que fiz ao DNPM e o teor das conversas que tive com seus funcionários aos requeiros, um deles ponderou que se eu que sou professora fui tratada daquela maneira, deveria imaginar como seria se ele ou qualquer outro garimpeiro fossem lá. Sentiram-se humilhados, demonstrando consciência do não lugar do garimpeiro nas instituições públicas responsáveis pela mineração.

O pedido do requeiro para posicionar-me em seu lugar e imaginar como me sentiria ainda mais inferiorizada do que senti, pelo descaso com que fui tratada e pelas poucas informações que recebi, evidencia sua compreensão de que eu, como professora, pertencente a uma classe social dominante e com certo nível de escolaridade receberia um tratamento melhor por parte da instituição do que os garimpeiros, que além de representantes de uma classe social desprestigiada e detentores de menor escolaridade, são enquadrados negativamente na categoria de infratores das leis e mentirosos.

Este sentimento de humilhação referido pelo requeiro diante das condições de desigualdade social que claramente identifica, de acordo com Gonçalves Filho (2007), é comum àqueles que vivenciam situações de “rebaixamento público”, pautados na superioridade de outros em usufruir espaços, bens de consumo, conhecimentos entre outras produções humanas, que a muitos são impedidas. Para o autor esta humilhação é um sofrimento político, sentido pelos sujeitos, mas decorrente das condições políticas e sociais desiguais, marcadas pelas relações de dominação. “A violência que machuca o humilhado nunca é meramente a dor de um indivíduo, porque a dor é nele a dor velha, já dividida entre ele e seus irmãos de destino.” (GONÇALVES FILHO, 2007, p. 195)

O processo psicossocial da humilhação no enunciado do requeiro corporifica-se, a partir dos sofrimentos elencados por Gonçalves Filho, no sentimento de que os ambientes lhes são expulsivos e de que são desprovidos de direitos. No caso dos garimpeiros implica-se uma maior gravidade, o não lugar é efetivo e a hostilidade explícita e criminalizante. Como fuga para as angústias sofridas resta padecer, resignar-se, concentrar-se na produção da sobrevivência e contentar-se.

No entanto, o requeiro ponderou que o funcionário do DNPM tinha razão em um quesito: de que seria uma utopia os garimpeiros unirem-se para formar uma associação. Esta dificuldade foi apontada por todos os requeiros com quem conversei. Alguns a relacionaram à inexistência de uma liderança que impulse a organização coletiva e outros à dificuldade de estabelecimento de vínculos de confiança, no receio de interesses privados sobreponem-se aos coletivos, por exemplo, no gerenciamento financeiro. Alguns citaram a tentativa já empreendida de constituição de uma cooperativa chamada ASTRAN entre os requeiros de Bom Futuro, cujo insucesso foi associado à falta de conhecimentos da liderança, bem como a reclamações dos requeiros associados do pagamento de taxas à cooperativa. Outros elementos importantes ao entendimento da organização coletiva da população de Bom Futuro serão discutidos em capítulo subsequente de análise das políticas públicas.

A análise da legislação mineral vigente, no entanto, aponta a formação de cooperativa como única maneira de trabalho legalizado aos requeiros de Bom Futuro. O Estatuto do Garimpeiro prevê que áreas já objetos de alvarás de pesquisa ou portarias de lavra por outrem, podem ser paralelamente requeridas por cooperativas de garimpeiros, desde que ambos os regimes sejam exequíveis e com a devida autorização do titular (Artigo 8º, BRASIL, 2008b). Seria necessária uma série de negociações com a cooperativa já existente e o apoio jurídico e técnico aos requeiros, tanto para a constituição da cooperativa quanto para requerer a permissão de lavra e o posterior cumprimento dos deveres de extração mineral, para a administração e gerenciamento da cooperativa. Fundamentalmente, demandaria recursos financeiros para implantar a associação e a compra de equipamentos, o que os requeiros, sem políticas públicas específicas, ainda não conseguem independentemente alcançar.

Além das dificuldades elencadas pelos requeiros para sua associação, há que se considerar que, em sua maioria, eles desconhecem a legislação mineral e mesmo o estatuto do garimpeiro, bem como a legislação para o cooperativismo e seus direitos trabalhistas e de previdência social. Este último campo, por exemplo, traz vários problemas aos garimpeiros graças às inúmeras mudanças nas leis. Durante certo tempo foram enquadrados como trabalhadores rurais, com a devida comprovação de matrícula de garimpeiros, e atualmente como contribuintes individuais. Muitas conversas que tive com os requeiros foram para discutir os direitos, deveres, a contagem de tempo para aposentadoria e o necessário pagamento da guia de previdência social, o que revela a necessidade de políticas públicas específicas de orientação e acompanhamento aos garimpeiros, que abordem desde a previdência social, as leis trabalhistas, ambientais e de mineração até o cooperativismo e o apoio financeiro, no sentido de assegurar o estabelecido pelo Artigo 10 do Estatuto do

Garimpeiro: “A atividade de garimpagem será objeto de elaboração de políticas públicas pelo Ministério de Minas e Energia destinadas a promover o seu desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2008b, s/n); pelo Artigo 15 da Lei 7.805 de 1989: “Cabe ao Poder Público favorecer a organização da atividade garimpeira em cooperativas, devendo promover o controle, a segurança, a higiene, a proteção ao meio ambiente na área explorada e a prática de melhores processos de extração e tratamento.” (BRASIL, 1989, s/n) e ainda pelo que assegura a Constituição Federal: “O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.” (Art. 174, Parágrafo 3º, BRASIL, 1988, p. 122).

A situação dos requeiros de Bom Futuro é reveladora do descumprimento dos deveres do Estado e do jogo que redireciona todos os crimes a eles. Sem políticas públicas intersetoriais e a ação do DNPM ou outros órgãos públicos municipais e estaduais especificamente voltados a este trabalho de informação e assessoria, pensar em cooperativas de garimpeiros realmente figura como impossibilidade e utopia, o que assegura a manutenção da exploração do trabalho em benefício de interesses privados de poucos.

Observa-se que, desde a inclusão do garimpeiro na legislação mineral em 1934, contraditoriamente houve um processo oposto e paralelo de sua exclusão. Quando necessário aos interesses econômicos do Estado e do setor minerário, legalizou-se o trabalho dos garimpeiros, mas, quando passaram a figurar como empecilhos aos grandes empreendimentos minerários, barreiras legais foram criadas, que hoje os estrangulam e delimitam seus caminhos, à dependência dos interesses financeiros privados. Resta-lhes novamente a marginalidade e informalidade e a exploração delas decorrentes, quase como algemas de ferro, mas que acenam a esses trabalhadores como possibilidades de liberdade, de trabalho autônomo, ainda que com rentabilidade baixa, mas por muitos considerada a melhor alternativa.

Avaliar a vulnerabilidade, utilizando uma terminologia veiculada pelos textos oficiais, decorrente da pobreza e da condição de exploração dos territórios e das famílias neles residentes constitui tarefa nevrálgica da atual política de assistência social, com os aparatos do SUAS. No caso de Bom Futuro, essa vulnerabilidade está diretamente vinculada às relações de exploração do trabalho: o não oferecimento de políticas públicas específicas aos garimpeiros, a exploração feita pelo setor empresarial da extração mineral e ainda a dificuldade de associação e organização coletiva dos requeiros, necessária não apenas para a legalização de seu trabalho, quanto para o exercício da participação social, por exemplo, pela reivindicação de direitos.

Potencializar a organização coletiva e a participação social também constitui um dos objetivos do trabalho do SUAS; daí a sua importância neste território e tantos outros, onde seus aparatos poderiam também constituir o mote aglutinador dos demais setores e políticas públicas necessárias à construção de soluções conjuntas com a população. Mas essa política também efetivamente não se faz mais presente no local e questiona-se se o estivesse, realmente adentraria nestas questões, diante de sua complexidade e demanda de trabalho contínuo e intensivo e dos melindres impostos ao modelo assistencialista ainda vigente na atenção à localidade, que de algum modo ameniza e soterra a possibilidade de confrontação à situação estabelecida, que a alguns beneficia. Aos requeiros resta se “contentar com o que está acontecendo”.

4.4 Presente de Bom Futuro

O Brasil é atualmente o terceiro maior do mundo em reservas de estanho, concentrando 12% de seu total, e ocupa o sexto lugar no ranking da produção, com 9.500 toneladas no ano de 2009 (PONTES; SILVA, 2009). O estado de Rondônia (majoritariamente o município de Ariquemes e o garimpo de Bom Futuro) é responsável por 64% da produção nacional (PONTES; SILVA, 2009). Ferreira (1996) afirma que entre o final da década de 1980 e o início da de 1990, o Brasil chegou a ser o maior produtor de cassiterita, influenciando inclusive na queda do preço do minério internacionalmente. Em 1989, por exemplo, somente Bom Futuro produziu 33.500 toneladas de concentrado de cassiterita. Produção que foi sendo diminuída ao longo dos anos e influenciou drasticamente os índices populacionais e migratórios do local, que em seu auge chegou a ter 15.000 habitantes. A população estimada hoje no distrito Bom Futuro é de 4.000 habitantes (BASTOS; HACON, 2010), sendo, de acordo com projeções de funcionários da escola¹⁵ do distrito, aproximadamente 1.400 crianças e adolescentes. O Plano Diretor do Município de Ariquemes (ARIQUEMES, 2006) estimou naquele ano uma população de 6.000 habitantes e 1.500 habitantes itinerantes.

A economia do distrito Bom Futuro provém mais intensivamente da extração de cassiterita, além da produção agrícola de banana, cacau e café, bem como da pecuária (animais de pequeno porte). A produção agrícola e mineral do distrito gerou no ano de 2006

¹⁵ Não foram encontrados dados populacionais divulgados pelo IBGE específicos sobre o Distrito Bom Futuro.

aproximadamente R\$350.000,00 em ICMS para o município de Ariquemes (ARIQUEMES, 2006). Além disso, a produção mineral de cassiterita gera uma Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), que no ano de 2012 foi de R\$247.625,79 (DNPM, 2012) ao município de Ariquemes, o quarto maior arrecadador de minério de estanho do país.

Residem no distrito pequenos agricultores, aposentados, requeiros, empregados formais da mineração, professores e funcionários da escola, donas de casa e comerciantes. A vida econômica do distrito é movida principalmente pelo trabalho do requeiro. Quando o valor do minério cai, os demais moradores também sentem a recessão.

Em pesquisa, ainda não divulgada, realizada pelo CREAS de Ariquemes em 2011, 45% dos 499 entrevistados afirmam trabalharem como requeiros e 19% não quiseram responder à questão. Já a pesquisa de Bastos e Hacon (2010) indicou que 51% dos 350 entrevistados eram trabalhadores livres no garimpo e 40% estavam desempregados. 63,7% dos entrevistados possuíam ensino fundamental incompleto e 59,9% tinham renda de até R\$830,00, o que pressupõe que grande parte da população do distrito pode encontrar-se na classe D, considerada como população pobre.

O distrito é constituído por seis vilas: Vila Bom Futuro (mais amplamente conhecida como Vila Ebesa); Vila Cachorro Sentado; Vila do Martelo; Vila Tourinho, Vila Rica e Vila Chapadão (ARIQUEMES, 2006). Além dessas vilas, a pesquisa de Bastos e Hacon (2010) indica ainda a Vila Ernesto e Junior Lago do Amor, tendo o distrito uma área total de 13km². A Vila Bom Futuro, localizada a aproximadamente cinco quilômetros da área de extração mineral (com variações para mais ou menos conforme o ponto de extração), constitui o centro comercial do lugar, onde estão sediados os principais serviços do distrito, como igrejas, a escola, a unidade básica de saúde, o posto policial, o correio e o comércio. Além de mercados, farmácias e bares, existem lojas de móveis, lojas de roupas, dois caixas eletrônicos de bancos e autoescola. Em termos populacionais é a maior vila do distrito.

No ano de 2011, a escola contou com 1.700 matrículas, somando-se os alunos do ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Dados fornecidos pela escola sobre a educação básica demonstram que no ano de 2010 a taxa de desistência foi de 7%, do total de 890 alunos matriculados do primeiro ao oitavo ano. O maior índice de evasão encontra-se na faixa etária dos 12 anos, o que se acredita ser consequência do desinteresse pelo estudo ou do trabalho informal no garimpo.

As demais vilas, mais próximas da área de extração mineral, são, como a Vila Tourinho, completamente inseridas nela. Outras se tornam alvos de interesse para futuras extrações, como as vilas Cachorro Sentado e Martelo. Nas vilas Cachorro Sentado, Vila Rica

e Chapadão também existem estabelecimentos comerciais, como pequenos mercados, mercearias e bares.

Conforme o Plano Diretor de Ariquemes de 2006, existiam naquele ano 585 lotes –nas Vilas Bom Futuro, Cachorro Sentado, Rica e Chapadão – sem nenhuma arrecadação de ITU/IPTU. O distrito, naquele período, contava com energia elétrica em apenas 50% de sua área total e iluminação pública em apenas 10%. Não havia asfalto, coleta de lixo, água tratada, drenagem e rede de esgoto. O Plano indica ainda uma parceria com a cooperativa extratora de minério para instalação de uma nova rede elétrica (ARIQUEMES, 2006).

Bastos e Hacon (2010) apontam que grande parte das vilas já conta com rede elétrica, com exceção da Vila Cachorro Sentado, onde a eletricidade inexistia. Esta apresenta ainda, visivelmente, as condições mais precárias de habitação. Em conversas informais, algumas pessoas afirmaram não haver interesse em instalar uma rede elétrica na vila porque em seu solo existe minério. Muitos moradores venderam suas casas à cooperativa e transferiram-se para outros locais, enquanto outros resistem à saída. Algumas propriedades da vila já foram exploradas, sua terra explodida e o minério extraído. Por isso, entre uma casa e outra existem buracos profundos.

A acentuada precariedade das condições da Vila Cachorro Sentado é confirmada pelo estudo de Bastos e Hacon (2010), o qual evidenciou que 30% dos domicílios pesquisados na vila não possuem sanitário. Na Vila Rica o número sobe para 35%. No total (218) de domicílios pesquisados em todas as vilas do distrito, 79% possuem banheiro. A Vila Cachorro Sentado concentra também o maior percentual de domicílios (43%) cujo destino de fezes e urina é “a céu aberto”. No distrito, 89% dos domicílios pesquisados possuem fossas superficiais.

Sobre o abastecimento de água, a mesma pesquisa demonstrou que provém majoritariamente de poços superficiais que abastecem cada casa separadamente, mas que uma pequena parcela de domicílios do distrito é abastecida pelo poço artesiano da escola. Do total pesquisado, 64% não possuem água tratada, tendo sido encontrada contaminação por bactérias em muitos poços (BASTOS; HACON, 2010).

Ainda existem aspectos relacionados aos impactos ambientais e à saúde da população causados pela extração e produção de minério. A pesquisa de Bastos e Hacon (2010), apesar de não ter realizado estudo sobre a poluição do ar no local, destaca que há indicações na literatura de índices maiores de poluição por metais em áreas de mineração. No entanto, nenhum estudo específico foi desenvolvido sobre a relação entre a poluição do ar e a saúde da população de Bom Futuro.

Além destas questões, numa das visitas que realizei à escola no ano de 2011, presenciei outra precariedade do distrito, contada por duas mães de alunos. Seus filhos e mais quatorze crianças estavam sem transporte escolar, havia mais de duas semanas, em função dos riscos à vida oferecidos pela estrada até a linha (ou área rural) que habitam, a qual beira o melechete e um lago profundo.

A obra de reforma da estrada, segundo afirmações informais de funcionários da escola, traria um gasto de milhões de reais e a linha (área rural) não pertence ao município de Ariquemes, mas ao de Alto Paraíso. Os municípios de Ariquemes e Alto Paraíso não teriam a disponibilidade financeira, porque o gasto não constaria de seus orçamentos. Essa linha também não possui acesso ao município a que pertence, pois não há ponte sobre o rio que a cerceia. As mães, com o apoio da direção da escola, informaram e cobraram solução da prefeitura de Ariquemes. Dois meses depois, quando realizei nova visita à escola, uma professora informou que a situação estaria resolvida e que a estrada fora reformada pelas empresas mineradoras.

A questão evidencia uma disputa política existente no lugar desde o auge da extração de cassiterita, quando, conforme relatos informais de populares, os dois municípios citados pleitearam seu domínio. Ariquemes, mesmo mais distante do local, ganhou a disputa. No entanto, o jogo de empurra de responsabilidades ainda é vivenciado pela população, que conta mais exclusivamente com as “benfeitorias” das empresas de mineração.

Esses são apenas alguns dos problemas enfrentados pelos moradores. Outras informações relevantes sobre os serviços e políticas públicas existentes em Bom Futuro serão discutidas no quinto capítulo e ampliarão a compreensão das condições vividas pela população.

5. ESTRANHANDO O FAMILIAR: AS FAMÍLIAS NO GARIMPO BOM FUTURO

Diante dos significados mais amplamente compartilhados sobre os garimpos na Amazônia, considerando o exemplo mais emblemático de Serra Pelada, é possível posicionar as questões: famílias em um garimpo? Existem mulheres e crianças nos garimpos?

Como evidenciado no capítulo de contextualização dos garimpos da Amazônia, não existe um único modelo ou modalidade de garimpo; este varia não apenas pelo minério explorado, mas pela efemeridade ou permanência, pela facilidade de acesso, pela organização social, entre outros fatores. O garimpo de Bom Futuro existe há mais de vinte e cinco anos, diferentemente de muitos garimpos de ouro de curta duração. Esta permanência criou condições, não apenas para o acesso (não se localiza em mata fechada e existe uma estrada que o liga a outros municípios), mas fundamentalmente para o estabelecimento de uma vila mais estruturada do que as chamadas currutelas, onde existem serviços públicos básicos, como uma escola e uma UBS, os quais foram apontados pelas famílias como condição para a existência de crianças e consequentemente de famílias no lugar. Ao longo deste capítulo procurarei evidenciar a importância das famílias na composição de Bom Futuro e a necessidade compreendê-las na relação com os serviços e políticas públicas ali existentes e inexistentes.

5.1 Migração e formações familiares: adentrando no universo das famílias de Bom Futuro

Neste tópico são apresentados dados sobre a composição e formação das famílias participantes deste estudo, de sua origem e chegada ao garimpo. A história de cada família participante é brevemente relatada, de modo mais descritivo, e posteriormente são analisados os elementos que as aproximam e distanciam, que lhes tornam semelhantes e diferentes na complexidade social e cultural do garimpo de Bom Futuro.

Família 1: Nair

Nair foi meu primeiro contato no garimpo, indicada pela equipe do CREAS como uma das líderes comunitárias. Minha primeira visita independente ao local foi à sua casa para conversar sobre os objetivos e metodologia da pesquisa. Nair imediatamente prontificou-se a mediar e ajudar minha inserção no local, dizendo que teria as tardes livres para isso, mas que o período matutino ela reservava para seus afazeres domésticos. Nas primeiras visitas ao garimpo eu a acompanhei na coleta de assinaturas para o abaixo-assinado para cobrança de soluções para a energia elétrica. Nessas andanças fui conhecendo um pouco de sua vida e a convidei para participar das entrevistas, o que ela aceitou. Sua história constitui um elemento importante para o entendimento da organização social e da participação social no garimpo.

Além das conversas informais que tive com ela, realizei uma entrevista gravada. Um de seus filhos estava em casa nesse dia, mas durante a entrevista ficou envolvido com atividades de lazer e não participou. Seu marido não foi entrevistado, pois os horários de minha permanência no garimpo coincidiam com seu trabalho.

Nair tem 40 (quarenta) anos de idade e seu marido, 55 (cinquenta e cinco), estão casados há 14 (quatorze) anos. Conheceram-se no garimpo, onde ambos trabalhavam, ela como auxiliar de cozinha e ele com funcionário de uma empresa. Segundo Nair, seu pai já trabalhava em mineração, mas ela somente conheceu esse contexto quando se mudou para Bom Futuro com uma irmã.

Lílian: Em quanto tempo vocês se conheceram e decidiram casar, ficar juntos?

Nair: Rápido, foi rápido, foi dois meses, três meses por aí no máximo.

Lílian: Aí vocês já alugaram uma casa, como era?

Nair: Não, não alugamos, ele na época ganhava muito bem já, (?) aí ele já mandou tirar madeira e tudo e já fez a casa.

(...)

Nair: Foi rápido, muito rápido, eu estava achando que ele ficou com medo de me perder (risos), aí ele já mandou fazer a casa logo, comprou as coisas, assim no início foram poucas coisas no caso, não tinha guarda-roupa, uma prateleira, mas tinha fogão, tinha cama, tinha televisão, mas como ele gastou muito devido a madeira pra construir, então aos poucos a gente foi conseguindo.

Nair tinha três filhos de relacionamentos anteriores e o casamento possibilitou que ela trouxesse ao garimpo dois deles. Seus filhos estavam sendo cuidados por seus pais em outro município, apenas um estava sob seus cuidados no garimpo.

Lílian: Ah tá, você cuidava deles sozinha?

Nair: Sozinha, eu e minha família. Meu pai, minha mãe que ajudaram a cuidar. Daí quando ele apareceu, meu marido apareceu, então já foi eu acho

que foi assim “Socorro! Eu quero um pai, pra ter um dia um pai e vai ser você” . Tanto que a minha filha... quando a gente... quando eu trouxe eles... que quando eu conheci meu marido eu só estava com Eder de oito anos por aqui e daí o Rafael que estava com um ano e pouco e a minha filha estavam com a minha mãe em Porto Velho, porque eu tinha vindo só pra trabalhar aqui.

Fundamentalmente o casamento possibilitou o reagrupamento de seus filhos, que estavam divididos, garantindo a eles tanto o provimento financeiro como a presença de uma figura paterna. Sozinha, Nair não conseguia manter todos seus filhos consigo. Essa situação pode ser considerada comum às famílias pobres, que demandam da rede de parentes e vizinhos a ajuda no cuidado dos filhos, conforme observa Mello (1992).

A família de Nair é formada por um filho com seu atual marido, além de seus três filhos com companheiros anteriores. Sua filha mais velha, de 25 (vinte e cinco) anos, é casada, tem uma filha de aproximadamente 2 (dois) anos e reside em outro município. Seus demais filhos residem com ela e o marido no distrito Bom Futuro e suas idades são dezenove (19), dezesseis (16) e doze (12) anos. Antes de sua primeira filha Nair teve outra gravidez, mas optou pelo aborto diante de sua precoce idade.

Nair estudou até o primeiro ano do ensino médio e seu marido completou a quarta série do ensino fundamental. Após sua união, Nair deixou o emprego e passou a ser dona de casa, sendo o salário de seu marido a única fonte de renda da família, que não foi precisada durante a entrevista. Além de suas tarefas domésticas, Nair exerce atividades voluntárias numa igreja, entre as quais: reuniões com jovens, organização de ajuda assistencial a famílias pobres ou que passam por dificuldades financeiras e aconselhamento espiritual de famílias. Participa ainda da associação de moradores e é apontada como uma das líderes comunitárias do garimpo.

Família de Neusa

Conheci Neusa durante as visitas que realizei acompanhando Nair na coleta de assinaturas para o abaixo-assinado e combinei de retornar a sua casa para conversar sobre a pesquisa. Ela prontamente aceitou participar, mas foi a única a não aceitar que a entrevista fosse gravada. Nossas conversas foram registradas apenas no caderno de campo e versaram mais sobre sua família e seu cotidiano. Neste caso o roteiro de perguntas das entrevistas não

foi plenamente seguido. Apesar disso, os diálogos com Neusa foram significativos para compreender muitas questões e por isso os incluí na análise.

Neusa é muito alegre e falante, tem 44 (quarenta e quatro) anos e seu marido é dez anos mais velho. Conheceram-se no Maranhão, quando ele, que já residia em Rondônia e trabalhava em garimpos, retornou ao estado para encontrar uma esposa. O tio de Neusa o conhecia e os apresentou. Sem se conhecerem ou namorarem, decidiram morar juntos ainda no Maranhão, onde trabalhavam no campo. Neusa afirmou que a união deu certo. Depois vieram morar em Bom Futuro, há aproximadamente quinze anos.

A união de ambos completou dezoito anos e juntos têm dois filhos, um de 15 (quinze) anos e outro de 13 (treze). Além destes, tiveram outro que faleceu quinze dias após o nascimento. Neusa explicou que nasceu tardiamente. Ela tem mais uma filha e um filho de relacionamento anterior, ambos moram em outro município de Rondônia. Seu marido também tem duas filhas de um relacionamento anterior, ambas residentes em Bom Futuro e casadas.

O pai de Neusa e outros familiares também têm históricos de trabalho em garimpos. Assim como toda a família de seu marido, a mãe dele e seus irmãos já moravam em um. Seu marido trabalha como requeiro em Bom Futuro e há um ano e meio Neusa também começou a fazer reco para complementar a renda familiar. Antes era dona de casa.

Neusa completou a segunda série do ensino fundamental, sabe ler um pouco e fazer contas. Explicou que em sua época quem estudava até a terceira ou quarta série era considerado “muito sabido”, provavelmente seria professor. Por ser a filha mais velha, com seis anos de idade já cuidava dos afazeres da casa e da alimentação dos irmãos. Depois, quando outra irmã chegou a essa idade, Neusa foi trabalhar na roça com o pai. Disse que trabalha desde pequena, o que não acontece com seus filhos, que não trabalham.

Família 3: Vivian

Conheci Vivian na escola do distrito em uma das visitas que realizei à instituição e nas quais me eram apresentados diferentes professores e funcionários. A história de Vivian chamou-me a atenção inicialmente pelo fato de desde sua infância ter residido na região e de alguma forma ter acompanhado todo o processo de formação do garimpo. Ela também aceitou prontamente o convite para a entrevista e estivemos juntas duas vezes. Meus horários de permanência no garimpo também coincidiam com seu horário de trabalho e foi preciso entrevistá-la nos intervalos de suas aulas. Diante da dificuldade de encontrar um horário

compatível, não cogitei a possibilidade de entrevistar seu marido, que tinha turnos de trabalho com horários flutuantes. Em nosso primeiro encontro a entrevista não pôde ser concluída por causa do restrito tempo. Naquele momento ela estava grávida de sua segunda filha e diante das dificuldades em encontrar outro horário para dar continuidade à entrevista e do avanço de sua gravidez, considerei melhor esperar alguns meses após o nascimento do bebê para realizar a segunda entrevista, concretizada durante sua licença-maternidade.

Vivian tem 30 (trinta) anos de idade, cursou ensino superior e é professora. Seu marido é funcionário de uma empresa mineradora, mas até pouco tempo antes trabalhava num sítio com o sogro. Sua filha mais velha tem quatro (4) anos e a mais nova, seis (6) meses de vida.

Vivian, seus três irmãos e seus pais vieram do estado de Santa Catarina quando ela ainda tinha 6 (seis) anos de idade para um sítio no distrito Bom Futuro. Um mês após a chegada da família ocorreu a abertura do garimpo, a poucos quilômetros de sua residência. Seu marido também residia em um sítio na mesma localidade e eles se conheceram-se numa festa:

Vivian: Com meu esposo, então, a gente... eu não conhecia ele. Até que no terceiro ano [do ensino médio] fomos numa festinha, nos conhecemos, acabei namorando três anos e resolvemos nos casar. Casamos e continuei estudando. Quando terminei a faculdade viemos morar aqui [no distrito Bom Futuro].

Nos diálogos que tive com Vivian ficou evidente sua obstinação, esforço e sofrimento para conseguir concluir o ensino fundamental e médio e depois graduar-se. Sua família não a proibiu, mas não a apoiou de modo efetivo, nem pôde subsidiar financeiramente seu projeto.

Vivian: Porque, assim, eu terminei a quarta série, antigamente era quarta série. Na época eu tinha doze anos e meu pai não deixou eu ir pra cidade e tinha a escola ali a Luis Magalhães a oito quilômetros de casa e ele não deixava eu ir sozinha. Porque uma mocinha não podia andar sozinha na estrada e eu tinha que ir de bicicleta. Esperei dois anos meu irmão terminar a quarta série pra ir fazer quinta série. Daí eu poderia ter a companhia dele pra ir. Quando ele terminou, o pai deixou eu ir. Eu fui, estudei até a oitava série. Eu tinha que ir de bicicleta. Terminou a oitava série, isso eu já eu entrei na quinta série com dezesseis anos tive que esperar ele terminar, fiquei esperando. Quando ele terminou a oitava série eu tinha dezenove anos, aí foi outra luta porque só tinha ensino médio em Alto Paraíso e não tinha ônibus na época pra puxar a gente pra Alto Paraíso, ônibus igual tem hoje, eu precisava estar morando lá pra estudar. Tinha uma professora que ofereceu a casa dela pra eu poder ficar. Eu havia pensado, assim, que a minha mãe fosse conversar com a mãe dela e se organizassem e tal. Aí meu pai me falou assim: “Onde vocês pensam que vocês... vocês têm respeito, a gente tem as coisas, não precisa você sair e, se você quiser, então você vai.” Mas, assim sabe, emburrado: “Se você quiser você vai.” Eles deixaram eu ir, eles só estão botando dificuldade pra eu não ir. “Então eu vou.” Eu fui fiz uma

sacolinha de roupa porque eu ia na segunda e voltava no sábado, como a professora tinha lugar... só que eu não tinha dinheiro. Eu não tinha e eles também não me deram e eu fiquei com vergonha: “Como que eu vou pagar essa família pra eu ficar lá?” Fiz a minha sacolinha de roupa e coloquei... “Eu vou e volto. Na sexta trabalho à noite e sábado de manhã eu volto.” A mãe falou: “Então está bom, vai.” Só que ela pensou que eu iria uma semana e em dois dias eu estaria de volta. Eu fui e fiquei a semana inteira. Aí me toquei pra estrada, e passava muito o pessoal do garimpo assim na época, toreiro [caminhão que transporta toras de madeira] também no jerico [veículo artesanal de pequeno porte, construído com um motor de caminhonete, carroceria de madeira, sem cobertura] carregando tora pra serraria e eu ia pra estrada pegava carona e ia pra Alto Paraíso. Chegava lá e ajudava no serviço doméstico da casa, o serviço que tinha que fazer eu fazia. Eu ajudava e tal e a noite eu ia pra minha aula, batia o sino pra casa de volta... nunca gastava com merenda, não dava. (...) E voltei pra casa feliz da vida que eu tinha conseguido e os pais meio assim: “Não, como é que você vai de novo e tal?” E sabe assim? “Isso não vai dar certo.” E assim... Final de semana inteiro pra te atormentar e eu fui indo... Assim, chorava muito porque, assim, eu não conhecia muito o pessoal da professora porque era uma família grande e ela também trabalhava o dia inteiro a hora que eu estava em casa ela não estava. Eu sei que foi uma luta bem difícil e quando eu estava terminando o terceiro ano assim, faltava, é, no meu terceiro ano (...) já tinha o ônibus e eu voltei pra casa. Fiquei em casa e ia de ônibus pra escola, ajudava no serviço no sítio, colher café e tal e ia de ônibus estudar. E ele [pai] sempre achando que eu não ia conseguir. Quando era de manhã cedo ele: “Levanta, vamos trabalhar e tal” Porque chegava tarde o ônibus. Parece tudo colocando dificuldade pra ver se eu desistia. Até que eu terminei o terceiro ano eu pensei: “E agora? O que vai ser de mim? Ficar em casa?”

Depois desta luta, Vivian foi chamada para uma vaga de um concurso que realizou para a prefeitura de um município localizado a alguns quilômetros do garimpo. Voltou novamente a residir na casa da professora que a ajudou anteriormente e decidiu ingressar na faculdade de pedagogia, num curso a distância pago com seu salário. Firmou uma nova luta. Depois de cinco meses, casou-se e voltou a morar no sítio, mas trabalhando e estudando no outro município.

Vivian: (...) vim morar aqui no sítio com meu esposo, mas como não tinha outro... Não tinha como eu ir pra Alto Paraíso pra morar lá. Meu esposo trabalhava no sítio e também tinha medo de... mulher casada... levar meu esposo pra cidade, eu ia ter meu salário e ele não ia fazer nada. Ia ficar uma situação meio complicada. Eu fiquei morando no sítio e trabalhando lá... E quando foi em dezembro, em fevereiro eu comecei a fazer faculdade e foi outra encrenca, porque dia de aula eu tinha que pousar lá e como eu ia de bicicleta pro meu serviço, às vezes de carona, eu tinha que chegar muito cedo e o horário do serviço... Eu tinha horário a cumprir (...)

Vivian: Do sítio, deixava o almoço pronto porque não tinha geladeira na época. Deixava o almoço pronto, que se fizesse um dia antes ia azedar. Deixava o almoço pronto pro meu esposo, eu levantava seis horas e ia pro meu serviço e ele levantava e ia pro serviço dele no sítio. Eu chegava duas e meia, três horas da tarde, lá terminava uma e meia e vinha de bicicleta,

demorava um pouquinho pra chegar, e o dia que tinha aula eu pousava novamente na casa da mesma professora que me ajudou (...)

À revelia das condições e dificuldades de acesso a escola, impostos pela distância e falta de transporte, assim como das expectativas de seu pai e depois de seu marido, Vivian, decidida a estudar, não desistiu. Seu relato mostra como sua família de algum modo desacreditava que ela pudesse alcançar seus objetivos e ao mesmo tempo criava-lhe outros obstáculos pela não ajuda ou pela cobrança de trabalho no sítio. Para a família de origem de Vivian parecia não ter sentido o esforço que ela fazia para estudar, se eles já tinham um pedaço de terra que garantia sua sobrevivência. Os questionamentos de Vivian ao finalizar o ensino médio, “E agora? O que vai ser de mim? Ficar em casa?”, justamente revelam sua contraposição àquelas expectativas e significados do estudo e do trabalho no campo, bem como os papéis histórica e socialmente atribuídos à mulher naquele contexto, expressos na pergunta “Ficar em casa?”.

Não há como deixar de observar as questões de gênero que se fazem presentes ao longo de toda sua trajetória de luta pela escolarização. Desde o fato de não poder ir sozinha para a escola por ser menina, tendo que esperar pelo irmão. Até quando ao casar-se optou por morar no sítio, mas trabalhando na cidade, uma vez que na cidade seu marido, pela restrita escolaridade, teria dificuldades de empregar-se. Sua história revela uma dialética da submissão e ruptura dos papéis e funções a ela impostos pela sua condição de mulher. Ao mesmo tempo em que se submetia, respeitava os mandos do pai, ponderava o melhor para seu marido e cumpria os afazeres domésticos. Rompia, ainda que com certos limites, o que lhe estava predestinado. É neste sentido, que para a psicologia histórico-cultural, o sujeito não pode ser entendido como passivo ou socialmente determinado, os determinantes sociais são sempre ativamente apropriados pelo sujeito, ainda que com limitações.

Vivian quis ir além, sem, no entanto, romper completamente. Submeter-se neste caso garantia a manutenção de seu casamento. Cumpria os requisitos esperados por um marido naquele contexto, ao mesmo tempo em que buscava sua independência profissional, o que, em seu caso, só pôde ser concretizado à custa de sofrimento, quase como uma penitência por sua escolha de liberdade. Precisou minimizar os danos ou prejuízos de sua escolha a seu marido, o que significou ampliar os seus. Pedalar quilômetros até o trabalho e, antes de sair, cozinhar todos os dias para o marido, parecem revelar esse sentido, também historicamente marcado à condição feminina, ainda presente na vida de muitas mulheres que enfrentam a dupla jornada de trabalho.

Toda a luta de Vivian repercute em sua atual condição de vida. Hoje, como professora concursada, tem o maior salário da família, o que lhe garante melhor qualidade de vida. Sua história passou a ser motivo de orgulho da família.

Família 4: Márcia

Encontrei Márcia pela primeira vez numa das reuniões realizadas pela equipe do CREAS no garimpo. Márcia foi-me apresentada como outra líder comunitária de Bom Futuro. Logo que iniciei o trabalho de campo propriamente dito, procurei-a novamente e conversamos sobre a pesquisa. Também foi bastante receptiva e solícita a mediar minha inserção no local. Contou sobre um trabalho por ela desenvolvido com a pastoral de idosos e convidou-me a acompanhá-la em suas visitas. Nos percursos de nossas visitas conheci um pouco mais de sua história de vida e ela prontamente aceitou ser entrevistada.

Márcia tem 46 (quarenta e seis) anos de idade, estudou até a terceira série do ensino fundamental e atualmente é dona de casa. Casou-se com dezesseis anos no Paraná, estado em que nasceu, e dois anos depois, em 1986, ela, o marido e sua filha de aproximadamente dois anos migraram para Rondônia. “Na verdade a gente veio pra conseguir um pedaço de terra, né? Mas a gente nunca conseguiu! Assim um sítio, nem comprar (incompreensível), não conseguiu, né? Então a gente ficou na cidade.” (Márcia).

No ano seguinte mudaram-se para uma região rural nas proximidades do garimpo, onde trabalharam como meeiros ou como funcionários de fazendas. Há oito anos reside no distrito de Bom Futuro. Seu marido trabalhava autonomamente com compra e venda de carros e ela como diarista. Márcia parou de trabalhar quando seu marido adoeceu há aproximadamente sete anos.

Márcia: Ele teve... na verdade, na verdade... nem o médicos sabiam o que ele tinha. Se eles tivessem feito um trabalho bem feito... por exemplo, óh... eu fiquei trinta dias levando ele, indo e voltando, indo e voltando. A única coisa que ele sentia era tontura, assim, dor de cabeça. [incompreensível]... Quando ele sofreu esse acidente... daí depois desse acidente... agora agora, seis anos, sete anos atrás que aconteceu isso. Tinha um coágulo na cabeça. [incompreensível]. E eu levava ele, gastei muito dinheiro, pagava, né? Toda vez que ia lá, pagava a consulta e fazia raio-x e fazia não sei o quê. Aí tomava remédio e aquele remédio e aquilo não dava certo, aí tomava outro. Até que acabou eu indo para Porto Velho fazer uma ressonância magnética... Quando eu cheguei lá já... Aí não adiantava mais. Até a doutora falou assim: “Olha, se você tivesse me trazido ele uns 15 dias antes, eu não ia fazer nada. Simplesmente uma drenagem.” Só que aí ele perdeu os movimentos do

corpo tudo, né? Aí deu no que deu, né? Na verdade ele morreu e os médicos não disseram por quê.

Esta situação mostra a precariedade que ainda prevalece nos serviços públicos de saúde de Rondônia e da região norte de um modo geral, onde faltam profissionais, vagas e serviços especializados. Atualmente, como viúva, a renda de Márcia advém da pensão do falecido marido e do aluguel de algumas casas na vila. Sua filha mais velha hoje conta com 28 (vinte e oito) anos, concluiu o ensino médio, é casada, tem dois filhos e reside em Bom Futuro, onde trabalha no comércio. A filha mais nova de Márcia, que com ela reside, tem 16 (dezesseis) anos e cursa o ensino médio. Além do trabalho que desenvolve na pastoral do idoso, como sua única representante no distrito, Márcia atua na associação de moradores do local e participa das instâncias deliberativas da escola.

Família 5: Maurício e Vera

O primeiro contato com o casal ocorreu numa visita domiciliar que fiz acompanhando o trabalho com idosos realizado por Márcia. Nessa visita pude apresentar-me e explicar brevemente a pesquisa. Ambos foram bastante solícitos, convidaram-me a retornar a sua casa e aceitaram serem entrevistados. No total fiz seis visitas ao casal, duas das quais consistiram em entrevistas gravadas, uma realizada com os dois conjuntamente e outra somente com Seu Maurício, porque Vera não pôde estar presente.

A história de como esse casal se conheceu e se formou é muito impressionante pelas mudanças significativas que promoveu na vida de cada um deles, conforme seus relatos. Seu Maurício, 72 (setenta e dois) anos, natural do Maranhão, mas criado no Pará, tem uma história marcada por inúmeras migrações. Relatou já ter morado no estado do Mato Grosso e algumas cidades do Rondônia até chegar a Ariquemes e depois a Bom Futuro, onde reside há aproximadamente cinco anos. Ao longo de sua vida já trabalhou em garimpo, na construção de estradas, já foi cozinheiro, dono de bar, empregado de fazenda, entre outros. Já aposentado, foi morar em Bom Futuro porque ouviu dizer que era muito bom para trabalhar e porque havia emprestado um dinheiro a alguém que morava ali e precisava cobrá-lo. Em Bom Futuro não chegou a trabalhar no garimpo. Mesmo com sua idade, trabalha roçando terras como diarista. Quando conheceu Vera, Seu Maurício estava sozinho havia vinte anos. Antes fora casado por dezoito anos com outra mulher, com quem tivera sete filhos. Desde sua separação,

quando se mudou de cidade, perdeu o contato com os filhos. Seu filho mais velho tem a mesma idade de Vera.

Vera, (41) quarenta e um anos, nascida no Paraná, mudou quando criança de colo para o estado de Rondônia com sua família que buscava trabalho no campo. Seus pais residem na área rural próxima a Bom Futuro, onde têm um pequeno sítio. Quando Seu Maurício mudou-se para Bom Futuro, Vera passou a lavar suas roupas e ambos criaram um forte laço de amizade.

Vera era casada havia vinte (20) anos com outro homem com quem tivera cinco (5) filhos. Sua filha mais velha tem dezoito (18) anos e tem uma filha de dois (2). Tem mais duas filhas, uma de quinze (15) e outra com sete (7) anos e dois filhos, um de dezessete (17) e outro com quatro (4). Os relatos de Vera revelam que esse marido era violento e insensível a ela e a seus filhos, que chegaram a passar fome e outras necessidades, enquanto, segundo ela, ele divertia-se em festas. Depois de conhecê-la, lembrei-me de já tê-la visto nas primeiras visitas realizadas com a equipe do CREAS. Seu caso era acompanhado e atendido por esta equipe, de quem também recebia auxílio material como comida, roupas e brinquedos.

Seu Maurício, além do pagamento pela limpeza das roupas, passou a oferecer pequenas ajudas financeiras a ela e às crianças, comovido pelo desamparo que sofriam. O ponto final daquele casamento de Vera ocorreu quando ela pediu ao marido que lhe comprasse um remédio para um tratamento de saúde que fazia e ele se negou. Seu Maurício soube da situação e o comprou.

Maurício: (...) eu já conhecia ela já tem tempo é... (...) Ela passou a lavar roupa pra mim. Então três anos nós estamos tipo irmão eu com ela. Nós conversávamos até tarde na frente de casa, mas e eu sempre sem interesse nela. Ela tinha um exame, eu cheguei ela estava chorando ela e a dona Nadia também estava lá. Eu falei: “Cadê o exame, cadê a nota?” “Está aqui.” Disse: “Dá aqui pra mim.” Eu fui e comprei o remédio pra ela. Eu fiquei com raiva porque ele [o então marido de Vera] foi falar besteira que se ela estava andando comigo, sem eu nunca ter coisa nenhuma com ela...

Vera: Nunca encostou em mim, nada.

Diante de rumores que passaram a circular, de que Vera estaria tendo um caso extraconjugal com Maurício, seu marido a expulsou de casa. Foi quando, ao perceber que Vera não tinha para onde ir, Maurício convidou-a para passar alguns dias em sua casa até que pudesse ir para a casa de seus pais.

Lílian: Mas o senhor me falou que viveu vinte anos sozinho?

Maurício: Sozinho.

Lílian: Isso foi uma escolha do senhor ou foi...?

Maurício: Não. É porque eu não queria mais mesmo, sabe. Então eu resolvi não ter mais mulher do meu lado. Só por isso. Porque eu ficava meio nervoso por causa das coisas que eu estava passando. Às vezes eu via, ao

invés de sentar com a mulher, quando era dois, três dias, ela já estava largando. Amanhã já estava com uma e ela largava de novo. Aquilo ali que eu fiquei nervoso. Não queria mais. Ainda bem porque eu cheguei aqui, aí essa mulher começou lavar pra mim, foi, foi, foi entrou ano e saiu ano. Aí aconteceu. Já aconteceu com ela, mas em função da casa. Aí ela disse que não tinha pra onde ir. Eu falei: “Se quiser vim lá pra casa”. Já tinha três anos que nós se conhecia. Uma irmã assim. Eu vivia junto com ela. Vivia como irmão sem ter interesse nenhum nem no outro. Eu não sei nem como aconteceu isso. Até hoje eu não sei como aconteceu. Ela veio pra cá e ficou até agora, graças a Deus. Eu estou muito feliz com ela. Não tenho do que reclamar, nem um pinga. Que a mulher, vou te falar a verdade, é os pés e as mãos da casa. Pra mim é. A casa sem uma mulher pra mim, não está com nada.

Este relato de Seu Maurício foi feito num dia em que Vera não estava em casa, porque havia ido até o município resolver questões relativas à pensão de seus filhos. Seu Maurício estava visivelmente abatido, tanto porque se recuperava de problemas de saúde, como por causa da saudade e da tristeza que sentia pela ausência de Vera, por ele verbalizadas algumas vezes ao longo dessa entrevista. Esse relato revela a beleza de um encontro pautado na necessidade de um e na solidariedade de outro, que desinteressadamente culminou na união do casal. Não sabem ao certo precisar quando e como efetivamente começou, mas apenas que passou a existir e tornar-se imprescindível a eles.

Vera: (...) E eu já estava querendo fazer uma coisa ruim nele [seu marido anterior] ali. Naquela raiva eu estava mesmo. Que no meu casamento eu pensei muitas coisas pra não fazer coisa ruim. Que eu ia fazer eu ia, ia mesmo. Hoje não, hoje estou aqui feliz, graças a Deus, não estou sofrendo graças a Deus [incompreensível].

Maurício: Ela me ajudou muito, ela ajudou... Ela, ainda nós não estávamos [incompreensível]. Aquela amizade, aquele carinho que nós temos um com outro é bom demais. Até hoje, graças a Deus, melhor do que a minha primeira mulher. A outra, a ex. Mas ela mesmo [Vera], até hoje graças a Deus, não briga. Nunca brigamos. Ela não é zangada, não é. Fala assim, eu fico quieto, abraço ela e acabou.

Seu Maurício disse ter sonhado algumas vezes com Vera, muito tempo antes de conhecê-la, e que a reconheceu quando a viu:

Maurício: Sonhei com ela direitinho, eu lembro direitinho... aquela mulher loira vinha aqui aquele jeito. Ela vinha no meu ombro... foi, foi, foi. A última vez que eu sonhei com ela foi em Pimenta Bueno [município em que residiu]... Eu corri pra casa, fui lá e recolhi toda roupa minha e levei pra ela. Essa mulher, eu sonhei com essa mulher.

A união do casal é pautada na amizade, no carinho e na companhia que fazem um para o outro. Para ambos a relação construiu um espaço de (re)significação. Maurício, que já não queria mais a companhia de mulher alguma, porque não confiava, nem recebia o carinho e

cuidado que desejava, o encontrou em Vera. E ela, que era vítima de maus-tratos do marido, passou a ter outra possibilidade com Maurício.

Desde a união do casal, a aposentadoria de Maurício e as diárias que recebe são a única fonte de renda da família, já que Vera é dona de casa (questão de honra para Maurício), não recebe pensão para seus filhos nem benefício do Bolsa Família. Também plantam alguns alimentos como feijão, verduras e frutas para nutrição da família. Tanto Vera como Seu Maurício nunca frequentaram a escola, mas Vera afirmou que quando seu filho mais novo começar a estudar pretende acompanhá-lo, o que é incentivado por Seu Maurício como condição para que possam trabalhar com algum comércio.

Apenas os dois filhos mais novos de Vera residem com o casal na casa por eles alugada. A filha mais velha mora com o pai, o filho de dezessete anos foi embora para trabalhar em um parque de diversões ambulante, e a filha de quinze anos é casada há um ano.

Família 6: Vanessa e Leandro

Vanessa e Leandro participaram da pesquisa com entrevistas realizadas separadamente. O horário de folga de Leandro não coincidiu com minha primeira visita à casa deles. Entrevistei Vanessa e retornei outro dia para entrevistá-lo. Meu contato com o casal ocorreu primeiramente com Leandro, durante uma visita que este realizou a Seu Maurício e D. Vera enquanto eu os entrevistava. Esta foi precisamente a situação em que se formou uma roda em torno dos entrevistados (Maurício e Vera), com a presença de outros visitantes e sob o consentimento de todos. Leandro e Seu Maurício tinham um vínculo de amizade. Ao longo das conversas da roda, Leandro apresentou seus posicionamentos sobre o distrito e os serviços públicos ali oferecidos e perguntei-lhe se também gostaria de participar da pesquisa. Leandro foi solícito e aceitou participar, disse que também conversaria com sua esposa. Combinei de visitá-los em sua casa. Vanessa também concordou em participar.

Vanessa tem vinte e cinco (25) anos de idade e Leandro, vinte e oito (28). O casal tem dois filhos, uma menina de oito (8) anos e um menino de um (1) ano e dois (2) meses. Conheceram-se ali mesmo no garimpo, namoraram por três (3) meses, foram morar juntos e logo ela engravidou. Estão juntos há aproximadamente nove (9) anos, o que revela que a união conjugal ocorreu quando ela tinha dezesseis (16) e ele, dezenove (19). A gravidez foi o motivo relatado por Vanessa para sua saída da escola. Coursou até a sexta série do ensino fundamental e depois não retornou. Contou que naquele período não havia todas as séries na

escola da vila e precisava estudar em uma escola de outra linha um pouco distante dali. “Porque também eu conheci ele e fomos morar junto, engravidei, aí eu achei mais difícil.” (Vanessa).

Leandro, por sua vez, estudou até a terceira série do ensino fundamental. Foi para a escola pela primeira vez com doze (12) anos e estudou por dois anos. Depois da mudança para a região de Bom Futuro não pôde retomar os estudos, tanto pela dificuldade de acesso à escola, quanto pela necessidade do trabalho.

Leandro: Tinha um colégio aqui no garimpo, na época que nós viemos pra cá, mas daí como nós morávamos lá no sítio e naquele tempo não era tanta facilidade como é hoje, quando a gente chegou era só mato.

(...)

Leandro: (...) aí depois que saiu o colégio aqui na vila, aí eu já tinha saído do sítio, eu já tava morando aqui no garimpo, aí eu estudei mais um ano aqui, aí daí foi o tempo que eu comecei a trabalhar no reco, aí ficou difícil pra mim estudar.

Lílian: Por quê?

Leandro: Tipo assim, eu ainda até tentei estudar à noite, mas eu não gostei, não gostei não. A gente não aprende igual a gente estudando de dia não, aí eu desisti.

A chegada de ambos à região do garimpo foi motivada pela questão agrária. Vieram com suas famílias de origem para trabalhar no campo. A família de Vanessa veio de outro município do estado de Rondônia. Já a família de Leandro veio do Maranhão a convite de um tio que comprou terras e passou a residir no local com o casal de avós de Leandro. “(...) aí eles vieram e nós ficamos lá. Eles vieram aqui, gostaram das terras aí compraram, aí voltaram lá e foi que nós viemos.” Ele e um irmão chegaram a Bom Futuro no ano de 1994 e algum tempo depois, após o falecimento de seu pai, sua mãe, seus irmãos mais novos e outros tios também migraram. A mudança de estado não foi motivada, segundo Leandro, por dificuldades financeiras, mas pelo convite do tio, o qual gerou a migração de toda sua família ampliada. Apesar de Leandro não ter conseguido identificar na entrevista o que efetivamente motivou a migração de sua família para Rondônia, aqui parece haver um forte elemento de agregação familiar.

O trabalho no garimpo surgiu como uma possibilidade posterior de trabalho paralelo ao que exerciam no sítio, tanto para Leandro e seus irmãos, quanto para os irmãos de Vanessa, mas hoje não mais exercida por nenhum deles em função dos acidentes que presenciaram ou dos quais foram vítimas quando requeiros.

Lílian: (...) Aí vocês vieram pra ajudar a trabalhar nesse sítio [de seu tio]?

Leandro: É, aí lá nós trabalhávamos, lá nós mexíamos com plantio de café, com tudo, arroz, feijão, de tudo assim, nós mexíamos com agricultura lá, né?...

Lílian: É, mas era plantio... e vocês conseguiam sobreviver com esse dinheiro?

Leandro: É tipo assim... ajudava, né? Aí no caso nós tirávamos a despesa da gente, no caso arroz, feijão, essas coisas assim... então não carecia comprar, né? Aí no caso o dinheiro que ganhava aqui no garimpo, aí comprava as outras coisas, no caso roupa, sapato, essas coisas assim, remédio...

Depois de um acidente de trabalho, no qual perdeu parte de um dedo, Leandro abandonou o trabalho no reco e atualmente é funcionário de uma empresa de mineração. Sua renda, de pouco mais de um salário mínimo, garante o sustento da família. Vanessa é dona de casa, mas faz pequenas vendas de produtos cosméticos de catálogos e costura para fora, o que lhe confere um rendimento aproximado entre R\$150,00 e R\$200,00 ao mês, direcionado exclusivamente para seus gastos pessoais.

Família 7: Juliano

Conheci Seu Juliano por intermédio de Nair, para quem pedi que me levasse à casa dele e mediasse a apresentação. O nome de Juliano tinha sido indicado por diferentes pessoas com quem conversei, como um dos moradores mais antigos de Bom Futuro. Considerei que seria interessante conversar com ele para compreender a história do lugar, que ainda não conta com um registro sistemático ou oficial. Conheci primeiramente sua esposa, que me disse que teriam muito a contar. Quando conheci Seu Juliano, imediatamente após explicar a pesquisa, ele começou a relatar suas primeiras experiências no lugar e concordou em participar das entrevistas. Sua esposa, embora tenha feito alguns comentários durante esta conversa, não se mostrou disposta a participar das entrevistas, ao que não insisti.

Juliano instalou-se em Bom Futuro alguns anos antes da descoberta de minério. Ali, ele e um irmão compraram a demarcação de um lote de quarenta e dois alqueires, tamanho estipulado pelo INCRA para os Projetos de Assentamento (PA) após o ano de 1975 (COY, 1988), e logo trataram de abrir o terreno (desmatá-lo) e fazer construções, que conforme Juliano, eram exigências para a regulamentação da terra.

Juliano: Então meu objetivo era um dia ter alguma coisa. Então, o que me trouxe a Rondônia foi isso. Então como havia essa terra aqui tudo, devolutas, então eu entrei fazendo uma marcação nesse, nessa propriedade onde que eu resido hoje. Isso foi em... fevereiro de oitenta e três eu fiz a minha primeira moradia aqui. Então depois de quatro anos que, que eu estava aí, surgiu esse negócio desse garimpo aí. Mas o meu objetivo não, não foi garimpo, foi agricultura, né? (Juliano)

Os pais de Juliano e outros irmãos chegaram ao estado de Rondônia alguns anos antes e inseriram-se no Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra (localizado nas imediações de Ariquemes), possuindo escritura de suas terras. Juliano, por ter chegado algum tempo depois, teve maior dificuldade em relação aos projetos de assentamento e hoje possui apenas uma declaração de posse de suas terras, caso de muitas famílias que chegaram a partir da década de 1980.

Juliano e sua família são originários do estado do Rio Grande do Sul, mas residiam no Paraná, onde possuíam propriedade agrícola na qual trabalhavam. No entanto, a propriedade era pequena para o tamanho da família, o que motivou a mudança de todos para Rondônia. “Eu queria um dia ter uma terra, ter alguma coisa na vida, não, meu objetivo não era trabalhar de funcionário de ninguém.” (Juliano).

Juliano tem 58 (cinquenta e oito) anos de idade e estudou até a quinta série do ensino fundamental. Hoje, além de sua propriedade, que ampliou com a compra de outras terras, tem um comércio em Bom Futuro, sua principal fonte de renda. Começou a trabalhar com o comércio logo na época de abertura do garimpo, quando passou a vender café e lanche às milhares de pessoas que chegaram. Depois ampliou sua estrutura e construiu um bar/restaurante e um pequeno hotel. Juliano foi aproveitando as oportunidades que surgiram com o garimpo. Quanto ao trabalho no campo, hoje tem apenas uma pequena criação de gado, pois afirmou dificuldades relacionadas à baixa fertilidade das terras, que demandam muitos insumos, encarecendo o plantio agrícola.

A esposa de Juliano tem 39 (trinta e nove) anos e é dona de casa. Eles são pais de três filhos. A filha mais velha, de dezoito (18) anos, faz faculdade em outro município. O filho tem quinze (15) anos e a mais nova, treze (13). A união do casal ocorreu em Bom Futuro. A família de sua esposa chegou no mesmo período de Juliano e instalou-se em outro lote na região, quando ela era ainda uma criança. Anos mais tarde, ela foi até a vila, onde, no auge do garimpo, havia uma série de serviços públicos, tais como Polícia Federal, SUCAN, entre outros, para fazer seus documentos e passou pelo comércio de seu Juliano. Desde aquele dia, começaram um namoro que culminou com a união do casal.

Juliano: A gente veio de lá pra cá, falei com o pai dela, não roubei, falei que ia trazer ela e coisa e tal, aí ele concordou, que depois a gente casava. Aí trouxe ela, a gente ficou acho que, acho que quase um ano, por aí, junto, sem, sem ficar gestante. Mas eu já tava com trinta e nove ano pra quarenta ano, né? (...) eu queria logo um filho pra, porque eu já achei que tava na idade de ter um.

A história de Juliano e sua família reconta a história da formação do estado de Rondônia, com a chegada de inúmeros migrantes movidos pelos projetos de colonização do INCRA. Segundo Coy (1988), dados da SeplanRO-Nure demonstram que, entre os anos de 1981 e 1984, período de chegada de Juliano e da família de sua esposa ao estado, aproximadamente 364.320 pessoas migraram ao local, número superior ao observado entre 1970 e 1980, quando chegaram 254.374 novos habitantes. A história de Juliano ainda, imbrica-se a outro fenômeno mobilizador de migrações e característico à história da Amazônia: os garimpos e a extração mineral. Embora Juliano nunca tenha trabalhado efetivamente na extração de minérios, sua renda familiar advém indiretamente do garimpo, dos serviços que oferece a quem ali vive e trabalha.

Família 8: Paulo e Denise

Conheci o casal Paulo e Denise numa visita domiciliar que fiz acompanhando Márcia em seu trabalho com idosos. Os dois demonstraram bastante alegria com nossa presença e cobraram de Márcia a demora de sua visita. Muito simpáticos, concordaram que eu retornasse em outro momento para entrevistá-los.

Seu Paulo conta com 87 (oitenta e sete) anos e D. Denise com 74 (setenta e quatro). Ambos nunca frequentaram uma escola e são analfabetos. Seu Paulo está aposentado há vinte e dois anos e D. Denise há apenas dois anos. Disse que somente solicitou a aposentadoria depois de várias pessoas falarem sobre seu direito.

Assim como Seu Juliano, o casal migrou do Paraná, onde eram meeiros, para Rondônia em busca de terras dos projetos de assentamento do INCRA, mas chegaram ao estado uma década antes de Seu Juliano, no princípio do ano de 1970, com o primeiro agrupamento de migrantes rurais. O casal instalou-se na região do município de Ouro Preto, na qual demarcaram uma terra de quarenta e dois alqueires e mais tarde compraram mais quatro alqueires. Afirmaram que a terra era muito boa.

Denise: Nós plantamos cacau, tudo, pasto.

Lílian: E dava pra sobreviver?

Paulo: Graças a Deus, dava, claro que dava, lá tinha o que você queria comer. Se você quisesse comer batata você comia, se você queria comer mandioca você comia, se quisesse comer abacate você comia, se você quisesse comer tudo o que você quisesse comer, aqui era o paraíso

Denise: Rio bom pra pegar peixe...

Paulo: Nós pescávamos traíra desse tamanho aqui assim [demonstrou com gestos].

A migração para Rondônia possibilitou que o casal tivesse sua própria propriedade rural e alcançasse melhores condições de vida. Sua única filha, hoje com 56 (cinquenta e seis) anos, mas na época com aproximadamente 15 (quinze), não veio com os pais, porque era casada havia pouco tempo e estava grávida de seu primeiro filho. Algum tempo depois Seu Paulo retornou ao Paraná para buscá-la. Ela estava grávida de seu segundo ou terceiro filho e ele permaneceu naquele estado durante os três últimos meses de sua gravidez, pois consideraram melhor esperar o parto. D. Denise ficou em Rondônia sem qualquer notícia do marido.

A filha e o genro do casal conseguiram terras em outro município mais distante do sítio de Seu Paulo e D. Denise, e ficaram mais alguns anos sem contato com ela. Enquanto isso, Seu Paulo e D. Denise migraram para vários municípios. “ Ihh nós saímos de Jarú. De Jarú viemos pra Machadinho. Em Machadinho eu abri uma chácara de cinco alqueires, vendi e fui pra Colorado. Em Colorado, onde é que a filha encontrou nós.” (Paulo).

A filha foi buscá-los para morar em Bom Futuro, onde ela e o marido passaram a trabalhar como requeiros. Seu Paulo e D. Denise estão em Bom Futuro há oito anos. “Eu tinha gado lá dentro, tinha pasto tudo formado, água boa. Botei fora, vendi por quatro mil reais a terra. E estou aqui hoje. Hoje estou aqui em cima do que é meu. Não estou em cima do que é de ninguém. Se quiser levar nós leva, se não quiser não leva.” (Paulo). Em Bom Futuro, Seu Paulo e D. Denise têm uma pequena casa de madeira (por muitos chamada de barraco) num pequeno terreno, como a maioria da população. Não trabalham mais com o sítio e nunca trabalharam no garimpo.

De sua filha o casal teve nove netos, trinta e quatro bisnetos e um trineto. Muitos também residem em Bom Futuro. A filha é viúva há aproximadamente seis anos; seu marido morreu soterrado no garimpo num acidente de trabalho. No momento em que realizei a primeira entrevista, a filha estava prestes a casar-se novamente.

A mudança de Seu Pedro e D. Denise à Bom Futuro não foi motivada pelo trabalho no garimpo, talvez indiretamente pelo caso de sua filha. O sentido que prevaleceu nesse caso foi o reencontro e reagrupamento familiar, pela busca da filha de manter os pais já idosos na mesma localidade de sua residência.

Família 9: Pedro e Eliane

Cheguei ao casal Pedro e Eliane por intermédio de sua filha Camila, que conheci no comércio local. Camila contou-me um pouco de sua vida e disse que seu pai teria muitas histórias a contar. Certo dia em que conversávamos, conheci a mãe de Camila, D. Eliane, que me indicou sua casa e convidou-me a visitá-los.

No dia previamente marcado para minha visita, somente Seu Pedro encontrava-se em casa. D. Eliane chegou do trabalho no decorrer da entrevista e a dali em diante participou. A segunda entrevista, continuação da primeira, foi realizada apenas com Seu Pedro, pois Eliane também não se encontrava em casa e assim que chegou foi providenciar o almoço da família. No caso dessa família também foi difícil conciliar meu horário de permanência no garimpo com o período de folga de ambos. Seu Pedro deixou de ir trabalhar no reco para que pudesse participar da entrevista, mas Eliane, empregada doméstica, não tinha a mesma possibilidade. A filha, Camila, também foi entrevistada, mas individualmente. Camila é casada e tem uma filha; além de fazer parte dessa família, constitui outro núcleo familiar. Sua história será em parte contada com a de Pedro e Eliane e em parte relatada separadamente.

Seu Pedro, natural do estado do Paraná, tem 53 (cinquenta e três) anos e nunca pôde frequentar a escola. “Assino com o dedo. Nossa, e meu pai... nenhum irmão que eu conheço sabe estudo nenhum, estudo era o cacete! (...) Só falava enxada [seu pai], mais nada! (...) ‘E esse menino é bom de enxada!’ E pegava aquela enxada e pra ele era coisa melhor do mundo, viu?” (Pedro). A história de Seu Pedro, assim como de outros entrevistados, é reflexo das condições de pobreza e dificuldades de acesso à escola que prevaleciam na década de 1960 neste país. Pedro é uma vítima do trabalho infantil, que mais intensivamente desde a década de 1990, com a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, vêm-se buscando combater. Sua história revela a importância dessa busca.

Seu Pedro, antes de ser requeiro, trabalhava no campo como boia-fria. Sua migração ao estado de Rondônia, no final da década de 1980, também esteve relacionada à política de reforma agrária do INCRA, durante o regime militar, em estados da Amazônia. Como tantos outros, Pedro buscava um pedaço de terra para trabalhar. Instalou-se primeiramente no município de Jaru, onde trabalhou no campo e depois conseguiu um lote (pequena área rural), mas foi nos garimpos que encontrou uma opção mais viável de sobrevivência. Trabalhou inicialmente num garimpo em Jaru e, ao saber da fofoca de Bom Futuro, mudou-se sozinho e depois de alguns anos trouxe toda a família.

O relato de Seu Pedro é de uma vida de muito sofrimento. Chegou a passar fome quando trabalhava como boia-fria, tanto no Paraná como no Paraguai e nos primeiros tempos de sua chegada ao estado de Rondônia. Seu Pedro teve uma primeira esposa, que o abandonou, quando sua filha Camila tinha três meses de vida. Pouco tempo depois, a casa onde morava pegou fogo e perdeu o pouco que tinha. Naquela época, durante o dia, enquanto trabalhava, deixava a filha Camila ainda bebê aos cuidados de alguma mulher na localidade rural, que pagava com o dinheiro de suas diárias. Para comprar comida para a filha, algumas vezes precisou deixar de comer. Depois de algum tempo veio a saber que sua ex-esposa estava grávida quando o abandonou, mas nunca teve contato com essa outra filha.

Quando Camila tinha 4 (quatro) anos de idade é que se mudou para Rondônia, pegando caronas com caminhoneiros. Passado algum tempo no novo estado, ainda no município de Jaru, conheceu D. Eliane, com quem é casado há mais de vinte e cinco anos, sendo há doze anos casado no civil.

Pedro: Aí nós fomos morar juntos, fazia poucos tempo, né? Eu roubei ela da casa dos velhos [pais dela]!

(...)

Lilian: Ele te roubou?

Eliane: Mentira! Porque eu quis!

Lilian: [Risos] Mas avisou os pais ou não?

Pedro: Não, avisou não.

D. Eliane estudou até a quinta série do ensino fundamental porque não havia a continuidade das séries na escola na área rural onde morava, apenas na cidade. Contou que dificilmente conseguiam chegar na escola no horário. “É... lembro quando o finado pai... o relógio dele era o sol. Nós estudávamos na parte da tarde, a professora já sabia como é que era. Nós chegávamos lá, tinha vezes, uma hora atrasado à escola!” Eliane afirmou que agora, com a escola próxima à sua casa, tanto ela, como Seu Pedro só não estudam porque não querem. Hoje Eliane trabalha como empregada doméstica.

Com D. Eliane Seu Pedro tem mais três filhos [com 25 (vinte e cinco), 22 (vinte e dois) e 21 (vinte e um) anos de idade] e uma filha com 24 (vinte e quatro) anos, mãe de quatro de seus netos. A neta mais velha, que tem 8 (oito) anos, reside com Seu Pedro e D. Eliane praticamente desde que nasceu. Além desses netos, Camila, a filha mais velha de Seu Pedro com sua primeira esposa, tem uma filha de 9 (nove) anos. Embora Camila não seja filha biológica de Eliane a chama de mãe.

Somente as filhas de Seu Pedro residem em Bom Futuro, mas em outros domicílios. Camila trabalha como vendedora no comércio local e a outra filha é manicure. Os filhos mudaram-se para cidades próximas em função do trabalho; todos são controladores/motoristas

de grandes maquinários, tais como retroescavadeira. Dos filhos de Pedro e Eliane, somente Camila concluiu o ensino médio. Os rapazes concluíram o ensino fundamental e a outra filha cursou apenas até a quinta série do ensino fundamental, quando engravidou, dados que demonstram um avanço na escolaridade dos filhos em relação aos pais, mas que ainda podem ser considerados baixos e associados a contextos de desigualdade social.

Família 10: Camila

Camila é a filha de Seu Pedro com sua primeira esposa, mas considera D. Eliane como sua verdadeira mãe:

Camila: (...) gosto muito dela [D. Eliane]. Porque eu falo que mãe não é aquela que põe no mundo, é a que cria e ela foi quem me criou, quem sofreu comigo. Quando ela tá doente eu vou ajudar. Quando eu estou doente, ela vai me ajudar. Aí eu falo que a mãe verdadeira, né?, é ela.

Camila e D. Eliane relataram que tiveram uma relação inicial conturbada, mas que foi sendo modificada. A mudança na relação aconteceu, segundo Camila, quando, numa briga do casal, D. Eliane saiu por uns tempos e foi para a casa de familiares em outro município. Camila tomou a responsabilidade para si, arrumou a casa (um barraco de lonas) e cuidou de seus irmãos ainda crianças na ausência de D. Eliane, que ao retornar, gostou muito do que Camila havia feito e passou a tratá-la diferentemente.

Camila: (...) Aí ela chegou... Ela não comentou comigo, comentou com minha tia, que ela achou legal o jeito de eu cuidar dos meninos. Que ela chegou, viu... achou que ia chegar... os meninos tudo sujo, sem comer, né? e eu dei conta de tudo. Ela achou legal e falou assim: “Não, vou começar a tratar ela bem.” Aí (...) o primeiro namorado eu cheguei nela, pedi permissão, pedi permissão pra meu pai. Tudo que acontecia ela sabia. Eu tive ela como amiga. Aí eu falo que ela foi mais amiga comigo do que com a própria filha dela.

D. Eliane explicou a mudança no relacionamento das duas a partir de um sonho que teve. Disse que “judiava” muito de Camila, que costumava bater muito nela.

Eliane: (...) Um dia, eu tava dormindo - eu não sei se foi um sonho, o que que foi – eu sei que apareceu uma pessoa toda vestida de branco, só que eu não vi o rosto, né? Falou assim pra mim: “Não judia dela não! Ela sofreu demais já nessa vida com o pai dela! Não judia dela não, coitada! Ela não tem culpa de sê assim!” Aí desses tempo pra cá, depois, nunca mais eu bati nela não! Mais ela agradece, fala: (...) “As vezes se ela não tivesse batido em mim hoje eu não era quem eu sou!” Porque ela é uma menina educada, né?

O sonho de Eliane parece revelador da culpa que sentia pela maneira como tratava a enteada, educação pela violência perpetuada em muitas gerações e também vivida na infância por Seu Pedro, como se pode observar ao dizer: “estudo era o cacete”.

Sobre sua mãe biológica, com quem nunca mais teve contato, Camila afirmou não querer procurá-la. “(...) que eu nunca quis procurar não. Acho que não compensa não e cada vez que ele [seu pai] conta a história, aí que piora mesmo. Aí que eu não tenho vontade mesmo.”

Camila tem 31 (trinta e um) anos, é casada há aproximadamente dez anos e tem uma filha de 9 (nove) anos. Trabalha como vendedora no comércio local e há um ano concluiu o ensino médio. Seu marido tem 46 (quarenta e seis) anos, estudou até a sétima série do ensino fundamental, trabalha numa empresa mineradora e é ao mesmo tempo agricultor num pequeno lote rural onde moram. A entrevista com Camila foi realizada durante seu expediente de trabalho o que dificultou a presença de seu marido.

Segundo Camila, o relacionamento afetivo entre ambos começou por sua iniciativa.

Camila: (...) namorava ele sem ele saber, via ele, gostei do jeito dele. Ele tava separado, tinha um ano separado da esposa dele. Aí comecei a mandar recado pra ele e ele era meio... bem acanhado, ele não... Até hoje, ele não é de conversar com muitas pessoas, até hoje. Aí ele começou vim, eu mandava recado, só que a menina que eu dava recado, ela dava recado ao contrário, que era pra ela. (...) Gostava dele também. (...) Aí, lá um dia, eu cheguei nele e falei. Aí ele topou, só que assim, já explicou que ele tinha um filho, que o filho morava com ele, tinha... oito anos o menino, e eu tinha que aceitar o menino junto. Aí nós começamos a namorar, eu com, acho que nós tinha já sete meses namorando, eu acabei engravidando dele. Só que nós não tinha local pra morar que na casa onde o lote dele não tinha casa ainda (...)

O casal contou com a solidariedade de pessoas da vila, que providenciaram o salão da igreja católica para eles morarem, bem como utensílios domésticos e mantimentos. Camila passou a ser responsável pela limpeza da igreja e recebia cerca de R\$180,00 para isso. Ela relatou as dificuldades que passou no começo de seu casamento.

Camila: (...) aí a gente começou a comprar as coisas de segunda mão, pra pode ir juntando. Porque a gente não tinha nada nosso mesmo. Era tudo emprestado. Aí ele trabalhou mais um tempo [numa das empresas], comprou as traíás de casa, aí mudamos pro lote. Só que aí quando nós mudamos pro lote a menina tava com sete meses já. Eu ganhei ela aqui. Fizeram um chá de bebê, que eu não tinha condição de comprar a traia de... as roupinhas dela. Ganhei de tudo, desde o berço, carrinho, tudo tudo. Aí mudamos pro lote, aí começamos a comprar as coisinhas. Ele fazia diária [na agricultura] e eu fazia crochê pra vender. Vendia uma galinha, tempo de colher café nós colhíamos café pra vender.

Hoje, segundo Camila, sua situação financeira melhorou muito. O casal conseguiu comprar algumas cabeças de gado e com a venda comprou mais. Seu marido pensa em largar seu emprego para cuidar apenas dos afazeres do sítio. Camila em seu emprego recebe um salário mínimo. A venda de cosméticos em catálogos e algumas limpezas que faz como diarista lhe rendem mais um salário mínimo. A renda de seu marido soma mais dois salários mínimos ao casal.

Com uma infância marcada pela miséria e uma juventude pobre, na qual dependeu de ajudas e doações, sua situação financeira atual parece inserir-se no contexto de melhorias nas condições econômicas de muitos brasileiros.

Família 11: Marli

Conheci Marli numa visita que realizei acompanhada de Nair. Marli concordou em participar da pesquisa somente depois de solicitar vários esclarecimentos sobre a divulgação da entrevista e de especificar que não falaria sobre determinados assuntos, os quais não indicou. Expliquei que a entrevista o objetivo da pesquisa e o tipo de perguntas que eu faria, combinando com ela que estaria livre para não responder qualquer pergunta, mesmo quando não se tratasse dos assuntos que não gostaria de falar. Combinei ainda que depois de terminada a entrevista poderia deletá-la, caso Marli assim desejasse. Ela respondeu a todas perguntas e concordou em manter suas falas. Durante a entrevista seu marido não estava em casa, apenas alguns de seus filhos, que não participaram.

Dona Marli tem 51 (cinquenta e um) anos de idade e, como outros entrevistados, nunca frequentou a escola, é analfabeta. Seu marido, com quem é casada há trinta e cinco anos, tem 54 (cinquenta e quatro) anos, também é analfabeto e trabalha como requeiro.

D. Marli nasceu na Bahia, onde residiu até os primeiros anos de seu casamento. Depois migrou para o estado de Rondônia, no qual morou em duas localidades distintas antes de mudar-se para Bom Futuro em 1992.

Marli: Meu esposo veio primeiro, eu fiquei com quatro crianças na Bahia, depois de um ano eu vim com ele. Aí nós fomos morar em *[inaudível]*, moramos quatro ano lá, depois nós fomos, moramos mais quatro anos na Rio Branco, aí morei quatro ano no Setor 10 [bairro do município de Ariquemes], casa própria minha, depois vendi, aí vim pra dentro do Garimpo.

(...)

Marli: Ah... uma cunhada dele! Chamou ele que disse que aqui dinheiro era mais fácil, era bem mais fácil de viver, de sobreviver...

(...)

Lílian: E vocês sentiram que teve diferença? Quando chegaram, assim, foi melhor pra vida de vocês?

Marli: Olha, você quer saber a verdade? Eu sou franca, eu não achei nada melhor do que da Bahia!

Lílian: Não?!

Marli: Pra mim é a mesma coisa! Eu nem enriqueci e nem empobreci! Às penas, trouxe quatro filhos e me deparo hoje em dia com doze. Estou com onze que um faleceu, né?

A fala de Marli evidencia que o sonho, a busca de melhores condições em Rondônia, um recente estado, por si só quase um Eldorado, com promessas de novas oportunidades, motivo da migração de inúmeras famílias, não foi concretamente alcançado. Seu enunciado aponta um sentido oposto ao apresentado por outros entrevistados como o casal Paulo e Denise ou mesmo Seu Pedro, que com a migração passaram da condição de boias-frias ou meeiros para pequenos proprietários de terra com melhores condições de sobrevivência.

Marli tem doze filhos com seu atual marido. O filho mais velho tem 31 (trinta e um) anos e o mais novo, 13 (treze), sendo apenas três meninas. Todos os seus filhos foram à escola, mas não concluíram os estudos; alguns têm ensino fundamental incompleto e outros o completaram. Sua filha de dezesseis anos cursa o segundo ano do ensino médio. Um dos filhos de Marli foi assassinado no garimpo há aproximadamente um ano, por questões relacionadas ao uso de drogas. Durante a entrevista Marli falou do sofrimento que sente com a morte do filho, de como sua vida perdeu o sentido e de que pensa em ir embora do garimpo. Também falou de sua luta para ajudar dois outros filhos usuários de drogas, um dos quais encontra-se em uma clínica de recuperação.

Marli: Pois é, e aí tá internado e outro tá aí, minha fia, só a espinha! Metido nas drogas. O outro morreu, tem um aí na imundice, ainda. Peço ajuda num canto de outro e não consigo tirar ele daqui de dentro. Os outros, graças a Deus, um mora ali embaixo, é casado; esse outro mora... que desceu aí também, casado, tem uma menininha, vive bem, graças a Deus, tem um em Jarú, tá casado também, né?, vive tranquilo... e eu tô aí lutando!

O vivido por Marli reflete uma situação que extrapola os limites do garimpo Bom Futuro, pois diz respeito a um problema social do país, tanto nas grandes como nas pequenas cidades, nas quais a associação entre o tráfico de drogas e a violência está entre uma das principais causas de morte de inúmeros jovens por ano, em sua maioria do sexo masculino (ABRAMOVAY, 2002; ABRAMO et al, 2000, 2005).

Quando Marli tinha 13 (treze) anos de idade, fugiu de casa com um namorado de dezoito. Engravidou, mas poucos dias após o nascimento da filha separou-se daquele marido. “Porque ele arrumou outra, era vizinha minha, ele tinha duas mulheres, eu e ela, todas duas

grávida!” (Marli). Posteriormente conheceu seu atual marido, que trabalhava com seu irmão na área rural. Quando migraram da Bahia para Rondônia, essa filha ainda criança ficou sob os cuidados dos pais de Marli.

Marli: (...) Quem criou foi minha mãe. Quando eu vim praqui eu deixei ela pequenininha. Com minha mãe. Aí agora o meu pai faleceu e ela continua com minha mãe.

Lílian: Certo.

Marli: Os velhos que criaram ela, ela não me chama de mãe! Me deixa sentida, pois ela pegou a falar: “- Ah, não tem como eu te chamar de mãe. Eu chamo uma, a outra responde, então eu vou te chamar de Marli”.

Novamente, as condições financeiras aparecem como limitadoras da manutenção de todos os membros num mesmo núcleo familiar; é preciso recorrer à família extensa, como foi o caso de Nair, por algum momento. Não há um sentido de abandono, mas de deixar sob os cuidados de outros familiares, que acabam por vezes assumindo a efetiva paternidade/maternidade, como o casal Pedro e Eliane com uma de suas netas.

Marli teve contato com essa filha apenas algumas vezes em que viajou para a Bahia para visitá-la. Também costumam conversar por telefone. Ela conta com 34 (trinta e quatro) anos de idade e no momento da entrevista estava grávida, o que motivou sua saída da faculdade que cursava. Entre todos os filhos de Marli, ela é a única a ter concluído o ensino médio.

Na casa de Marli atualmente residem, além dela e seu marido, quatro filhos e uma filha. Os filhos que residem em Bom Futuro, com exceção dos mais novos, também são requeiros. As outras duas filhas são donas de casa, uma casada e outra separada. A renda que mantém a casa de Marli advém além do trabalho do marido requeiro, da ajuda dos filhos que trabalham, do Bolsa Família (recebem R\$200,00) e da venda de alguns itens agropecuários, que representam um ganho de R\$600,00 a R\$700,00, a cada seis meses, para a família.

Família 12: Célio

Célio foi-me apresentado numa das visitas à escola e logo prontificou-se a participar da pesquisa. No momento da entrevista sua esposa estava trabalhando e não pôde participar. Célio é natural do Espírito Santo. Assim como as famílias de alguns dos demais entrevistados, que compõem o substantivo contingente de migrantes das décadas de 1970 e 1980, Célio veio com sua família de origem para Rondônia no ano de 1987, para trabalhar no campo.

Célio: Quando nós viemos pra Rondônia, viemos com a promessa de, de adquirir, consegui terra, aqui em Rondônia.

Lílian: E a sua família conseguiu?

Célio: Não, a gente conseguiu até trabalhar, alguns dias, nessa, nessa marcação lá, a gente foi lá conhecer, é, o meu primo levou a gente lá, a gente foi conhecer, trabalhamos alguns dias, ficamos uma semana e pouco lá dentro, trabalhando, mas depois a terra, eu estava dentro de uma, de uma área verde, de uma área de preservação ambiental, né, que era terra da União e que ela ficaria dentro de um Parque Nacional. Aí todos os que tinham marcação naquela, naquela região... perderam as marcações e aí, é, recurso pra comprar, assim, terra a gente não trouxe, né? E não... e, na verdade, até depois a gente conseguiu comprar um pedacinho de terra, uns dez alqueires, dez alqueires e meio, mas eu acho que cada um tem a sua, é... ali, a sua sorte nesse sentido, né? E eu acho que a nossa sorte não era e não é possuir terra, porque desde lá pra cá nunca eu consegui, assim, uma terra pra mim e nem a minha família, nem essa terra que a gente conseguiu a gente preservou ela muito tempo, né? Porque sempre deu um probleminha, outro, e acabo num, acabou vendendo, né?

O caso de sua família de origem é representativo para a compreensão de que o sonho da terra, motivado pelos projetos agrários, não foi atingido por todos que chegaram à Rondônia. Sua família, formada por cinco pessoas, passou a trabalhar para outros agricultores ou proprietários de terra. “A gente colhia cem sacas, dava dez, vinte pra pessoa, só pra despesa dele, o restante era da gente... então a gente nunca teve muito esse, essa questão [de passar por necessidades]. Só que a gente sempre trabalhou em terra dos outro.” (Célio). Célio chegou a perder um de seus olhos no trabalho de roçar. Atualmente nenhum de seus irmãos trabalha no campo, todos residem na cidade e têm profissões como marceneiro, pedreiro e vendedor.

Célio mudou-se para Bom Futuro no ano de 2001 para lecionar na escola da vila. É professor desde 1994, quando trabalhava em escola rural, na qual, além da função de professor de uma classe multisseriada, atuava como merendeiro e faxineiro. Naquela época Célio tinha cursado apenas a quarta série do ensino fundamental. Algum tempo depois fez magistério e mais tarde graduação por meio de programas federais para a formação docente à distância.

Célio tem 45 (quarenta e cinco) anos de idade e é casado há dezenove. Sua esposa conta com 36 (trinta e seis) anos, é funcionária pública e natural de Rondônia. Sua família veio de Minas Gerais na década de 1970 e conseguiu se inserir nos programas do INCRA. Os dois conheceram-se por meio da religião, quando Célio e um irmão, que faziam parte do coro da igreja, foram visitar algumas famílias numa área rural para constituírem um ponto de culto, local onde a família de sua esposa residia. O casal tem quatro filhas, com 18 (dezoito), 16 (dezesesseis), 14 (quatorze) e 10 (dez) anos de idade. As duas filhas mais velhas moram em

outro município; uma faz faculdade e outra cursa o ensino médio, tendo mudado para acompanhar a irmã. Célio relatou que sua família demorou alguns meses para mudar-se com ele para Bom Futuro. Inicialmente, ele passava os dias da semana em Bom Futuro e aos finais de semana visitava a família em outro município.

Célio: Eu pensava em trazê-la pra cá, justamente um dos motivos era que a minha filha – na época tinha três filhas, a minha caçulinha, é, quando eu chegava em casa, aos finais de semana – às vezes a gente saía daqui quatro horas da tarde, chegávamos lá meia noite, né? Onze horas da noite, meia noite, aí a minha filha tava dormindo, queimando em febre, né? Ardendo em febre. Aí eu chegava, a minha esposa falava: “Nenê, o papai chegou!” Aí ela já acordava, corria, pulava no meu, no meu colo, passava aí uns quinze, vinte minutos, a febre dela acabava. Então toda semana ela, chegava final de semana ela tava nessa situação, né? Ela começava a sentir, é, a ficar doente e sentir febre, então era sentindo a minha, a minha falta. Aí eu propus à minha esposa de trazê-la pra cá. Ela veio conhecer, ficou aqui uma semana, voltou desanimada. Não queria vir devido à dificuldade, né? Aí tá, deixei quieto, falei: “Então, vamos segurar um pouco mais.” Aí passou mais um período, tava chovendo bastante na época, muito barro, aí a gente saía ali, o calçado da gente voltava dessa altura aqui de barro, ela falou: “– Não, não aguento isso não.” Não queria não. Aí passou mais alguns meses, mais uns três, quatro meses, aí já tava no verão, já enxuto e tal, aí eu tornei convidá-la pra vir aqui. Aí ela veio, aí já tava enxuto, aí ela já animou um pouquinho mais. Aí ela aceitou, né, vir pra cá. Aí em dois mil e um, final de dois mil e um, ela veio pra cá e é justamente isso pra não, pra não, não ficar longe da família.

Sua esposa relutou a mudar-se para Bom Futuro pelas condições que considerava precárias. Não havia asfalto na vila e a estrada de terra que liga o distrito ao município era mais rústica, o que dificultava o transporte pela formação de atoleiros, entre outras adversidades, durante o período de chuvas na região. Mas o trabalho de Célio e a reunião da família sobressaíram e todos se mudaram para o distrito.

A renda da família não foi precisada durante a entrevista. Célio é responsável pelas despesas da casa, pelo pagamento da faculdade e do aluguel para a filha. O salário da esposa é para suas despesas pessoais, bem como para o pagamento da faculdade que cursa a distância. Suas filhas mais velhas trabalham e seus salários também são destinados às suas despesas pessoais.

Família 13: Marcos e Érica

Conheci este casal ao solicitar informações sobre outra requeira que procurava no garimpo. Iniciamos uma intensa conversa que culminou com minha permanência por muitas horas com o casal, sob a lona que costumam estender nos locais que trabalham. Acompanhei e

conheci sua rotina de trabalho e almocei com eles. A entrevista foi realizada enquanto Marcos trabalhava lavando o minério e Érica cozinhava (fez fogo no chão, cercou com tijolos e sobre eles colocou uma grelha para sobrepor a panela).

Marcos tem 46 (quarenta e seis) anos de idade e completou o ensino fundamental. Impressionou-me o conhecimento que ele apresentava sobre questões políticas gerais, bem como sua linguagem coloquial. Érica tem 36 (trinta e seis) anos, nunca frequentou a escola, mas estava naquele momento em processo de alfabetização. Explicou que aos sete anos de idade saiu da casa de sua família para cuidar de um bebê na casa de outra família, onde trabalhou até os quinze anos, o que a impediu de estudar. Moram juntos há treze anos. Conheceram-se num garimpo de ouro no Pará em que ambos trabalhavam na cantina.

Érica: Aí depois eu entrei pra esse garimpo, entrei... porque conheci ele lá rodado, tava perdido, né?

Lílian: Quando você diz tá rodada, é o quê?

Érica: Quando a gente tá é sozinha. É o dizer dos garimpeiros, né?

(...)

Érica: Aí nós, nos conhecemos eu fui trabalhar na mesma cantina que ele trabalhava, que ele trabalhava, né? Aí, o que nós queríamos, aí nós queríamos ir namorar, o patrão não deixava, tinha que dar umas bitucadinhas escondidas.

(Risos)

Érica: O velho era grude mesmo, o velho não largava do nosso pé não. Aí, nós estamos dez anos nessa [incompreensível], aí fomos morar junto.

(...)

Érica: Nós não brigamos, não discutimos, nós estamos assim direto, brincando, sorrindo.

Lílian: Pois é!

Érica: Trabalhamos juntos, viemos juntos, comemos juntos.

Depois migraram para um garimpo na Venezuela e vieram para Rondônia ao saberem da fofoca de um garimpo de ouro na Reserva Roosevelt. Quando chegaram ao estado, o garimpo estava fechado em função de uma série de conflitos entre garimpeiros e índios Cinta Larga, com saldo de muitas mortes. Decidiram então ir para Bom Futuro.

Ao contrário da maioria dos entrevistados, a migração do casal não foi motivada pelo trabalho rural. Marcos é um garimpeiro tradicional da Amazônia, suas migrações são motivadas pela busca de novas fofocas, principalmente de ouro. A primeira vez que trabalhou com cassiterita foi em Bom Futuro. O casal chegou ao local há aproximadamente dois anos. Primeiramente, Marcos trabalhou como funcionário de uma empresa mineradora, com carteira assinada. Como Érica não conseguiu empregar-se por falta de escolaridade, sua única alternativa foi o trabalho no reco. Alguns meses mais tarde, Marcos decidiu sair do emprego por causa de atrasos no pagamento e pelo reco possibilitar-lhes renda superior.

Foi muito difícil conseguir precisar a renda de um requeiro. A maioria das pessoas com quem conversei era bastante evasiva quando essa questão lhes era feita. Marcos, no entanto, precisou-me a renda que conseguiu durante aproximadamente um mês em que mantive contato com o casal. Coletaram 300kg de minério, para o qual foi pago o valor de R\$11,00 o quilo (por ser considerado com baixa pontuação), o que corresponde a um total de R\$3.300,00.

O casal não tem filhos, mas pretende. Afirmaram que com as frequentes migrações a garimpos distantes, ter uma criança seria um complicador para a entrada em outros países, por exemplo. Não pretendem permanecer em Bom Futuro. Marcos prefere os garimpos de ouro, onde a possibilidade de ganho é maior. Comentaram sobre a possibilidade de retornar à Venezuela ou irem para a Guiana Francesa. Érica tem uma filha com 21 (vinte e um) anos de um relacionamento anterior, que também foi criada pela avó. Érica já é avó. Sua neta tem 3 (três) anos. Os familiares de Érica residem no Amazonas e os de Marcos no Pará, com os quais não têm contato há mais de três anos.

Família 14: Douglas e Rute

Conheci Douglas no dia em que conheci Marcos. Os dois estavam conversando quando cheguei para solicitar-lhes informações sobre uma requeira que eu procurava. Douglas participou de nossa conversa inicial e também se prontificou a participar da pesquisa. Na semana seguinte conheci sua esposa e combinamos a entrevista. Passei um longo período com o casal, que me convidou para almoçar em sua casa. A entrevista perdurou a tarde inteira, com muitas histórias de garimpos contadas por Douglas.

Douglas, assim como Marcos, é um garimpeiro tradicional e sua migração é motivada por esse trabalho. Passou por muitos garimpos da Amazônia, já esteve em diferentes estados da região norte e inclusive trabalhou um período em Serra Pelada. Chegou pela primeira vez ao estado de Rondônia por volta do ano de 2004, e ao saber que seu irmão estava em Bom Futuro foi visitá-lo. Depois passou por muitos outros garimpos, até retornar no final de 2009 e se estabelecer no lugar.

Douglas e Rute estão juntos há pouco mais de um ano. Conheceram-se em 2005 num outro garimpo da região, onde Rute morava com um filho e pelo qual Douglas passou.

*Douglas: (...) Aí me conheceu e de lá pra cá ela ficou me perseguindo.
[Risos]*

Rute: Não é bem assim, não. [Risos]

(...)

Rute: Ele estava virado num cutiã [“solteirão”]. Estava sozinho.[Risos]

Reencontraram-se no primeiro dia do ano de 2011 por intermédio de um amigo comum.

Douglas: Esse José, por coincidência, a gente conversando, assim, sobre assunto de namorada, aí eu falei no nome dela. Aí como ele conheceu ela... Aí fui passar a virada de ano em Ariquemes, estou lá, isso foi de 2010 para 2011, (...) eu estava lá no hotel de um amigo meu, aí chegou o José agarrado na mão dela.

Rute: Eu não queria ir, né. Eu ia andando a pé, e ele: “Psiu, psiu” e eu não olhava para trás.

Lílian: Ele? [Apontando para Douglas]

Rute: Não, o José. “Psiu, psiu”. Aí, eu escutei: tic, tic, tic correndo atrás de mim. Aí eu olhei só de lado e ele: “Ei, você está metida, hein! Não está me reconhecendo, não? Eu tenho um presente para te dar.” Eu falei: “Bom ou ruim?” “Você tem um namorado que fala de você direto.” “Eu? Tenho um namorado? Eu não tenho ninguém. Você está mentindo.” (...) Agarrou na minha mão: “Vamos lá conhecer o cara, um cara bacana, gente boa. Fala direto na senhora.” Falei: “Então solta a minha mão, se soltar eu vou.” (...) Chego lá, o bichão [Douglas] sentado, olhando televisão. Chegou a pular para cima assim que viu a princesa. [Gargalhadas de todos] Daí o José: “Está aí o presente seu, velho, é dia de ano.” Desse jeito!

Douglas: Aí tu falou assim: “Trabalhou em muito garimpo que sonhava com bamburrar no garimpo. Aí foi bamburrar aqui dentro de Ariquemes, é? Pegar uma pedra preciosa dessa.” [Risos]

Desde esse dia estão juntos. Rute foi passear em Bom Futuro para visitá-lo e ele a convidou para ficar. “Dois cutiã, né?, não tem nada a perder. O pessoal nessa idade, assim, tem mais é que ficar junto.” (Douglas). Douglas tem sessenta e um (61) anos de idade e Rute cinquenta (50). Ambos tiveram relacionamentos anteriores e filhos dessas uniões. Rute tem dois filhos e uma filha. Douglas tem uma filha e um filho, com os quais não tinha contato há mais de trinta anos, quando se separou de sua primeira esposa. Sua filha naquela época tinha três anos e seu filho um ano e meio. Poucos meses antes de nossa entrevista, a filha de Douglas entrou em contato com ele via telefone. Foi perceptível a alegria e emoção ao relatar o contato e contar que já tem duas netinhas, com as quais também conversou. Nos primeiros anos de sua separação, relatou que mandava dinheiro para sua ex-esposa e seus filhos, por intermédio de outros colegas que saíam do garimpo e iam até a cidade onde estes moravam. No entanto, ao descobrir que sua família nunca recebeu os valores, decidiu parar de enviar. A sua ex-esposa casou-se novamente, mudou-se com os filhos e nunca soube onde estavam.

Atualmente, Douglas trabalha como requeiro em Bom Futuro e Rute é dona de casa, às vezes ajudando o marido no trabalho. “Quando eu não quero ficar só, eu vou lá dar uma mãozinha pra ele.” (Rute). Douglas cursou até a quinta série do ensino fundamental, que

pagou com o dinheiro que recebia trabalhando. Douglas saiu da casa de sua família de origem, no Pará, no ano de 1974, porque sonhava estudar. Acreditou que poderia alcançar o sonho no exército, mas não conseguiu ser aprovado. Tratou de juntar um dinheiro para dar continuidade aos estudos e ir morar com uma irmã em outra cidade, mas seu pai gastou todo o dinheiro e nunca lhe devolveu. “Falei pra mãe: ‘O pai não tem jeito não. Quando a gente era pequeno, que era para ele ter o cuidado de colocar a gente pra estudar ele não quis. A gente está querendo estudar e ele também não ajuda, em vez de ajudar, atrapalha.’” (Douglas). Decidiu sair para trabalhar e foi convidado por um amigo a ir a um garimpo. Desde então é garimpeiro. Um diálogo travado entre o casal, que se iniciou com uma pergunta que fiz na entrevista, é significativo para a reflexão entre a pobreza e a escolaridade.

Lílian: Aqui tem muitas famílias pobres?

Rute: A maioria é pobre.

Douglas: Tem que ver o grau de pobreza, que significa pobreza.

Lílian: Pois é, o que significa pobreza para vocês?

Rute: Pobreza, acho que é que nem nós. Eu sou pobre. Não tenho estudo, não tenho um salário bom, não tenho uma casa boa. Não sou pobre?

Douglas: Isso aí, acontece o seguinte, você às vezes não estudou porque não quis, né.

Rute: Porque, porque eu trabalhava para os outros.

Douglas: Às vezes você não tem casa porque não tem planejamento.

Rute: Eu não estou falando do passado. No presente eu não tenho.

Douglas: Pra mim, eu sou rico. Pra ser rico só me falta a saúde total. Com saúde, pra mim, eu estou rico. Vou reclamar do quê?

Rute: Se você adoecer do rim, em Ariquemes não tem um especialista nisso. Acho que nem em Porto Velho tem (...) Vai ver nós aqui. O que nós temos de conforto? Nada.

Douglas: Não, mas isso aí é a gente que procura (...) Isso aí é falta de planejamento.

Lílian: O senhor acha que a pobreza vem da falta de planejamento?

Douglas: Sim.

Os enunciados pautam-se justamente na negociação de significados e sentidos sobre a pobreza. É Douglas quem pontua a necessidade de definição do conceito, ou de seu significado mais estável e socialmente compartilhado, como define Vygotski. Ao mesmo tempo em que indica a sua apropriação subjetiva, os sentidos particulares com os quais se apropria dos conceitos antônimos de riqueza e pobreza, que para ele não estão ligados ao poder de consumo, mas à saúde e à doença. Ao fazê-lo, revela uma apropriação da ideologia neoliberal, que atribui ao indivíduo, à sua falta de planejamento individual, a responsabilidade sobre condições materiais que são social e historicamente construídas. Nem mesmo todas as dificuldades e impossibilidades que passou para escolarizar-se servem de contraponto a este pensamento hegemônico.

Os enunciados de Rute parecem reveladores de um entendimento diferente da questão, que ultrapassa suas escolhas pessoais passadas, e lhe remete à pobreza presente, tanto no sentido de temporalidade quanto de sua concreta existência. Não ter acesso ao estudo, para Rute, claramente é indicativo de sua condição pobre, do mesmo modo que a falta de acesso a serviços básicos de saúde e a ausência de conforto em sua casa, ligado ao seu restrito poder de consumo.

Família 15: Gerson e Marisa

Conheci Gerson enquanto ele trabalhava como requeiro no “local onde corta o minério”, coletando cassiterita nas proximidades de grandes maquinários (de empresas de mineração de Bom Futuro). Neste local tive conversas informais com variados requeiros e, entre eles, Seu Gerson prontamente aceitou participar da pesquisa. Tivemos uma longa conversa ali mesmo, enquanto trabalhava, mas a entrevista continuou outro dia em sua casa. Sua esposa, ao ser convidada a participar, disse não ter facilidade para expressar-se, porém sentou-se próxima e acabou participando de alguns diálogos, ainda que pontualmente.

Gerson é natural do estado de Minas Gerais, mas sua família, que trabalhava com plantio de café, mudou-se para o estado do Paraná no início da década de 1960, quando o governo federal ordenou a queima do café e a destruição dos cafezais. Naquela época Gerson tinha nove anos de idade. No Paraná, os membros de sua família de origem estabeleceram-se como meeiros e posteriormente Gerson profissionalizou-se no ramo de construção civil, chegando a trabalhar como pedreiro na construção da Usina de Itaipu.

Ainda no Paraná conheceu D. Marisa, com quem é casado há trinta e três anos. O encontro do casal aconteceu na igreja em que frequentavam.

Gerson: Ela tomou de mim uns livros que nós utilizamos na igreja emprestado, não foi Marisa?

[Marisa sorri]

(...)

Gerson: Quando eu retornei de Foz do Iguaçu do meu trabalho, alguém me disse: “Tem uma menina que pegou seus materiais de ir pra igreja emprestado, tal e tal.” Aí eu perguntei quem era. Eles explicaram pra mim, mas falei: “Não conheço”. No outro dia ela foi lá me entregar os materiais e vim a conhecer ela. Apenas quinze anos ela tinha. Talvez tinha completado recentemente quinze anos. Foi aí que nós começamos esse drama.

Embora Gerson tenha utilizado a palavra “drama” para definir seu relacionamento com Marisa, importante se faz explicitar ao leitor o contexto enunciativo no qual foi

pronunciada, conforme Bakhtin e Vygotski necessário à compreensão dos sentidos construídos no diálogo. A entonação de Gerson foi calma e afetiva, imediatamente olhando para D. Marisa e sorrindo, o que modificou a conotação negativa da palavra, que ali adquiriu um sentido de positividade. Por outro lado, essa família vivenciou um drama e ainda traz as marcas do sofrimento pela perda recente de um dos filhos, também assassinado no distrito em função de questões relacionadas ao abuso de drogas. D. Marisa não conteve as lágrimas quando seu Gerson comentou sobre o falecimento do filho. Além desse filho, o casal tem outro, hoje com 31 (trinta e um) anos, casado, residente no distrito e também requeiro como o pai. Gerson e Marisa têm duas netas.

Além deste sofrimento, Gerson relatou que durante muito tempo passaram por significativas dificuldades financeiras, principalmente no período em que migraram do Paraná para o estado de Rondônia, no início dos anos 1980, quando seus filhos eram ainda crianças.

Gerson: (...) o sofrimento que tivemos quando viemos do estado do Paraná aqui para Rondônia. Tanto no jeito de viver no trabalho sofrido, como também no setor de pobreza, que fomos uns quantos anos. Hoje não. Hoje não, graças a Deus, a saúde [da esposa] controlou, a situação financeira não é também alta, mas também não passamos necessidade de nada e vivemos, que nós vivemos nesse local aqui em torno de vinte anos já completos.

Antes de chegarem a Bom Futuro, o casal migrou do Paraná para outro município de Rondônia. O que motivou a migração não foi a busca de terras, mas de trabalho no ramo da construção civil, que Gerson esperava encontrar. Relatou que ao chegar ao estado deparou-se apenas com a possibilidade de construção de pequenas casas de madeira, diante das escassas possibilidades financeiras da maioria da população. Naquele período, afirmou, quase precisou mendigar. Por não conseguir inserir-se no ramo profissional que pretendia, ao saber de um garimpo de ouro na região que morava decidiu fazer uma tentativa. Gerson, em sua primeira vez num garimpo, atingiu o sonho de qualquer garimpeiro, o que impulsiona Marcos à constante e insaciável busca de fofocas: conseguiu o bamburro (expressão utilizada entre os garimpeiros para a descoberta de uma jazida rica).

Gerson estimou que a quantia de ouro que garimpou naquela época (aproximadamente cinco quilos), se tivesse conseguido mantê-lo, lhe daria de R\$1.500.000,00 a R\$2.000.000,00 em valores atuais. Com o dinheiro comprou algumas propriedades (lotes na área urbana de um município), os quais ainda possui, mas, segundo ele, a maior parte foi perdida. Foi vítima de um golpe na compra de uma fazenda e sua esposa com problemas de saúde necessitou de uma série de intervenções cirúrgicas, todas pagas à vista. Hoje a situação financeira da família foi descrita como boa, porque não passam necessidades. Explicou que até o ano de 2001 havia

muita cassiterita em Bom Futuro, mas o valor pago pelo minério era muito baixo. Não conseguiam comprar roupas ou ter um veículo de transporte. Hoje, mesmo com a produção menor de cassiterita, Gerson estimou que os requeiros trabalham entre dez e doze dias por mês e ganham quatro a cinco vezes mais do que ganhavam anteriormente.

Gerson: (...) ainda a renda é boa. Boa por quê? Não tenho estudo e me adaptei nessa área. Então a gente sente, como se diz assim, contente na área que vive. Portanto, vou falar a verdade, estou precisando sair daqui, porque a velhice está chegando, estou sentindo cansaço no trabalho, mas tenho dó, porque o ganho ainda é bom e a amizade que a gente tem com o povo da região.

Conforme Gerson, um requeiro de seu porte físico e idade [conta com 56 (cinquenta e seis anos)] coleta em média entre cento e vinte (120) e cento e oitenta (180) quilos de minério ao mês. Calculando o valor de R\$15,00 por quilo (valor estimado para a cassiterita com boa pontuação), a renda varia entre R\$1.800,00 a R\$2.700,00 por mês. No dia em que acompanhei seu trabalho, Gerson estimou ter coletado cinquenta quilos de minério. Esses dados permitem observar a variação da renda dos requeiros.

A renda de Gerson mantém seu sustento e o de sua esposa, que é dona de casa. Marisa tem 50 (cinquenta) anos e algumas vezes trabalha no reco. A renda da produção de Marisa é destinada a seus gastos pessoais. Gerson estudou até a quarta série do ensino fundamental pelo MOBRAL e Marisa estudou até a terceira série do ensino fundamental.

Marisa: Quando a gente estudava, minha mãe tinha filho pequeno, daí a gente tinha que cuidar das crianças para ela poder trabalhar e sustentar nós.

Gerson: A pobreza era bastante também.

Marisa: Aí a gente não estudava. Ficava mais cuidando dos irmãos mais novos.

A história deste casal é semelhante às de muitos entrevistados: a pobreza impediu a possibilidade de escolarização num período em que o acesso à escola era consideravelmente limitado. O garimpo apresenta-se como uma boa possibilidade de trabalho e renda, considerando a dificuldade da inserção no mercado de trabalho formal por causa da baixa escolaridade.

5.1.1 Histórias familiares em diálogo: aproximações a partir da condição de pobreza

Cada um dos agrupamentos familiares aqui apresentados nos revela um universo particular de vivências e lutas pela sobrevivência, mas ao mesmo tempo nos aponta algumas semelhanças, marcadas pela condição de pobreza, que consistiu no impulso inicial de muitas dessas famílias a migrarem de outros estados para Rondônia na busca de melhores condições de vida.

Das quinze famílias que compõem este estudo, nove delas têm pelo menos a história de um dos cônjuges marcada pela busca de terras nos projetos de colonização e assentamento do INCRA. O casal Paulo e Denise, a família de origem de Juliano e a família de origem da esposa de Célio, que chegaram à Rondônia na década de 1970, conseguiram uma demarcação legalizada de terra. Juliano, que chegou no início dos anos de 1980, tem apenas um termo de posse de sua área rural. As famílias de origem de Vivian e de Leandro, que chegaram de 1987 em diante, compraram terras. Já Pedro, Márcia e a família de origem de Célio não foram incluídos nos projetos de assentamento e tampouco puderam comprar terras, por falta de condições financeiras.

De acordo com Oliveira (2010), não foi apenas do governo militar o plano de ocupação da Amazônia. Já no governo de Vargas, a marcha para oeste teve a mesma intenção, movida pelas disputas territoriais com os países de fronteira. Mas foi com a criação do INCRA, no ano de 1970, que a ocupação se intensificou e foi organizada por meio de projetos específicos para demarcação de áreas agrícolas: “(...) sob o lema integrar para não entregar. Ocupar terras sem homens com os homens sem terra.” (OLIVEIRA, 2010, p. 30). Interessante observar como os índios, legítimos habitantes do lugar, eram completamente desconsiderados.

Oliveira (2010) observa que na década de 1970 vinte e quatro mil famílias foram assentadas em lotes de cem hectares. Entre os anos de 1980 e 1988 o número de famílias beneficiadas foi reduzido para oito mil e quinhentas nos Projetos de Assentamento, e para doze mil nos Projetos de Assentamento Dirigido (entre 1980 e 1981), as quais receberam lotes de cinquenta hectares.

A comparação dessas informações com o número de pessoas que chegaram naquelas duas décadas ao estado –um total de mais de seiscentas mil (COY, 1988) – aponta o déficit entre o número de migrantes e o de beneficiados dos projetos do INCRA. Esses dados

constituem um elemento importante para compreender as razões de muitas famílias não terem conseguido o sonhado pedaço de terra em Rondônia e os motivos que levaram algumas das famílias entrevistadas a encontrarem nos garimpos uma fonte de sobrevivência, como o caso de Pedro e Leandro ou da filha do casal de idosos Paulo e Denise. Gerson, que não encontrou trabalho na área de construção civil, também teve como única opção a garimpagem. Vale ressaltar que os garimpos também constituíram e constituem outro fator motivador da migração de muitas pessoas ao estado. Somente neste estudo, o de cinco famílias.

A pobreza perpassa todas as histórias e as motivações para a migração, expressadas também na baixa escolaridade da maioria. Das vinte e duas pessoas entrevistadas, sete são analfabetas e nove têm o ensino fundamental incompleto. Apenas duas têm o ensino fundamental completo, uma, o ensino médio e duas têm ensino superior. Conforme o Índice de Desenvolvimento Básico - IDB 2011 (BRASIL, 2011f), a taxa de analfabetismo em Rondônia, para população acima de quinze anos no ano de 2010 foi de 8,79%, o que representa mais de cem mil pessoas.

Os relatos dos entrevistados evidenciaram a associação entre baixa escolaridade e trabalho infantil. Neusa teve de cuidar dos irmãos e depois trabalhar na roça. Pedro não pôde estudar para trabalhar na roça. Leandro observou menor rendimento da aprendizagem ao conciliar escola e trabalho. Érika saiu de casa aos sete anos de idade para cuidar de um bebê de outra família. Douglas precisou trabalhar para pagar a mensalidade da escola, mas nunca pôde alcançar o sonho de estudar. Marisa precisou cuidar dos irmãos para que sua mãe pudesse trabalhar e sustentá-los.

São situações emblemáticas de pobreza, que abrangem neste estudo pessoas dos trinta aos oitenta anos e ressaltam a importância de diferentes políticas públicas dos últimos anos, como a ampliação e obrigatoriedade da educação básica, o aumento de creches e, mais recentemente, desde a década de 1990, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), hoje vinculado ao Sistema Único de Assistência Social, que busca minimizar esses dados nas próximas gerações. Ainda que possa ser questionada a qualidade dos serviços educativos públicos relacionados a esses programas e planos, observa-se queda no número de crianças e adolescentes entre cinco e dezessete anos em situação de trabalho: de 19,6% para 10,8% entre os anos de 1992 e 2007, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (GUIMARÃES, 2012).

Ainda há que se considerar que o território de Rondônia: só se tornou estado em 1982; tinha apenas duas cidades até 1977 e, graças aos projetos de colonização do INCRA, passou a ter mais cinquenta até 1995. Os serviços públicos, como energia elétrica, escolas e saúde,

ainda inexistentes, precisaram ser rapidamente criados e ampliados. Vivian, hoje com trinta anos, por exemplo, teve que aguardar por dois anos seu irmão, porque não havia escola nas proximidades de sua casa na área rural, tampouco transporte escolar. O que foi provavelmente vivido por muitos outros estudantes. Observou-se que as gerações mais novas têm escolaridade superior aos pais, mas ainda pode ser considerada baixa, pois muitos não alcançaram ou concluíram o ensino médio.

Apesar dessas questões e de todo o sofrimento relatado, a maioria dos entrevistados considera ter atualmente uma boa condição de vida o que me chamou a atenção considerando a simplicidade das habitações e a escassez de móveis e utensílios nas casas. A afirmação de Gerson de que sua renda é boa, considerando o fato de não ter escolarização, constitui uma dimensão explicativa a esta conceituação positiva. Provavelmente, em outros setores do mercado de trabalho seu salário seria bastante inferior. É possível estimar que as famílias entrevistadas tenham uma renda mensal média que varia entre um a quatro salários mínimos. No caso de Leandro e de Maurício, pouco mais de um salário mínimo sustenta quatro pessoas da família. Em outras famílias, quatro salários mínimos sustentam duas pessoas, o que demonstra alguma variação nas possibilidades de consumo dos que ali residem.

Dados do IBGE (2012a) demonstram que entre os anos de 2001 e 2011 o número de brasileiros com renda mensal entre um e cinco salários mínimos, faixa em que as famílias entrevistadas encontram-se, subiu de aproximadamente 52% para 58%, implicando queda do índice de pessoas com renda de até um salário, bem como a queda de pessoas com renda acima de cinco salários. 22,33% da população têm entre um a dois salários mínimos. Conforme cálculos do DIEESE, o salário mínimo adequado seria em torno de R\$2.519,97, o que corresponde a pouco mais de quatro salários mínimos atuais. A fala de Rute de que não tem um bom salário, uma boa casa, com conforto, aponta seu descontentamento com sua situação atual e contrapõe-se à visão positiva da maioria, indicando a insuficiência de sua renda.

Outro ponto relevante para esta análise é a presença do homem provedor, responsável pelo sustento da família, e da mulher dona de casa. O enunciado de Maurício “Que a mulher (...) é os pés e as mãos da casa (...) A casa sem uma mulher pra mim, não está com nada.” é emblemático. Das quinze famílias, sete têm esta divisão e em outras sete a mulher também trabalha fora e tem um rendimento salarial. No entanto, a maneira como os casais administram a renda familiar varia, bem como a divisão de tarefas e funções, o que será analisado no tópico sobre o cotidiano das famílias.

No que se refere à religião, uma família declarou-se não praticante de nenhuma, seis declararam-se católicas (uma não praticante) e outras seis declararam-se evangélicas, em sua maioria da Assembleia de Deus. Em dois dos seis casais evangélicos, cada cônjuge frequenta uma religião diferente. Em outro casal, somente a esposa é evangélica e seu marido não participa de nenhuma religião. A religião constitui um aspecto determinante na vida familiar e em assuntos da vida social de Bom Futuro, que serão aprofundados adiante.

Por fim, há a questão dos arranjos familiares. Entre as quinze famílias participantes, a união de seis casais constitui o primeiro e único casamento¹⁶. Em oito, as uniões dos casais foram rearranjos, quatro deles ocorridos em Bom Futuro. Observa-se nesses casos o rompimento com o ideal de família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, pela inserção de novos componentes, como o padrasto e/ou a madrasta, que em três famílias observadas ocupam o efetivo lugar da paternidade ou maternidade: Maurício com os filhos mais novos de Vera; o marido de Nair, com os filhos dela e caso de Eliane que assumiu a maternidade de Camila, filha biológica de Pedro. Em duas famílias o filho do casamento anterior permaneceu aos cuidados dos avós, como as filhas de Marli e Érica (e apenas temporariamente no caso de Nair). Em outras famílias, o novo casamento ocorreu com filhos já adultos ou que imediatamente saíram de casa. Apenas Camila verbalizou situações de conflito entre enteado(a) e madrastas, tanto na relação inicial que teve com sua própria madrasta, mas hoje já superada, como na relação atual com seu enteado.

Esse quadro torna difícil a contabilização e o estabelecimento da média de filhos entre os casais entrevistados, porque ultrapassam os laços sanguíneos e dizem respeito ao sentir-se pai/mãe ou filho/filha. Considerando os filhos biológicos dos casais, a média seria de 2,33 filhos por casal; considerando a soma de todos os filhos biológicos de cada cônjuge a média sobre para 4,1 filhos e considerando os filhos que os casais, independentemente da sanguinidade, nomeiam como filhos a média é de 2,7 filhos, um pouco superior à primeira. Os números indicam claramente novas configurações familiares.

A única família chefiada exclusivamente por mulher foi a de Márcia, viúva. Entre as famílias que conheci, este modelo pareceu ter predominância significativamente inferior. Além de Márcia, conheci duas outras mulheres que sozinhas chefiam suas famílias. Não conheci nenhum homem que cuidasse sozinho de sua família, apenas um senhor idoso que mora sozinho. O caso de Nair e dos casais Maurício/Vera e Douglas/Rute exemplificam a rapidez com que novos arranjos familiares são constituídos no distrito. Famílias homoafetivas

¹⁶ Com o termo “casamento” estamos incluindo indistintamente qualquer união afetiva de formação de casais, independentemente de sua formalização civil ou religiosa.

também não foram observadas durante o estudo. No entanto, ainda inexistem dados estatísticos sobre as famílias de Bom Futuro que assegurem essas impressões como generalizáveis.

Um elemento comum aos casais entrevistados, passível de observação, é a idade das mulheres no momento da união, muitas delas ainda adolescentes, com idades até dezoito anos. Cinco mulheres casaram-se, ou tiveram filhos, com idades entre quinze ou dezesseis anos. Além dessas, a filha do casal de idosos Pedro e Eliane casou-se nessa faixa etária e mais recentemente as filhas de Vera e uma filha do casal Pedro e Eliane. Esse dado pode correlacionar-se à saída da escola e ao padrão de dependência financeira do marido, geralmente com idade superior.

Em dez famílias entrevistadas, o homem é nove ou mais anos mais velho que a mulher. Em apenas três casais as idades eram mais aproximadas. Não se trata de fazer um julgamento de cunho moral sobre as escolhas pessoais, nem de estabelecer idades ideais dos cônjuges para o casamento, mas há que se considerar que estas escolhas são feitas diante de um número de opções possíveis. Cabe questionar quais foram as reais possibilidades de escolha dessas mulheres e desses homens, considerando a precocidade no trabalho, a escassez de recursos financeiros e as possibilidades educativas. Estes dados, por exemplo, vão na contramão dos resultados de pesquisa do IBGE realizada em 2010, que indica como idade média atual de casamento para mulheres solteiras vinte e seis anos e para os homens vinte e nove anos. Os casamentos em idades entre quinze e dezenove anos correspondem a 2,97% do total nacional (IBGE, 2012a).

Por outro lado, os casamentos além de sua importância afetiva, que pôde ser observada nas histórias relatadas sobre a formação dos casais, como por exemplo, Maurício e Vera; de Douglas e Rute (dois cutiões que ligeiramente uniram-se) ou mesmo no olhar carinhoso que Gerson dirigiu a Marisa, representaram em muitos casos a possibilidade de melhoria das condições financeiras. Casos de Nair e Vera, cujos maridos passaram a prover a família financeiramente, e de alguns casais como Camila e seu marido, que passaram a somar os rendimentos. Muitas dessas uniões foram os motores da (re)agregação de famílias separadas pela concretude das faltas materiais, que não permitiam a sobrevivência de todos os membros em convivência conjunta. Em outros casos, no entanto, por diferentes situações, a separação familiar não foi mais reversível.

A precocidade dos casamentos e o número elevado de gravidezes na adolescência atuais em Bom Futuro foram evidenciados em conversas informais com a população e apontados por funcionários da escola, do CREAS e da UBS local, que estima que de noventa

e quatro pré-natais realizados por mês, entre 15% e 20% são de adolescentes já casadas, o que, juntamente com as drogas, foi apontado como um dos principais problemas da comunidade. A busca de melhoria das condições de sobrevivência, pode ser um indicativo da precocidade dos casamentos ainda presente em Bom Futuro.

Os breves fragmentos das histórias familiares já nos revelam processos psicossociais de intenso sofrimento ético-político, promovido pela condição desigual de acesso aos bens produzidos pela humanidade (SAWAIA, 2001), que nos caso das famílias entrevistadas vão desde a luta pelo direito básico de escolarização (como o emblemático caso de Vivian e o caso de Douglas que trabalhou para juntar dinheiro e estudar, mas foi gasto pelo pai); a luta pela sobrevivência (caso de todos entrevistados) e o não alcance do sonho de melhores condições de vida; aos rompimentos de vínculos familiares, impossibilitadas de manterem conjuntamente todos seus membros pela falta de condições financeiras; ao medo de morrer no reco (que para alguns foi motivo de busca de outras formas mais seguras de trabalho); ao luto pelas mortes causadas pela violência e tráfico de drogas e pelos acidentes de trabalho no reco, relatados com intensa tristeza. Num sentido oposto, os vínculos afetivos entre os membros da família; o carinho, os laços de amizade e a solidariedade aparecem como oponentes às hostilidades sociais e a violência efetivamente vivida por estas famílias.

As informações e histórias até o momento analisadas são fundamentais para a compreensão das famílias de Bom Futuro, suas condições de vida e contexto sociocultural e importantes para qualquer trabalho no campo da assistência social e, mais especificamente, da psicologia, no sentido de que constituem ponto de partida para o desenvolvimento de ações com a população.

O Sistema Único de Assistência Social conta com um instrumento de coleta de dados sobre as famílias de baixa renda participantes de programas sociais, o chamado Cadastro Único, que visa fornecer informações para a seleção de beneficiados, por exemplo, ao Programa Bolsa Família, e subsidiar a implantação de projetos de acordo com as especificidades das populações. A questão é saber em que medida esses dados são realmente utilizados e em que medida garantem a concretização de ações. No caso de Bom Futuro, o único serviço de assistência social oferecido durante o período deste estudo foi o cadastramento de famílias que pretendiam receber o auxílio do Bolsa Família. Uma equipe de funcionários é enviada periodicamente ao distrito. No entanto, desde a interrupção do trabalho do CREAS, nenhuma outra ação foi observada.

Outro ponto importante é refletir em que medida esses dados do Cadastro Único são utilizados para manter a hierarquia e distinção entre os planejadores, executores e usuários no

planejamento e implementação de políticas e ações públicas, ou se subsidiam discussões e planejamentos conjuntos e coletivos, pressuposto fundamental de qualquer política pública pautada no princípio da participação social, como a atual política de proteção social.

5.2 Sentidos de família: noções presentes e imaginações de futuro

O processo de conhecimento e compreensão das famílias de Bom Futuro e suas histórias demandou entender os sentidos atribuídos pelos entrevistados à família, ou seja, como a conceituam, qual relevância e quais sentimentos são a ela relacionados. Para além das conceituações teóricas, múltiplas e diversas, interessava saber as formulações e reflexões dos sujeitos a partir de suas efetivas vivências de famílias. Um diálogo estabelecido com Gerson será o mote inicial da análise destas questões.

Lílian: O que é família para o senhor? O que significa?

Gerson: Eu acho, no meu jeito de entender, família seria a partir de... do cidadão, do rapaz e da menina se casarem perante a lei, pelo menos no meu jeito de pensar se tornam uma família, né? Não sei se eu estou bem certo?

Lílian: O que importa para mim é entender a opinião do senhor, o que o senhor pensa. Não tem certo ou errado. Não precisa se preocupar, não é como um teste.

Gerson: Até eu gostaria de saber se é positivo ou não. Mais para frente se eu for pronunciar esta palavra eu vou pronunciar com convicção.

Lílian: É que existem vários modos de entender. Esse é um modo. Cada um tem um modo e o mais importante é como você entende.

Gerson: Certo.

Lílian: E como você se sente por ter ou pertencer a uma família?

Gerson: Ótimo. Muito bom. Demais da conta. De ambas as partes, né? Tanto como eu tenho minha família por parte de meu pai e mãe, como ambas, que seria também a família da minha esposa, né? e os descendentes. Acho ótimo. Me sinto honroso, né?

Lílian: Por que é ótimo?

Gerson: Ótimo porque a gente tem uma liberdade, uma hora ou outra, vamos supor, sobra um tempo pra discutir alguma razão entre as famílias, né, então eu acho que é uma pessoa que eu posso ter um apoio, entre um e outro. No caso, se eu fosse solitário, não tivesse uma família, seria difícil, quando ausente ou triste e como a gente tem uma família até bem extensa, a gente tem tanto horas boas quanto horas difíceis. Como esta que nós acabamos de passar. Mas pelo menos a gente tem esse circuito com esse povo contínuo.

O diálogo com Gerson remete a muitas questões a serem analisadas. Começarei por nossa negociação entre os sentidos e significados. Em minha pergunta inicial, o enunciado “para o senhor” buscava apreender os sentidos, ou de acordo com Vygotski, as apropriações particulares de Gerson sobre a família. Ao final de sua resposta seu enunciado “Eu não sei se

estou certo?” demonstrou sua busca de confirmação sobre sua resposta. Queria saber se estava correta ou não, para que pudesse utilizá-la com convicção em outras situações, ou seja, queria saber qual o conceito correto de família, ou o significado mais estável, considerando a minha posição de saber como pesquisadora e psicóloga. Possivelmente o enunciado “O que é família” deu-lhe essa conotação e daí minha resposta de que não se tratava de encontrar a resposta certa ou errada, como num teste, o que não deve ter respondido a sua pergunta.

Naquele momento e contexto dialógico, no entanto, minha condição de pesquisadora fazia necessária uma postura menos explicativa e mais compreensiva, para minimizar minha influência sobre suas respostas. A situação nos faz pensar na hegemonia dos padrões de conhecimento das ciências exatas, onde imperam a dicotomia e a unilateralidade entre certo e errado. Minha resposta também indicava a ele a multiplicidade conceitual no entendimento de família, tanto de significados, ou conceitos teóricos/científicos, quanto dos sentidos pessoais.

A situação dialógica com o casal de idosos Paulo e Denise evidencia outro elemento para análise dos sentidos e significados de família. Para eles, a pergunta que fiz pareceu não ter sentido algum.

Lílian: O que é família para vocês?

Paulo: Família? Família pode ser a minha, pode ser a sua.

[Risos de Denise]

Paulo: Não é certo?

Lílian: Certo.

[Risos]

Denise: Família que nós entendemos é isso, uai.

Lílian: Está certo. E como é ter uma família?

[Silêncio]

Denise: São os filhos, depois os netos, os bisnetos. Eu já tenho tataraneto, tá certo?

A resposta de Paulo foi pronunciada em tom irônico, quase como se me dissesse: “Mas que pergunta é essa? Todo mundo sabe o que é família. Pode ser a minha, pode ser a sua.”, que foi seguida por muitos risos de D. Denise. Para eles era óbvio que família é o que todos de alguma forma possuem, pela condição de filhos, netos, bisnetos. Sua resposta também pareceu estar centrada no enunciado “O que é família?”, tal como para Gerson. Os sentidos mais particulares de família para o casal Denise e Paulo não foram exatamente verbalizados, mas a dimensão afetiva da família em suas vidas foi sendo apreendida ao longo das duas entrevistas que fiz com eles. Sua filha foi o motivo da mudança do casal para Bom Futuro. Em uma das entrevistas seu Paulo demonstrou-se abatido e verbalizou varias vezes a preocupação que estava sentindo com sua única filha, que estava em tratamento de saúde, o que evidencia os fortes laços afetivos envolvidos.

No caso de Gerson, a minha pergunta “como você se sente por ter ou pertencer a uma família?” visou a saída da discussão conceitual, para a apreensão dos aspetos afetivos por ele relacionados à família. Sua definição de família remete à família em sua condição jurídica, iniciada a partir do casamento civil. Ao falar da dimensão afetiva, a família é por ele contraposta à solidão e à tristeza, como locus do diálogo e do apoio, tanto para as horas boas como ruins ou tristes. Vivian fala algo semelhante “acho que a vitamina da vida é a família, porque sem a família, sem alguém pra você conversar pra você, te empurrar ou pra aplaudir.”

Em outras falas, o sentido da família enquanto possibilidade de diálogo e apoio é evidenciado. Pedro fala da importância do conselho, tanto entre o casal, como no cuidado com os filhos. Nair fala do conselho, do carinho e do exemplo dos pais, principalmente enquanto base para as crianças e adolescentes. Leandro afirmou ser a família o mais importante de sua vida. Márcia, Nair, Marli, Douglas e Juliano referiram-se à família pelo atributo “tudo”: “A gente observa muitos meninos jovens, né? sem família que ele fica um passarinho perdido né? então família pra mim é tudo.” (Márcia). Marli adicionou à palavra “tudo” o atributo sagrado, remetendo a um sentido santificado, inviolável ou venerável, o que aponta a presença da religiosidade como forte elemento simbólico na/para a família. A religião é um elemento muito presente no cotidiano da maioria das famílias entrevistadas. A definição de Maurício também faz menção ao divino/espiritual:

Maurício: Rapaz, eu acho que a família, uma família bem unida eu acho que é bonito até pra Deus. É bonito uma família unida, muito carinhosa, muito dedicada em casa. O atendimento que faz uma pessoa de fora como ser de casa mesmo. Eu acho que é muita vantagem. A família tem que ser, é uma coisa maravilhosa. Uma vida boa, não tem coisa melhor no mundo. Sem briga, sem nada, só com carinho. Eu acho vantagem. Pra mim é.

Maurício, que viveu por mais de vinte anos sozinho e não pretendia mais unir-se a uma esposa, só fez elogios e qualificou positivamente a família que constituiu com Vera. O sentido de família por ele apresentado também segue essa direção nos adjetivos: unida, carinhosa e dedicada. Maurício pode ser o contraponto efetivamente vivido da solidão, citada por outros entrevistados. A família constituída com Vera foi por ele, ao longo de nossas conversas, significada como algo melhor em contraponto ao passado em que estava solteiro. Outro ponto a ser observado em sua fala é que o carinho da família se estende para quem não a integra, de forma a fazê-lo sentir-se em casa. Talvez esse modo de ver seja um fator a contribuir para o carinho que observei muitos moradores de Bom Futuro dispensarem a Seu Maurício. Todas as vezes em que fui à sua casa havia visitantes e no período em que ficou

doente, além das visitas, pôde contar com várias ofertas de ajuda financeira, as quais não aceitou.

Essa amplitude e abertura das famílias a pessoas de fora é uma das características das famílias pobres (MELLO, 1992; SARTI, 2008). Observa-se menor abertura entre as famílias de classes média e alta, nas quais os valores de privacidade/intimidade, a escassez de convívio com vizinhos, as configurações dos bairros e das moradias dão outros sentidos às relações inter e intra familiares e impõem alguns limites ao trabalho de campo do pesquisador, impossibilitado de circular e observar (nos moldes etnográficos) o cotidiano das famílias e suas relações (ROMANELLI, 1987).

Os sentidos apresentados por Juliano também destacam a família como “tudo na vida”, em oposição ao nada e a estar sozinho:

Juliano: (...) pra mim é, a minha família é tudo que eu tenho na vida, porque se não fosse a família a gente, uma pessoa sem família não é nada, não é ninguém na vida. Porque dentre os passarinhos, que são bicho, são animais, são aves, todos tem que ter sua, a sua companhia, não é verdade? Na vida ninguém, ninguém, é, vive sozinho. Necessita de companhia. Então, família pra mim é minha estrutura, é minha base, é, é, é meu tudo, o que eu tenho na vida é minha família. Desde quando a pessoa tenha uma família honrada, que, que se sente feliz na família, não é? Tem família que é desestruturada, não tem união, não tem, é... afeto, não tem essas coisas então, é, uma família sendo uma família bem educada é tudo na vida da gente.

Seu enunciado remete a uma ordem natural, da família já existente entre os animais, não relacionada à ideia de genética, mas à necessidade de companhia, de contato social. Além da contraposição entre tudo e nada, Juliano opõe a família estruturada à desestruturada, esta significando desunião e não afetividade. Embora o termo “família desestruturada” seja questionável, diante da multiplicidade de famílias existentes, como discutido no capítulo “A família como foco e lócus da proteção social”, o uso feito por Juliano parece não se remeter a atributos morais dos integrantes do agrupamento familiar, aos quais frequentemente é associado, embora residam elementos morais em sua resposta.

É bastante significativo como os laços afetivos e as trocas sociais sejam os sentidos principais da família para a maioria dos entrevistados. Além disso, outro sentido que merece destaque é o da aprendizagem ou educação. Há no final do enunciado de Juliano um sentido de boa educação associado à família. Embora não tenha sido explicitado qual sentido atribui à expressão “bem educada”, pode ser remetida à noção de bons costumes, bons modos, que Juliano coloca como condição para que a família seja tudo em sua vida.

A relação entre educação e família também foi mencionada por Douglas, que associou a família às primeiras aprendizagens da criança, como o lugar da formação de seu caráter.

Douglas: Bom, pra mim a família eu acho que é tudo, o principal pra gente, pro ser humano o principal é a família, porque a família é a base de tudo. Então, às vezes a gente não tem uma boa referência, que nem eu tive meus filhos e não fui um pai presente, mas eu sei que a família é um elo pra tudo, né? (...) Que nem tem muitas coisas que eu fico assim observando da aprendizagem que você tem em casa com seus pais. Porque eu penso assim, que no colégio você tende a melhorar, se você tem boa conduta. Mas a aprendizagem correta e verdadeira você tem com seus pais (...) principalmente com minha mãe, que era a que mais ensinava a gente em todos os sentidos. Então hoje em dia a gente não vê mais isso nas famílias. Se você prestar atenção, tem gente que acha que criar filho é só encher a barriga, né? Não conversa com os filhos, não ensina que isso é certo ou errado. A criança ela vai se criar entendendo que ela pode tudo. Naquela época, hoje em dia as pessoas não podem bater em filho. Eu concordo, porque eu acho que o certo não é bater, mas se for preciso também.

Douglas, embora tenha perdido o contato com os filhos ainda crianças há mais de vinte anos, qualifica a família como a base de tudo, como o lugar das aprendizagens verdadeiras e corretas para as crianças. Esse sentido, em sua explicação, vai evidenciando sua estreita relação com suas vivências como filho e não como pai, que efetivamente não pôde ser pelas contingências de sua vida. Interessante observar novamente a centralidade da figura feminina na responsabilidade de dar atenção, conversar e ensinar o certo e o errado aos filhos. Douglas contou detalhadamente os métodos educativos de sua mãe, que conversava e explicava o certo e o errado, e que a partir da terceira vez que um mau comportamento era repetido, punições físicas aconteciam, o que considerou correto como último recurso, posterior à conversa. Também citou exemplos de crianças cujos pais não ensinam o certo e o errado, o que as leva a tratar os pais de maneira desrespeitosa. Suas falas evidenciam a educação familiar vinculada à disciplina e obediência à autoridade. Possivelmente, a família bem educada referida por Juliano também remeta a essa ideia. É uma noção de certo e errado como princípios absolutos e universais, que, para ele, não variam entre as famílias, mas apenas são ensinados ou não.

Também merece observação o enunciado de Douglas de que na família se forma a conduta, ou o caráter, que apenas poderá ser aprimorado na escola, mas não ali aprendido. Em sua concepção existem funções específicas aos pais e outras à escola, o que se aproxima da ideia de socialização primária e secundária, ainda que com muitas diferenças em relação ao que Douglas aponta como funções. Sua interpretação também pode ser relacionada a algumas teorias psicológicas do desenvolvimento humano, pautadas na concepção de que a formação da personalidade se dê essencialmente no seio da família, nos primeiros anos de vida, tendo a escola um papel secundário nesse processo, ao que atualmente muitos autores vêm se contrapondo no Brasil, desde o livro “Psicologia social: um homem em movimento” (LANE e

CODO, 1984); entendem que a constituição do sujeito não ocorre apenas ou centralmente na infância, mas ao longo de todo o processo vital, nos diferentes contextos e grupos sociais que integramos.

Além dos aspectos já pontuados, no caso de Douglas não há como deixar de pensar na contradição entre sua fala sobre família ser tudo ou o principal em sua vida e o fato de ter perdido o contato com seus filhos. Talvez, em seu caso, a sobrevivência ou o trabalho tenha sobressaído em muitos momentos. A atribuição do cuidado da família à figura materna também pode ser um fator para sua posição, além de dificuldades nos meios de comunicação existentes naquele período na Amazônia, ainda maiores dentro dos garimpos em plena floresta, que conforme relatou nas entrevistas, dificultava o contato com sua família.

O caso de Maurício, que nunca mais contactou seus filhos, e que afirmou a importância da união e do carinho entre a família, aponta uma contradição. Em seu discurso, o relacionamento familiar parece mais associado à união e carinho entre o casal. Contou que às vezes sente saudade dos filhos, principalmente de seu filho mais velho, mas que não quer procurá-los, porque estes também nunca o procuraram. Mais especificamente, o motivo do não contato relaciona-se ao ressentimento que afirmou manter em relação à sua ex-esposa. Os problemas no relacionamento do casal começaram quando ela começou a trabalhar fora e não tinha horário para retornar:

Maurício: Então eu sou uma pessoa cabeça enjoada em casa. Por quê? Por causa de um erro. Se errou comigo, eu chamo mesmo. (...) Aí eu falei pra ela: “Ai, meu Deus, você não sabe que eu não gosto disso? E você saiu fora de casa, você está passando necessidade em casa? Já passou fome?” “Não.” [responde a ex-esposa] Digo: “Mas por que você faz isso?” “Ai, eu não vou deixar de viver por causa de você.” [responde a ex-esposa] Digo: “Não. Eu quero saber disso não. Você tem que ir ou não quer? Você tem a possibilidade. Você sabe a hora de chegar em casa.” Ela chegava meia-noite, chegava doze horas da noite, uma hora da madrugada. Digo: “Você sabe a hora de chegar em casa. Não me incomode se não gosta de mim. Estou nem aí.” Ela falou: Eu não gosto mais de você, não tenho amizade.” “Não tem problema [incompreensível].” Aí, saí só. Não tem problema não. Outro dia fui no Banco do Brasil, peguei um dinheirinho no Banco do Brasil e até hoje. “Onde você vai?” [pergunta a ex-esposa] “Não interessa.”

O rompimento com a ex-esposa estendeu-se aos filhos. Em seu relato fica evidente que a união e carinho da família estão relacionados aos padrões morais de controle da mulher e à sua resignação ao cumprimento dos cuidados com os filhos e da casa. O que encontrou em Vera, sua atual esposa, que é para ele, além de uma companheira, “as mãos e os pés da casa”. No entanto, embora seus enunciados sejam fortes e evidenciem a defesa do domínio masculino e da submissão feminina, Maurício reconhece o trabalho da mulher, como será

discutido nos próximos tópicos, o que mostra as variações e múltiplas dimensões desse modelo.

Em nenhuma das falas analisadas, é importante notar, a família é definida pelas relações de sangue. Foram enfatizados os laços afetivos, do carinho, do apoio e do espaço do encontro com o outro, da possibilidade do diálogo e do conselho, bem como das práticas educativas/disciplinares, da moral e do caráter, tal como vários autores conceituam a família (MELLO, 2002; GOMES; PEREIRA, 2005). Entre estes, Mello destaca a mediação da família entre indivíduo e sociedade na transmissão de valores, tradições e verdades, entendimento de certo modo presente na fala de Douglas e também na de Célio, que afirmou ser a família a base para o indivíduo e para a sociedade, evidenciado alguns sentidos mais institucionalizados ou mais amplamente compartilhados de família.

A necessidade de estar com outro, em uma convivência contínua e duradoura, teve grande destaque. Bakhtin (2003) postula a necessidade axiológica que temos do outro, sem o qual não nos constituímos, aspecto também ressaltado por Sarti:

Assim, a família constitui-se pela construção de identidades que a demarcam, em constante confronto com a alteridade, cuja presença se fará sentir insistentemente, forçando a abertura, mesmo quando persistirem as resistências. A família, então, constitui-se dialeticamente. Ela não é apenas o "nós" que a afirma como família, mas é também o "outro", condição da existência do "nós". Sem deixar entrar o mundo externo, sem espaço para a alteridade, a família confina-se em si mesma e se condena à negação do que a constitui, a troca entre diferentes. (SARTI, 2004, p.19)

Se por um lado é possível pensar na família enquanto este espaço relacional e não individual, por outro, importa refletir sobre o contexto atual neoliberal, de declínio da cultura pública, o que intensifica a busca de proteção e acolhida unicamente nas relações de intimidade, bem como, a restrição do sentido de vida comunitária (SENNETT, 1988; SAWAIA, 2008). “(...) o compartilhar desse eu fica também reduzido a excluir aqueles que são muito diferentes em termos de classe, de política ou de estilo.” (SENNETT, 1988, p. 322) A busca de apoio, carinho ou de aplausos na família, como salientou a entrevistada Vivian, ao mesmo tempo e dialeticamente parece constituir uma intensificação da intimidade, de identificação apenas com o familiar, tal como discute Sennett (1988), pela diminuição da sociabilidade e do contato com pessoas pela não aceitação das diferenças e a minimização dos espaços coletivos. Por outro lado, as famílias de Bom Futuro, assim como evidenciado em outros estudos com famílias pobres, têm uma rede de interações interfamiliares intensivas, não observada em contextos com outras configurações urbanas e outras classes sociais, que tornam as famílias de Bom Futuro menos fechadas em alguns sentidos como, por exemplo, no

consentimento da minha entrada, uma estranha, representante de outra classe e outros saberes, em seus lares e suas histórias. Ainda que também mantenham características de busca identitária comunitária, como discutirei em próximo capítulo, que na visão de Sennett “desorganizam a cidade e o Estado” (p. 322) pela manutenção prevalência das experiências de intimidade sobre o público.

Compreender os significados e sentidos de família dos entrevistados visou não partir de pressupostos alheios àquela população, mas de compreendê-la em sua lógica e naquilo que considera relevante. Sua perspectiva deve ser considerada na implementação de políticas públicas. Os funcionários do Estado precisam tomar cuidado para não destituírem as famílias quando elas não se enquadram no modelo de família nuclear. De acordo com Sarti (2008), os técnicos responsáveis por essas políticas públicas devem relativizar e confrontar seus próprios sentidos de família para que outros modos de entendê-la sejam legitimados: “trata-se de mudar o lugar em que nos colocamos perante os demais.” (SARTI, 2008, p. 35).

Outros elementos importantes à compreensão das famílias e que permitem contextualizar os sentidos analisados até aqui serão expostos na discussão sobre o cotidiano das famílias.

5.2.1 Famílias e expectativas de (bom) futuro

Conhecer as expectativas de futuro dos entrevistados em relação a suas famílias constituiu outra dimensão fundamental na compreensão não apenas do que almejam para o amanhã, mas também do seu passado vivido e daquilo que os move afetivamente no presente. De acordo com Middleton e Brown (2006), mesmo o passado, as experiências e memórias sobre ele, são construídas ou reconstruídas em relação ao futuro, pela possibilidade de fazê-lo diferente e realizá-lo de outra maneira. Esse aspecto ficou evidente nas expectativas apresentadas pelos entrevistados, muitas inclusive relacionadas ao que ainda não se tem, ou no que gostariam de ser e ainda não são; outras naquilo que foi perseguido e alcançado ao longo da trajetória de vida e que se espera ter continuidade com os filhos. Este, por exemplo, é o caso de Nair.

Nair: Ai amiga, a única coisa que eu espero pra minha família sinceramente assim, tem pontos que eu não prezo muito, é assim, bens materiais. A gente tem que usufruir e não se apegar. A riqueza pra mim não tem importância. Então eu quero assim, que eles conheçam, principalmente, que eles tenham

uma vida com Deus. Isso é que importa pra mim, que tenham uma vida religiosa. Se não querem ser católicos, mas que a gente, chega uma época, eles seguir o caminho deles, eles que sabem, mas assim, que vivam uma vida religiosa. Uma vida de honestidade, uma vida, e que tenham aquilo que conquistarem com suor, com trabalho, nada de coisas erradas isso eu não admito (...) hoje eu tenho carro porque meu marido desviou alguma coisa na firma, hoje eu tenho essa casa porque meu marido... Não, isso não, não, não, não, só pro nosso bem. Eu acho que a honestidade é o começo de tudo.

As expectativas de Nair relacionam-se fundamentalmente a princípios morais, ligados à religiosidade, com destaque para a honestidade conquistada pelo trabalho, pelo suor, valores com os quais ela espera que seus filhos se identifiquem e sigam em suas vidas. Não há em seu enunciado qualquer menção a algo ainda não alcançado. Do mesmo modo, menospreza a riqueza e os bens materiais. Esses princípios morais foram mais valorizados do que a educação formal em outros momentos de nosso diálogo, o que novamente aponta a forte influência da religião para ela e sua família. Nair, além de participar ativamente de uma igreja local, nela exerce papel de liderança. Ao longo deste estudo ficará evidente a grande influência da religiosidade na vida da maioria das famílias de Bom Futuro.

Outra entrevistada, Marli, também nega o enriquecimento como uma de suas expectativas. Espera que todos sejam felizes e tenham conforto. A sequência do diálogo abaixo é esclarecedora da compreensão de conforto para Marli e reveladora das condições precárias do local em que mora:

Marli: Ah, minha fia! Espero boas coisas, né? Boas bênçãos, boas novidades, espero que ainda seja tudo feliz. Não espero que enrique, mas que seja feliz e viva bem, né? Que tenha conforto, meus filhos, porque eu já tô caindo pra idade mesmo... Agora eu, agora, até agora pra frente, eu só vou comer, beber e dormir, mesmo, né?

Lílian: [Risos.] A senhora tem conforto?

Marli: Confortão bem, não, né? Porque quem leva uma vida que nem essa aqui, sem energia, sem uma água encanada direto, direto. E aqui pra ter água, tem que ter energia direto, se falha a energia, não teve óleo, não tem água! (...) Eu não sinto conforto aqui não! Nunca senti, aliás! Eu gosto daqui! Se for pra mim saí daqui, pra morar na Ebessa [Vila Bom Futuro], eu saio direto para a rua [Município de Ariquemes]. Não quero morar na Ebessa!

Lílian: Por quê?

Marli: Por causa da zoadá, o enxame assim. Muito pequeno, muito abafado... Eu vou ali, eu não me sinto feliz!

Lílian: Ah, você, enxame, a senhora diz, por ser muita gente?

Marli: Muita gente, muito pequeno! Os lotes são muito pequenos, o povo embolado, um em cima do outro, uma zoadeira, sei lá, não me sinto feliz ali não!

A questão do conforto pode ser remetida à fala de Rute analisada no tópico anterior, que também assinalou o fato de não ter conforto. Fica evidente que o conforto de que falam não está ligado a necessidades mais consumistas, mas a condições mínimas de saneamento

básico e energia elétrica, no caso de Marli, e de uma boa moradia, no caso de Rute. Condições que nunca tiveram e não têm no presente. Embora na Vila Bom Futuro (também conhecida como Ebessa) essas condições sejam melhores, há energia elétrica e água encanada vinda do poço da escola (o que já é alvo de ações no Ministério Público porque vem causando a falta de água para a escola e a consequente suspensão das aulas), apesar dessa situação melhor, a Vila Bom Futuro tem uma característica mais urbana, com lotes menores, o que impede a criação de animais e o plantio de itens alimentícios, o que algumas famílias residentes em outras vilas mantêm. Nisto também reside a resistência para saírem de suas casas, mesmo diante dos conflitos territoriais em algumas vilas, segundo conversas informais que tive com outros moradores.

E é este conforto, revelador das condições passadas e presentes, que constitui as expectativas de futuro de Marli para seus filhos. Mas o diálogo com Marli também é revelador das expectativas para si, relacionadas apenas às necessidades de sobrevivência física do corpo. As limitadas e desiguais possibilidades de acesso à educação, à arte e ao lazer passadas e ainda presentes possivelmente limitam suas expectativas futuras. Sabe apenas ser mãe e dona de casa e agora, com seus filhos já criados, só lhe restam as necessidades vitais do corpo.

Um sentido semelhante foi apresentado por Pedro: “Ah, eu... eu sei lá, dona, eu... a gente quando tá velho não espera mais nada, espera o fim da vida da gente.” (Pedro). Importante lembrar a idade de ambos: Marli tem cinquenta e um anos e Pedro, cinquenta e três, o que marca certa distância da idade legal que caracteriza a velhice, mas revela a falta de perspectivas para quem desde muito cedo trabalha e constituiu família, que parecem ser os dois aspectos centrais, ao lado da religião, da vida de muitas dessas pessoas. Fala parecida foi produzida por Seu Paulo, de oitenta e sete anos.

A gravidade e melancolia de tais falas foram-me imediatamente impressionantes. Meu choque não foi me deparar com sentidos ou expectativas diversas das minhas, mas com a falta de possibilidades concretas ou imaginárias. A possibilidade de imaginação, conforme Vygotski (1998), está relacionada às possibilidades e vivências concretas dos sujeitos. No caso dos entrevistados, o presente, pautado na busca pela sobrevivência, parece imperar e a única coisa a se esperar é o fim da vida. Esta é uma questão central a ser pensada nas políticas públicas com idosos, ainda inexistentes em Bom Futuro, e nas demais políticas que abarcam os futuros idosos desse país. Que perspectivas de futuro este país efetivamente oferece aos cidadãos pobres, nas políticas presentes, sejam de educação, assistência social, saúde ou outras? Soluções imediatas, como o Bolsa Família, precisam ser pensadas e implementadas,

mas a longo prazo, o que está sendo feito? Com qual qualidade operam os serviços públicos oferecidos à população? Dados do Relatório de Monitoramento Global da Educação para todos, por exemplo, indicam o Brasil nas posições mais baixas do cumprimento das metas estabelecidas pela UNESCO (2009), entre as quais a universalização da educação e a redução do analfabetismo. Embora o país tenha reduzido em quase três milhões o número de analfabetos adultos entre os anos de 2000 e 2007, o número total de analfabetos é extremamente alto, mais de quatorze milhões.

A educação formal esteve presente nas falas de alguns entrevistados como expectativa de futuro para seus filhos. Vivian disse que vai permanecer em Bom Futuro, onde existe escola até o ensino médio para seus filhos, mas depois pretende que ingressem no ensino superior, o que implicará a mudança dos filhos ou da família inteira para uma cidade. Sua expectativa para a família foi centrada nos filhos, que espera que sigam sua busca pela escolarização. Célio também tem expectativas de proporcionar às filhas uma boa formação; espera que alcancem a independência financeira, o que associa à tranquilidade.

Lílian: E que você espera para a tua família no futuro?

Célio: Um pouquinho mais de tranquilidade, né? Um pouquinho mais de tranquilidade, assim, de independência, cada uma, é, adquire a sua, a sua independência, é, de forma tranquila, é... Eu espero uma, no caso, proporcionar sempre, alguma coisa, o melhor pra eles, né? (...) sempre um bom emprego, né, uma boa profissão, uma boa formação pras minhas filhas e minha esposa mesmo. (...)

O desejo da formação escolar dos filhos, tanto para Célio quanto para Vivian, possivelmente tem relação com o fato de ambos serem os únicos entrevistados com ensino superior completo e trabalharem como educadores. Apenas nas falas de mais dois entrevistados a escolarização esteve presente em suas expectativas para os filhos: “o que eu quero é que eles estudem, não sigam o erro igual eu, né? Daí então o que eu peço a Deus é que me dê muitos anos de vida porque eu quero ver eles estudando, que os dois cresçam estudando. Estudo é a primeira coisa na vida da gente.” (Leandro). O fato de não ter estudo é pontuado por ele como um erro de ordem individual, mesmo que tenha identificado as dificuldades que enfrentou para conciliar estudo e trabalho. Camila, por sua vez, já providenciou com o marido uma poupança para futuramente pagar a faculdade de medicina veterinária que a filha de nove anos do casal sonha cursar. No caso de Nair, a escolarização dos filhos foi mencionada como de importância menor quando comparada à religiosidade e honestidade.

Sobre expectativas relacionadas ao trabalho, além de Célio, Vanessa foi a única a mencioná-las. Vanessa espera que seus filhos não trabalhem no garimpo, o qual relacionou a perigos e sofrimentos.

Vanessa: Eu espero o melhor, sempre a gente espera o melhor. Eu não quero que tenham sofrimento assim. Eu quero que sejam iguais à gente assim. Mas se melhorar mais é melhor.

Lílian: Vocês sofreram muito?

Vanessa: Não, não foi de sofrer muito, é porque é devido trabalhar em garimpo, essas coisas aí.

Lílian: Você chegou a trabalhar lá ou não?

Vanessa: Não. Eu vi eles trabalhando lá e é muito perigoso. Cada vez que vinha uma notícia de lá a gente ficava com o coração na mão.

O desejo de que os filhos não trabalhem no garimpo foi apenas mencionado pelo casal de idosos Pedro e Denise em algum momento da entrevista. Ela não gostaria que sua única filha, com cinquenta e seis anos, trabalhasse como requeira no garimpo.

Denise: É que acostumou com esse serviço.

Pedro: Ela tem casa boa que não precisa coisa que ela fazer reco, ficar no reco, pra que aquilo?! Eu pra mim aquilo lá é fardo!

Denise: Até hoje eu falei pra ela assim: “Filha, eu não falo pra Deus castigar eu, porque eu sei que Deus não castiga, mas se for pra mim comer em troca disso aí.” Ela fala: “Ah, mãe, mas eu já acostumei. A senhora que não acostuma.”

Embora ambos tenham trabalhado por longos anos no campo, consideram o trabalho no reco pesado. O sofrimento associado a esta atividade laboral foi tanto relacionada ao trabalho braçal que tem como consequência o sofrimento do corpo, quanto a seus perigos e riscos à vida, que repercutem em sofrimentos para os familiares e amigos diante do luto pela perda dos entes queridos. O sonho de Vanessa é que seus filhos não precisem recar, diante de tais sofrimentos.

A associação entre o trabalho braçal pesado e o reco foi feita por outro morador em uma conversa informal que tivemos, na qual também afirmou que não desejava que seus filhos escolhessem o trabalho braçal, o que, segundo ele, diminuiria significativamente suas possibilidades de estudo. A falta de perspectivas profissionais aos jovens residentes em Bom Futuro é uma preocupação constante de Nair e outras mulheres que exercem liderança na localidade. Nas muitas conversas que tive com elas ficou explícito o desejo de que seus filhos tenham outras perspectivas que não o reco. Cheguei a auxiliá-las na elaboração de um projeto para abordar o problema, o que será posteriormente descrito e analisado.

O fato é que o reco constitui uma das poucas, se não a única, possibilidade presente, e possivelmente futura, de muitos jovens dali. Em minhas andanças pelo garimpo propriamente dito, não avistei nenhuma criança trabalhando, mas rapazes jovens vi com muita frequência.

Não posso afirmar ao certo suas idades, porém muitos deles provavelmente estavam em idade escolar. Uma das entrevistadas, por exemplo, embora tenha afirmado que seus filhos não trabalham no reco, comentou que seu filho adolescente junta seu próprio minério no período em que não está na escola, o que considera melhor do que ficar na rua sem nada para fazer. Alguma nova possibilidade é apresentada por cursos oferecidos pelo SENAI na escola do garimpo, um voltado especificamente ao primeiro emprego de jovens; entretanto, o número de vagas é limitado. Os demais cursos profissionalizantes oferecidos relacionam-se a campos profissionais ainda não existentes em Bom Futuro.

No ano de 1999, a escola do distrito recebeu o prêmio Itaú/UNICEF-Educação e Participação pelo êxito que obteve no PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), no qual oferecia uma série de atividades de jornada ampliada, contando com uma horta e rádio comunitária. No ano de 2012, durante o trabalho de campo desta pesquisa, o PETI foi desativado sob a justificativa, dada por seus funcionários, de não haver mais trabalho infantil em Bom Futuro que justificasse a sua existência. Mesmo que efetivamente o trabalho infantil tenha sido erradicado no garimpo, podemos questionar a suspensão do oferecimento das atividades educativas, culturais e artísticas de jornada ampliada, que deveriam constituir importantes espaços de formação e oportunidades não encontrados em outros contextos.

A inclusão da escola no Programa Mais Educação, um programa de educação integral do Ministério da Educação, substituiria o PETI. O que pude observar foi apenas a precariedade operacional do programa. A escola não conta com recursos para a ampliação espacial, já que passou a funcionar com o dobro de alunos nos dois turnos, o que impede a execução das oficinas previstas (matemática, língua portuguesa, fanfarra, artes marciais e rádio escola); apenas as oficinas de português e matemática puderam ser efetivadas. Sobre o programa há que se observar que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além do repasse de verbas para materiais de consumo e bens duráveis, apenas financia o custeio do transporte e da alimentação dos monitores executores das oficinas de jornada ampliada, ou seja, não são pagos salários. Obviamente, o financiamento do programa pode ser complementado pelos governos estaduais e municipais, mas quando isso não é feito, intensifica-se a precariedade.

Neusa observou a diferença entre os dois programas e comentou que no PETI seus filhos passavam o dia inteiro na escola envolvidos em diversas atividades, mas que agora pouco é efetivamente realizado. Explicou, por exemplo, que seu filho participa apenas duas vezes por semana do reforço escolar, o que considera pouco. Ela também demonstrou bastante preocupação com a falta de atividades para seus filhos em Bom Futuro.

Em análise que fiz em trabalho anterior (URNAU, 2008) sobre um projeto social voltado a jovens e pautado no oferecimento de atividades educativas e culturais em período extraescolar, ficou evidente a precariedade de condições e recursos com que muitos projetos operam, nos quais impera “qualquer coisa, qualquer atividade, com qualquer material, com qualquer qualidade”, o que contrasta com a importância que as atividades têm para a vida das crianças e jovens participantes e que necessariamente implicará a construção de suas possibilidades existenciais de futuro. Esta é uma questão a ser problematizada também na educação integral.

Entre as perspectivas de futuro das famílias, também se menciona a aquisição de bens materiais que ainda não se possui ou a transmissão do que já se tem aos familiares:

Érica: Ah, meu futuro eu quero que Deus me dê muitos anos de vida, que eu consigo terminar de fazer minha casa, construir ela todinha, comprar os móveis tudo. Aí depois de fazer isso aí, eu quero começar juntar dinheiro no banco, porque nunca se sabe o dia de amanhã. Porque tem horas que a doença te pega e você sem nenhum centavo.

O sonho da casa própria ainda não foi concretizado por Érica, que sabe que precisará de muitos anos para alcançá-lo. Ela e o marido já pensaram em construir uma casa em Bom Futuro, mas preocupam-se com o futuro do distrito caso o minério finde. Nair também apresentou essa preocupação, ao dizer que ela e o marido gostariam de construir uma casa melhor de alvenaria, mas têm medo do distrito caminhar para a extinção, juntamente com o minério, a principal fonte de sobrevivência direta e indireta de seus moradores. Além desta questão, na fala de Érica novamente observa-se que as expectativas de futuro têm relação com as políticas públicas deste país, em seu caso explicitada pela preocupação de fazer uma poupança para gastos com a saúde.

Douglas também se preocupa com sua futura saúde, mas a atribui a Deus. A saúde é por ele aludida como fator da possibilidade ou não de trabalho:

Douglas: Eu sempre falo, não sei se é destino, mas minha vontade desde criança era que hoje, na idade que eu estou, eu estivesse estabelecido, assim, uma condição financeira invejável. Mas eu não consegui e agora eu falo assim, já que é destino, eu peço a Deus que me dê saúde. Eu estando trabalhando eu sei que se for para eu ter algum dia eu tenho. Só não pode é você ficar de braço cruzado, sem procurar conseguir seu objetivo. Porque tem gente que quer as coisas e não batalha e eu não. Eu estou meio parado porque eu preciso, porque eu adoeci. Senão eu estava batalhando para isso.

Douglas também faz menção aos bens materiais que no passado almejava para seu presente e, por ainda não tê-los, continua a almejá-los para o futuro. Observa-se que ele atribui sua condição atual, marcada pela falta de bens materiais, e a possibilidade de mudança

exclusivamente ao trabalho enquanto busca individual e ao destino. Embora tenha feito variadas críticas sobre questões políticas em nossas conversas, seus enunciados seguem esta responsabilização individual, como na discussão travada com sua esposa Rute sobre o significado de pobreza. Fica evidente a importância de um trabalho com a população para que ela reflita sobre as condições sociais, econômicas, políticas e jurídicas injustas que incidem sobre sua vida e estão além da escolha ou do trabalho individual.

O acúmulo de bens materiais e o alto poder aquisitivo fazem parte do sonho de Douglas com uma condição financeira invejável, que se opõe ao desejo dos outros entrevistados de não enriquecimento e de almejam apenas uma casa própria ou o conforto básico. Mas tanto em sua fala como na de outros entrevistados não há como deixar de observar as implicações neoliberais do capitalismo atual, nas quais o Estado não é capaz de prover o bem-estar a todos seus cidadãos, o que acaba por responsabilizar o indivíduo na provisão de saúde, conforto, entre outras questões presentes nas expectativas das famílias de Bom Futuro.

Se, por um lado, o caso de Douglas é emblemático dos característicos sonhos capitalistas, por outro, as falas do não desejo de enriquecimento de outros entrevistados revelam uma ideologia de aceitação das condições precárias de existência enquanto um destino ou predestinação divina, o que garante a manutenção das desigualdades sociais. Segundo Gramsci (1966), as religiões constituem os mais importantes componentes do senso comum. Mesmo dentro de uma mesma religião existem várias religiões contraditórias direcionadas aos diferentes agrupamentos sociais e à manutenção da hegemonia das ideologias dominantes. A assertiva de que a riqueza material é menosprezada no reino de Deus é bastante veiculada e aceita entre as classes populares, mas não necessariamente entre as demais classes onde esta aspiração é valorizada. Nair não chega a fazer tal afirmação, mas sua valorização da religiosidade e menosprezo da riqueza pode ser reveladora de tal influência.

Os demais casos em que foram citados bens materiais entre os desejos de futuro relacionaram-se à transmissão do que se possui aos familiares por meio de herança. Seu Paulo, ao ser questionado sobre suas expectativas, disse que deixará sua casa e seu lote em Bom Futuro para sua família. Algo semelhante foi expresso por Maurício, também idoso.

Maurício: Rapaz, penso pelo seguinte, espero tudo de bom pra nós. A felicidade pra nós, porque vai... se eu morrer primeiro que ela, assim eu deixo alguma coisa pra ela. Porque ela não vai ficar também sem, com as mãos abanando. E o que eu faço, eu trabalho é pra ela. Meus filhos não precisam. (...) Mas o que eu fizer é pra ela, não é pra mim. (...) Porque eu trabalho, o que eu fizer é pra ela, tudo. É pra nós em casa, mais se eu sair de

casa, é dela. Eu não quero depender nada dela. O que tem em casa é tudo dela, eu não tenho nada. Mas é que eu estou convivendo com ela porque é minha mulher, mas não que eu faço isso pra ter... Se eu sair daqui, pegar e levar tudo deixar ela na mão, não, Deus me livre, não faço isso não. Eu saio sozinho, mas ela fica com tudo. Ela trabalhou duro. O trabalho de uma casa não quero nem de graça.

Lílian: O senhor diz, o trabalho doméstico assim?

Maurício: É Deus me livre.

Lílian: Limpeza?

Maurício: A mulher trabalha tanto e nem recebe por isso e é quem trabalha. É que nem o servente numa companhia. É quem mais trabalha e que ganha menos.

Lílian: É, verdade.

Maurício: Um profissional faz pouco serviço e ganha mais, pois é, é desse jeito. Eu trabalho pra ela, não trabalho pra mim.

Esta preocupação em deixar algo material para sua esposa expressa por Maurício é por ele relacionada à felicidade dela. Observa-se que, até mesmo ao falar de suas expectativas de futuro, há menção à divisão de tarefas e funções entre homem e mulher na família. Embora Mauricio verbalize categoricamente que não gosta e não acha certo que sua esposa trabalhe fora, o que foi inclusive o motivo da separação de sua primeira esposa, em sua fala há pelo menos o reconhecimento do trabalho extenuante e não recompensado financeiramente dos afazeres domésticos sob responsabilidade de sua esposa, o qual compara à mais baixa posição na divisão social do trabalho na construção civil. Por este motivo afirma trabalhar para a esposa como se para recompensá-la.

Entre o casal há uma ética de duplo cuidado: a esposa cumpre com os papéis femininos, é dona de casa, e ele cumpre com sua função de prover o lar e providenciar o futuro da esposa. Esse cuidado, no caso deste casal, se estende ao carinho, à companhia e atenção mútua, que verbalizaram sentir. A divisão de funções parece ser sentida como algo positivo para ambos. Na prática, tanto pelo que relataram e pude observar, há também uma ajuda mútua nas tarefas, como será descrito posteriormente, o que indica certa relativização dos papéis e funções femininas e masculinas no cotidiano do casal.

Ao longo da reflexão desenvolvida, observa-se como as expectativas de futuro, que poderiam ser consideradas mais vinculadas à dimensão subjetiva ou psicológica do desejo, da motivação afetiva para a ação dos sujeitos, revelam sua conexão irremediável à dimensão objetiva existencial das famílias de Bom Futuro.

O homem, neste sentido, é vontade concreta: isto é, aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital aos meios concretos que realizam esta vontade. (...) O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa – objetivos ou materiais – com os quais o indivíduo está em relação ativa. (GRAMSCI, 1966, p. 47)

Ficou evidente como as políticas públicas, num contexto neoliberal e num país em desenvolvimento, marcadas por faltas, falhas e precariedades, atravessam as vidas e constituição dos sujeitos pobres, não apenas na construção de seu passado e presente, mas fundamentalmente nas suas (im)possibilidades de futuro.

A análise empreendida evidencia o olhar da psicologia histórico-cultural, marcado pela busca de compreensão dialética entre objetivo e subjetivo, psicológico, social e material. Como pontua Vygotski, para entender o pensamento de alguém é preciso compreender suas motivações afetivo-volitivas, bem como o contexto sócio-histórico e cultural no qual é construído. Entender as expectativas de futuro das famílias teve essa direção. A análise evidenciou uma série de questões fundamentais que podem apontar roteiros de trabalho com famílias para o psicólogo e outros profissionais no campo da assistência social, as quais serão retomadas no sexto capítulo.

5.3 Famílias e cotidiano: questões de gênero e educação

Neste tópico serão analisados mais especificamente elementos do cotidiano das famílias de Bom Futuro que permitam compreender o relacionamento familiar, a rotina e divisão de tarefas domésticas, do cuidado e da educação dos filhos e do provimento financeiro. Esta análise será feita com base nas falas dos sujeitos e em observações pontuais, uma vez que não constituiu objetivo do trabalho de campo desenvolver observações participantes na convivência familiar. Algumas observações foram feitas nas interações da própria situação das entrevistas. Esta reflexão trará outros subsídios para a compreensão das famílias de Bom Futuro e as possibilidades de interlocução com a psicologia.

Iniciarei com a análise das atividades profissionais e da participação no rendimento familiar, para daí compreender a divisão das demais tarefas cotidianas da família. É importante lembrar que em oito das quinze famílias participantes a mulher é dona de casa e nas sete demais ambos os cônjuges têm profissões remuneradas. Márcia, contabilizada entre as donas de casa, é viúva e pensionista.

Embora haja essa divisão, na prática, a maioria das donas de casa exerce outras formas de trabalho. Rute e Vera em algumas ocasiões ajudam os maridos no trabalho; no caso de Rute, apenas quando não quer ficar sozinha em casa e no de Vera, quando observa que o

marido tem muito serviço e demanda ajuda. Nair e Márcia exercem atividades voluntárias relacionadas à religião, para as quais despendem horas significativas de suas rotinas.

Vanessa, Marisa e Marli, por sua vez, desenvolvem atividades manuais/artesanais, como a feitura de tapetes ou a costura de roupas, que lhes garantem pequenos rendimentos. Marisa inclusive chega a fazer reco algumas vezes, separadamente do marido. Vanessa ainda vende cosméticos e produtos de catálogos, atividades que lhe rendem aproximadamente entre R\$150,00 a R\$200,00 ao mês. Em todos estes casos, a remuneração extra das donas de casa é administrada exclusivamente pelas mulheres, destinadas a gastos pessoais com roupas e produtos de beleza, que em alguns casos também se estendem aos filhos. “Esse dinheirinho é meu. Ele em casa paga as contas de casa. Aí esse dinheirinho fica assim pra se eu quiser comprar alguma roupa pra mim. (...) porque às vezes não sobra. Por isso que a gente quer mais, porque mulher sempre quer uma coisinha a mais.” (Vanessa) Esse enunciado se aproxima do de Érica, que é requeira e trabalha com o marido.

Érica: (...) Aí é amor, né? Não é só defeito meu. O dela também [*apontando para um casal nas proximidades*], o marido dela não gosta que ela gasta muito não ô, não gosta que ela gaste muito. Ah, a gente trabalha, né?, filha. A pessoa trabalha muito, por exemplo, eu como você, você pensa na casinha, pôr pra dentro de casa. Mas pelo marido só era panelinha com paninho preto, não queria mais nada, mas não é não? Vou lá na casa de amiga, faço pedido de vasilhinha, se eu gostar do sapato que for de meu gosto, eu peço. Aí eu falo pra ele: “Meu velho, tu não tem que achar ruim porque nós dois trabalhamos igual. Tu trabalha, eu trabalho, então tenho direito de comprar.” Porque enquanto nós não temos menino, porque depois que chegar é tudo pro menino. (...) mas pelo homem a gente não compra nada, nada. Pelo homem a gente só tem duas muda de roupa e um par de calçado. Veste uma um dia, já tira e lava pra enxuga a outra pra tirar no outro dia.

Tanto Vanessa como Érica explicitam vontades e necessidades de consumo que atribuem diferentemente ao homem e à mulher. O feminino é relacionado aos estereótipos da vaidade, do consumo e da preocupação com o âmbito doméstico. Vanessa diz que seus gastos pessoais não conseguem ser supridos pelo salário do marido, daí a necessidade de desenvolver atividades extras. Érica, por sua vez, explicita a dimensão da negociação entre o casal, ao mesmo tempo em que a sua decisão de compra pauta-se no argumento de que trabalha tanto quanto o marido.

Outra entrevistada, Camila, que é vendedora no comércio local, embora sua renda também seja destinada aos gastos pessoais, aponta que estes incluem a filha e o marido.

Camila: O sustento vem mais do serviço dele, o meu mais é pra mim manter assim é...roupa né? Lazer, mais assim agora.

Lílian: O seu salário é seu, digamos assim, pra você comprar...

Camila: Comprar as coisas pra mim e pra ele. Eu e ele combinamos assim, eu ajudo de vez em quando. Não ajudo direto. Às vezes eu vou lá e dou

R\$100,00 pra ele comprar alguma coisinha pra dentro de casa, mas é mais assim final de semana. Nós queremos comer um lanche, eu venho eu que dou conta do lanche. Se a minha filha quer uma roupa, eu que compro. Pra ele também, eu que compro. Mas agora o dinheiro dele é mais pra comprar mercadoria pra dentro de casa. Nosso gasto também não é alto que nós também não compramos carne, tem o gado pra gente matar, mais é mesmo arroz, feijão essas coisinhas assim, nós não tem o gasto alto não. Nós combinamos bem assim, pra não, porque se for pra mim trabalhar pra sustentar dentro de casa nós não vamos vencer nunca, né? Aí, todo mês eu junto pra poder... Eu quero futuramente ver se eu consigo fazer uma faculdade. Eu tô juntando pra e ir fazer uma viagem, né? Tenho vontade de conhecer os locais aí. Eu tô juntando pra ver se eu consigo.

Lilian: Qual local você quer conhecer?

Camila: É a praia, meu sonho é conhecer a praia. Aí eu estou juntando pra ver se nós conseguimos ir um dia e quero ver se vamos nós três.

A renda de Camila garante não apenas o vestuário da família, como o lazer e ainda uma poupança, o que contraria a universalização de significados presentes na fala de Érica, associados a supostos defeitos da mulher, como o de que ela “gasta muito”. Neste caso, a renda também é peça fundamental para a garantia de outras dimensões da qualidade de vida e da formação escolar da família.

A divisão e o gerenciamento separado dos rendimentos dos cônjuges foram verificados na maioria das famílias participantes, sendo o salário do marido o principal responsável pelos gastos com alimentação e moradia da família e o da esposa por seus gastos pessoais. O salário da esposa de Célio, por exemplo, inclui o pagamento de sua própria faculdade, ao passo que Célio também é responsável pelos gastos de moradia e estudos das filhas do casal. Estas trabalham e seus rendimentos também se destinam a seus gastos pessoais, que incluem os materiais para estudo. Entre o casal Pedro e Eliane, por sua vez, embora Pedro afirme que seu rendimento seja responsável pela provisão do lar, Eliane o contradiz enfatizando que faz muitas compras para a casa com seu próprio salário, sem que ele se dê conta do fato. Nestas últimas duas famílias o salário do marido é superior ao das esposas, cujos valores não foram identificados durante a entrevista.

O padrão homem provedor se mantém em todos esses casos, mesmo entre as famílias em que a mulher exerce profissão remunerada. Um elemento explicativo pode ser a remuneração mais baixa da mulher em relação ao homem, que no Brasil chega a ser 28% inferior (IBGE, 2012b).

Outro aspecto a ser considerado nesta questão é a maneira como as decisões e o gerenciamento financeiro das famílias são feitos. Nair, que não tem qualquer rendimento próprio, afirmou gerenciar conjuntamente com o marido os gastos mensais.

Nair: Nunca tivemos problemas. “Ah, você tem três filhos, você não trabalha, você...” Não, nunca tivemos esse problema, nunca. Então assim, ele recebeu o dinheiro, vamos sentar e vamos ver o que devemos, pagamos tudo o que deve. A gente nunca deve nada por mês. Não, hoje não deu pra pagar e tal.” Não. A gente paga tudo certinho logo, que ele ganha bem. Então assim, sobrou um dinheirinho, “O que a gente vai fazer? Vamos guardar no banco, vamos comprar tal coisa.” É sempre os dois juntos.

O enunciado de Nair evidencia que existem outras dimensões implicadas no poder de decisão sobre o gerenciamento financeiro da família, não apenas relacionados à participação no rendimento, mas ao próprio relacionamento do casal e das individualidades envolvidas, que pode se pautar em decisões conjuntas e equitativas ou mais individualizadas. O casal Gerson e Marisa, por outro lado, mantêm as decisões claramente divididas. Marisa não sabe e nem pergunta quanto o marido Gerson recebe e é ele quem faz todas as compras para a família, consultando a esposa sobre os itens a serem comprados. Da mesma forma, Marisa, dona de casa, administra separadamente o dinheiro que obtém do reco que faz algumas vezes ou que pede ao marido. Gerson sabe apenas o valor que ela possui, porque é ele quem leva o minério por ela coletado para a separadora ou lhe dá outros valores, mas afirmou que nunca lhe questiona a que será destinado. Um não interfere nos gastos do outro, ainda que seja possível afirmar que a maioria das decisões sobre a aplicação do dinheiro fique sob a responsabilidade dele.

Já a situação de Vivian é um pouco diferente. Seu salário é maior e, não obstante ter afirmado que as rendas são administradas conjuntamente, na prática as decisões são centralizadas pelo marido.

Vivian: Nós juntamos tudo e daí nós resolvemos. Tipo assim, ele tinha carro e aí estragou, ele precisava de uma moto pro serviço, então compra uma moto, junta um dinheiro e compra uma moto. Assim, divide em várias parcelinhas, só que a parcelinha fica além do salário dele, aí no caso eu tenho que ceder do meu, sendo que o meu já está quase todo comprometido. Ficamos meses apertados por ele querer “Vamos fazer em menos vezes, paga mais rápido e tal”. Não pensando em mim, o que ia sobrar pra mim.

Esta questão é significada por Vivian como um ponto negativo de sua família.

Lilian: O que você vê de pontos positivos ou negativos na sua família?

Vivian: Tem pontos positivos e negativos. Positivos que a gente consegue ser unido, conversar, dialogar bastante. E os negativos, quando só um tem que ceder, eu acho que é ponto negativo, só um tem que ceder, se preocupar, às vezes eu chego à conclusão que sobra sempre pra um lado.

Lilian: Sobra pra você?

Vivian: Pra mim, não sei se é devido o salário, que é um pouco maior, devido ao estudo que o meu é maior, a outra pessoa não tem, você acaba cedendo. Não adianta bater nessa tecla e que isso não vai funcionar.

Embora tenha destacado o diálogo como um ponto positivo de sua família, o ponto negativo apontado por Vivian parece antagonizá-lo. A voz, o poder de decisão, é polarizada pelo marido e Vivian, apesar de afirmar sempre ceder, tem consciência do fato que a chateia. Os relatos de Vivian, envolvendo sua luta pela escolarização, são muito importantes para a análise das questões de gênero, em sua dialética entre ruptura e aceitação/permanência, num contexto tão marcado pela divisão sexual de papéis. Vivian também explicita mais claramente sua insatisfação com tal demarcação de papéis, quase num desabafo de que o marido não a considera ou pensa nas consequências das decisões por ele tomadas que recairão sobre ela, que nos remete a processos psicossociais de sofrimento, marcados pela condição de gênero e domínio masculino, que vêm sendo problematizados por muitos estudos (SCOTT, 1990; SIQUEIRA, 2002, entre outros), a partir do questionamento naturalizante e instituído da divisão sexual e da hierarquia do masculino sobre o feminino, demarcando a construção social destas categorias e a luta por igualdade.

Cabe observar que mesmo nos casais em que os dois cônjuges trabalham fora, ainda em alguns casos permanece a autoridade masculina, pelo menos no gerenciamento do rendimento familiar, o que parece demonstrar que a inserção da mulher no mercado de trabalho para muitas famílias ainda não significou o rompimento definitivo com os antigos padrões centrados na figura masculina, mas teve como consequência a sobrecarga de funções femininas e não um efetivo redimensionamento entre os dois polos.

Considero o caso da entrevistada Neusa como o mais emblemático desta sobrecarga de funções femininas. Neusa, que também fora dona de casa, mas agora trabalha como requeira, aponta para situações em que o padrão homem provedor não funciona e provoca a necessidade de reestruturação das responsabilidades. Ela começou trabalhar no reco quando precisou dinheiro para levar o filho mais novo ao médico, há aproximadamente dois anos. O dinheiro foi negado por seu marido e providenciado por seus filhos mais velhos, de um relacionamento anterior. Depois desse episódio, decidiu trabalhar para obter seu próprio rendimento. Neusa explicou que o marido gasta o dinheiro com bebidas e jogos e que anteriormente não sabia ao certo de quanto era a renda dele. Atualmente o casal trabalha junto e ela contabiliza o número de “bundas” (sacos) de minério que produziram e depois cobra dele o valor da venda. Disse que hoje eles dividem o dinheiro. Com isso, conseguiu comprar uma centrífuga de roupas, parcelada. Entretanto, também afirmou que todo o dinheiro que recebem já está comprometido com as contas que têm no comércio da vila para alimentação da família, ou com o pagamento de empréstimos feitos pelo marido, os quais, em tom de ressentimento, conceituou como “uma besteira” por serem desnecessários e ainda pagarem

juros altos. Contou que por este motivo não comiam carne há mais de um mês e ela não tinha dinheiro para visitar a mãe doente em um município próximo. Esse relato evidencia sua centralidade no sustento da família e no pagamento dos gastos do marido sem que tenha havido uma redistribuição de tarefas, já que o cuidado dos filhos e as tarefas domésticas continuam sob sua exclusiva responsabilidade. Afirmou que não pode deixar seus filhos sozinhos sob o cuidado do marido – o que também a impede de visitar sua mãe – porque os meninos ficariam na rua, o que não quer. Mesmo sob tais condições afirmou ter um bom casamento, que remeteu a certa resignação à sobrecarga de tarefas, ainda que tenha revelado ressentimentos em relação a algumas decisões do marido.

De acordo com Romanelli (1997), o padrão da família nuclear é um modelo simbólico hegemônico, pautado na autoridade masculina, na divisão clara de tarefas, nos laços mais estreitos entre mãe e filhos, no controle sexual feminino e na moralidade, aspectos que, segundo o autor, variam entre as famílias, mas são culturalmente estabelecidos. Este modelo parece prevalecer entre as famílias estudadas, ainda que com muitas distinções, e ser mais exacerbado no caso de Neusa.

O controle da sexualidade feminina e a moralidade são observados, por exemplo, na expulsão de Vera de sua casa por seu ex-marido, quando surgiram rumores de um suposto caso com Seu Maurício, seu atual marido, mesmo que também existissem muitos rumores de casos extraconjugais de seu ex-marido.

Maurício e Douglas, que perderam por muitos anos o contato com os filhos, por sua vez, colocam em evidência a íntima proximidade entre mãe e filhos e a distância paterna, nos dois casos acirrada pelo rompimento da união matrimonial com a esposa. Mas os casos de Marli e Érica, que também não participaram efetivamente da educação de suas filhas, cuidadas pelos avós, nega a universalidade da proximidade entre mães e filhos.

Sobre a divisão de papéis e afazeres, ainda há que se considerar que em alguns casos é relativizada. Não obstante ao longo de toda a entrevista Seu Maurício ter mostrado não aceitar a inserção de suas esposas no mercado de trabalho, em nenhum momento fez afirmações universalizantes no sentido de que nenhuma mulher deva inserir-se e há uma relativização no cotidiano da divisão de tarefas em sua casa:

Lílian: E como que é o cotidiano de vocês assim, como que é o dia a dia de vocês? O que vocês fazem juntos? O que cada um faz sozinho?

Maurício: Ah tá. Em casa e muitas vezes a gente sai junto. Às vezes acontece de ela estar fazendo uma coisa e eu faço outra. A gente ajuda. Coitada, ajudo ela também. Às vezes ela está fazendo o serviço e eu vou mexo com a cozinha também. Ajudo ela na cozinha. Ela me ajuda, às vezes tem um serviço que eu estou fazendo ela ajuda também. Então nós somos

assim desse jeito. Não tem dizer que é. Às vezes eu estou apurado no serviço ali, se ela não estiver junto ela chega. Então em casa tem que ajudar ela também. Eu estou parado, não estou trabalhando, ou até trabalhando, mas se estiver em casa às vezes está até ela, que ela lava roupa, às vezes está apurada eu vou cuidar. Fazer uma coisa pra ela também pra ajudar ela, pra não ser só nas costas dela.

(...)

Lílian: E no caso dos cuidados, quem é responsável por cuidar das crianças?

Maurício: Tudo é uma coisa só. Tanto ela sai eu fico cuidando os meninos. Quando eu estou trabalhando ela fica cuidando também. Nós não temos essa de dizer que, não, você fica com seus filhos, você pode cuidar... Não. Eu ajudo também. Porque eu faço, [incompreensível]. A gente tenta ajudar um ao outro. Porque às vezes a necessidade. Eu estou aperreado, muitas vezes ela me ajuda. Às vezes eu estou, ela está aperreada em casa eu tenho que ajudar também. Então uma mão lava a outra. A união faz a força.

Nesta família em que a divisão de papéis é claramente definida, a ajuda mútua aparece como possibilidade de relativização dos papéis em algumas situações. Em minhas visitas observei que geralmente Seu Maurício era o responsável por cozinhar o almoço, por exemplo. No caso do cuidado e educação das crianças, filhas de Vera, Seu Maurício, mesmo na condição de padrasto, revelou-se participante ativo e mantém com elas fortes laços afetivos. Como analisado antes, os enunciados de Maurício são categóricos; no entanto, as práticas cotidianas e o reconhecimento que faz do trabalho extenuante feminino, que precisa ser recompensado pelo marido, apontam nuances importantes ao padrão de família nuclear hegemônico, à autoridade masculina e à subjugação feminina.

No caso das demais donas de casa entrevistadas, a ajuda do marido especificamente nas atividades domésticas não ficou evidente; cada um cumpre suas funções mais separadamente. Nair chega a explicar que o bom desempenho de suas tarefas visa não causar reclamações do marido.

Lílian: E como que é a relação entre vocês?

Nair: Muito, muito, muito, muito bom, meu marido e meus filhos, meus filhos e meu marido muito bom, não tem o que te falar, não tem o que reclamar, eu dou graças a Deus porque Deus colocou um marido muito bom na minha vida, sabe? Que ele não reclama, mais assim também pra ele não reclamar eu tenho que deixar as coisas tudo certinho, pra mim poder fazer o trabalho social lá fora.

Lílian: Ah tá, porque ele reclamaria, vamos supor?

Nair: No caso vai que eu sou uma daquelas que passa o dia inteiro fora de casa, chega não tem casa limpa, não tem comida pra janta, não tem, lógico ele ia reclamar sem dúvida, então eu já procuro fazer tudo certinho pra que ele não tenha do que reclamar.

Lílian: E no caso quando você parou de trabalhar, como que foi?

Nair: Eu era ajudante de cozinha, cozinheira, quando eu parei de trabalhar, meu último trabalho foi esse, que daí a gente já casou ele não assim, ele não deixou mais que eu trabalhasse.

Lílian: Ah, foi uma decisão dele assim?

Nair: Foi, foi uma decisão dele porque, porque ele queria que eu ficasse em casa, por causa da educação das crianças, para as crianças não ficarem sozinhas, não ficar na rua e tal, tal, tal. Ai, amiga, eu também já trabalhei tanto, tanto que eu achei que foi muito bom (risos). Foi muito bom e também hoje se eu fosse, se eu fosse decidir arranjar um trabalho hoje eu já poderia esquecer o trabalho da igreja e o trabalho da comunidade.

Nair procura desempenhar um bom papel, justamente ao que a ex-esposa de Maurício não correspondeu e também não aceitou. A decisão de ser dona de casa foi atribuída por Nair a seu esposo. É possível observar que em todos os casos em que a esposa é dona de casa há uma direção do marido, que não gosta ou não concorda que sua esposa trabalhe fora, associada à preocupação com a educação dos filhos. O enunciado de Nair evidencia a autoridade masculina, apesar do que fala sobre as decisões conjuntas do casal. Obviamente não foi explicitada a abrangência da autoridade masculina nesta família, mas no caso específico da inserção feminina no mercado de trabalho ficou demonstrada sua força. Não há como negar a fala de Nair de que achou bom não precisar mais ter um trabalho remunerado, se pensarmos nas condições e na exploração do trabalho atuais, bem como no número elevado de mulheres no Brasil que têm dupla jornada; dedicar-se a apenas uma significa reduzir a carga de trabalho. Além disso, o trabalho remunerado passa a ser significado por Nair como impeditivo ao trabalho voluntário que desenvolve.

Um diálogo que tive com Leandro explicita outros elementos da autoridade masculina e divisão sexual de papéis entre as famílias:

Lílian: Quais são os pontos positivos e negativos de sua família?

Leandro: Não, só são positivos. Ah igual nós falamos, a minha menina que estuda, ela é interesseira (interessada), ela faz as coisas tudo certinho. Já minha esposa é uma boa dona de casa. E o meu molequinho é uma peça fundamental.

Lílian: É? Por quê? O que que ele...

Leandro: Ah porque eu sempre queria ter um filho homem né?... Aí na primeira veio mulher, mas não importa filho é a mesma coisa, né? (...) eu não sei se é todos, mas acho que quase todos sim, que o desejo do pai é ter um filho homem, né? Aí Deus me deu eles dois...

Lílian: E o que que você espera de um filho homem que é diferente de uma filha mulher?

Leandro: É tipo assim, que a mulher, não é em todo canto que o homem vai que a mulher pode estar junto com o homem, né? E o homem não, qualquer canto ele entra, ainda mais, tipo assim, igual a gente criado no interior principalmente. Na cidade não. Na cidade qualquer um vai a qualquer lugar, né?, não tem divisão de partes, tanto faz o homem como a mulher, mas já nesse lado aí do interior aí fica mais difícil, igual, eu vejo homem que leva a mulher pra trabalhar em roça, coisa assim. A minha mulher eu não levava pra esse lugar não, minha mulher trabalha é em casa, coisa assim...

Lílian: E por que que tu acha que a mulher é melhor trabalhar em casa e não na roça, por exemplo?

Leandro: Porque o serviço é pesado, né? A mulher... tem partes que a mulher é mais inteligente do que o próprio homem, mas só que já tem partes que não se compara o serviço do homem com o da mulher, igual o dessas parte aí, igual no garimpo aí também, pra fazer serviço no garimpo, já tem muita mulher que trabalha aí também, não é só homem não, você viu lá também, né?

Lílian: Eu vi, ahã.

Leandro: Lá na serra também, era a mesma coisa. Eu não levava a minha mulher pra trabalhar naquele serviço lá não.

Lílian: Mas essas mulheres elas tem marido ou elas...

Leandro: Tem umas que tem e tem umas que não tem.

Lílian: Tá e elas trabalham... Elas eram respeitadas lá dentro, os homens respeitavam?

Leandro: Respeitavam. É tipo assim, eu não acho que seja adequado... no meu ponto de vista eu não concordo não. Porque é perigoso e é serviço pesado.

Lílian: Aí nesse caso, o filho seria...

Leandro: É que tipo assim, no caso o filho homem, você sabe que ele vai, né?, que pode ajudar a gente, pode [*incompreensível*], pode estar presente, né...

Lílian: Entendi, entendi, seria um companheiro.

Leandro: Isso.

As falas de Leandro evidenciam a polarização dos estereótipos da força física masculina versus inteligência feminina. Mesmo que reconheça a possibilidade das mulheres trabalharem com serviços braçais, não considera correto, ou seja, mesmo que empiricamente observe a possibilidade da mulher trabalhar no garimpo, os significados perpetuados sobre o sexo frágil e a distinção sexual se impõem para ele e no contexto em que vive. Leandro faz uma distinção entre o interior (área rural) e a cidade, a segunda associada a maior liberdade feminina. Possivelmente sua fala relaciona-se ao fato de dirigir-se a uma mulher em efetivo exercício de uma profissão, vinda da cidade. Sua distinção entre o lá e o aqui se pautava nas distâncias que nos atravessavam pessoalmente naquela situação dialógica. Naquele contexto, segundo Leandro, só o homem pode ter a liberdade para circular por onde quer e a mulher não, por isso sua necessidade de um filho homem. A condição desigual entre homens e mulheres, também pautada numa relação de dominação, parece operar sob alguns dos mesmos mecanismos que operam a desigualdade social apontados por Gonçalves Filho (2007), como a restrição de acesso a espaços, de direitos e a disciplinarização da mulher, mas que entre a maioria das entrevistadas não é referida na ordem do sofrimento, nem como alvo de insatisfação, mas enquanto suas funções.

Embora se observe em Bom Futuro certa predominância dessa ideologia da fragilidade e consequente necessidade de clausura feminina, ela não é unanimidade. Não apenas as mulheres que trabalham no garimpo se contrapõem a ela concretamente, mas muitos homens

em entrevistas ou conversas informais apontaram a igualdade dos gêneros enquanto força de trabalho na extração mineral.

Nas sete demais famílias em que ambos os cônjuges exercem atividade profissional remunerada, mais quatro têm como principal responsável pelos afazeres domésticos a mulher, que acumula dupla jornada de trabalho. Segundo pesquisa do IBGE (SOARES; SABÓIA, 2007), 51% dos homens despendem seu tempo para atividades domésticas, contra 92% das mulheres, mesmo quando estas mantêm atividades remuneradas. O número de horas semanais dedicadas às atividades domésticas também é significativamente superior entre as mulheres, que em média gastam 24 horas contra 10 horas dos homens. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA, 2012) indica que no ano de 2009 o número de horas de trabalho semanais das mulheres subiu para 26,6 horas e o dos homens manteve-se o mesmo. Em apenas três das famílias aqui estudadas os homens participam da rotina das atividades. O marido de Vivian, que tem centralidade nas decisões financeiras da família, divide com ela as tarefas de limpeza da casa, cozinhar o almoço e lavar roupas. Célio relatou que aos sábados pela manhã é responsável pela limpeza geral da casa. Suas duas filhas mais novas também participam da divisão de tarefas domésticas. O marido de Camila cozinha e limpa a casa. Há uma diminuição das polarizações entre o masculino e o feminino, mesmo num contexto tão marcadamente polarizado.

No quesito cuidado com os filhos, embora brevemente explorado nas entrevistas, os homens das famílias entrevistadas parecem ter significativa participação tanto no caso das famílias em que as mulheres são donas de casa, e possuem um convívio mais intensivo com os filhos, como nas demais, mas as mulheres ainda são as figuras centrais, as autoridades nesse assunto.

Lílian: E quais são as atividades que vocês fazem em família, assim?

Nair: Sim, em casa é isso mesmo se ele estiver em casa café é junto na mesa todo mundo, o almoço é junto agora janta que às vezes não costuma ser porque uns querem jantar outros não querem, então não é aquela coisa de sentar na mesa, cada um vai esquentar no micro-ondas ou vem na sala ou senta lá, mas no restante é tudo junto. Quando tem algum problema na minha família, com as crianças, por exemplo, eu já falo assim, eu já estou envolvida com esse negócio de reuniões na igreja reuniões na comunidade gente eu quero fazer uma reunião de família nessa casa [risos]. Aí senta pai, senta mãe senta os filhos, daí eu vou comunicar o meu marido o que está acontecendo, é uma coisa que eu nunca escondi, nunca tive segredo com meu marido a respeito de problema de filho, nem quando a minha filha era moça em casa quando perdeu a virgindade então foi uma coisa que eu sempre participei ao meu marido, tudo o que acontece, pra que depois ele não fique sabendo por terceiros, eu sou uma mãe assim bem aberta

Lílian: Mas aí vocês conversam só o casal ou vocês fazem isso...?

Nair: Geralmente junto. No caso da filha não, foi entre eu e o pai. Com os irmãos não, é uma coisa mais íntima, mas daí foi assim, não podia fazer mais nada, daí foi aonde o pai aconselhou eu aconselhei, não deveria mais acontecer, mas está bom, aconteceu só que tem que ter cuidado pra não engravidar e tal e tal (...) o meu marido é ótimo pai *Lilian*, mas assim ele não é aquele pai aberto assim, sabe, porque foi criado de um jeito, então os filhos vem mais comigo, oh meu filho você já está numa faixa etária de idade, daqui a pouco você vai ter que usar camisinha pra isso, você vai ter que se cuidar, então eu sou essa mãezona, abertona.

O marido de Nair é na realidade padrasto da filha citada em sua fala, mas por ela chamado como pai, porque este assume efetivamente este papel e não faz distinção entre os filhos anteriores de Nair e o filho biológico do casal. Nas situações relatadas por Nair sobre o cuidado e educação dos filhos, o controle e poder de decisão parecem estar concentrados nela, que chegou a afirmar que discute com o marido as regras e proibições aos filhos, mas que é ela quem mais efetivamente os controla. Tal situação corrobora a assertiva de Douglas sobre a mãe ser a principal responsável pela educação dos filhos, que pode se estender às demais famílias deste estudo. Sua fala revela uma mãe que acolhe, orienta, dá conselhos e impõe regras.

Em sua casa, as proibições, segundo Nair, são relativas às “noitadas” de que não deixa os filhos adolescentes participarem. É interessante observar um padrão participativo e democrático na organização de reuniões para discussão de questões da família, embora não se possa afirmar que as reuniões sejam efetivamente democráticas. De qualquer forma, essa solução se contrapõe ao autoritarismo ou modelo disciplinar e propõe minimamente o diálogo. As falas de Nair apontam para uma distribuição de autoridades entre o homem e a mulher, conforme aponta Sarti (2005), na qual a autoridade feminina se explicita pela maternidade, com a qual torna-se mulher, e a masculina pela respeitabilidade moral.

Outro padrasto que assumiu o papel de pai foi Seu Maurício, também porque o pai dos filhos de Vera os negligenciava, tanto afetiva como financeiramente. Nas entrevistas que fiz com o casal, Vera solicitou-me uma série de informações sobre o direito dos filhos receberem pensão do pai. Maurício, além de suprir financeiramente as necessidades das crianças, filhas mais novas de Vera, ainda incentiva que a educação delas seja pautada no diálogo e não nos castigos físicos.

Maurício: (...) Esses meninos são muito bons com a gente. Só que tem que ter paciência também, que eles são muito teimosinhos. Tem que ter paciência, ralhar com eles, ajeitar. Porque sabe é só ter... “Ah, tem que bater.” Não. Não é preciso bater. Eu falo com ela aqui em casa. Olha o menino não se ensina com tapa. Se der tapa ele fica rebelde. Então você leva ele no conselho e trata assim no carinho, não precisa se afobar. Ele vai acompanhando você. Comigo lá em casa, são sete filho que eu tenho. Eu dei

uma lapada no primeiro (...) mas aquilo parece que Deus sentiu chorar. Mas quem chorou fui eu. Me arrependi de ter feito aquilo. Nunca mais. Se criou, hoje em dia está com quarenta anos, mais velho, nunca levou uma lapada. Só no conselho. Filho tem que ser assim, assim e assim. Você não precisa bater. Não precisa bater em criança. Pra quê? Ele fica rebelde em pessoa. Não tem negócio de apanhar. Então aquilo deixei nos outros. E eu apanhava todo dia lá em casa. Todo dia eu levava (pinga). Quando não era a mamãe era da minha irmã. Rapaz, eu era traquina demais, meu Deus!

A fala de Maurício revela sua contrariedade às punições físicas com as quais foi educado e o sentimento de culpa por ele sentido ao punir fisicamente um de seus filhos. A moralidade religiosa, do certo e errado, bom e mau, virtude e pecado é que guia as decisões e ações da maioria dos indivíduos entrevistados e suas relações em família, ou motiva a reflexão sobre elas e o consequente sentimento de culpa, que também se fez presente no sonho relatado por Eliane em relação às punições físicas que direcionava a enteada/filha Camila.

Mas Maurício aponta que sua efetiva educação não aconteceu na família:

Lílian: Mas a sua educação foi à base de castigo, de castigo também?

Maurício: Não. Não. Minha educação. Eu fui, minha educação começou quando eu comecei trabalhar em companhia. Aí eu era um pouco, rebelde um pouco, mas depois, por isso que dizem, se a gente acompanhar quem sabe, será sabido também.

Lílian: Lá na companhia eles davam aula?

Maurício: Davam aula. Não era pra escrever, não era pra fazer nada. Só pra aconselhar as pessoas, pra saber conversar com as pessoas, ter educação, respeitar, é aquilo ali, todo o sábado. Então com aquilo ali muita gente aprendeu. E era bom pra todo mundo, aquilo ali. Enchia a sala lá.

Minha pergunta foi feita logo depois de Maurício contar que apanhou muito de sua mãe e sua irmã e sua resposta evidencia que aquele ambiente não esteve relacionado ao que considera como educação, no sentido de bons modos e respeito aos outros. O enunciado de Maurício contraria o de Douglas, que coloca na família, mais especificamente na mãe, a responsabilidade pela educação da conduta da criança. A empresa de construção civil na qual Maurício teve seu primeiro emprego também desempenhou esse papel. O que podemos questionar, no entanto, é o aparente modelo da domesticação, aceitação e obediência que precisava ser assimilado pelos funcionários.

A educação dos filhos por meio de punições físicas não foi tematizada em todas as entrevistas. Douglas também se posicionou contra elas, mas em alguns casos considera-as necessárias como último recurso, após o diálogo, sentido que também foi explicitado por Juliano, que não se posicionou favorável ou desfavoravelmente, porém, relatou que apenas uma vez deu uma “peia” (surra) em seu filho e outra em sua filha, embora costume conversar

com eles. Mesmo que não se possa generalizar a questão, pode-se pensar em algumas mudanças já existentes no modelo autoritário e que também se fazem presentes nas famílias de Bom Futuro. Ainda que se observe o que Sarti (2005) chama de “exercício unilateral da autoridade” dos pais sobre os filhos.

Os enunciados indicam a centralidade das questões de gênero nas famílias, do provimento financeiro à distribuição de tarefas entre os cônjuges, que em muitos pontos se apresenta desfavorável à mulher, graças aos significados historicamente perpetuados da força e independência masculina versus a fragilidade e dependência feminina. Entretanto, esses significados não chegam a ser alvo de análise crítica da maioria das mulheres entrevistadas. Com exceção de algumas insatisfações apontadas por Vivian, ou dos posicionamentos enfáticos de Érica que garantem a concretização de seus desejos de compra, as demais mulheres parecem aceitar a condição.

Há, no entanto, uma diversidade nas condições vividas pelas mulheres, que envolve tanto o âmbito simbólico como o concreto e material. Mesmo entre aquelas famílias que poderíamos considerar como o símbolo máximo da divisão sexual de papéis, que mantêm a figura da dona de casa, diferenças foram encontradas e espaços de independência e autoridade feminina podem ser vislumbrados, bem como a possibilidade de diálogo e ajuda mútua entre os cônjuges. Do mesmo modo, nas famílias em que ambos parecem ter condição de igualdade na busca profissional, a divisão sexual no âmbito doméstico e familiar não foi rompida plenamente, se mantém em alguns aspectos, mas já indica outras possibilidades e não o domínio e modelo exclusivo.

Casos mais graves de opressão feminina, como violência contra a mulher, não foram relatados entre as famílias entrevistadas, mas sua presença foi denunciada em conversas informais como existentes em outras famílias de Bom Futuro. Nas minhas primeiras andanças pela localidade três casos distintos me foram relatados por pessoas diferentes. Em um deles houve interferência dos líderes comunitários que conversaram com o casal e seus filhos e auxiliaram a mulher a manter seu marido distante, conforme sua vontade. Em outra ocorrência a mulher mudou-se para a casa de familiares em Bom Futuro após deixar o hospital por causa das agressões físicas graves que lhe deixaram paraplégica. Um terceiro caso foi relatado indiretamente durante uma conversa que tive com duas mulheres na qual uma delas comentou que seu marido estava muito nervoso e agressivo e a outra lhe respondeu que era coisa de amor, de ciúmes de homem, mas a mudança rápida de assunto impediu que a temática fosse aprofundada no diálogo.

Essas ocorrências revelam a importância de ações que possibilitem não apenas a difusão de informações sobre implicações jurídicas da violência contra a mulher, mas, fundamentalmente, a discussão e ressignificação da condição de gênero, dos processos psicossociais, de submissão, resignação, resistência, enfrentamento e sentimentos de sofrimento a eles implicados, e a criação de políticas públicas específicas para o público feminino no âmbito da assistência social, ainda inexistentes em Bom Futuro.

5.4 A atenção às famílias de Bom Futuro: interfaces entre as políticas públicas e as religiões

A busca de compreensão das famílias de Bom Futuro contemplou ainda a pesquisa da relação das famílias com as políticas públicas no local. Era preciso compreender a vida social e política de Bom Futuro, as instituições e serviços públicos ali presentes, bem como os entendimentos sobre eles e as formas de mobilização e participação social da população. O cerne de minha busca consistiu justamente em compreender os limites e possibilidades da participação social das famílias e indivíduos naquele contexto, questão central para a implementação das políticas públicas, neste caso mais especificamente da Política Nacional de Assistência Social.

Mas antes da análise efetiva sobre os aspectos da participação social é preciso entender as instituições e políticas públicas que se fazem presentes em Bom Futuro e as relações e entendimentos dos participantes deste estudo. A análise empreendida pautou-se tanto nas falas dos entrevistados, nas conversas informais com outros populares, como nas observações e visitas que fiz à escola e UBS. É importante pontuar que uma pesquisa realizada por Oliveira et al. (2008) também teve como tema a análise das políticas públicas no distrito de Bom Futuro e algumas das reflexões aqui propostas corroboram os dados dessa pesquisa e ainda outras contribuem com elementos complementares.

Um diálogo que estabeleci com Leandro será o marco inicial da reflexão:

Lílian: Agora, sobre a vida aqui no garimpo, como que é morar aqui?

Leandro: É bom, um lugar gostoso da gente morar, o que falta pra nós aqui são as coisas que todo lugar tem que ter. Não é porque aqui não é cidade que o que tem na cidade nós não podemos ter aqui. Igual, a nossa saúde aqui é precária, a nossa vila aqui era pra ser uma vila bem organizada, as ruas, tipo assim se não fosse asfaltada era pra ter tudo terra ali, ali, ó, não pra ser um tanto de poço de lama desse daí, ó. [aponta para a estrada] E sendo que o

nosso daqui, nós sabemos que a renda que ele dá pro estado de Rondônia, se fosse possível dava até pra fazer, não era nem asfalto, não, era pra colocar era de mármore.

Lílian: Você tem ideia de quanto é essa renda?

Leandro: Rapaz, é grande, é grande...

Lílian: Mas ela não chega até vocês?

Leandro: Não chega porque olha o que que nós temos aqui. Não chega... Você vê, o que que tem aqui que foi, que foi com nosso dinheiro, que foi feito, não foi nada! Esse colégio aí que é o que tem que ter, como eu acabei de falar o que tem em toda cidade nós temos direito de ter igual e não temos. Você vê, a única coisa que só temos aqui é esse postinho aí ó, o médico vêm duas, quando vêm, quando acontece de vir, duas vezes por semana. É... uma ambulância que tinha aí quando precisa de levar uma pessoa com urgência, tava esses tempo atrás aí, quebrou passou um punhado de tempo pra lá, quando chegou aí arrumaram um motorista aí com pouca experiência e no primeiro dia que ele foi (...) capotou a ambulância, quase morre, arregaçou com tudo pra ficar [incompreensível] nunca chegou, aí então que o que a gente queria, o que falta pra nós aqui, é isso, é que eles enxerguem, enxerguem nós, porque aqui é o que tem em todo lugar, você pode...e aqui tem até menos porque aqui (...) a gente conta com esse tipo de coisa que já aconteceu aqui negócio de roubo assim e nas cidades grandes é todo dia, é toda hora, então é um lugar sossegado pra ti morar, o que falta é isso pra nós.

Os enunciados de Leandro imediatamente evidenciam as faltas e precariedades dos serviços públicos em Bom Futuro, já apontadas na pesquisa de Oliveira et al. (2008) e que, passados quatro anos, ainda se mantêm. Vale lembrar que a localidade é um distrito da área rural do município de Ariquemes, do qual se encontra a 80 km de distância, e conta, além de uma escola de ensino básico, com uma UBS e um posto policial. Estas críticas foram quase unânimes entre os entrevistados. Com exceção do casal de idosos Paulo e Denise, que considerou todos os serviços do distrito bons, a maioria dos participantes do estudo, bem como das pessoas com que conversei, apontou críticas semelhantes em relação ao urbanismo do distrito – em função das precárias condições das ruas e da eletricidade (com frequentes quedas e alto custo às famílias) – e ao atendimento da saúde.

Embora a UBS detenha uma estrutura física considerada boa pela maioria (apenas uma moradora afirmou a existência de rachaduras nas paredes, decorrentes do terreno ser uma antiga área de melechete) e um atendimento gratuito eficaz prestado ao diagnóstico e tratamento de malária, a falta de profissionais médicos e enfermeiros é uma realidade que também pude constatar. Apenas duas ou três vezes na semana a UBS conta com atendimento de um médico, em apenas um turno. Não há um atendimento emergencial nos fins de semana. Durante todo o período do trabalho de campo desta pesquisa, não havia ambulância disponível à população, como relatou Leandro. O transporte para emergências de saúde é solidariamente (muitas vezes apenas com o custo do combustível) feito pelos moradores que possuem carro particular.

E é preciso observar que os serviços existentes em Bom Futuro não se destinam apenas à população das vilas sediadas nas imediações do garimpo, estimada em cinco mil pessoas, mas também à população do campo residente nas linhas próximas, que contabilizam dez mil pessoas. Conforme Portaria nº 2.027, de 25 de agosto de 2011, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011g), a equipe multiprofissional deve ser formada por um médico, um enfermeiro e um auxiliar ou técnico de enfermagem para atendimento de no máximo quatro mil habitantes. Deve contar também com agentes comunitários de saúde suficientes, cada um responsável pelo atendimento de no máximo setecentas e cinquenta pessoas. Entretanto, nenhuma dessas instruções é cumprida em Bom Futuro.

Outros entrevistados também criticaram a falta de infraestrutura de esporte e lazer – uma praça, um playground, quadras esportivas – e de uma creche, prometidos em campanhas políticas há mais de oito anos sem concretização. Márcia explicou que a justificativa dada pelos gestores municipais é a falta de regularização do terreno. Muitos com quem conversei afirmaram que toda a área do distrito pertence à União e não foi regulamentada pelo INCRA durante os projetos de assentamento e colonização do estado. Isto, segundo os moradores e gestores, traz impeditivos para a construção de aparatos municipais e estaduais e o recebimento de verbas para alguns programas. Relataram que a escola perdeu uma verba para a instalação da biblioteca pela falta de regularização de sua sede, o que também impossibilita a construção de uma sede própria para a escola estadual, que atualmente empresta a estrutura física da escola municipal. As estruturas físicas já existentes foram construídas em parceria com as empresas de mineração do local.

Muitos entrevistados assinalaram, como Leandro, que a renda destinada ao município pela arrecadação do minério não corresponde ao que efetivamente o município oferece a Bom Futuro. Seus moradores observam que as riquezas ali geradas não retornam à população que a produz na forma de investimento público e social. De acordo com relatórios do DNPM (2012), a arrecadação do município de Ariquemes da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) no ano de 2012 foi de R\$257.625,79, o que constitui a quarta maior arrecadação em minério de estanho do país. A CFEM corresponde a 3% do valor líquido da venda de minério; do total da CFEM cabe ao município a parcela de 65%. Sobre a destinação da CFEM, o DNPM orienta:

O caráter finito das reservas minerais e a inexorável exaustão decorrente de seu aproveitamento apontam para a necessidade de se usar parte da renda gerada, no período de mineração, no suporte ao desenvolvimento de outras atividades.

Esse reinvestimento é mais premente e seu efeito é mais evidente nas comunidades onde se situam as minas, pois estas, em algum momento, arcarão mais diretamente com as consequências do fim da atividade.

(...) Ressalte-se que o legislador vedou, expressamente, a aplicação dos recursos em salários e no pagamento de dívidas, caracterizando sua preocupação com a utilização da renda obtida, por meio da atividade mineral, no desenvolvimento de outras atividades que assegurem sustentação e independência àquela comunidade após cessar a mineração por exaustão da mina. (DNPM, 2012, s/n)

O valor arrecadado em CFEM por Ariquemes não consta do Plano Diretor do Município (ARIQUEMES, 2006), que traça as ações a serem executadas entre os anos de 2006 e 2016. Apenas consta a arrecadação do distrito de Bom Futuro em ICMS, no valor de R\$350.000,00/ano. Especificamente para Bom Futuro, o Plano Diretor traça como propostas as seguintes ações:

- Desenvolvimento econômico: criação de associação de agricultores/cooperativismo;
- Educação: construção de centro de leitura e multimídia; reforma da quadra esportiva da escola; construção de alojamento para professores do ensino fundamental e médio;
- Habitação: criação de áreas e projetos habitacionais;
- Uso e ocupação do solo: inserir a vila Bom Futuro como área urbana; criar subprefeitura com orçamento próprio e criar comissão de moradores para juntamente com a prefeitura implementar a regularização da área (ARIQUEMES, 2006).

Embora o Plano Diretor de Ariquemes reconheça a precariedade no atendimento à saúde em Bom Futuro, em decorrência da falta de um posto diferenciado e número insuficiente de médicos, nenhuma proposição de ação foi traçada no documento. As ações traçadas nas diferentes áreas como propostas podem ser consideradas insuficientes se considerarmos que correspondem a um período de dez anos. Além disso, outras questões apontadas no item do documento “Resultados da leitura comunitária e aplicação da pesquisa de campo” não receberam atenção na “Consolidação das Propostas”, entre as quais cito a construção da creche e a implantação de sistema de água, saneamento básico e coleta de resíduos.

Alguns pontos foram concretizados pela prefeitura, como a pavimentação de algumas ruas e ampliação da rede elétrica na vila Bom Futuro (mas ainda inexistente na Vila Cachorro Sentado), a construção de sala multimídia na escola, entre outros, a maior parte em parceria com a cooperativa extratora de minérios (que congrega várias empresas), que ofereceu maquinário para a (re)construção de estradas e cofinanciou projetos e serviços que deveriam ser prestados pela gestão estatal. Conforme Oliveira et al. (2008), essa parceria contribui para a minimização de conflitos entre a população e a cooperativa, colocando-a na posição de

benfeitora. Por outro lado, pude constatar, nas variadas rodas de conversa de que participei, posicionamentos críticos de alguns populares em relação a essas benfeitorias prestadas pelas empresas, apontando uma consciência sobre possíveis interesses na minimização de conflitos, bem como o entendimento de que a ajuda prestada é restrita se comparada aos lucros que elas obtêm.

Ainda no que se refere às propostas de ações do Plano Diretor do município de Ariquemes, a regularização da área e a construção de habitações populares figuram entre pontos não alcançados. Importante pontuar que a falta de regularização territorial e a não inclusão da vila na área urbana impedem a cobrança de IPTU dos residentes, apresentada em conversas informais com funcionários da prefeitura como justificativa para a falta de infraestrutura básica no local.

O que considero mais emblemático é que não há qualquer referência no Plano Diretor a ações voltadas especificamente aos requeiros e demais trabalhadores da extração mineral, tampouco proposições para o desenvolvimento de outras atividades e formas de trabalho que garantam a consolidação da independência de Bom Futuro quando se esgotarem os recursos minerais, conforme orienta o DNPM para a destinação da arrecadação mineral. Nenhum outro documento que apresente tais questões está disponibilizado on-line pela prefeitura. (A única menção a qualquer serviço direcionado ao trabalho no garimpo foi o medo da população de requeiros em relação a práticas de fiscalização do Ministério do Trabalho.)

Diante da discussão desenvolvida no capítulo quatro, como pensar na possibilidade de legalização e de não exploração do trabalho dos requeiros no presente? Como formar uma cooperativa sem ações públicas específicas à questão? A descentralização política do país e a municipalização dos serviços públicos deu-se a partir da necessidade de dimensionar e enfrentar as problemáticas locais, o que não consegue ser efetivado pelo município de Ariquemes em relação a Bom Futuro.

O próprio texto no Plano Diretor de Ariquemes parece explicar a questão. Bom Futuro “não conta com subprefeitura sendo relegado ao segundo plano da administração municipal.” (ARIQUEMES, 2006, p. 106). Também mostra plena ciência de que “(...) a população se ressentida de necessidades como falta de infraestrutura, atendimento médico hospitalar, áreas de lazer, entre outras” (p. 106). Passados seis anos da elaboração do documento, esse ressentimento ainda se faz presente entre a maioria dos entrevistados e pessoas com quem conversei. Como destaca Leandro, a população de Bom Futuro quer ser vista, quer seu direito de acesso a serviços públicos básicos “que todo lugar tem que ter”.

O único serviço elogiado pela maioria dos moradores é a escola, destacada como uma instituição que cumpre seu papel. Não há como negar a centralidade da escola para o distrito: ela abriga a agência dos Correios e sedia festas e reuniões da comunidade. Essa instituição e a longevidade da mina podem ser consideradas as responsáveis pela permanência de famílias no garimpo. No entanto, uma entrevistada e outras pessoas em conversas informais revelaram precariedades da escola, como o absenteísmo docente e insuficiência de professores. Para exemplificar a seriedade da situação, pelo que pude observar, os alunos do ensino médio ficaram praticamente o primeiro semestre inteiro do ano de 2012 sem aulas em função do quadro insuficiente de professores: os contratos da gestão estadual com os docentes terminaram e não houve renovação. Além disso, observei a falta de espaço físico para o desenvolvimento do Programa Mais Educação de educação integral para o ensino fundamental municipal, que na prática só pôde ser parcialmente realizado.

Os serviços de proteção social, alvo deste estudo, nem sequer foram citados pelos entrevistados e demais moradores e tampouco fazem parte do Plano Diretor de Ariquemes. Somente foram alvo de comentários por causa de perguntas dirigidas sobre o tema. Com exceção das líderes comunitárias e professores entrevistados, os demais participantes expressaram não ter ciência do Sistema Único de Assistência Social, seus aparatos, serviços e programas. Somente quando citado o Bolsa Família havia algum reconhecimento. Um diálogo com D. Marli explicita a gravidade da situação.

Lílian: Dona Marli, a senhora falou que recebe Bolsa Família. A pesquisa que eu estou fazendo é justamente sobre isso, sobre essa política que a gente chama, é, Assistência Social.

Marli: Hunru.

Lílian: O que a senhora conhece além do Bolsa Família, sobre a Assistência Social? Sobre os programas que o governo faz...

Marli: Nada, fia!

Lílian: A senhora, o que a senhora sabe sobre o Bolsa Família? Como que a senhora conheceu, ficou sabendo?

Marli: Do Bolsa Família?! Não fiquei sabendo de nada, só, eu tinha, o, era o PETI, eu recebia em cheque, aí quando foi uma época, chegou uma menina aqui, de Ariquemes na escola. Foi até o professor que falou pra mim assim: “Dona Marli, no colégio tem uma encomenda sua”. Veio de lá, lá na sala do PETI. Aí eu fui buscar, era um cartão. Esse cartão vinha recomendando que eu tinha que ir na rua, recadastrar, uma senha, né? Lá fiz o, o cartão. Era o Cartão Cidadão. Aí com negócio de três pra seis meses veio. (...) Cheguei lá, era esse cartão, que é o Bolsa Família. Aí agora já veio pedindo que é pra eu trocar o cartão de novo?!

Lílian: Tá. Ah, será que é por causa do governo estadual, que tá mudando o nome do programa, agora aquele Bolsa Futuro? Ouviu falar?

Marli: Não também! Isso que tava me falando ontem! Que vai mudar os cartões, que ela [aponta para a filha] viu falando na rua.

Lílian: Tá. Mais e, e...

Marli: Mais aí eu num entendo diferença de... o PETI sim, que a gente tinha por obrigação de botar as criança lá todo dia! Né? Num faltava mesmo! Aí, veio a tal da Jornada Ampliada. Aí eu num fiquei sabendo se aquela Jornada era incluída a Bolsa Família, Cartão Cidadão é nada, não me deram explicação não. Eu chego na Promoção [*nome da secretaria municipal responsável pela proteção social*], recadastro e... volto pra trás, ninguém explica nada! Não tem reunião, tem nada disso aí não.

O diálogo evidencia como a não menção dos serviços de assistência social em Bom Futuro relaciona-se ao desconhecimento e não acesso aos serviços, que podemos considerar imprescindíveis naquele contexto, diante do que já foi aqui relatado e das noções de territorialidade e vulnerabilidade promulgadas pela Política Nacional de Assistência Social, que estabelece como trabalho do CRAS a avaliação sistemática e ações voltadas a territórios mais vulneráveis. Ainda que possamos questionar a terminologia vulnerabilidade, observa-se o descaso dos aparatos socioassistenciais do município de Ariquemes com o local. Excetuando o Bolsa Família e o PETI, únicos a se fazerem presentes, maioria da população desconhece os demais serviços de proteção básica e especial a que têm direito, organizados desde a implantação do Sistema Único de Assistência Social há mais de sete anos. Mesmo sobre os programas ali existentes grande parte dos entrevistados não detém informações, sabe apenas dos processos burocráticos, mas não de suas finalidades. Marli observou uma série de mudanças de nomes dos programas socioassistenciais que vivenciou, decorrentes das discontinuidades das ações públicas características de nosso país, mas sem entender essas mudanças. A mudança do PETI para a Jornada Ampliada (Programa Mais Educação), analisada em tópico anterior, não lhe foi explicada.

As entrevistas revelaram situações alarmantes do não acesso à informação e o quadro de desamparo a que a população de Bom Futuro está submetida. Além do desconhecimento das políticas de assistência social, os requeiros ignoram seus direitos previdenciários e no trabalho de extração mineral. Como pensar em participação social na assistência social e demais políticas públicas se a população não sabe a que tem direito? Como pensar em protagonismo ou mudança no paradigma assistencialista sob tais condições?

O não saber gerou situações de constrangimento a alguns entrevistados. Diante de minhas perguntas sobre o que conhecia da assistência social, Leandro ficou um tempo significativo em silêncio, hesitou algumas vezes até responder e ficou visivelmente abatido. Disse que já ouviu falar a respeito, mas não sabia ao certo. Considerei que poderia estar constrangido em não saber responder e ao final de nossa conversa, enquanto agradecia sua participação, dialogamos sobre essa percepção.

Lílian: (...) Não sei se eu te deixei constrangido por algum momento...

Leandro: É igual eu falei pra você, meu estudo é pouco e algumas coisas que se eu falei errado você sabe que a gente... tipo assim às vezes você fala umas coisas que não é do meu conhecimento aí fica difícil de responder, né?

Lílian: Tá. Então às vezes que você ficou mais em silêncio foi porque...

Leandro: É... eu me atrapalhei e não tava entendendo o que você perguntou.

Lílian: Eu peço desculpas por te colocar numa saia justa. Então assim... eu faço umas perguntas que são meio chatinhas, mas é pra saber assim se a população não sabe que tem esse serviço, já é um indicativo “Olha, não tá sendo divulgado esse serviço”, é por isso.

Minha percepção sobre o constrangimento de Leandro estava correta. A falta de informações sobre a assistência social remeteu-lhe imediatamente à sua baixa escolarização e à falta de entendimento pessoal e não às falhas na própria implementação da política, na gestão pública, que, mesmo em tempos neoliberais do Estado mínimo, da eficiência máxima e da especificação de alvos das políticas, não consegue atingi-los. Não consegue aliviar ou compensar, conforme Werneck Viana (2005b), os danos da desigualdade social. Um enunciado de Márcia traz elementos importantes para a questão:

Márcia: Porque nós aqui, aqui a única informação que a gente tem é a televisão. Isso é a Globo. A gente não tem informação, por exemplo, de Ariquemes. A gente não tem informação de nada. A gente não tem mesmo, né? Então, quando vem a informação, vem em folheto e automaticamente nunca é passado essa informação, distribuídamente, né? Tem vezes que uma informação que vem do colégio. Então é o posto de saúde que acaba, acaba as pessoas interessadas em saber acaba indo pra lá. Ficando no exemplo. Assim, sem essa informação.

Mesmo quando a informação chega a Bom Futuro, pode ficar restrita aos espaços da escola e da UBS ou a quem as procura. Isto pode explicar porque um elevado número de entrevistados nem sequer sabia do trabalho de reuniões quinzenais do CREAS com famílias do distrito, desenvolvido durante um ano. A líder comunitária Nair, por sua vez, teceu muitos elogios ao trabalho, que considerou importante à localidade, e afirmou que foi por meio dele que tomou conhecimento dos serviços oferecidos pelo CRAS e CREAS, mas criticou sua suspensão sem qualquer aviso ou explicação à população. Márcia pontuou como aspecto negativo o fato de a equipe do CREAS não ter circulado mais pela comunidade e conhecido mais as pessoas e suas vivências: “Porque muitas realidades não foram trazidas. E eles não saíam dali pra ir buscar também. Cê tá entendendo? E as pessoas que sabiam não trouxeram.” (Márcia). Ela se refere ao fato do trabalho ficar mais concentrado nas reuniões no pátio da igreja, com poucas visitas domiciliares, que poderiam inclusive ampliar a divulgação do atendimento.

Sobre esta questão ainda há que se considerar o fato de que Bom Futuro não conta efetivamente com agentes comunitárias de saúde, pois estes trabalhavam na própria UBS por

falta de funcionários. O trabalho desses agentes poderia ampliar a rede de circulação de informações.

No campo da proteção social, o que efetivamente existe em Bom Futuro, além do cadastramento ao Programa Bolsa Família, realizado periodicamente por funcionários municipais, e de cursos profissionalizantes e para a formação de jovens estagiários oferecidos pelo SENAI na escola, é a ação das igrejas e religiões, que também operam nos vácuos deixados pelo Estado, fato já pontuado por Oliveira et al. (2008). As duas líderes comunitárias entrevistadas cumprem justamente esse papel, uma mais especificamente na pastoral de idosos e outra na identificação de famílias que demandam ajuda, seja ela espiritual ou material. São essas líderes e outras pessoas que organizam, por exemplo, a arrecadação de ajuda financeira da população para a compra de cestas básicas e itens de primeira necessidade para famílias mais pobres ou que passam por dificuldades financeiras.

Na falta de profissionais específicos, são essas pessoas, relacionadas a diferentes religiões, que acabam por voluntariamente exercer funções assistenciais de aconselhamento da população e divulgação de informações, o que chamam de “ajuda ao próximo”. As religiões ocupam espaço importante porque também perpassam o cotidiano da maioria das famílias de Bom Futuro. Para os entrevistados, essa importância se reflete em muitas falas contendo explicações de cunho religioso ou bíblico. Apenas uma família declarou não participar de nenhuma religião.

Entre as seis famílias cujos dois cônjuges são católicos, além de Nair e Márcia, Juliano afirmou já ter exercido atividade de liderança na gestão interna ou organização da liturgia da igreja. Marli, hoje evangélica, chegou a organizar a arrecadação de fundos para a construção de uma pequena igreja católica. Seu afastamento desta religião foi motivado por sentir que os temas tratados nos encontros da igreja lhe eram especificamente dirigidos, em razão do envolvimento de seus filhos com as drogas, o que a deixou incomodada. Seu marido não frequenta nenhuma religião.

Entre as oito famílias em que ambos os cônjuges são evangélicos, três entrevistados comentaram sobre atividades que exercem na igreja. Célio também é dirigente na igreja que frequenta, organizando os cultos e a orientação espiritual dos fiéis de sua religião. Pedro e Gerson afirmaram trabalhar nos fins de semana na construção da igreja ou de casas de outras famílias praticantes da mesma religião. A motivação da escolha religiosa de Pedro, depois de passar por várias igrejas evangélicas, explicita essa questão.

Pedro: A mulher [sua esposa Eliane] congrega na Assembleia, e eu na Cristã. É, quando... ela passou pra Assembleia, então eu rodei em

todas Igrejas, achei a Cristã melhor e fui pra Cristã e ela ficou na Assembleia. Porque ali na, na Cristã, todo mundo trabalha, né? Todo mundo trabalha e tem união.

Lilian: Ah tá. Mas o senhor diz que união em que sentido?

Pedro: É... na Cristã é unida ali, todo mundo junto. Aonde vai construir alguma coisa na Igreja, todo mundo é servente, né? Vai fazer uma casa de um fulano, todo mundo junto e faz aquela casa, né?

Lilian: Ah tá, se ajudam entre si também?

Pedro: Isso, se ajuda entre si. Vamos supor que tenha uma família lá, passando necessidade, junta todo mundo e ajuda também, né? A Cristã, a Assembleia também faz isso. Mas na Assembleia, principalmente, o pastor não trabalha, né? E na Cristã não tem o pastor, tem ancião, né? E ele trabalha, igual os outros mesmo. E agora o pastor da Assembleia é só comer e beber e dormir e, e ficar passeando na casa dos irmãos, né?

Observa-se o sentido da ajuda assistencial enquanto ajuda mútua entre os irmãos membros da mesma congregação. A escolha religiosa de Pedro foi motivada justamente pela maneira como esta ajuda mútua é praticada, naquilo que chama de união, que para ele deve pautar-se no sentido de igualdade entre todos os frequentadores. Todos trabalham juntos em prol dos outros membros da igreja sem distinções ou hierarquias entre pastor e demais, o que demonstra uma ética comunitária, baseada na igualdade. Um diálogo com Márcia mostra bem como suas atividades de assistência a outras pessoas da localidade estão intimamente ligadas à religião.

Lilian: O que é a religião na tua vida? O que ela significa?

Márcia: A religião pra mim, hoje, é, eu acho que fazer o que eu estou fazendo. Levar mais, assim, informação, é, levar uma palavra amiga, uma palavra de conforto, né? É mostrar pras pessoas que a gente pode fazer a diferença, né? A gente não precisa ficar esperando, né?...E ter mais amor, ao próximo. (...) Ajudar alguém, né?, que tá precisando de um amigo, a religião hoje e, é formada na, na amizade com o ser humano, né? O amigo de verdade tá naquele momento que você tá, né?, passando por uma dificuldade, né?

(...) Respeitar o direito do ser humano também, né? Porque também tem direito, né? É... não é porque a pessoa é, tem uma faculdade, não é porque ele é formado nisso ou naquilo que, que ele vai atropelar o direito, né?, do outro ser humano que é uma pessoa humilde, né?

Na realidade suas atividades na pastoral do idoso de conversar, informar, ser amiga e estar presente nas horas difíceis às pessoas da comunidade e o próprio respeito aos direitos humanos têm para ela o sentido da religião, pautado no amor ao próximo, preceito presente em variadas religiões. Conforme Selli e Garrafa (2005), este preceito é uma das principais motivações ao trabalho voluntário, conforme pesquisa realizada com 492 sujeitos, não vinculados a associações religiosas, que exercem tal atividade em instituições voltadas ao tratamento de câncer. O valor do “amor ao próximo” direciona um padrão moral de ação dos

sujeitos, que encontra respaldo na atividade voluntária de atenção ao outro, já que a não retribuição financeira lhe confere a característica de um amor puro e desinteressado, como um amor divino.

O valor do amor ao próximo também foi expresso por Nair, mas que também se imbricam à sua “luta por justiça” e às suas buscas subjetivas e mais pessoais na religião.

Nair: A religião na minha vida é o começo de toda uma felicidade que eu estou passando agora, por exemplo, eu já fui católica fui batizada de pequena e tudo, mas eu não tinha ainda, vamos dizer assim, eu não tinha ainda encontrado o Cristo na vida, de ter se convertido, de ter, de estar trabalhando pra igreja agora então foi todo um processo e isso tudo aconteceu justamente na minha vinda pra cá do garimpo sabe, foi Deus que me enviou pra cá

Lilian: Por quê, como assim?

Nair: Porque assim, quando a gente não conhece Deus, Lilian, a vida da gente é meia desnorreada, a gente vive assim, eu hoje vejo que a gente vive no mundo dos cegos.

Lilian: Cegos?

Nair: Cegos, cegos para as coisas de Deus e muito bem visto pelas coisas ruins. Então, quando eu, em 1991 eu fiz um aborto, nesse aborto eu sofri muito espiritualmente, então quando eu vim pra cá que eu comecei a participar aqui, que eu fiz a crisma que é a confirmação do batismo da igreja católica, então foi onde assim que Deus me perdoou do pecado gravíssimo que eu tinha feito em 1990 então foi aonde toda a minha vida foi transformada, aí, aí é quando eu falo pra você é que os meus olhos abriram para as coisas de Deus, pra ajudar o próximo, pra lutar pela justiça, pra procurar as coisas boas, a minha vida mudou completamente e assim no modo de vestir, no modo de se comportar, tudo, tudo mudou.

(...)

Nair: (...) eu senti que Deus tinha me perdoado, eu senti, senti, sabe por quê eu senti? Porque aquela agonia, aquela tristeza, aquela angústia, tudo se transformou só em alegria. Eu ria com o vento, com os pássaros, com as flores e daí a minha vida mudou de tristeza pra alegria, e daí eu até costumei dizer para as meninas que Deus fez o que comigo: “Ó, eu vou te perdoar, mas daqui pra frente você vai trabalhar pra mim.”

Nair nos revela que a atividade religiosa de trabalhar para os outros e buscar justiça também se baseia em buscas subjetivas e afetivas, nas quais fazer o bem para o outro implica de algum modo retribuir a graça recebida pelo perdão divino, por meio de seu trabalho voluntário para a igreja. Neste sentido, a motivação da atividade altruísta¹⁷, de amor ao próximo, e da solidariedade¹⁸, pautada no sentido moral de justiça social, de Nair destaca outra dimensão importante da religião: a moral que estabelece o pecado e a culpa, o perdão e a abnegação, que posiciona o aborto ao pecado. A absolvição deste pecado cometido por Nair,

¹⁷ Conforme dicionário (FERREIRA, 1995), a palavra altruísmo tem como significados: amor ao próximo; filantropia; desprendimento e abnegação.

¹⁸ Conforme dicionário (FERREIRA, 1995), a palavra solidariedade tem como alguns de seus significados: laço ou vínculo recíproco de pessoas; sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades dum grupo, duma nação, ou da própria humanidade.

foi dada, segundo ela, por Deus em uma situação de confissão ao padre, mas, daquele momento em diante, ela se viu na responsabilidade de fazer algo pela igreja e pelo próximo, como uma retribuição para a transformação de sua vida triste em alegria. A saída do que Nair chama de mundo cego representou sua entrada num outro código de valores e seu modo de vestir-se e comportar-se precisaram ser reconfigurados para adequar-se a novos preceitos.

Selli e Garrafa (2005) em seu estudo encontraram três motivações principais para o trabalho voluntário, além das “motivações relacionadas à crença professada”, já discutidas pelo valor do “amor ao próximo”; observaram “motivações alicerçadas na solidariedade”, na busca de ajudar outras pessoas, ou contribuir com a construção da justiça; e “motivações relacionadas à vida do voluntário”, que buscam dar sentido a própria existência, comunicar-se ou transpor o vazio existencial. Para os autores, os trabalhadores voluntários têm sua ação direcionada por uma destas motivações. Mas o caso de Nair, conforme seu enunciado, já revela a imbricação mais direta das duas primeiras, a saber, de suas crenças religiosas e do sentido de solidariedade, ao mesmo tempo, que intimamente se conectam com suas buscas existenciais, o que ficará explícito em outro enunciado da entrevistada.

Nair: (...) eu não pretendo trabalhar pra mim e deixar esses trabalhos [voluntários], eu acho que eu ganho muito mais, não financeiramente, mas assim, preenche o meu ego, meu vazio, meu tudo, então é um trabalho que você não ganha nada, assim, dinheiro mas, assim o conhecimento das pessoas com certeza Deus me abençoa muito com esse trabalho.

O trabalho remunerado é associado à expressão “para mim” e se contrapõe ao trabalho “para o outro”, que desempenha voluntariamente no distrito e na igreja e que lhe preenchem a alma. Importante pontuar as expressões psicanalíticas presentes em sua fala, “preenche meu ego, meu vazio”, e a implicação narcísica do trabalho “para o outro”, que também se destina à satisfação pessoal¹⁹ ainda que de outro modo que o trabalho remunerado e que não seja entendido como “para mim” também.

Márcia também associa outra dimensão pessoal, como a seu trabalho de ajuda ao outro na pastoral do idoso.

Márcia: A partir do momento que você se dedica às pessoas que precisam de você, pra você não falta nada, não falta nada. Às vezes eu falo para as meninas [filhas] assim: “É, gente, se todo mundo pensasse diferente, o mundo seria diferente, né? Ah, mas eu não vou ajudar fulano porque fulano tem isso ou aquilo.” Não importa, às vezes aquilo que ele tem não tá fazendo ele feliz, às vezes você chegando lá pra conversar com ele dez ou quinze

¹⁹ É impossível negar que estas questões nos remetem ao conceito psicanalítico de narcisismo, conceituado por Freud, e das questões que pontua sobre o egoísmo e o altruísmo. No entanto, a aproximação com estas noções, que poderiam trazer importantes contribuições, demandariam um trabalho analítico intensivo, diante das distinções entre o modelo psicanalítico e a perspectiva histórico-cultural de entendimento do psiquismo, que extrapolam aos objetivos deste trabalho, mas apontam para uma importante temática a ser alvo de discussão.

minutos aquelas palavras, aquele momento que você ficou com ele ali, aquilo é que vai fazer ele feliz, então eu penso assim.

Em ambos os casos há um sentido de retribuição divina pela ajuda prestada ao outro, que retorna ao sujeito que ajuda, mas no enunciado de Márcia este retorno ganha um sentido material, de possibilidades financeiras. “Não faltar nada” tem relação com aquilo que se considera necessário e suficiente para viver, que para Márcia, conforme nossas conversas, e para a maioria dos entrevistados, associa-se a ter o básico para morar, comer e vestir-se, sem quaisquer outras necessidades de consumo. Já no caso de Nair associa-se à retribuição em perdão e alegria.

Na análise destas questões, que serão retomadas na discussão sobre a participação social em Bom Futuro, a dimensão moral da religião foi um sentido comum também observado no discurso de outros entrevistados, quando questionados sobre o significado da religião em suas vidas.

Célio: A religião, na verdade, pra nós, ela é a base da nossa, da nossa estrutura, né? Porque a fé, o conhecimento da Bíblia, o conhecimento de Deus, o que Deus ele tem projetado, o que a gente passa a conhecer através da Bíblia, através da fé que, que são os projetos de Deus pra vida humana. Então isso gera na, em nós, um padrão moral, um padrão ético e faz que a gente seja o melhor um pouco e busque, né, essa melhoria, essa estrutura familiar hoje que eu tenho, pela misericórdia de Deus que a gente tem, eu agradeço ao conhecimento que a gente adquiriu, né? É... de Deus, através da, da Igreja, através da Bíblia, porque quando a gente olha a sociedade em si, a gente vê que ela tá um tanto desestruturada, né? E uma família ela só, é, consegue a sua estrutura, eu digo, assim, através do seu, do seu conhecimento é... de Deus, né? Ela passa a conhecer de Deus o, o temor que ela tenha a Deus, isso faz com que ela seja um pouco melhor, né?

Célio posiciona a religião enquanto padrão moral e ético que impulsiona a busca pela melhoria e constitui a base, a estrutura da família. A desestrutura, que associa à falta de padrões morais, é por ele vinculada à sociedade. Neste sentido, a mediação entre família e sociedade perpassa o campo da moral religiosa, não só para Célio, mas para grande parte das famílias de Bom Futuro. Neste campo são estabelecidas, de acordo com falas dos entrevistados, as regras e doutrinas que seguram e dão estrutura às famílias, por alguns relacionadas à proibição de bebidas e festas. Embora as regras morais sejam diferenciadas entre as religiões, em suas permissões ou sanções aos modos de vestir, pensar e agir, é a existência delas que as define para os entrevistados e passa a constituir suas buscas. Além desses pontos, a religião constitui um forte campo de relações interpessoais, para muitos um lócus das amizades.

Críticas morais às religiões também se fizeram presentes na fala de Juliano e de outro morador, ambas em relação aos interesses de arrecadação financeira que as perpassam. Juliano chegou a relacionar a religião à política e ao jogo de futebol, “as coisas mais terríveis da humanidade”, enquanto os maiores arrecadadores financeiros. O outro morador criticou uma religião específica onde as vestimentas e o dinheiro deixado pelos fiéis são muito relevantes, o que se contrapõe à religião que escolheu, onde essas questões não têm importância.

As falas dos entrevistados sobre os sentidos da religião em suas vidas evidenciam seu caráter regulador da moral, do que é certo e errado, permitido ou proibido, no qual a assistência ou ajuda ao outro é associada ao permitido e certo, ao altruísmo, à busca de tornar-se um ser humano melhor e obter graças espirituais/divinas. Nestes casos a busca pela religião se interconecta com a busca pela comunidade, onde, conforme Heller (2008), estabelecem-se valores morais, que na sociedade capitalista estão dispersos e desconexos e passam a ser da ordem da escolha individual. O que pode ser problematizado é em que medida essas comunidades religiosas pautam-se apenas na busca do mesmo, do homogêneo, isolando-se do diferente ou heterogêneo, discussão que será posteriormente retomada.

Além disso, no âmbito assistencial religioso é preciso refletir sobre como os padrões e regras morais estão implicados na ajuda ao outro, de forma a enviesar para a lógica do pecado, da culpa e do perdão aquilo que está na ordem do direito do cidadão e do dever do Estado. No trabalho de Márcia com a pastoral do idoso, este viés não foi observado nas visitas domiciliares que acompanhei, que se concentraram em conversas sobre variados temas, mas inicialmente pautadas no questionamento de como os idosos sentiam-se. Em algumas visitas, ela acabava buscando a assistência da UBS, num trabalho quase de agente comunitária, não pautado na escolha ou orientação religiosa do idoso. Porém, isso não quer dizer que se deva deixar de questionar esta e outras formas de assistência religiosa.

O campo intersetorial, entre a assistência social e a saúde, do tratamento da dependência química é também ocupado pelas entidades religiosas no município de Ariquemes. São a essas instituições que Marli recorre para o tratamento da dependência de dois de seus filhos, além de seu filho falecido, e para as quais precisa pagar um valor mensal que, conforme a instituição, varia de R\$100,00 a um salário mínimo. Marli contou apenas com a parceria de outra mãe e ambas buscaram conjuntamente auxílio para seus filhos, sem qualquer intermédio ou auxílio de secretarias municipais de saúde ou assistência social, revelando outros espaços de inação das políticas públicas.

Embora esses serviços específicos ao tratamento da dependência química não tenham sido alvo de estudo, a grande questão a ser ponderada na assistência social religiosa é o olhar moral sobre as escolhas, comportamentos, problemáticas vividas pelo sujeito, e a busca de redenção, que acabam por escamotear as dimensões materiais, históricas, sociais e psicológicas envolvidas nos fenômenos humanos. Não se trata de negar as buscas espirituais e religiosas dos sujeitos, mas analisar o tipo de assistência prestada por tais entidades e diferenciá-las das modalidades de serviços que o Estado deve oferecer.

5.4.1 Participação social: limites e possibilidades de Bom Futuro

Adentrar o campo das políticas públicas implica necessariamente refletir sobre a participação social, que constitui não apenas seu cerne, mas seu ponto inicial e final num contexto democrático de atuação cidadã nas ações do Estado. Mas essa tarefa demanda olhar para o contexto social mais amplo, para os efetivos espaços de participação nas políticas e ações públicas, para outras possibilidades e lócus de participação social, para as formas de mobilização social e, mais especificamente no âmbito da psicologia, para suas implicações subjetivas. Este constituirá o objetivo deste subcapítulo, que analisa a participação social no contexto do garimpo de Bom Futuro.

De antemão não dispunha de qualquer dado sobre a participação social em Bom Futuro; apenas sabia da existência de líderes comunitárias. Logo no início do trabalho de campo a questão revelou sua importância e pertinência ao olhar. Minhas primeiras incursões efetivas no lugar foram mediadas por uma líder comunitária na atividade de coleta de assinaturas para um abaixo-assinado, organizado pela associação de moradores, reivindicando melhorias no serviço de energia elétrica. Meu entusiasmo foi imediato ante a conexão espontânea da pesquisa com os acontecimentos cotidianos de Bom Futuro e da possibilidade de entendê-los em seu movimento.

Diante de frequentes quedas e oscilações da energia elétrica em Bom Futuro, que danificavam aparelhos eletrônicos, bem como de seu alto custo mensal, a associação de moradores organizou o abaixo-assinado. Cada membro ficaria responsável por coletar assinaturas nas imediações de sua casa. Foi nesta atividade que acompanhei Nair em visitas a muitas casas e na qual fui sendo apresentada às pessoas e apresentei minha pesquisa. As visitas revelaram como Nair era conhecida pela maioria dos moradores e as situações

dialógicas eram bastante alegres, com enunciados de brincadeiras mútuas. Antes de explicar o abaixo-assinado, Nair questionava se os moradores verificavam algum problema na energia elétrica de suas casas; depois da reposta, perguntava se gostariam de assinar o abaixo-assinado para reivindicar melhorias à companhia responsável pelo serviço. A maioria identificou os problemas já mencionados e todos concordaram em assinar o documento.

Em alguns casos os diálogos caminharam para discussões mais políticas sobre os problemas do distrito e a mobilização da comunidade. Uma dessas situações ocorreu com um grupo de aproximadamente quatro homens que trabalhava na construção de uma casa, os quais Nair desconhecia. Após perguntar se os problemas com energia lhes afetavam, todos responderam que sim e um deles explicou que ali havia a necessidade da construção de uma subestação de energia, alertando para os riscos à vida trazidos pela maneira como as instalações elétricas são feitas em Bom Futuro, com fios desencapados e puxados de qualquer maneira e sem controle. Outro homem completou que mesmo que muitos não paguem energia, pelos chamados “gatos”, é melhor que a companhia venha e faça as instalações corretamente do que ficar como está, mas acreditava ser quase impossível instalarem uma subestação ali em função da distância do distrito, do baixo número de residentes e custo implicado. Ao que o outro replicou dizendo que as máquinas usadas na extração de minérios pela cooperativa e empresas cooperadas têm motores potentes que demandam muita energia. Outro homem afirmou que iria assinar, mas não acreditava que isso adiantaria. Nair discordou e disse que se fosse preciso reuniriam a comunidade para ir à companhia de energia fazer pressão e exigir providências. Todos concordaram e um deles afirmou ter sido uma boa conversa.

O diálogo é revelador da descrença quanto à possibilidade de resolução dos problemas da localidade, mas, ao mesmo tempo, de uma concepção da organização coletiva como impulsionadora da reivindicação, noção a princípio da líder comunitária que é compartilhada ao final pelo grupo com que conversamos. A conversa evidenciou ainda que a necessidade de melhoria da energia elétrica afetava às empresas de extração de minérios. Antes de tomar conhecimento sobre o abaixo-assinado, algumas pessoas já haviam contado sobre a recente compra de uma máquina maior e mais potente pela cooperativa mineradora, ainda sem funcionar pela baixa potência da energia do local. Quando soube da organização do abaixo-assinado, imediatamente pensei que poderia estar associado a demandas da cooperativa e não efetivamente da população.

Nas conversas que tive com diferentes moradores isso não foi verbalizado, no entanto, falas presentes no diálogo com o grupo de homens e demais pessoas pareciam revelar certa

reciprocidade entre a cooperativa e a comunidade. Neste caso, a reivindicação da energia elétrica traria benefícios aos dois lados, mas não ficou evidente de quem partiu a iniciativa. Essa ideia de reciprocidade também foi observada nas falas de requeiros que afirmaram depender das empresas mineradoras, assim como elas dependem deles, embora contrariamente também apresentassem críticas ao fato de as empresas dificultarem o trabalho dos requeiros onde os maquinários “cortam o minério”; de haver uma cooperativa de garimpeiros em cujas imediações os requeiros não podem entrar e do monopólio de preços praticados pelas pequenas separadoras e moinhos.

No entanto, entre os funcionários da escola e entre as líderes comunitárias as noções de reciprocidade, mais assentadas nas “benfeitorias” da cooperativa e empresas mineradoras, eram mais evidentes e críticas não eram apresentadas, possivelmente porque a vila Bom Futuro, os serviços e instituições ali existentes são os mais beneficiados pela ajuda financeira da cooperativa a projetos na escola, à iluminação pública, à construção física de instituições e ruas. Algumas falas revelaram uma prática da população local de solicitar patrocínio financeiro da cooperativa e dos empresários para realizar diferentes ações, com diferentes finalidades, entre festas, doações e projetos. Houve também a doação de um terreno para a construção da sede da associação de moradores. Trata-se de uma série de indicadores de assistencialismo criador de dependência, num contexto onde os aparatos estatais não cumprem seus deveres, minimizando a ação crítica e os conflitos. Mas alguns moradores, como destacado anteriormente, tinham consciência desses fatos e não se rendiam às ajudas, mantendo posicionamento crítico. Uma jovem certa vez afirmou em tom de revolta que a ajuda financeira da cooperativa é pequena e que em troca ainda lhe fazem propaganda.

Outro aspecto a chamar a atenção foi o fato do abaixo-assinado não incluir a população da vila Cachorro Sentado, sem energia elétrica, no sentido de reivindicar a ampliação da rede até a localidade, que sofre pressões para mudar-se à vila Bom Futuro. Aquela comunidade organizava a criação de outra associação de moradores para representar seus interesses diante dos conflitos territoriais sobre os quais pouco pude conhecer, dada a desconfiança da população. A não inclusão das demandas da vila Cachorro Sentado na ação reivindicatória que acompanhei indicava um campo de não ação ou não envolvimento da associação de moradores já existente, de alguma forma relacionada à manutenção de bom relacionamento com a cooperativa. Alguns líderes comunitários não expressaram nenhum posicionamento sobre estas questões, ao passo que outros tinham se apropriado do discurso de oposição à comunidade da vila Cachorro Sentado, na acusação de algumas pessoas

consideradas como “mal intencionadas”, que teriam proposto uma elevada negociação financeira como condição para a saída do local.

A inoperância da associação de moradores existente foi apontada mesmo diante das questões da vila Bom Futuro. Muitos com quem conversei desconheciam a existência de uma associação de moradores, mesmo que já estabelecida havia mais de três anos, e outros a criticaram, inclusive seus próprios membros, insatisfeitos com sua inação e não representatividade, o que foi atribuído à gestão centralizadora mantida pela presidência, que desenvolveu apenas ações pontuais, entre as quais: os processos burocráticos para sua criação, o abaixo-assinado para a energia elétrica e algumas atividades para arrecadação de fundos. Pelas informações dos moradores nunca foram feitas reuniões ou assembleias para a discussão mais coletiva de interesses ou planejamento de ações. Além da primeira assembleia necessária para sua legalização, apenas foram realizadas reuniões com os membros da gestão. O próprio abaixo-assinado emergiu de uma dessas reuniões, mas não foi amplamente democraticamente discutido.

No ano de 2012 houve a eleição de uma nova chapa da associação, que em seu plano de ação se propõe buscar soluções para os diversos problemas da comunidade, mas sem qualquer menção às questões do trabalho dos requeiros, tão presentes, ou ao futuro esgotamento da mina e às vilas em condições mais precárias. Também não há qualquer referência à criação de espaços de discussão coletiva. As ações já estão definidas e parecem ficar sob a exclusiva responsabilidade da equipe gestora da associação de moradores.

O que pude observar foi a inexistência de espaços efetivamente democráticos de participação e discussão coletiva no distrito. Nem a escola ainda conseguiu construí-lo. Embora haja Conselho Escolar e Associação de Pais e Professores (APP) e essas instâncias tenham caráter deliberativo na instituição, falta o sentido democrático das decisões e discussões coletivas. Refletir sobre essas questões com a escola constitui o objetivo de um projeto de extensão²⁰ desenvolvido por professoras do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia, do qual faço parte. Numa das reuniões de que participei ficou evidente como os alunos –crianças e adolescentes – ainda são desconsiderados nas decisões, bem como conversas com os membros mais ativos e participativos dessas instâncias evidenciaram que ainda não havia plena noção dos poderes do Conselho Escolar e de seu caráter mais participativo.

²⁰ Projeto: Democratização da escola pública: implementando o Conselho Escolar e o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Padre Angelo Spadari. Desenvolvido por Lara Cristina Cioffi, Gedeli Ferrazzo e Lillian Caroline Urnau.

Um diálogo com Nair explicita um movimento fiscalizador da escola que se iniciou com três mães, alguns anos atrás, e culminou com mudanças fundamentais na instituição que detinha uma situação ainda menos participativa.

Nair: (...) quando a gente viu que tinha muitas coisas assim que não estavam certas na APP, daí a gente foi até a escola pra ter conhecimento do que estava acontecendo e a gente não teve explicação nenhuma e aí a gente foi pro Ministério Público.

Lílian: Vocês foram lá pra tomar conhecimento do quê?

Nair: Pra reclamar porque que a coleta de lixo estava sendo paga com dinheiro da, da APP, umas despesas erradas que nós achávamos.

Lílian: A coleta de lixo do distrito?

Nair: Do distrito. E outra coisa que nos, que fez com que a gente tomasse essa atitude foi uma pintura que foi feita na escola, sabe aquela pintura de... grafite? Que quando a gente ficou sabendo que tinha sido dezesseis mil reais a pintura em grafite e que o pagamento ia sair da APP, e daí a gente correu atrás e começaram a falar que não, que tinha sido cinco mil reais e tal, tal. Aí também a gente entrou no Ministério Público.

Lílian: E essa reclamação deu alguma coisa ou não?

Nair: Sim, ele agiu, que estava tendo coisas erradas, que estava lá não estava certo. Tanto não estava certo que hoje já a merenda não falta, não falta merenda, antes faltava, antes não tinha aula por falta de merenda, qualquer coisinha era motivo pra não ter aula. Não tinha o calendário escolar, então se morria alguém da família do professor já não... faltava, já não tinha aula, se morresse qualquer coisa já não tinha aula, então a gente começou batendo o pé pra ver que estavam errando.

Lílian: Vocês pais é que começaram a regular a escola, então?

Nair: Praticamente.

Lílian: E por conta própria, por iniciativa própria?

Nair: Sim, nossa iniciativa sem envolver ninguém da direção essas coisas nada.

Lílian: E hoje a escola está diferente?

Nair: Está bem melhor, está bem melhor, mas ainda tem coisas pra melhorar. Tem bastante coisa pra melhorar e assim eu vejo que a gente, apesar de que as pessoas, tem muita gente que critica pelas nossas ações, “porque a gente isso, a gente aquilo”, mas eu vejo que as coisas mudam.

Mesmo diante da ainda inexistência de espaços efetivamente democráticos nas instituições públicas responsáveis pela execução de políticas públicas, Nair, Márcia e outros moradores estabeleceram algumas fissuras por meio de iniciativas individuais ou de pequenos agrupamentos. Como se pode ver no enunciado de Nair, essa fissura só foi estabelecida com o recurso de denúncias ao Ministério Público, já que a gestão antiga da escola não prestou seu papel de esclarecimento e transparência pública e, muito possivelmente, tampouco suas decisões estavam pautadas numa gestão democrática. Mas foram essas ações que garantiram uma regulação da escola, do calendário escolar e dos gastos mediados pela APP, entre os quais a insuficiente merenda escolar.

Se, por um lado, observam-se limites nos espaços participativos, por outro, a participação social existe em Bom Futuro, principalmente desempenhada por alguns indivíduos, que geralmente também exercem função de liderança nas organizações religiosas e são em sua maioria mulheres.

Conheci aproximadamente sete pessoas que mencionaram a realização de alguma ação, geralmente reivindicatória ou denunciativa, no que se refere ao campo dos direitos e deveres do cidadão, do Estado e das políticas públicas. Nair e Márcia estão entre essas pessoas. Além das atividades assistenciais e religiosas que desempenham, são bastante ativas nesse campo mais específico da participação social e principalmente na escola e UBS do distrito. Márcia, por exemplo, relatou ter participado da formulação dos planos municipais de educação e saúde. Ainda afirmou frequentemente circular entre as secretarias municipais de Ariquemes para cobrar-lhes as promessas não cumpridas, entre as quais a construção da creche, da qual detém o projeto em mãos, e da escola estadual. Cotidianamente, vai à escola porque exerce funções na APP, de controle da merenda escolar. Também observei que controla o cotidiano da escola, como a circulação dos alunos fora de sala de aula.

Fica evidente o caráter mais individualizado da participação social em Bom Futuro, ainda que direcionada a questões de interesse comunitário e coletivo, o que também foi observado na pesquisa realizada por Scarcelli e Motta (2008) no município de Machadinho do Oeste no estado de Rondônia, onde as ações de participação social eram igualmente direcionadas às faltas e inações dos serviços públicos. A organização mais coletiva da comunidade que observei ocorreu numa situação emergencial de violência escolar envolvendo alunos adolescentes, um caso grave de espancamento. Logo após a agressão, cheguei à escola sem saber o que ocorrera. Grande parte dos alunos e funcionários estava visivelmente em estado de pânico, alguns choravam. As conversas demonstraram que o ocorrido remetia a uma situação de violência vivida na escola alguns anos antes, em que os próprios funcionários foram ameaçados, bem como ao caso do aluno do Rio de Janeiro que atentou contra a vida de professores e alunos, alvo de comoção nacional, ocorrido poucos meses antes.

Pais e mães juntamente com funcionários da escola, organizaram-se, lotaram um ônibus e foram para Ariquemes reivindicar mais segurança para a escola e comunidade. Reuniram-se com secretários municipais e representantes estaduais da educação e segurança pública. A reunião e as reivindicações foram divulgadas em jornais eletrônicos da cidade. Depois o policiamento no local foi aumentado.

Ainda que seja questionável a busca de soluções punitivas e policiaeskas ao episódio de violência escolar e a não discussão mais ampla da temática, que incide sobre as próprias

práticas dos agentes escolares e existente nos variados âmbitos e práticas sociais, como destaca Aquino (1998), a situação demonstrou a possibilidade de unificação da comunidade na busca de providências aos seus problemas e o entendimento da força da organização coletiva em comparação às ações individuais de líderes ou demais pessoas da comunidade. Também podemos pensar no papel dos próprios funcionários da escola como possíveis articuladores desse movimento, porque também afetados pela questão da (in)segurança em seu ambiente de trabalho. No entanto, a organização e unificação coletiva é efêmera e voltada a situações imediatas.

Um diálogo com Vanessa assinala outras questões importantes ao entendimento da organização coletiva comunitária de Bom Futuro e as implicações mais individuais.

Lílian: Vocês têm uma organização, uma associação, alguma coisa pra vocês se reunirem, pra debater, vamos supor, vocês estão com algum problema na comunidade?

Vanessa: Assim não. Tem, às vezes até tem no colégio, mas só que as reuniões lá são assim, elas falam, falam coisas sem fundamento e fica naquilo mesmo.

Lílian: Ah é, o que se fala nas reuniões assim que é sem fundamento?

Vanessa: Às vezes assim vem o prefeito, alguma coisa e fala que vai mudar isso, que vai mudar aquilo e a gente nunca vê.

Lílian: É sempre promessa?

Vanessa: É sempre promessa. Nem compensa a gente ir, porque se a gente reunisse pra, vamos falar do que a gente precisa, aí já tem quem vai puxar o saco.

Lílian: Como que é isso, isso que eu queria entender, por que isso assim?

Vanessa: Eu acho que quem trabalha para o prefeito são mais assim, acho que tem medo de perder o emprego aí tem medo de falar alguma coisa. Aí se o povo se reunisse e falasse lá tudo junto. Às vezes um fala uma coisa e outro já fala outra, nunca é a unidade. Aí nunca dá certo que a atitude das pessoas. Tem medo de falar, acho que é isso.

Lílian: Você acha que as pessoas aqui tem medo de falar o que pensam?

Vanessa: Algumas. Têm umas que falam. Que nem eu estou falando, os mais puxa-sacos deles lá, quando é preciso falar alguma coisa pra melhorar pra gente, eles não falam.

Vanessa enuncia os interesses de muitas pessoas da própria população de Bom Futuro por empregos e cargos municipais, colocados à frente dos interesses comunitários. Como o ano de 2012 foi de eleições municipais, observei uma movimentação de candidatos e campanhas eleitorais no distrito. Uma moradora envolvida na campanha de um candidato eleito verbalizou-me que estava à espera de uma portaria para assumir um cargo municipal, o que respalda a afirmação de Vanessa e traz mais elementos para se compreender a organização social em Bom Futuro. A pergunta que outra moradora direcionou-me sobre quais eram os meus interesses em ir até Bom Futuro insere-se nesse contexto de individualismo e desconfiança não apenas nas instituições sociais, mas para com os sujeitos.

Os cargos de confiança fazem parte do leilão de barganhas e benefícios políticos, das práticas clientelistas (OLIVEIRA; SEIBEL, 2006) neste país e impedem, como destaca Vanessa, que as questões comunitárias sejam efetivamente debatidas entre a população e seus representantes, e não apenas maquiadas, num contexto neoliberal de prevalência de interesses privados sobre os públicos e da própria transformação dos espaços públicos em espaços privados, de privilégios a poucos.

Excetuando um político que costuma frequentar o local e é referido como o principal apoiador dos requeiros em sua luta pela permanência no garimpo muitos anos atrás, todos os demais e gestores públicos ou seus representantes no local são referidos pelos entrevistados com desconfiança e descrédito, tanto por promessas não cumpridas, quanto por interesses pessoais. No entanto, não ficaram evidentes nestas críticas aos políticos implicações de disputas entre partidos políticos específicos. Alguns líderes tinham um envolvimento mais explícito com partidos e campanhas eleitorais, mas outros não. A influência dessas questões ficou mais evidente no campo dos benefícios e interesses pessoais de alguns.

A falta de unidade entre as pessoas de Bom Futuro, mencionada por Vanessa, esteve presente nas falas de muitos com quem conversei quando questionados sobre as formas de organização coletiva e comunitária no local. “Rapaz, é complicado, você sabe, mexer com gente é problema. (...) cada um tem uma opinião (...) Aí é onde às vezes não combina, se um puxa pra um lado o outro puxa pro outro. Aí tá... o sofrimento continua até hoje e ninguém faz nada.” (Leandro). A falta de unidade também foi associada ao fato de três pessoas do local apresentarem candidatura a vereador do município de Ariquemes no ano de 2012. Para algumas pessoas com quem conversei, Bom Futuro deveria apresentar apenas um candidato, o que traria mais chances de eleger um representante na comunidade.

O enunciado da falta de unidade se contrapunha ao uníssono de opiniões e críticas que identifiquei nas falas dos entrevistados e demais moradores de Bom Futuro diante dos problemas que identificam nos serviços públicos locais. Utilizavam inclusive frases idênticas. Esse quadro revela não apenas a criticidade dos sujeitos, mas que esses temas fazem parte dos assuntos debatidos cotidianamente por eles, conforme pude observar em rodas de conversa de que participei, nas quais os assuntos políticos e sociais locais e nacionais eram os principais temas discutidos.

Esse contexto de críticas contrasta com o contexto de falta de acesso a informações fundamentais, como apresentado anteriormente, que mantém a alienação e os processos de exclusão em Bom Futuro. Se, por um lado, o não acesso a determinadas informações impõe

limites à potência de ação dos sujeitos e sua organização coletiva (SAWAIA, 1999), por outro, o elemento da crítica acena dialeticamente para suas possibilidades.

No entanto, excetuando a organização emergencial e as práticas individuais de alguns sujeitos, mesmo diante de questões em que tinham plena consciência de seus direitos e dos deveres não cumpridos do Estado, ficaram evidentes nas falas dos entrevistados alguns elementos impeditivos. Os enunciados de Leandro e Vanessa “nunca é unidade”, “cada um puxa para um lado” mostram ainda uma dificuldade de negociar significados e opiniões divergentes entre a população. Também me chamaram a atenção as críticas direcionadas a algumas pessoas que exercem atividade de liderança, bem como o ressentimento expresso por alguns criticados em suas ações, confirmando que a consciência crítica por si só não possibilita a ação coletiva, pois seu impulso imbrica-se com a afetividade (SAWAIA, 1999).

Existem fortes elementos individualistas de valorização excessiva do eu, relacionados ao contexto neoliberal que vivemos, de dificuldade de lidar com o estranho ao eu, com opiniões e vontades que não são familiares, que também se faziam presentes ali. Se, de um lado, as ações das lideranças evidenciam um movimento de oposição à não participação social, de outro, mantêm o individualismo, ainda que em prol do bem comum, suas ações são praticadas sem um consentimento e discussão coletiva, questão que pode se relacionar às críticas pessoais e ressentimentos entre os sujeitos criticados. Uma mulher disse-me que não tem mais vontade de fazer nada pela comunidade, pode até ajudar, mas prefere que seu nome não seja envolvido, para evitar comentários negativos a seu respeito. A continuação do diálogo com Nair analisado antes, em que já expressava ser alvo de críticas, traz à tona outras dimensões implicadas na questão:

Lílian: Mas o que eles criticam? Quem critica? A comunidade?

Nair: Não, no caso nós que estamos sempre pegando no pé, sempre correndo atrás das coisas. Aquela turma assim que acha que o errado está certo é essas turminhas assim, chamam nós de beatos, de fofoqueiros (risos), mas eu não me importo com isso. Importante que eu vejo que a gente está lutando por causa e eu sei assim que, que uma coisa que Deus pede muito é que a gente lute pela justiça. Então a gente não pode deixar a injustiça tomar conta, a gente sempre tem que lutar pela justiça, pelo certo.

Lílian: Aí no caso, dentro da comunidade dentro da comunidade vocês enfrentam críticas assim?

Nair: Sim, os moradores, os funcionários da escola, mas eu mesmo eu não me preocupo não, importante que eu estou fazendo a minha parte, eu acho que todo mundo deveria fazer para as coisas melhorarem para as coisas andar, eu acho que é assim, eu se fosse por mim sinceramente nós já tínhamos formado uma comissão para estar reivindicando tudo o que falta na nossa comunidade, que o povo lá de fora não se importa não com a gente aqui.

Mesmo que Nair evidencie sua obstinação pela “busca da justiça”, independentemente da opinião e crítica alheia, afirmou sua vontade de organização de comissões para o enfrentamento dos principais problemas da comunidade, apontando o entendimento da necessidade de organizações mais grupais e menos individuais. Nessas disputas e críticas pessoais também se observam implicações religiosas ao ser chamada de beata, bem como o fato de sua participação social e ação na comunidade relacionar-se ao significado de justiça, que conceitua como uma prerrogativa espiritual/religiosa, uma vontade divina, que se estende de seu trabalho religioso. Isto implica dizer que as motivações anteriormente analisadas sobre a relação de seu trabalho voluntário, com a moral religiosa, a noção de solidariedade e suas buscas existenciais pessoais, coadunam-se com sua participação social nos espaços políticos e democráticos do Estado. Questões que em Bom Futuro estendem-se a maioria das lideranças, não sendo especificidade de Nair.

Apesar de a maioria dos entrevistados afirmar a não interferência das escolhas religiosas nos relacionamentos interpessoais na localidade e de alguns inclusive participarem de cultos em diferentes religiões (apenas uma religião evangélica foi apontada como mais fechada e limitadora de contatos e amizades com pessoas de outras religiões), observou-se no ambiente de críticas e disputas pessoais que implicam a mobilização e participação social um campo de disputas entre religiões. Tanto Márcia quanto Nair afirmaram que é diferente o entendimento de justiça e coletividade entre católicos e evangélicos. Afirmaram que os segundos direcionam suas ações para o benefício dos irmãos (integrantes da mesma comunidade religiosa), ao passo que os primeiros pautam suas ações nos direitos iguais a todos. Nair citou uma situação em que na inscrição de cursos oferecidos no local foram privilegiados os membros de uma determinada religião e pessoas mais pobres não puderam participar. Também afirmou o fato de algumas religiões evangélicas limitarem o envolvimento de seus fiéis em questões mais comunitárias, enquanto proibição do pastor. Discursos opostos de críticas aos católicos não foram observados entre os entrevistados evangélicos.

Não cabe aqui estabelecer o julgamento moral da melhor religião entre as evangélicas e a católica, mesmo porque existem muitas ramificações nestas religiões. A fala de Nair de que “Deus quer a justiça” poderia ser mais associada a ideologias vinculadas a alguns movimentos católicos, como da teologia da libertação, pautado na busca por justiça social, e na própria ação das pastorais, possivelmente menos presentes em outros movimentos católicos, como o carismático. O mais importante no enunciado de Nair é que a participação social também está atravessada por ideologias e preceitos religiosos, que em alguns casos

podem ser justificadores do trabalho social ou limitadores da potência de ação e organização comunitária e que por isso merecem atenção, já que constituem um importante âmbito da cultura e das ideologias populares, como destaca Gramsci (1966).

O que prevalece nessas disputas é o âmbito das distinções morais entre as religiões, ou seja, mesmo que a moral constitua uma característica de todas as religiões, conforme os entrevistados, cada religião prescreve e estabelece um código de regras morais distintas que entram em conflito em algumas questões. Em Bom Futuro, o conflito incide sobre o campo da organização social.

Com base no conceito de identidade da psicologia sócio-histórica (SAWAIA, 1999), a religião pode configurar um grupo ou comunidade identitária pautada na unidade e semelhança entre seus membros no seguimento de determinados preceitos espirituais e morais e que se opõe aos que seguem preceitos diferentes. Esse funcionamento ideológico incide na participação social de Bom Futuro, uma vez que a liderança religiosa se estende à comunitária e por vezes se confundem.

No entanto, mesmo internamente às religiões observaram-se disputas entre campos de poder distintos, não havendo homogeneidade completa, mas também conflitos e críticas entre os próprios membros.

Todas essas disputas são limitadoras da mobilização e organização coletiva da comunidade, conforme os entrevistados e pessoas com quem conversei. A ideia de unidade ou união da comunidade geral de Bom Futuro aparece nos discursos como uma possibilidade de força perante o contexto que a exclui e desconsidera, mas que ainda não conseguem alcançar. São quase unânimes no apontamento das precariedades existentes e no gosto por residir no lugar, contrariando os estereótipos externos, e posicionando a violência como fato do passado. A grande dificuldade parece justamente residir na dialética entre igualdade e diferença, na consideração de que mesmo na unidade há que haver oposição, há que se possibilitar a diferença e divergência. Não há como haver homogeneidade, o que não significa negatividade ou inação. Tal como discute Scott (2005), é justamente a tensão entre igualdade e diferença e não a escolha de um destes polos que se faz importante às lutas por direitos.

Sawaia (1999, p. 20) adverte para a contradição e o risco implicados na noção de identidade: “Ser uma estratégia de luta contra a exclusão e pela liberdade e, ao mesmo tempo, o centro motivador da comunidade apartheid-defensiva ou agressiva.” Esta última é característica dos fundamentalismos e oposições radicais ao estranho e diferente. A questão reside justamente na articulação permanente entre homogeneidade e heterogeneidade. Lidar

com essas tensões dialéticas parece constituir o grande desafio da comunidade estudada e possivelmente de muitas outras.

Outros aspectos estiveram presentes nos discursos dos sujeitos que destacaram a falta de organização coletiva em Bom Futuro. Um idoso falou que mesmo que sejam discutidos os problemas locais “ninguém assume o compromisso”, ou seja, ninguém assume responsabilidades na ação. Essa postura pode ser correlacionada às falas de outros entrevistados, que destacaram a falta de tempo da maioria da população que trabalha para o envolvimento em questões comunitárias. Observei que são quase dois mundos diferentes os ambientes da vila Bom Futuro e o da extração mineral propriamente dita, com campos de acontecimentos distintos, o segundo mais marcado pelas questões do trabalho e o outro pelos acontecimentos da escola e UBS. Como os serviços públicos concentram-se na vila, muito do que acontece não chega ao conhecimento dos trabalhadores ou não pode por eles ser vivenciado. (Esta divisão entre estes dois mundos, não intencionalmente e só agora observada, também repercutiu em na análise da organização coletiva dos requeiros e da comunidade em capítulos distintos neste trabalho.)

Pode-se ver aí marcas do que Heller (2008) conceitua como desvalores do modelo capitalista, que posiciona o trabalho na ordem da submissão, como oposição à liberdade, e o concentra na cotidianidade, nas buscas individuais que limitam a ação humano-genérica, voltada para o coletivo. Podemos pensar que, de modo oposto, as duas líderes colocam suas atividades comunitárias no lugar que seria do trabalho cotidiano, porque sua sobrevivência está garantida de outras formas, e, com isso, de algum modo ampliam suas possibilidades de ação humano-genérica. A interlocução entre as duas dimensões na vida de Nair, por exemplo, trouxe repercussões às suas relações intrafamiliares com seus filhos – passou a fazer reuniões com o grupo familiar para a discussão de problemas, nos moldes das reuniões de que costuma participar em outras instituições.

A grande questão é discutir a dialética entre ações cotidianas e humano-genéricas, ou seja, entre o individual e o coletivo, já que elas não podem ser desconectadas. Como destaca Heller, mesmo na atividade humano-genérica, a dimensão do sujeito, do cotidiano está presente, mas o aspecto do valor que direciona a atividade e as relações pode delimitá-la mais a um campo ou ao outro. Estas questões podem ser alvo de discussões sobre a participação social em Bom Futuro. Interesses pessoais e buscas pessoais sempre estão presentes, mas a questão é refletir em que medida e sob quais maneiras sobrepõem-se ao ou suplantam o interesse coletivo e a liberdade. Como afirma Heller, a “consciência do nós” deve prevalecer sobre a consciência e as necessidades do “eu”.

Também é possível considerar como humano-genéricas, em sua maioria, os sentimentos e as paixões, pois sua existência e seu conteúdo podem ser úteis para expressar e transmitir a substância humana. Assim, na maioria dos casos, o particular não é nem o sentimento, nem a paixão, mas sim seu modo de manifestar-se, referido ao eu e colocação da satisfação das necessidades e da teleologia do indivíduo. (HELLER, 2008, p. 36)

Ainda no que se refere à dialética entre o coletivo e o individual na participação social numa perspectiva crítica, os atravessamentos da moral impõem-se e não podem ser minimizados, como ficou evidente ao longo desta discussão, a partir dos conceitos de solidariedade, justiça social e suas associações com as morais religiosas.

Conforme Heller, a moral permite ao homem suplantar suas necessidades particulares imediatas e elevar-se ao campo das ações sociais, por meio de um “sistema das exigências e costumes” (p.16) estabelecidos pelas diferentes sociedades e comunidades. Mas o “x” da questão reside no conteúdo destes valores morais, que podem vincular-se, por exemplo, a desvalores que negam os componentes essenciais do humano, tais como: “o trabalho (a objetivação), a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade”, os quais não constituem apenas valores morais, mas produtos das forças de produção (p. 15) É nesta discussão que a moral das religiões e a motivação para a ação dos indivíduos precisa ser inserida, no que se refere ao campo da solidariedade e da participação. Em que medida efetivamente voltam-se ao humano-genérico ou aos benefícios particulares? O caso das duas líderes parece refletir uma busca mais voltada à “consciência do nós”, sem negar suas motivações subjetivas, no entanto, pautadas em noções morais religiosas, que se contrapõe à liberdade e à consciência.

Entende-se que as motivações alicerçadas em filosofias religiosas caracterizam a solidariedade por semelhança, na qual seus adeptos comungam os mesmos valores. A solidariedade para os tempos atuais, com suas múltiplas moralidades, é aquela que inclui todos aqueles que participam da condição humana. (SELLI e GARRAFA, 2005, p. 477)

Nesta direção, Selli e Garrafa (2005) propõem dois importantes conceitos: voluntariado orgânico e solidariedade crítica, como possibilitadores de transposição das motivações essencialmente pessoais e religiosas. O voluntariado orgânico, vinculado ao conceito gramsciano de intelectual orgânico, propõe a participação política no que se refere aos processos de democratização do Estado. Já a solidariedade crítica, é uma solidariedade política e consciente, de exercício da cidadania e participação nas políticas públicas e, portanto, não apenas dirigida à sociedade civil, mas ao próprio Estado e pautada no princípio da liberdade, autonomia e do respeito ao pluralismo moral. Refletir sobre tais questões com uma população fortemente amarrada à moral religiosa constitui um grande desafio a ser

enfrentado, num contexto social mais amplo em que as religiões têm amplos aparatos de divulgação de suas filosofias, incluindo os meios de comunicação de massa.

Outra explicação pertinente para a análise da organização coletiva em Bom Futuro foi dada por Douglas:

Lílian: Com relação aos pontos negativos que o senhor comentou, vocês fazem alguma coisa pra reivindicar o que está errado?

Douglas: Não, isso aí não. Até já é uma cultura do brasileiro quase não fazer isso. Quando faz é um grupo grande de estudantes, mas assim em comunidade pequena quase não fazem nada. O brasileiro é uma pessoa que aceita tudo. Se você prestar bem atenção, né? Até as próprias leis. Porque digamos assim, quantos políticos têm no nosso país. Nós somos, digamos, duzentos milhões hoje em dia. Tem, digamos assim, dois milhões de políticos que formam as leis do legislativo, judiciário, tudo. Digamos que, não, tem um bilhão, umas cem mil pessoas que comandam o país. Digamos assim, no sentido de que formam as leis. E se eles fizerem alguma coisa pra nós, nós aceitamos, porque é lei, porque sei lá... Então já é uma cultura. Tem países que eles brigam, pintam e bordam e aí eles aceitam. (...) O que a gente fica esperando é que chega na época da política eles vêm com umas conversas bonitas: “Não é que no ano passado a gente não fez, mas esse ano nós vamos fazer.” Aí, quando tem um determinado grupo de gente que pensa em fazer isso [reivindicar], já tem uns que falam “Ah não, vai mexer com isso?” (...) um colega foi se propor a ajudar a arrumar a documentação de outros colegas e ainda falaram que ele estava com algum interesse. Então o brasileiro é complicado.

Douglas também aponta as críticas e a desconfiança como limitadoras das ações daqueles que se propõem a ajudar os outros, mas ainda atribui a dificuldade de organização coletiva à cultura brasileira, de aceitação e submissão às leis e à hierarquia política que as estabelecem. Concretamente vivenciamos neste país um processo de mudanças desde o fim da ditadura militar e a luta de muitos movimentos sociais, no sentido da democratização e ampliação da participação da sociedade civil, mas que ainda não é sentida ou efetivamente vivida pela maioria da população, que se mantém obediente ao que lhes é hierarquicamente determinado ou que não se considera com força mobilizadora suficiente, como evidencia Douglas na comparação entre a grandiosidade do movimento estudantil em centros urbanos e a pequenez da comunidade de Bom Futuro.

A fala de Douglas, sobre ser da cultura do brasileiro submeter-se, remete mais a uma culpabilização do indivíduo, que aceita e não participa, mas não propriamente do contexto histórico, social e cultural que promove, prestigia e reforça a obediência, com inúmeros benefícios pessoais, não sendo aberto à oposição e ao enfrentamento, muitas vezes severamente punido. Esse quadro decorre do modelo econômico vigente, que promove os desvalores (Heller, 2008) da submissão, da “escravização ao salário” e do individualismo, levando à alienação.

As políticas públicas, pautadas nas noções de democracia, descentralização e participação, podem constituir, mesmo nesse estado de coisas, espaços para outras possibilidades. O que não significa desconsiderar, como ficou evidente nesta reflexão, que mesmo nas políticas públicas o espaço efetivo de participação ainda é limitado diante do jogo de interesses políticos e pessoais que as perpassam. A manutenção da dissociação e da hierarquia entre os planejadores, executores e beneficiários é reveladora do mínimo espaço de participação popular, somente concedido diante das fortes pressões opositoras dos movimentos sociais.

Compreender esta complexidade da contradição dialética dos interesses coletivos/individuais e das condições objetivas/subjetivas implicadas na participação social é fundamental para ir além dos discursos ingênuos e dos conceitos ocultos presentes nos textos da Política Nacional de Assistência Social e demais políticas públicas, que acabam por colocar sobre os indivíduos, sejam eles funcionários ou beneficiários dos serviços, a responsabilidade pela participação. Os primeiros por serem os que têm o poder de empoderar os beneficiários, e os segundos como aqueles que devem participar para modificar sua condição.

Faz-se necessária uma discussão mais ampla e profunda sobre as próprias práticas democráticas e participativas, tanto no âmbito do planejamento das políticas públicas, quanto das ações e serviços direcionados à população, que lhe são oferecidos, em vez de serem com elas construídos. No caso de Bom Futuro, essa discussão no âmbito da assistência social não faz qualquer sentido, já que o único serviço socioassistencial a se fazer presente é o Programa Bolsa Família, evidenciando a não alteração do paradigma assistencialista para o de participação na própria execução da PNAS. Como é possível pensar nessa mudança, que também implica a alteração da condição da pobreza, quando questões relativas ao trabalho são ainda secundárias ou completamente inexistentes para as ações dessa política, como ocorre em Bom Futuro?

Resumidamente, esta análise evidenciou sobremaneira os limites à participação social e organização coletiva em Bom Futuro, o que de algum modo explica o que paralisa e silencia suas concretizações efetivas. Entre esses limites podem ser citados: o contexto neoliberal capitalista marcado pela cotidianidade, pela transformação do espaço público em privado e pela exploração do trabalho; a precariedade das ações do Estado em Bom Futuro; a inexistência de espaços efetivamente democráticos no local; a falta de informações e o medo de falar; o clientelismo político e empresarial, baseado na troca de favores e pequenos benefícios; a valorização excessiva do eu; a moral religiosa e as disputas delas decorrentes que dificultam a negociação de sentidos e significados.

Por outro lado, algumas possibilidades acenam para perspectivas de mudanças e potencialidades de Bom Futuro, entre as quais: a presença de consciência crítica da população e consensos; noções e vivências de participação social e organização coletiva; consciência da necessidade de construção de identidade comunitária, bem como de trocas sociais e afetivas intensivas e extensivas, para além do núcleo familiar, constituindo espaços de discussão dos problemas comunitários políticos. Refletir sobre estas questões com a população poderia ser o mote para o trabalho dos profissionais dos serviços socioassistenciais, entre os quais o psicólogo, no sentido de construir espaços de efetiva cidadania, pautados na organização comunitária e potência de ação.

Interlocução de olhares

6. PSICOLOGIA E AS FAMÍLIAS DO GARIMPO: POSSIBILIDADES DE ENCONTRO

6.1 Sentidos da psicologia: os olhares dos sujeitos em diálogo

A objetivação ética e estética necessita de um poderoso ponto de apoio, situado fora de si mesmo, de alguma força efetivamente real, de cujo interior eu poderia ver-me no outro. (BAKHTIN, 2003, p. 29)

Compreender as possibilidades teórico-práticas da psicologia a partir da interlocução com as famílias do garimpo Bom Futuro, tendo como horizonte a política de assistência social, implicou em também compreender os sentidos e significados atribuídos pelos partícipes do estudo à psicologia e ao trabalho do psicólogo. Mesmo ciente do restrito acesso aos serviços psicológicos em localidades marcadas pela pobreza, era importante conhecer o acesso específico daquelas famílias (considerando o trabalho desenvolvido pela equipe do CREAS no ano de 2010, que contava com profissionais da psicologia), bem como seus entendimentos, para evitar generalizações de noções *a priori*.

As primeiras pessoas com quem conversei mais intensivamente, uma professora pioneira da escola e duas líderes comunitárias, imediatamente após explicar a pesquisa, fizeram-me indicações de algumas famílias e pessoas que gostariam que eu conhecesse, e em alguns casos que as avaliasse ou atendesse, em função de apresentarem algum problema de ordem psicológica. A professora chegou a nomear quadros como depressão e psicose e também casos de problemas de relacionamento familiar. Alguns nomes de moradores foram indicados pelas três mulheres, com as quais conversei separadamente e em distintos momentos. As indicações evidenciaram o lugar comum da psicologia, como campo de atuação clínico, relacionado à saúde mental.

Expliquei às referidas mulheres que não consistia o foco do estudo compreender especificamente as famílias com supostas questões de saúde mental, mas as famílias de um modo geral. Ao esclarecer essa delimitação do meu trabalho, senti-me frustrando as expectativas em relação a minha inserção no local, considerando que essas questões também mereciam atenção e diante das ausências das demais políticas públicas.

O mesmo aconteceu na escola do distrito. Após apresentar-me, as coordenadoras pedagógicas e a diretora discorreram sobre a necessidade do trabalho de um psicólogo com as crianças que tinham dificuldades de aprendizagem ou problemas decorrentes da falta de estrutura familiar e solicitaram minha ajuda. Expliquei que não poderia desenvolver um trabalho daquele tipo, o foco da pesquisa era outro e meu tempo, restrito. Ainda que se possa olhar criticamente o pedido de ajuda dos agentes escolares, no sentido de que polarizam o fracasso escolar nos alunos, como problemas individuais, cognitivos e afetivos, ou familiares que cabem ao psicólogo solucionar, desconsiderando o contexto e as relações que os produzem, tal como muitos autores da psicologia escolar desde a década de 1980 evidenciam (PATTO, 1982, 1990; SOUZA, 2007; MACHADO; SOUZA, 2004; ZANELLA, 2003, entre outros), tanto esse pedido, como o das outras moradoras, são reveladores da necessidade do trabalho do psicólogo no contexto escolar e na saúde, e de sua ausência ou insuficiência nos serviços públicos nestes campos, o que contribui de algum modo para que outras possibilidades de atuação do psicólogo, não individualizantes ou psicologizantes, sejam vislumbradas.

Na política de assistência social, a normativa que estabelece o número mínimo de profissionais da psicologia é um grande avanço, ao considerarmos sua presença obrigatória em âmbito nacional nos aparatos e serviços municipais prestados à população. No caso da saúde, a presença do psicólogo nas equipes de atenção básica à saúde e nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) está prevista, mas não é obrigatória (BRASIL, 2011g; 2004b). No campo da educação pública, não há nacionalmente uma política que demarque a presença do profissional da psicologia nas equipes das escolas ou dos aparatos educacionais, a inserção depende de iniciativas locais, municipais ou estaduais.

No município de Ariquemes, há dois psicólogos atuando no âmbito da saúde e outros dois, na assistência social. São os responsáveis pela totalidade da demanda das áreas urbana e rural, que incluem o distrito de Bom Futuro, o qual não consegue ser efetivamente atendido. Minha chegada representava para a população uma possibilidade de atenção, que não obtinham nas demais políticas públicas.

Nos contatos que tive com os vinte e dois entrevistados, a maioria afirmou nunca ter sido atendida por um psicólogo; apenas cinco afirmaram o contrário. Nenhum teve qualquer forma de atendimento pelas psicólogas do CREAS que iam ao garimpo no ano de 2010. Entre os entrevistados que nunca foram atendidos, cinco afirmaram não saber quais as funções de um psicólogo. A entrevistada Rute disse ter procurado um psicólogo em decorrência de um momento difícil pelo qual passava, relacionado a problemas enfrentados por seus filhos, no

entanto, no decorrer da conversa ficou evidente que na realidade foi atendida por um neurologista, que lhe prescreveu medicamentos. Márcia levou a filha mais nova a um psicólogo algum período após a morte do marido, sem especificar o que a motivou. Marli teve seu primeiro contato com uma psicóloga na semana anterior à entrevista, numa reunião de pais na escola de Bom Futuro.

Marli: Aí eu fui fazendo a pergunta e ela respondendo. Fiz uma, cada mãe fez uma. Eu perguntei pra ela assim do meu menino, tá muito desobediente, meu Deus! Pensa num moleque na sala de aula que tá triste, que eu num estou sabendo mais lidar! Reprova todo ano, o de quatorze anos... só pensa em brincar! O negócio dele dentro da sala de aula é dormir, brincar, dormir, brincar, dormir, brincar! Caderno tá quase do jeito que foi, no começo do ano! Tem nada. Nem aqui, nem na escola.

Lílian: E o que ela lhe orientou?

Marli: Ah, ela me orientou... umas coisas eu já tinha feito, que é tirar o que ele gosta. Que nem eu falei pra ela, eu tirei ele da lagoa. Gostava de tomar banho de rio. (...) Tirei! Tudo, continuei, tirando ele de andar e tudo... mais ficou do mesmo jeito! Agora deu uma melhorada. É que agora acabou toda, todas alternativas dele. Que adianta, fica do mesmo jeito! Num tem como tirar nada, nem fazer nada! Tem que deixar do jeito, acho que, que tá. (...) E agora o sonho dele é ter um animal, um cavalo. (...) Aí ela falou assim: “Faz uma experiência com ele. Você promete se ele passar dois anos sem repetir, você dá o cavalo pra ele. Aí se ele já passar esse ano, final do ano você compra um animal, você tem condições de comprar um animal pra ele? Falei: “Não tenho, mais vou ver se dá, vou ver se compro”. Aí ela falou assim: “Final de ano, você dá o cavalo de presente. Se no início do, das aulas de novo, ele fraquejar, você toma o animal, joga ele no pasto onde ele fica escondido. Fala: ‘Não vou te dá o animal, porque você não tá estudando mais!’ Aí ele vai caprichar, você vai fazendo assim que até ele vai estudando!” Falei, mais ele é muito difícil, menina!

O atendimento psicológico relatado por Marli era um encontro grupal de pais de alunos e um psicólogo convidado pela escola sem perspectiva de continuidade. O relato de Marli demonstra a intervenção do psicólogo pautada na adaptação/ajustamento dos alunos às expectativas e normas escolares, tal como esperado por seus agentes, mantendo os padrões de responsabilização individual da criança e de sua família. Mas o que a desobediência, o dormir e o brincar da criança comunicam naquele contexto? Ao que estão relacionados? Questões que parecem não terem sido problematizadas no atendimento psicológico, conforme o relato de Marli. Tampouco foram colocadas em questão as relações interpessoais no contexto escolar, o papel da escola e dos agentes escolares ou os aspectos específicos dos processos de ensino e aprendizagem.

O foco do atendimento foi a orientação da mãe de acordo com esquemas de reforço ou punição de condutas tidas como adequadas ou não ao bom desempenho escolar do aluno,

prática que pode ser questionada por desconsiderar o fracasso escolar como produto das próprias relações escolares e sociais mais amplas, pela manutenção de ideologias individualizantes, na qual cabe ao psicólogo criar as condições ou os mecanismos necessários para a adaptação do indivíduo à sociedade, o que historicamente se mantém como prática hegemônica (PATTO, 1982, 1990).

Os problemas de alunos na escola também apareceram nas falas de entrevistados, como Márcia, Marisa e Gerson, quando questionados sobre as demandas da psicologia no garimpo. Citaram a necessidade de atendimento psicológico aos alunos por causa da violência e desestrutura familiar, apontando a apropriação e manutenção das ideologias e práticas do psicólogo que polarizam os problemas escolares sobre os alunos e concepções morais de famílias e da violência, as quais transcendem os muros escolares e compõem o caldo cultural e de senso comum mais amplo.

Outros elementos dessas ideologias adaptacionistas, presentes na atuação do psicólogo, foram apontadas pelo requeiro Gerson. Ele e sua esposa declararam já terem tido contato prévio com algum psicólogo. Ela foi atendida após a morte de seu filho, uma única vez, e ele participou de entrevistas psicológicas em situações de seleção para vagas de trabalho na construção civil. Os sentidos que Gerson atribui ao trabalho do psicólogo são importantes à discussão.

Gerson: É a pessoa que estuda a natureza do cidadão, né? Para observar se ele tem problema mental, como se diz, se ele é uma pessoa da mente bem elevada, ou é menos elevada, e daí por diante. Isso aí por causa das perguntas que foram feitas para mim há anos atrás. Quando existia trabalho em algum departamento, era obrigado a passar por entrevistas com psicólogos. Porque se você tinha uma falha mental, ou às vezes corporal mesmo, não podia exercer trabalho em local alto. Foi o que passaram pra mim.

Em seu discurso podem ser observadas noções inatistas na referência à natureza humana, ideias que desconsideram a construção histórica, social e cultural do homem, tal como pontua Vygotsky. Também se observam referências a práticas psicológicas funcionalistas, pautadas na psicologia diferencial, da identificação de diferenças inatas intelectuais, de personalidade e de aptidões, para seleção dos indivíduos às distintas modalidades de trabalho e funções na sociedade segundo a concepção *The right men for the right place*. Essas noções marcam a origem da psicologia científica, no final do século XIX, e sua finalidade de construção de conhecimentos e instrumentos de medida para a adaptação do homem à sociedade capitalista e às demandas de aumento da eficiência e eficácia da produção (PATTO, 1982). São concepções hoje combatidas e criticadas na psicologia, mas que ainda

perduram no senso comum porque ainda se fazem presentes nas formações e práticas dos psicólogos. O entrevistado Gerson afirmou no decorrer da entrevista a necessidade de psicólogo no garimpo para avaliação e atendimento de algumas pessoas: “para ver se é espírito ruim ou se tem um problema na mente”, referindo-se a alguns requeiros que trabalham oferecendo riscos à vida dos colegas, e a pessoas que dirigem veículos de maneira inconsequente, afirmando que precisariam de uma avaliação psicológica. “Ele não sente a dor dele e nem a do outro (...) só pode ser doido.” (Gerson). O psicólogo, a partir das experiências e sentidos apropriados por Gerson, é aquele que detém o poder de determinar os sujeitos que possuem “mentes mais elevadas ou menos elevadas” e, com isso, de estabelecer proibições e sanções às possibilidades existenciais daqueles que ofereçam riscos aos outros. Ficam evidentes as dicotomias entre bom e mal, mente elevada e não elevada, utilizadas como distinção entre os indivíduos, quase como na parábola bíblica da metáfora da separação do joio e do trigo. Como se ter um “espírito ruim”, ter “problemas mentais” e ser “doido” fossem características intrínsecas aos sujeitos e não produzidas num contexto de não aceitação e exclusão das diferenças e produto das próprias relações humanas. Enfatizo novamente que são os próprios psicólogos que contribuem para a manutenção destas ideologias em suas práticas.

Nesses discursos se destaca a psicologia clínica, que também, conforme dados apresentados em capítulo anterior, predomina entre os psicólogos e sua formação em psicologia. Além disso, muitas falas apontaram a clássica associação entre a psicologia e a atenção à loucura. Um diálogo que tive com o casal de requeiros Marcos e Érica é significativo a esse respeito. Enquanto almoçávamos, Marcos perguntou-me o que um psicólogo fazia. Devolvi-lhe a pergunta questionando o que ele achava que um psicólogo fazia. Expliquei que não se preocupasse que sua resposta estivesse certa ou errada e que entender o que ele pensava sobre a psicologia também fazia parte da pesquisa. Marcos disse acreditar que era algo relacionado a pessoas que estão passando por depressão ou alguma coisa nesse sentido. Parecia acanhado durante a explicação. Respondi-lhe que essa era uma das possibilidades. Dona Érica completou dizendo que o psicólogo poderia dar conselhos e ajudar pessoas que precisassem, como, por exemplo, aconselhar mães a educar filhos. Comentei com eles que a grande parte das pessoas acredita que psicólogo trata apenas de loucos. Seu Marcos riu e disse que era justamente isso que ele pensava, mas procurou outras palavras para explicar de uma maneira mais apropriada. D. Érica disse que nunca precisará de psicólogo porque se considera “bem normal”. A dicotomia entre a normalidade e a loucura também está presente entre os sentidos da atividade do psicólogo, enquanto um entre os profissionais que detêm o poder de diferenciá-las e consequentemente tratar da segunda, ao

que se relaciona o enunciado de Érica de que ser atendido por um psicólogo significa atingir a loucura, daí sua aversão ao atendimento psicológico.

Esta associação também se fez presente durante a entrevista com o casal Gerson e Marisa, em que ela chegou a perguntar-me: “O que você acha de mim?”, demandando-me uma avaliação psicológica, depois de contar a situação de intenso sofrimento psíquico após a morte do filho. Expliquei-lhe que mesmo um psicólogo clínico não consegue fazer qualquer avaliação ou interpretação sobre as pessoas em situações informais e não direcionadas especificamente à finalidade psicoterapêutica. Transcorrido algum tempo do diálogo, no qual Gerson fez algumas ponderações sobre as pessoas que considerava “doidas” e que precisariam de avaliação psicológica, Marisa apregoou: “Mas eu não sou mais doida muito não. Eu ainda sei fazer crochê.” (Marisa), evidenciando o temor de que a situação que viveu a aproximasse da loucura, associada a negatividade e ao que também não pretende atingir, daí a necessidade de afirmar sua capacidade e da confirmação por um profissional.

Camila também traz a questão da loucura nas entrelinhas de seu discurso sobre as demandas ao trabalho do psicólogo no garimpo.

Camila: (...) acho que ajudava bastante é convencer as pessoas, tentar convencer que o que ele tá seguindo tá totalmente errado. Eu acho que ajudaria bastante, de convencer a pessoa sobre o estado que ela tá. Porque tem umas pessoas que estão em um estado bem difícil mesmo. Acho que convencer ela a mudar, porque ela tá no mundo que não é dela, um mundo que ela planejou, no que ela inventou, mas não é dela. Eu acho que mudaria muito mesmo.

Diálogos anteriores que tive com Camila indicam que seu enunciado “ela tá no mundo que não é dela, um mundo que ela planejou, no que ela inventou” esteja relacionado a uma pessoa de seu convívio, sobre quem comentou necessitar de atendimento psicológico, pois imagina fatos e os vivencia como se de fato ocorreram, episódios que poderiam ser caracterizados como alucinações. A questão mais significativa na fala de Camila é a ideia do psicólogo como aquele que deve convencer o sujeito a mudar e entender que “está seguindo um caminho totalmente errado”, que “vive um mundo que não é dele”. Implicitamente podemos pensar que Camila associa a loucura ao erro que precisa ser corrigido pelo psicólogo, modificado pelo convencimento, sem considerar o sofrimento psíquico implicado e a própria constituição da loucura diante de tal sofrimento.

Essas falas indicam a importância de um trabalho de desmistificação tanto da loucura quanto dos papéis e das funções do psicólogo, a fim de apresentar outras possibilidades para além dos estereótipos da profissão e de apontar para conceitos mais amplos de saúde, que fujam do que Scarcelli e Alencar (2009) chamam de “armadilhas de falsas antinomias” entre o

normal e o patológico, que vêm sendo combatidas nos campos da Saúde Mental e Saúde Coletiva desde o movimento da luta antimanicomial.

Sob outro ponto de vista, algumas falas dos entrevistados não conectaram exclusivamente o trabalho do psicólogo à atenção à loucura. Muitos atribuíram a ele a possibilidade de constituição de espaços de conversa e aconselhamento.

Juliano: Eu sei que dá conselho, né?

Vivian: Ter alguém pra te ouvir, pra você desabafar às vezes já te faz um bem que só. Às vezes você encontra um amigo, tá com o coração apertado, você conversa, já sai dali leve. Tendo um psicólogo, você tendo um problema, direcionado à pessoa certa, uma palavra que você ouve já muda tudo.

Maurício: Eu acho que se eles [psicólogos] fizessem o bem pela comunidade, era bom. Pela pobreza então! Aqui tem muita gente pobre, que precisa e não tem ajuda. (...) O bom é conversar um pouco pra te dar um caminho que pode seguir, correr atrás. Eu achava que tinha que ser assim.

Mesmo que se possa afirmar que somente a constituição de espaços dialógicos para desabafar ou conversar não garantam a distinção das atribuições entre o psicólogo e outro profissional, os quais também são característicos das relações de amizade, como destacou Vivian, estes enunciados nos trazem pontos importantes ao debate e já evidenciam a minimização dos estereótipos anteriormente discutidos. No entanto, em alguns casos ainda respaldam grande poder ao psicólogo que, por seus saberes, ocupa a posição de mentor, de guia que aconselha e indica os caminhos a serem seguidos pelos sujeitos.

A consciência deste poder, por parte dos profissionais da psicologia, não implica em sua negação, mas na constante reflexão crítica sobre suas práticas, para que não se assumam como prescritivas de comportamentos e atitudes, promotoras de assujeitamento, imobilização ou diretivismo do outro, ainda quando considerando que este outro é social e historicamente posicionado no lugar do “não saber”, associado às condições de pobreza e baixa escolarização, sendo seus tantos outros saberes desqualificados e valorados negativamente, tal como pontua Esteban (1992). Neste caso, na “ajuda aos pobres” indicada por Seu Maurício, o cuidado do profissional com o poder a ele atribuído deve ser ampliado, no sentido de evitar que a interação se estabeleça enquanto violência simbólica, conforme conceitua Bourdieu (1999), pautada na autoridade e nas hierarquias de capitais culturais interpostas entre as classes sociais.

A noção de constituição de espaços de conversa e alívio de sofrimentos, presentes no discurso de Vivian e outros, também se fizeram presentes nas explicações de Márcia após

afirmar a necessidade de um profissional da psicologia especificamente para atender a população do garimpo.

Lílian: E no caso da assistência social, o que tu acha que o psicólogo poderia contribuir aqui pro garimpo?

Márcia: Ele tinha que ter um local né fixado pra ele estar aqui acordar de manhã tranquilo com a mente, né? Pra quando chegar o paciente pra ele sentar conversar né? Ele tem que colher o que o paciente tem pra daí ver o que ele pode estar fazendo, ta entendendo? (...) Então eu acho que tinha que ter mais um acompanhamento né, assim, por exemplo, até uma visita na casa pra ver como está a família. Não precisava nem o paciente ir lá né, você podia estar visitando a casa, conversando com as pessoas. Quando você chega pra conversar com alguém você já percebe o que ele está sentindo, o que ele está passando né? Então eu acho que seria mais essa convivência né? Que também assim, por exemplo, você ser amigo porque hoje as pessoas estão muito carentes. Carente assim de visitar as pessoas, eu falo isso pra eles, você tem que tirar um dia do seu tempo, não vai te fazer falta isso vai fazer alguém feliz, vai fazer alguém desabafar, sabe?

Na concepção de Márcia, o psicólogo, assim como outros profissionais, como o médico, deveria fixar residência no distrito Bom Futuro, tanto para garantir maior disponibilidade de tempo dedicado aos atendimentos, quanto para vivenciar o lugar, conviver com sua população e compreender suas necessidades. Sua fala demonstra uma preocupação com um contato mais afetivo e com vínculos mais estreitos entre os profissionais e a população. Em certo momento da entrevista Márcia utilizou os adjetivos “humildade, respeito e consideração” como características que considera necessárias aos profissionais citados e às pessoas que exerçam liderança na comunidade, ou que pertençam a altas classes sociais e convivam no lugar. Indicando uma percepção das relações de poder e autoridade que perpassam as classes sociais, as atividades de liderança e o exercício de muitos profissionais, que podem pautar suas interações com a população, contrariamente, com soberba, desconsideração e desrespeito, exercendo o que Bourdieu (1999) chama de violência simbólica.

Embora o enunciado de Márcia enfatize inicialmente o modelo clínico de atendimento psicológico, com um local fixado para atender os pacientes, ponderou a necessidade acompanhamento domiciliar, que em outro momento da entrevista associou ao sentimento de humildade do profissional, pela possibilidade de ir à população e não apenas por ela esperar.

Interessante observar que as expectativas de Márcia em relação à atuação do psicólogo se fundem com o próprio modelo de trabalho no qual ela atua junto à pastoral do idoso: realiza visitas domiciliares, convive intensamente com a população, mantém vínculos afetivos de amizade que permitem ao outro “desabafar” e minimizar suas “carências” de contato social. Embora não se possa dizer que estas questões constituam a especificidade das

atribuições e atividades do psicólogo, o discurso de Márcia aponta para uma dimensão importante, que também deve ser considerada no trabalho deste profissional, a saber, a afetividade que perpassa os vínculos e interações por ele estabelecidas com as pessoas e sua comunidade. Discussão que será retomada no próximo tópico.

A ideia de carência de afeto, de contato social, observada na fala de Márcia, também foi apontada por Vivian, hoje professora, mas que já trabalhou em um CRAS, no cadastramento de famílias ao Programa Bolsa Família, como uma das demandas ao trabalho do psicólogo na assistência social.

Vivian: (...) quando você trabalha fazendo o cadastro você já percebe se a pessoa tem alguma carência, essa necessidade de conversar, de afeto, de talvez colocar pra fora uma coisa que tá maltratando, você já percebe ali. Então eu acho que a assistência social deveria estar sempre por perto pra quando aparecesse uma pessoa, ser encaminhada para o psicólogo.

Lílian: Como você percebia isso?

Vivian: No olhar da pessoa você já vê que ela está abatida. Quando tinha um tempinho a gente dava uma atençãozinha melhor. Dava um cafezinho. É que não é muito a área, mas só de conversar com a pessoa e ela sair mais alegre você já fica com a sensação de ter ajudado alguma coisa.

Tanto a fala de Vivian como a de Márcia nos remete ao entendimento de que a afetividade também pode se expressar em signos que extrapolam apenas o verbalizado entre os sujeitos, sendo corporificada na postura e nas expressões faciais, que comunicam aspectos sobre as vivências emocionais e serão percebidos e interpretados pelo outro, podendo causar-lhe reações, a partir dos significados socialmente compartilhados e de suas vivências singulares, entendimentos que mantêm relação com as concepções de Vygotski (2004) e do estudo desenvolvido por Toassa (2009). É importante pontuar que os primeiros estudos sobre as emoções pautavam-se exclusivamente nestes componentes fisiológicos, passíveis de observação e/ou mensuração, os quais alguns teóricos como Lange acreditavam ser a causa das emoções. Teoria explicitamente criticada por Vygotski (2004), que mesmo com sua obra inacabada lançou entendimentos importantes que permitem conceituar os fenômenos afetivos/emocionais como histórico-culturais também fundamentados em aprendizagens e conceitos/significados e não meras reações fisiológicas (TOASSA, 2009; LANE; CAMARGO, 2006), como discutido anteriormente.

A partir desta compreensão, a constituição de espaços dialógicos, de efetiva atenção e escuta ao outro sujeito, que pode colocar em palavras, “colocar pra fora”, pode ter possibilidades emocionalmente transformadoras, como bem pontua Vivian a partir de seu conhecimento empírico, o que é explicável pelos estudos de Vygotski (2004, 2009), já que permite atribuir significado ao que se sente ou se vivencia; bem como, no processo de

compartilhar ao outro, transformar o pensamento, ou a linguagem para si, em linguagem para o outro. Processo complexo que demanda um exercício de atribuir palavras ao objeto de pensamento e organizá-las de modo a serem passíveis de compreensão pelo outro.

A entrevistada Vanessa também considerou a importância do trabalho do psicólogo no garimpo, como para conversar, principalmente com aqueles que chamou de “pessoas retraídas”. Citou o exemplo do “problema” vivido por sua família ampliada, com um de seus irmãos. “Sempre tem um na família que é mais problemático e esses tempos atrás ele se envolveu com drogas e aí fica tudo mais difícil pra família. E aí um psicólogo assim pra conversar, que psicólogo entende.” Vanessa traz outro elemento importante para esta análise. Sua afirmação “que o psicólogo entende” remete a possibilidade do sujeito ser entendido no atendimento psicológico, associada à noção de uma compreensão especializada ao que o sujeito sente e vivencia, a partir dos saberes deste profissional, o se que distingue completamente das noções de convencimento ou aconselhamento para a correção de erros, ainda que considere o irmão como um problema da família.

A temática do uso de substâncias psicoativas foi também mencionada pela entrevistada Marli, como relevante ao trabalho do psicólogo no distrito. Marli observou que muitas famílias de Bom Futuro vivenciam problemáticas, como filhos usuários de drogas e gravidez na adolescência, mas sentem vergonha de expor ou falar sobre o assunto, o que considera como preconceito. Destacou a necessidade do psicólogo debater essas temáticas por meio de reuniões e conversas com a população. Temáticas que não são exclusividade de Bom Futuro, nem da assistência social, já que perpassam o campo da intersetorialidade das políticas públicas e que demandam variadas ações, inclusive a reflexão sobre os preconceitos envolvidos, como pondera Marli, ainda se considerarmos o momento de grande tensão e muitos retrocessos nas ações públicas tomadas ao combate às drogas, quando faxinas vêm sendo realizadas em grandes centros urbanos, e no caso de São Paulo, culminando com práticas impositivas de internação compulsória de usuários, desconsiderando as vontades e direitos básicos de liberdade dos indivíduos.

Constituir espaços dialógicos específicos para a discussão de preconceitos direcionados a variados objetos pode configurar um caminho importante para a reflexão e criação de novos significados não preconceituosos e de maior aceitação à diferença. Crochik (1997) justamente aponta que uma educação centrada na subjetividade, na reflexão e na experiência “(...)possa conter o antídoto que permita, ao menos, frear a destrutividade presente no preconceito.”(p. 148) Educação que não necessariamente encerra-se nos bancos escolares e pode adentrar outros espaços e políticas públicas.

Os preconceitos, apontados por Marli, como presentes entre as próprias famílias que enfrentam as situações, foram também observados na fala de outro entrevistado, que evidencia fortes elementos morais no entendimento, por exemplo, da adicção a drogas e sua associação com a pobreza.

Lilian: Como um psicólogo poderia contribuir aqui para as famílias do Bom Futuro?

Juliano: Pra certas famílias seria muito bom. Vamos dizer, tem uma família ali que é carente e é pobre. Mas eles são pobre, porque eles não têm.. maioria das coisas é porque a economia que faz as coisas. Em primeiro lugar, aplicar aquilo que você ganha num bom lugar. A maioria das pessoas que é empregado e é pobre, é porque ele não tem administração própria. Entendeu? Toda pobreza vem de administração própria. O minuto que sobra de trabalho pra ele, ele não vai trabalhar, ele vai lá bebê cachaça (...) tem muita gente que ao invés de comprar comida, ele vai no boteco. Ele vai, é, jogar fora aquilo que ele ganhou. (...) ele não tem estrutura mental, os filhos passam necessidade. Então, a psicóloga, numa casa dessa seria bom... Às vezes, uma boa conversa, sentar com uma pessoa, conversar, você vê que ele tá necessitando, você passa uma, uma... ‘Olha, meu filho, é assim, assim, assim, assim...’ Ele também pegaria um caminho mais confortável, ele não gastava aquele dinheiro no que não presta, né? Por que tem gente que se droga? Ele vai usar droga, é esses tipos de pessoa que precisa de psicólogo! Esses tipos de pessoa, mais nas pessoas carentes.

Lilian: Por que o senhor acha que mais nas pessoas carentes?

Juliano: Que as pessoas de bem não se drogam! É muito poucos! Entendeu? Tem pessoas que vão, né? Mas maioria que é bem estruturado, porque tem mentalidade. Ele não joga aquilo que ele ganha em supérfluos.

Para Juliano as pessoas carentes não são “pessoas de bem”, estando a pobreza na ordem dá má administração financeira individual e do “gasto com supérfluos que não prestam”, entre os quais o álcool, as drogas e os jogos. Desconsidera o fato de que o uso de substâncias psicotrópicas não é exclusividade dos pobres, podendo ser observada em diferentes classes e agrupamentos sociais, com diferentes finalidades e objetivos. Os significados presentes na fala de Juliano apresentam cunho fortemente moral, que em Bom Futuro, como discutido em capítulo anterior, têm íntima relação com os padrões e regras morais estabelecidas pelas religiões. O próprio sentido de “pessoas de bem”, marca esta associação de direção religiosa da escolha entre o bem e o mal, que pode ter relação com a vergonha que, conforme Marli, muitas famílias sentem diante da vivência de tais questões, daí a necessidade de escondê-las do julgamento alheio.

O que mais chama a atenção no discurso de Juliano é a associação indireta da pobreza ao mal, como caminho escolhido pelos indivíduos. Importante pontuar que entre os entrevistados, Juliano é quem possui melhores condições financeiras e que obteve mais êxito na busca de melhores condições de subsistência com a migração ao estado de Rondônia. Para ele seu êxito está relacionado ao trabalho árduo e à sua economia individual. As ideologias

neoliberais do individualismo e da meritocracia, atravessadas por ideologias morais/religiosas, em seu discurso escamoteiam os reais processos implicados na produção histórica da pobreza entre muitos e da acumulação de capital entre poucos privilegiados, no modelo de produção capitalista, tal como pontua a análise marxista. Conforme Crochik (1997), o preconceito é amalgamado em estereótipos, pré-conceitos, generalizações e ideologias culturalmente construídas, como também em aspectos individuais como a dificuldade de reconhecer-se no outro, considerado aversivo ou frágil, numa sociedade que privilegia apenas os fortes e interesses alheios aos sujeitos, exercendo-lhes violências.

Outros estereótipos sobre a pobreza e as “pessoas carentes” (no sentido de carência de bens materiais e não no sentido de carência de contato social, anteriormente discutida) também foram expressas por Célio.

Célio: Olha, eu acredito, as maiores demandas daqui seriam nessa questão mesmo de promover cursos, esse entrosamento, né, das pessoas, da assistência social em si a demanda é maior. O que elas poderiam fazer esse levantamento e o acompanhamento familiar até na questão, assim, de proporcionar um maior entrosamento familiar, né? Era pra melhorar a renda familiar, né? Porque aqui nós temos muitas pessoas de baixa renda, né, que são carentes nesse sentido, é... estimular as pessoas a negociar, porque tem umas, as pessoas são muito paradas nesse sentido, né? Eles passam necessidade até porque são acomodadas! Eu não sei se seria esse o papel da assistência social, mas promover a questão de cursos, promover a questão de, dessa, é, desse desempenho na busca de da melhoria de renda, né? Assim, despertar as pessoas para que eles pudessem se desprender mais, se dispor mais a buscar, né, o... o seu... o seu autossustento, a sua autoestima... né? Correr mais atrás dos objetivos, dos sonhos deles, porque tem muita gente que tá acomodado em cima disso, né, desse fator.

Célio também associa a condição de pobreza ao indivíduo, mais especificamente ao que chama de “acomodação”. Significado que tem grande reverberação social e que pode ser observado entre os próprios profissionais da assistência social, muitas vezes utilizado mais explicitamente com o termo “preguiça”, o que pude constatar em visitas que realizei à CRAS do município de Porto Velho-RO. Para Célio, o trabalho do psicólogo neste caso consistiria em instigar os pobres a saírem da acomodação e buscarem melhorias nas condições de vida, no sentido de estimular a busca pelos sonhos e objetivos de vida e a autoestima. Juliano, por sua vez, destaca a “falta de estrutura mental” das pessoas pobres e o papel do psicólogo na orientação e conversa, para estimulá-los a “seguir caminhos mais confortáveis”, ou seja, saírem dos vícios e da pobreza. Se, por um lado estes enunciados chamam a atenção para aspectos psicológicos envolvidos na pobreza, por outro, os posicionam como suas causas.

Tanto as falas de Juliano, como de Célio evidenciam a importância de criar espaços de reflexão sobre a própria condição da pobreza, que não pode ser entendida como produto da

acomodação ou puramente da má administração financeira dos indivíduos e de “falta de estrutura mental”, já que é produzida nas relações sociais estabelecidas num modo específico de produção da sociedade, na qual a exclusão das possibilidades de acesso a determinados bens materiais e de consumo é parte constitutiva do modelo.

Nesta direção, o papel da psicologia, enquanto ciência e profissão, também precisa ser ressignificado no campo da atenção aos pobres na assistência social. A conversa, o aconselhamento e o entendimento nos espaços de atenção psicológica não pode direcionar-se à minimização ou modificação de falsas causas da pobreza, mas aos processos psicológicos a elas envolvidos, ou seja, a maneira como a condição é subjetivada, os significados e afetos a ela imbricados nas vivências de cada sujeito.

Como destaca Sawaia (2001, 2009) a condição de desigualdade social é promotora de sofrimentos ético-políticos, causados pelas situações de exclusão, dominação e opressão dos sujeitos, os quais, portanto, merecem atenção. O sistema único de assistência social pode constituir o espaço desta atenção e o psicólogo um dos profissionais fundamentais a ela. O cuidado reside em não transformar essa atenção em manutenção de ideologias hegemônicas e práticas adaptadoras/conformadoras ou, ao contrário, direcionadoras de objetivos pré-traçados aos sujeitos, impulsionando-os a sonhar sonhos alheios.

O capítulo sobre as expectativas de futuro das famílias no garimpo evidenciou uma multiplicidade de sonhos e desejos, pautados tanto nas condições materiais e suas relações com a precariedade da atenção do Estado, quanto aos valores dos participantes do estudo e aos significados que atribuem aos bens materiais, ao conforto, à escolarização e profissionalização, entre outros, demonstrando sua complexidade. Refletir sobre os sonhos e expectativas de futuro é fundamental e pode constituir o mote de trabalho no campo da assistência social. Mas a questão é ponderar sob qual direção e enfoque o trabalho será desenvolvido. A afirmação de que os pobres são pobres porque não têm sonhos, ou de que não se esforçam o suficiente para atingi-los, daí a necessidade de embutir-lhes sonhos, é bastante perversa, considerando as condições desiguais sob as quais sobrevivem, que podem, conforme Sawaia (2006), ser geradoras de intensos sofrimentos, de “tristeza passiva” e apatia diante da impossibilidades concretas a que estão submetidos.

À guisa de conclusão deste tópico, a análise empreendida indica algumas questões importantes. Embora muitos significados aqui discutidos representem lugares comuns da psicologia e já tenham sido alvo de inúmeros debates e pesquisas na área, fica evidente que ainda demandam atenção, porque ainda se fazem presentes no imaginário popular e nas práticas profissionais dos psicólogos. Além disso, conhecer os significados e sentidos que a

população atribui ao psicólogo e à psicologia, permitiu compreender as expectativas da população em mim depositadas, como psicóloga e representante da psicologia, para daí construir espaços de negociação de sentidos, tanto mediados por minha inserção, explicitados nas perguntas que posicionava à população, quanto na constituição de espaços mais específicos de discussão sobre a temática.

Numa perspectiva crítica, tal como a psicologia histórico-cultural, conhecer os sentidos da psicologia para a população pode apresentar-se como um mote interessante ao trabalho do psicólogo nos aparatos do SUAS, que permite compreender não apenas o público a quem se dirigem os serviços e as ações, mas dimensionar o ponto de partida do diálogo, no sentido de possibilitar compreensões e aprendizagens mútuas. Não se trata de conhecer os sentidos para conceituá-los na ordem do certo ou errado, mas de compreender as ideologias que perpassam o senso comum, os preconceitos e as expectativas da população e com isso constituir espaços dialógicos, onde outras possibilidades possam ser apresentadas e negociadas, ainda considerando que muitas expectativas da população podem não condizer com o trabalho que efetivamente o psicólogo desenvolverá.

Este processo de conhecimento dos sentidos alheios, que implica colocar-me no lugar do outro e compreender seu prisma de visão, é fundamental para a própria auto compreensão. Olhar com os olhos do outro, possibilitou o retorno e a incursão à psicologia e à minha posição enquanto psicóloga, nas proximidades e distâncias entre os sentidos próprios e alheios. Esta constitui a necessidade axiológica que temos do outro, já que, conforme Bakhtin (2003), somente o outro tem a possibilidade de nos dar acabamento, de nos ver por inteiro, nos enformar e, portanto, nos constituir. A psicologia neste caso foi analisada na concretude de minha interlocução com o outro, a população de Bom Futuro.

Mas diante do exposto, o que se pode apreender e indicar como especificidade da atividade do psicólogo na assistência social, a partir dos conhecimentos acumulados na psicologia e das situações dialógicas mediadas pela pesquisa em Bom Futuro?

Avançarei mais alguns pontos na discussão para retomar a questão.

6.2 Tramas de reinvenção: refazendo o percurso da interlocução

Embora as reflexões empreendidas neste estudo tenham se concentrado na análise dos sentidos e significados, a partir das entrevistas realizadas com as famílias de Bom Futuro, a trajetória metodológica transcendeu-as e configurou outros espaços de trocas significativas que trazem importantes questões à reflexão da psicologia e da atuação do psicólogo no âmbito da assistência social, mediadas pela interlocução com indivíduos e famílias de Bom Futuro.

Como descrito anteriormente, minha inserção na comunidade de Bom Futuro deu-se fundamentalmente por visitas domiciliares com duas líderes comunitárias; retornos independentes aos domicílios com elas visitados e visitas independentes a locais de trabalho de requeiros no garimpo. O percurso desses encontros será aqui revisitado sob outro prisma: as possibilidades da psicologia, enquanto ciência e profissão, na assistência social a residentes do garimpo Bom Futuro. Se no subcapítulo anterior, o foco da análise foram os sentidos e expectativas da população em relação ao trabalho do psicólogo, aqui a discussão centrar-se-á nos modos como os encontros com a população constituíram espaços de repensá-lo, nos quais algumas possibilidades puderam ser vislumbradas e reinventadas.

Iniciarei a análise pelos encontros possibilitados pelas visitas domiciliares que culminaram com a realização de entrevistas. No processo de construção da pesquisa ficou evidente a importância de caminhar pela comunidade de Bom Futuro e mais ainda adentrar nas residências e estabelecer diálogos mais prolongados. Para a psicologia comunitária, caminhar pela localidade foco do trabalho do psicólogo constituiu o recurso metodológico central para entendimento de sua realidade, já que permite uma imersão mais significativa no cotidiano e na dinâmica viva das relações nela estabelecidas (XIMENES e REBOUÇAS JUNIOR, 2010).

Mas a inserção em localidades nas quais o profissional nunca adentrou pode demandar a mediação de pessoas nelas residentes, conforme também destacam Ximenes e Rebouças Junior (2010), as quais constituem importantes guias a indicarem caminhos seguros, pessoas importantes a serem conhecidas e permitem uma compreensão da realidade a partir de seu olhar. Apontamentos também observados nesta pesquisa. Empreender a inserção em Bom Futuro, mediada pelas líderes comunitárias, foi fundamental inicialmente para a minimização de meus medos e inseguranças, diante do desconhecido e estereotipado mundo do garimpo. Ao mesmo tempo em que facilitou que inseguranças das líderes, em relação aos meus interesses de pesquisa, pudessem ser reconfiguradas, ao longo de nossas andanças e de nosso

contato. Além disso, ser por elas apresentada à população permitiu minimizar a desconfiança dos demais moradores, que, conforme analisado ao longo deste trabalho, constitui um importante elemento afetivo, pautado nas experiências e memórias dos residentes do local carregadas pelas marcas da humilhação política, da punição e criminalização, presentificadas a cada novo contato com pessoas desconhecidas.

Se por um lado, a inserção guiada por um morador local se apresenta como positividade, por outro, limitá-la a ele pode trazer alguns riscos que precisam ser observados. O principal risco é que o pesquisador seja para a população posicionado como aliado do morador guia, o que, como observado em Bom Futuro, onde muitas disputas permeiam as relações entre as lideranças e estabelecem relações de amizade e animosidade, pode limitar o contato a um círculo específico de moradores. Neste sentido, ressalto a importância da inclusão nesta pesquisa de uma segunda moradora guia, que possibilitou lançar o olhar para outras questões, permitindo ainda a compreensão de alguns aspectos da dinâmica dos conflitos.

Ao longo dos contatos estabelecidos separadamente com as duas moradoras foi sendo mais demarcada a existência de pequenos conflitos entre estas e com outros líderes, acirrados com a formação de chapas distintas para a eleição da associação de moradores, ocorrida no final do trabalho de campo. Conflitos que foram mais explicitamente verbalizados em críticas sobre modos distintos de posicionamento e enfrentamento de problemáticas comunitárias; sobre demarcação de pequenos espaços de poder e limites às interferências dos demais nos distintos espaços como a igreja, escola e associação de moradores e mais fundamentalmente que implicavam em buscas pessoais de reconhecimento perante os outros e de popularidade.

Esta última dimensão ficou evidente no discurso de uma das líderes: “ (...) Porque na realidade eu incomodo mesmo muita gente, porque as pessoas [da comunidade] vêm atrás de mim. Então eu acho que eles [outras lideranças] se sentem menos. Porque tem muito tempo que eles [outras lideranças] estão na comunidade, muito tempo que eles representam a comunidade e as pessoas não vão até eles.” Embora sua fala explicita sentimento de menos valor que interpreta que as outras lideranças sentem e do qual decorre a animosidade destes perante ela, também revela implicitamente o sentimento de valorização que sente por sua popularidade. Como analisado anteriormente, o fato de não haver espaços efetivamente democráticos na comunidade, elevam o peso das decisões das lideranças e de seus pequenos poderes, bem como configuram um ambiente de críticas mútuas, onde o “eu” assume prevalência sobre o “nós”.

Se por um lado, manter o contato com diferentes lideranças foi importante para a compreensão destas questões, por outro, demandou-me explicitar verbalmente minha posição de isenção e de manutenção indistinta de contatos com todas as lideranças, para não me colocar partidária ou como alvo de disputas. Também observei que estava na arena de disputas entre lideranças católicas e que era preciso conhecer lideranças vinculadas outras religiões, para evitar mais esta filiação, diante dos embates religiosos já analisados.

Nesta direção, conversei com outras duas lideranças, principais representantes da associação de moradores e da administração do distrito, ambas ligadas a uma religião evangélica, para estender a elas o convite de participação nas entrevistas na pesquisa. Como no momento que estabeleci as conversas já caminhava independentemente pelo local e meu tempo era restrito, não pude convidá-los a mediar contatos com outros moradores. Decisão também tomada diante da ponderação que a gama de entrevistados já incluíam pessoas de variadas religiões, não apresentando prevalência de nenhuma especificamente.

Foi perceptível a mudança de atitude destas lideranças em relação a mim após alguns contatos. Em nossos primeiros encontros, mais rápidos, havia algo de desconfiança ou insegurança, que não posso precisar ao certo, mas apenas que suas falas pareciam-me mais defensivas e em tom de ressentimento, destacando o quanto trabalhavam pela comunidade e o quanto eram criticadas. Com o estabelecimento de outros momentos de conversas, nos quais pude explicar mais detidamente os objetivos da pesquisa de entender as diferentes opiniões e aspectos da comunidade e esclareci como as outras líderes ajudaram-me a conhecer seus residentes, a postura modificou-se em relação a mim. Passei a observar falas menos defensivas e posturas mais simpáticas. Talvez minha presença lhes fosse persecutória, já que ambos representavam os alvos das apreciações negativas e da insatisfação da população de um modo em geral.

A procura destas lideranças deu-se diante da percepção do campo de disputas e do quanto minha presença poderia interferir ou ser interpretada de algum modo negativo. Além dessa percepção, foi fundamental a constituição de espaços de independência na inserção ao local, o que também explicitava às próprias lideranças minha não vinculação a nenhuma delas. Uma das líderes chegou a questionar porque não havia mais a procurado para darmos continuidade às “nossas” visitas e por onde estava andando nos períodos em que realizava trabalho de campo. Ao que precisei demarcar a importância de sua ajuda e explicar minha necessidade de realizar entrevistas e conhecer outras pessoas. Explicitar estes aspectos dos bastidores da pesquisa significa indicar os melindres dos encontros interpessoais que também

atingem o pesquisador e constituem suas interações e os cuidados necessários para a não captura às dinâmicas já instauradas nas comunidades.

A constituição de espaços de independência foi neste sentido fundamental. No caso da pesquisa em psicologia, permitiu ainda a saída do lugar comum da indicação de pessoas com questões de saúde mental, que me foram imediatamente colocadas logo em minha chegada ao local, conforme analisado no tópico anterior. No caso específico deste trabalho de campo, a situação não planejada e inusitada do abaixo-assinado também possibilitou essa saída, bem como, de que apenas pessoas do círculo de relações das lideranças me fossem apresentadas.

Importante observar que nestas andanças pela comunidade as visitas domiciliares constituíram momentos fundamentais. As caminhadas mediadas pelo abaixo-assinado culminaram em breves e pontuais visitas domiciliares, aos moradores locais. Na maioria dos casos não chegamos a adentrar na casa das pessoas, estabelecíamos conversas no pátio ou área externa da casa, as quais possibilitaram minha primeira apresentação a alguns moradores. Neste sentido, foram as visitas domiciliares mais prolongadas, como aquelas que realizei aos idosos, ou as destinadas a realização das entrevistas, que possibilitaram adentrar no universo das famílias e com elas estabelecer contatos de maior proximidade, os quais trouxeram importantes contribuições a reflexão. Vale observar que, com a exceção de um requeiro que entrevistei em seu local de trabalho, todas as demais entrevistas foram realizadas nas casas dos participantes.

Foram efetivamente estes encontros, de diálogos mais prolongados, que permitiram tanto estabelecer vínculos de confiança com as pessoas, numa comunidade em que a inserção de qualquer pessoa pode representar distintas ameaças, como já analisado. Confiança que foi sendo estabelecida principalmente pelo direcionamento de minhas interrogações, que buscavam entender principalmente a história, o presente e perspectivas de futuro das famílias, os sentidos que atribuem ao lugar e aos serviços ali oferecidos.

Perguntas que para muitos, mais do que isso, remeteram a um sentimento de valorização de suas vidas, histórias e opiniões, revelado ao final das entrevistas em muitos casos. No momento em que os agradecia pela participação na pesquisa, muitos participantes retribuía o agradecimento por tê-los visitado ou afirmavam a alegria que sentiram em colaborar com o estudo. Um dos requeiros chegou a verbalizar: “(...) pra mim vai ser uma alegria saber que minha história vai estar lá”, ao referir-se a sua história constar nesta pesquisa.

Muitas pessoas com quem conversei utilizaram a expressão “ninguém olha pela gente”, reveladora do sentimento ético-político de falta de valor que muitos residentes em

Bom Futuro vivenciam, ao qual esta pesquisa se apresentou como possibilidade distinta de atenção, respeito e valorização. O casal Gerson e Marisa também explicitou que ninguém nunca foi até suas casas para saber como estavam e o que precisavam, nem mesmo as agentes comunitárias que existiram por algum tempo no distrito, que, além disso, afirmaram que tratavam as pessoas de maneira desrespeitosa, quando estas lhes demandavam informações, o que revela o quanto esta população é tratada com descaso, não apenas pela falta de serviços públicos, mas nas próprias relações humanas que perpassam os serviços existentes e sem o mínimo acolhimento e respeito à população que permitam acessar informações importantes.

Até o momento da análise pontuei três situações distintas em que as necessidades de ser reconhecido e valorizado apareceram nos enunciados dos participantes deste estudo. Uma associada à busca de reconhecimento e valorização a partir das ações comunitárias, numa certa busca de poder e popularidade das lideranças; outra no sentido de valorização existencial dos sujeitos, a partir do reconhecimento deste valor por alguém representante de outro saber e outra classe social; e uma terceira relacionada à vontade da população de Bom Futuro enquanto comunidade ser olhada e valorizada como positividade.

Com base nos pressupostos de Heller (2008), para quem os sentimentos e emoções em si não são enaltecadores do eu, mas o modo de manifestá-los, há que se questionar o quanto a solidariedade e o trabalho social das lideranças, a partir desta explicitação das disputas por popularidade, nos revelam buscas de enaltecimento pessoal. Ao passo que os dois últimos casos revelam a dimensão humano-genérica de necessidades psicossociais de reconhecimento e valorização, individual e coletiva (entre aqueles que vivenciam as mesmas condições), diante de um contexto social que opostamente os exclui, humilha e desvaloriza psico, social e politicamente.

A discussão de Sekkel, Zanelatto e Brandão (2010a), sobre inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais, elucida questões pertinentes à dialética inclusão/exclusão também no campo da desigualdade social: “Estar incluído não é apenas estar presente, é também ter suas necessidades percebidas e acolhidas pelos outros, é trabalhar junto, em um ambiente permeado pela confiança, pelo cuidado e pela reflexão.” (p. 119) Nisto parece residir a vontade de ser reconhecido: é vontade de ser olhado, de estar incluído.

Vontade que também ficava a mim explícita, na positividade que as situações dialógicas das entrevistas foram adquirindo para os participantes. A maioria convidava-me para retornar a visitá-las, alguns me cobravam porque não havia mais retornado. Com Seu Maurício era difícil até despedir-me, sempre me pedia que ainda não fosse embora, dizendo que gostava de conversar. No dia em que retornei à sua casa para finalizar a entrevista, depois

de uma semana sem visitá-lo, cobrou-me porque não havia voltado a visitá-lo, e precisei explicar que não poderia voltar por algum tempo até finalizar outras entrevistas. Dizia que gostava de conversar, porque gostava de aprender. Este sentido já foi por ele expresso logo em nossos primeiros encontros.

Lílian: O senhor se importa se eu fizer algumas perguntas para o senhor em relação à pesquisa? Mas o senhor fica a vontade para não responder o que o senhor não quiser, conforme combinamos.

Maurício: Não, não. Eu quero aprender mais ainda. Depois de ter mais idade eu quero aprender mais ainda. (...) Eu gosto de aprender mais do que eu sei. Você quer conversar comigo, eu estou escutando. Sou que nem um papagaio. E é bom pra gente.

Para ele a entrevista configurava-se como uma situação de aprendizagem pela possibilidade de conversar, de escutar e falar, associada ao compartilhar ideias, fatos, memórias, opiniões, o que também relacionou a possibilidade de amizade e carinho. Em algumas situações de entrevista também assumi a postura de oferecer informações e não apenas apreendê-las, a partir de questionamentos específicos que me eram apresentados ou situações que demandaram alguma ação. Esse foi o caso de Vera que solicitou informações para dar início ao processo de separação do primeiro marido e de solicitação de pensão alimentícia a seus filhos, as quais apresentei. Caso de algumas indicações que fiz aos familiares de um casal de idosos, durante uma visita que fiz acompanhando o trabalho de Márcia, no qual um quadro contínuo de episódios de agressividade apresentado pelo idoso demandava tanto o atendimento especializado, quanto a ajuda à idosa.

A situação mais significativa nesta direção, no entanto, foi o contato com alguns requeiros, a partir da pergunta mote da análise do quarto capítulo, relacionada à condição de exploração a que estavam submetidos nas relações de trabalho no garimpo, que possibilitou trocas de informações importantes sobre a legislação mineral e previdenciária, as quais desconheciam. Na conversa de encerramento das entrevistas, um dos requeiros explicitou algumas ponderações sobre as discussões de informações que tivemos.

Requeiro: Eu falei para um colega: 'É uma assistente social de luxo, nesse sentido', usando uma palavra difícil. (...) Tem problema que eu não saberia como começar a resolver e ela foi lá e simplesmente deu um clique na internet foi lá e conseguiu pra mim, minha carteira de garimpeiro que eu tinha, de é válida de 1975 a 1983, a minha está dentro dos parâmetros e outras coisas, me esclareceu tudo. E a questão é que não querem que requeiro trabalhe aqui.

Este trabalho de discussão da legislação, tanto mineral como de previdência social, foi associado pelo requeiro à expressão “assistente social de luxo”. No sentido de que consistia um atendimento personalizado, associado ao luxo, diante das dificuldades de obterem

informações nos aparatos e serviços públicos variados, tanto pela inexistência de espaços públicos de atendimento aos garimpeiros, ou pela maneira desrespeitosa com que relatam ser tratados nos diferentes serviços públicos e o sentimento de humilhação dela decorrente. Neste caso, receber informações mínimas e básicas foi pelo requeiro associado a um privilégio, indicando novamente a condição de desamparo a que estão submetidos.

Embora a fala do requeiro centralize os esclarecimentos que a eles prestei, é importante ressaltar que foram eles quem apresentaram inúmeros esclarecimentos sobre o universo por eles vivido e permitiram-me conhecer suas histórias e ainda ser sua interlocutora. Tive com eles oportunidades ímpares de aprendizagem, que considero maiores do que as informações que pude prestar-lhes. Na realidade trocamos informações e tivemos aprendizagens mútuas, pude elucidar muitas dúvidas com eles sobre as questões históricas dos garimpos, a partir da leitura da etnografia realizada por Cleary (1992) em garimpos da Amazônia, ao mesmo tempo que lhes apresentava as informações debatidas pelo autor. Dois requeiros pediram-me emprestado o livro, que refletia parte de suas histórias, demonstrando como a pesquisa possibilitou o entrecruzamento de nossos mundos e a diminuição de nossas distâncias, por uma interação pautada no respeito aos nossos distintos conhecimentos.

A fala do requeiro explicita ainda como a experiência a partir da pesquisa foi recontada a outros, revelando alguns indicativos da maneira como a desconfiança, que observei da maioria dos requeiros em relação a minha presença no garimpo, foi sendo reconfigurada diante de minha aproximação, o que pode ter levado, por exemplo, um outro requeiro no final do trabalho de campo a convidar-me para também conhecer sua casa e sua família.

Avançarei na descrição de mais uma vivência significativa para depois retomar e alinhar os pontos importantes das situações até o momento retratadas. No decorrer das andanças pelas ruas de Bom Futuro com a líder comunitária Nair, pude tanto conhecer um pouco de sua história, como muitos aspectos da vida em Bom Futuro e suas problemáticas a partir de seu olhar. Uma das grandes preocupações reveladas por Nair consistia na falta de oportunidades de formação e inserção no mercado de trabalho para os jovens da localidade, que precisavam migrar para outros locais. Caso de dois de seus filhos mais velhos, uma com vinte e cinco anos e outro com dezenove, e o que previa para o futuro próximo de seus outros filhos.

Mesmo com o oferecimento de cursos do SENAI, em parceria com a Secretaria Municipal de Promoção Social de Ariquemes, aos jovens de Bom Futuro, na própria escola da localidade, não havia possibilidades de inserção dos mesmos no mercado de trabalho local,

para as especialidades nas quais eram formados, tais como: assistente administrativo, panificação e soldador de eletrodo revestido. Nair destacou a necessidade de que algum trabalho fosse desenvolvido no sentido de criar condições mais efetivas desta inserção.

Este, por exemplo, poderia ser o alvo dos projetos necessários à criação de outras atividades remuneradas na localidade, que diante da possibilidade de exaustão do garimpo poderá incidir sobre o futuro da população, aos quais, conforme o DNPM, deveriam ser destinados parte dos rendimentos com o imposto sobre o minério (CFEM), podendo ampliar o trabalho já desenvolvido com o SENAI, em parceria com os aparatos do SUAS.

Durante aquela conversa com Nair, ainda sem ter o conhecimento desta questão do imposto, comentei sobre a existência de alguns editais, aos quais a própria comunidade poderia inscrever projetos, diante das ausências do poder público, voltados às suas problemáticas, e concorrer a auxílio financeiro para desenvolvê-los. Comentei sobre um especificamente que havia tomado conhecimento. Nair imediatamente interessou-se e combinei de levar-lhe o edital no meu retorno na semana seguinte, já que ela não tinha acesso a computador e internet.

Em meu retorno também conversei sobre o edital com outra líder Márcia e combinamos de conversar sobre ele com Nair. Elas naquele momento, ainda inicial do trabalho de campo, eram as poucas pessoas que conhecia em Bom Futuro e considerei importante não privilegiar informações a uma delas. Coincidentemente logo após nossa chegada à casa de Nair, enquanto conversávamos sobre o edital, também chegaram outras duas mulheres que imediatamente interessaram-se, explicando as inúmeras problemáticas vivenciadas pela comunidade, já aqui analisadas, e as suas vontades de agir e de promover mudanças. Estas mulheres eram as parceiras de Nair em suas lutas e reivindicações de melhorias na escola e processos junto ao Ministério Público. Com exceção de uma, todas as mulheres ali presentes faziam parte da gestão da associação de moradores.

Expliquei-lhes que para o edital teriam que eleger uma problemática e pensar nas ações a serem propostas, bem como, no orçamento. Falaram da importância de criar um espaço para a comunidade, onde poderiam ser oferecidos cursos, atividades de lazer para todos os públicos. Márcia destacou que a associação de moradores já possuía um terreno, mas faltavam recursos financeiros para construir um espaço comunitário, diante da inoperância da associação durante aquele ano, que não conseguiu angariar fundos necessários. Ponderei que seria importante estudarem mais detidamente o edital, para identificarem os direcionamentos do mesmo e suas regras, bem como, delinear mais detalhadamente a proposta, destacando que poderia auxiliá-las nesse processo, caso desejassem, mas que elas seriam as responsáveis e

executoras, conforme regras do edital. Combinamos de conversar novamente sobre o projeto em meu retorno na semana seguinte e que neste íterim refletissem e conversassem sobre as possíveis propostas.

Mesmo ciente de que este não consistia um modelo ideal de construção de projetos, porque não envolvia um planejamento coletivo, mas apenas de algumas lideranças, não havia outra possibilidade naquele caso diante dos estreitos prazos do edital. Ainda, havia recentemente iniciado minha inserção na localidade, poucos moradores me conheciam, o que traria dificuldades de engajamento e implicação na construção da proposta, demandando um tempo que naquele caso não se detinha. Diante do dilema entre iniciar o planejamento de um projeto da maneira como fosse possível ou não desenvolvê-lo, ponderei que neste caso, em função do edital voltar-se para a execução de uma ação pontual e muito específica, inscrever qualquer projeto não significaria abarcar integralmente as problemáticas locais e com isso excluir o restante da população da elaboração de soluções. Mas foi fundamentalmente a determinação e o desejo de agir dessas mulheres que me impulsionaram.

Reunimo-nos em mais dois momentos para discussão do projeto, nos quais assumi uma postura de mediação das falas: elenquei as ideias por elas levantadas; fiz questionamentos no sentido de aprofundar ou detalhar essas ideias; fiz ponderações a partir das regras do edital; propus espaços de negociação e deliberação para a tomada de decisões.

Nas reuniões, diante da análise do edital, as mulheres consideraram que a proposta de construir um espaço comunitário, embora primordial, porque dela poder-se-ia derivar outras ações futuras, não poderia ser contemplada. Ressaltei a necessidade de que pensassem uma ação mais pontual e voltada para um público específico, considerando que o foco do edital eram a situações de violação de direitos, que ali eram inúmeras.

Nair destacou que o projeto poderia ser voltado ao público juvenil, que tem como única possibilidade o trabalho explorado e precoce no reco ou, no caso das meninas, casamentos precoces com parceiros que lhes garantam o sustento. Márcia, por sua vez, enfatizou a necessidade de um trabalho mais específico com os idosos, muitos dos quais são vítimas de abandono e violência, apresentando sérias dificuldades financeiras. Outra mulher, que aqui chamarei de Lívia, disse que seu sonho era ter uma ou duas máquinas de costura para ensinar, todas as tardes, um grupo de meninas a confeccionarem roupas e artesanato. Lívia mostrou-nos alguns trabalhos que costuma fazer, como bolsas. Sugeriu que essa poderia ser a proposta do projeto. Todas concordaram com a ideia. A partir daí fiz uma série de questionamentos sobre o que seria necessário para implementar a proposta, tanto nos aspectos

de equipamentos e materiais, quanto das funções que cada uma das mulheres teria e da necessidade de incluir mais pessoas.

Somente Livia tinha conhecimentos e habilidades manuais de costura e artesanato, mas todas enfatizaram que muitas outras mulheres da comunidade, inclusive idosas (de forma a também incluir este público) tinham tais habilidades e poderiam ser formadoras dos jovens. As demais mulheres ali presentes ficariam responsáveis por funções e tarefas da gestão da implementação do projeto. Também questionei se a proposta traria outras possibilidades reais aos jovens do local, diante das preocupações em inseri-los no mercado de trabalho, e se não estaria mais voltado ao público feminino. Nair disse que tem dois filhos do sexo masculino, que poderiam aprender tais habilidades e que os cursos poderiam caminhar para a criação futura de uma cooperativa de confecção de roupas ou bolsas. Todas concordaram e o projeto foi finalizado e inscrito, mas infelizmente não foi contemplado.

Durante os meses que precederam o resultado, procurei-as novamente em algumas ocasiões para verificar se desejam dar prosseguimento ao projeto independentemente, mas consideraram melhor aguardar o resultado. Após a obtenção do mesmo, procurei-as novamente, mas afirmaram que ficaria difícil executá-lo sem recursos financeiros. Coloquei-me a disposição, afirmando que caso pretendessem retomá-lo ou pensar em outras possibilidades poderiam procurar-me, caso quisessem. Algumas hipóteses podem ser lançadas como outras implicações para a desistência: a construção acelerada e descontínua do projeto; a centralidade das responsabilidades da execução sobre um pequeno grupo de mulheres sem uma discussão mais ampla com a comunidade; o oferecimento de um programa onde vagas de estágios foram efetivamente abertas aos jovens na própria localidade, o que pode ter minimizado as preocupações neste campo.

Ainda que considerando os limites do planejamento coletivo do projeto, que não incluiu, por exemplo, os jovens - público alvo, e do direcionamento pautado nos prazos de um edital, sua construção possibilitou alguns entendimentos fundamentais para a pesquisa e o estabelecimento de vínculos importantes. Foi neste contato em que pude compreender, num agrupamento reduzido, alguns dos motores e dos limitadores à ação coletiva em Bom Futuro. Entre os motores, ou possibilidades: os sonhos, o entusiasmo e a vontade de fazer algo, o engajamento com a comunidade, as redes afetivas entre Nair, Livia e a outra mulher, que incidem em seus laços de amizade, seus envolvimento numa mesma religião e suas parcerias reivindicadoras.

Entre limitadores da ação coletiva, ficaram evidentes em nossos diálogos, a insatisfação com a inação da associação de moradores, a qual integravam; os conflitos entre as

lideranças, perpassados por vinculações religiosas e pautados em buscas pessoais e disputas entre interesses pessoais e coletivos, pontos já analisados no capítulo sobre a participação social. As mulheres, por exemplo, enfatizaram a necessidade de que no projeto em elaboração fossem incluídas apenas pessoas sem interesses em benefícios pessoais, caldo que compõe o contexto de desconfiança entre os moradores e lideranças de Bom Futuro, não apenas destas mulheres em direção aos demais, mas dos outros em relação a elas.

Foi durante uma dessas conversas que uma das mulheres enfatizou que preferia que seu nome não aparecesse, para evitar comentários negativos e desconfianças a seu respeito, bem como, que Lívia perguntou-me diretamente, quais eram efetivamente os meus interesses em fazer a pesquisa e ajudá-las no projeto. Com as demais mulheres já havia conversado sobre minhas intenções e interesses de pesquisa, mas com Lívia, que conheci posteriormente, até aquele momento não tive oportunidade. Sua pergunta permitiu constituir um novo espaço de esclarecimentos, ainda neste caso considerando que o projeto poderia envolver recursos financeiros.

Expliquei-lhes que, como psicóloga, trabalho numa perspectiva cujo objetivo central é a construção de projetos e ações coletivas com as comunidades. Para tanto, o primeiro passo é conhecer a comunidade, sua realidade, suas demandas e problemáticas, para a partir daí, com ela construir ações voltadas a seus interesses e que possibilitem sua autonomia. Pontuei que ao desenvolver uma pesquisa em Bom Futuro interessava para mim que o conhecimento produzido retornasse para a localidade e não ficasse circunscrito ao campo acadêmico. Enfatizei que não possuía qualquer interesse político/partidário, nem financeiro, porque como professora da universidade, já estava incluso em minhas atividades remuneradas, o tempo dedicado para pesquisa e extensão, além das atividades de ensino.

Essa explicação, bem como nossas interações foram fundamentais para o estabelecimento de vínculos de confiança, num contexto marcado pela exploração intensiva e sobreposição de interesses privados sobre os coletivos. Minha proposta soava estranha, porque ia numa direção oposta ao que estavam habituados.

Além disso, nossas interações permitiram construir conjuntamente outras possibilidades de entendimento da psicologia, para além dos sentidos já analisados e predominantes entre a população, da atenção clínica, por meio de uma experimentação em processo. Ainda que efetivamente não tenhamos implementado o projeto delineado, o exercício de imaginação conjunta possibilitou, como num estudo piloto, ou num ensaio, adentrar a campos e compreender aspectos que possivelmente apenas com as entrevistas não seriam vislumbrados. Inclusive permitiram o redirecionamento do roteiro de entrevistas, com

a inclusão de algumas perguntas sobre as implicações das religiões nas relações interpessoais e as maneiras de organização coletiva na comunidade, que já foram analisadas neste trabalho.

Ainda, possibilitou identificar as potencialidades das pessoas e da comunidade, uma vez que toda a proposta foi elaborada pelas mulheres e meu papel foi apenas auxiliá-las na organização da mesma, bem como, identificar a existência de interesses e motivações para o desenvolvimento de projetos comunitários futuros, como também apontar para outras maneiras de obtenção de recursos financeiros, para além das benesses de empresas ou políticos.

Trabalhar as expectativas de futuro, não no sentido de direcioná-las ou modificá-las para um sentido previamente planejado, mas na constituição de espaços de construção e compartilhamento de significados em sua relação com as condições concretas e presentes e direcionamentos futuros parece um caminho pertinente, inclusive para a construção de soluções coletivas. No entanto, nenhum caminho se demonstra facilmente vislumbrado, diante de tantas limitações contextuais que soterram não apenas a confiança e a esperança, mas as próprias possibilidades concretas de enfrentamento, por exemplo, como o caso da legalização do trabalho dos requeiros, que tem nos aparatos e na insuficiência do Estado seu limitador.

Além dessas questões, as situações analisadas configuram momentos que demandaram a saída da posição mais exclusiva de pesquisadora, adentrando mais especificamente no campo da ação, da práxis enquanto psicóloga. Mesmo que não se possa cindir os dois posicionamentos, entendendo-os como dialeticamente imbricados, o estudo pautava-se centralmente numa postura mais compreensiva das famílias e da comunidade, do que propriamente interventiva, o que na psicologia comunitária pode ser nomeado como momento de familiarização com o contexto comunitário (XIMENES, PAULA e BARROS, 2009). No entanto, algumas ações pontuais, ainda sem envolver a comunidade como um todo, foram desenvolvidas e desencadearam importantes entendimentos e aprendizagem mútuas, tanto sobre a realidade vivida pela comunidade em sua dinâmica cotidiana, quanto na construção de outros significados da psicologia para a população.

Mas o que estas experiências dizem sobre as possibilidades teórico-práticas da psicologia no âmbito da assistência social? Em que medida dizem sobre a especificidade da psicologia?

Em primeiro lugar apontam a importância da atuação do psicólogo pautada no pesquisar. Ao adentrar nos serviços sociassistenciais é preciso conhecer as comunidades e famílias atendidas e compreendê-las em sua complexidade. Metodologias como visitas domiciliares e entrevistas mostraram-se ao longo deste estudo fundamentais, não apenas como

instrumentos para a construção de informações, como as analisadas no capítulo cinco, mas porque configuram situações dialógicas pautadas no contato face-a-face e permitem adentrar no universo das famílias e indivíduos e com eles constituir vínculos afetivos de confiança, compreensão e valorização de suas histórias e opiniões. Algo também apontado pela entrevistada Márcia a partir de sua experiência empírica, de realização de visitas domiciliares.

Além disso, no caso da psicologia, ficou destacada a importância de compreender os significados atribuídos pela população ao papel do psicólogo, para identificar os pontos de partida necessários à compreensão mútua e construir espaços contra-hegômicos de ruptura com os padrões da psicologia clínica. A própria realização das visitas domiciliares e a defesa de sua importância ao trabalho do psicólogo no campo sociassistencial, já instaura uma ruptura com tal modelo, que se pauta na busca espontânea do atendimento psicológico pelo sujeito, a partir de seu desejo ou suas buscas pessoais.

Mas ir até a população e seus domicílios não deve significar que o psicólogo vai imputar vontades ou necessidades de atendimento psicológico ou de mudança ao outro, mas apresentar-se e colocar-se disponível a conhecer sua realidade e suas demandas, em contextos em que a população não tem efetivo acesso a serviços psicológicos e a informações mais amplas das possibilidades de atuação do psicólogo, contextos marcados por variadas violações de direitos e não cumprimento de mínimos deveres do Estado.

Objetivo também muito distinto do que pode ser observado em visitas domiciliares realizadas a partir de demandas judiciais ou do conselho tutelar, que recaem sobre os aparatos do SUAS, nas quais os profissionais assumem a postura de averiguadores e avaliadores das famílias e suas condições, a partir de comparativos ao padrão idealmente hegemônico de família nuclear estruturada. A questão justamente reside sobre a postura que o profissional assume, a partir do entendimento que tem do poder de seu conhecimento, que pode ser usado tanto para reproduzir e acirrar as hierarquias afirmando sua superioridade, ou em oposição, ser usado no sentido do entendimento da multiplicidade das composições e relações familiares e da construção conjunta de ações com a população.

Nesta segunda postura, as visitas domiciliares podem constituir espaços iniciais para a construção de possibilidades futuras mais direcionadas a projetos coletivos e grupais, um dos principais focos do trabalho sociassistencial. Num contexto histórico mais amplo em que não mais estamos acostumados a participar de grupos, mas apenas de massas e encontros efêmeros, marcado pelo individualismo, pela desconfiança e por relações interpessoais mais intimistas (SENNETT, 1988; SAWAIA, 2001; MAFFESOLI, 1995;) estabelecer vínculos iniciais de confiança e compreensão pode figurar como um passo anterior e necessário. Ainda,

considerando ampla gama de experiências avaliativas e punitivas a que muitas populações são submetidas por muitos serviços públicos, onde imperam relações de inferiorização, desatenção e humilhação. Criar experiências de oposição a estas práticas e interações figuram como caminhos fundamentais.

Neste caso, exige repensar as práticas avaliativas, preditivas e prescritivas que insurgem da própria psicologia, enquanto ciência moderna, que passou, a partir de seu corpo teórico e científico, a também determinar modos adequados e inadequados, saudáveis ou patológicos de viver e com isso reconduzir ou redirecionar os sujeitos, os quais ainda se fazem presentes, como já discutido, nas práticas de muitos profissionais. Daí a necessidade de incorporar experiências já acumuladas de reinvenção da psicologia nos campos da saúde mental e da luta antimanicomial, da psicologia social comunitária e psicologia escolar e educacional crítica, que vem construindo outras formas de pesquisar e atuar.

No cerne desta discussão figura a dimensão afetiva que perpassa as relações interpessoais, imbricadas pela interposição de saberes, poderes, papéis e posições sociais, que também se fazem presentes nas relações estabelecidas pelo próprio profissional da psicologia. O que pretendo chamar a atenção é que se a centralidade do trabalho do psicólogo é a subjetividade, que tem a afetividade como um de seus ingredientes constitutivos, analisar as próprias relações estabelecidas pelo psicólogo com a população e suas implicações psicossociais, a partir de seu lugar social, constitui postura fundamental. Esta compreensão pode constituir também possibilidades de contribuição e intervenção do psicólogo junto a outros profissionais e equipes de diferentes políticas públicas.

Como destacado no primeiro capítulo, as relações interpessoais são semioticamente mediadas e tem na linguagem uma importante via de comunicação (VYGOTSKI, 2009). Nela se aglutinam e amalgamam todos estes elementos discutidos (além de muitos outros entre os quais as ideologias e a moralidade) nas situações dialógicas estabelecidas.

Não é por acaso que Vygotski demarca a linguagem não apenas como fundamento das relações sociais, mas como constitutiva dos processos psicológicos subjetivos e singulares, cognitivos e afetivos, porque por meio dela atribuímos significados as experiências vividas, as contamos e recontamos, compartilhando o vivido com os outros. Daí reside sua capacidade transformadora, enquanto possibilidade de criação e recriação de significados e sentidos, o que incide tanto sobre como subjetivamente as experiências podem ser (re)apropriadas e (re)memorizadas cognitivamente e afetivamente, quanto sobre as vontades e desejos que movem a atividade humana.

Justamente por esta capacidade transformadora, que a linguagem constitui o meio fundamental sob o qual o psicólogo opera, nas variadas especialidades e campos profissionais, com diversas finalidades, tais como: terapêutica, reflexiva, de conscientização, entre outras. De algum modo, também mencionado pelos entrevistados, que destacaram a configuração de espaços dialógicos de conversa como atribuição do psicólogo. Mas em que reside a especificidade do trabalho do psicólogo no campo social, ou mais especificamente socioassistencial?

Olhar como as relações estruturais e superestruturais se interpõem nas interações entre os indivíduos, a partir do contexto objetivo e das subjetividades envolvidas, constituiu uma destas especificidades, numa perspectiva histórico-cultural ou sócio-histórica. Entender como as condições sociais de classe, de gênero, de trabalho, bem como os atravessamentos das religiões e políticas públicas, incidem e repercutem sobre as experiências subjetivas dos sujeitos, como são experimentadas e significadas singularmente a partir da concretude da relações sociais, direcionam possibilidades interventivas ao psicólogo.

Este constituiu o foco da análise empreendida no capítulo cinco, no qual as histórias das famílias e dos sentidos atribuídos singularmente pelos participantes foram colocados em diálogo e nos permitiram observar as semelhanças e diferenças, nas maneiras como conceituam, sentem e vivenciam a família e as relações de gênero; como são afetados pelas condições de pobreza, exploração e desamparo estatal; e suas implicações nas expectativas de futuro. Ainda, complementadas pelas discussões deste capítulo, permitem vislumbrar limites e possibilidades de ações e da organização coletiva da comunidade e das perspectivas interventivas do psicólogo.

Ao longo deste estudo procurei evidenciar a importância da constituição de espaços dialógicos junto a populações em condição de pobreza, que permitam colocar em palavras o que sentem, pensam e ainda não entendem, tanto na busca de compreensão mútua e troca de informações e aprendizagens, quanto para ressignificar o vivido e construir projetos de futuro. Estes foram os sentidos explicitados pelos próprios entrevistados sobre as atribuições do psicólogo e sua importância diante da atenção ao que chamaram de “carências” afetivas e de contato social. Falar para refletir e tomar consciência sobre o que Sekkel, Zanelatto e Brandão (2010b) chamam de “modos de pensar, sentir e agir cristalizados” (p.299), como forma de desencadear experiências não alienadas e frias ao outro. Falar para combater preconceitos, tal como apontou a entrevistada Marli, para combater o silêncio do medo, da humilhação e da vergonha diante da injustiça e da condição extrema de opressão e exploração, que paralisam e limitam os sonhos. Falar para “ter suas necessidades percebidas e acolhidas pelo outro”

(SEKKEL, ZANELATTO, BRANDÃO 2010a, p. 119). Como destaca Sawaia (2006), as necessidades dos pobres não são apenas de meios para a sobrevivência material, também são afetados subjetivamente por estas condições, que emanam emoções e sentimentos, sofrimentos e alegrias, muitos dos quais ideologicamente usados em favor da subalternidade, da aceitação da condição e da exclusão social, tal como pôde ser observado entre os requeiros e outros participantes.

Nisto reside a importância do psicólogo configurar espaços dialógicos de atenção os afetos humano-genéricos, voltada para a reflexão sobre os processos psicossociais da desigualdade social e os sentimentos ético-políticos passados e presentes, em suas perspectivas de futuro, que, mesmo diante das impossibilidades e limitações sociais e políticas do modo de produção presente, possam inscrever espaços de ruptura e resistência, de significados e ações, com quaisquer tamanhos.

O relato das entrevistas, centradas no meu ouvir e no contar dos sujeitos; da experiência com os requeiros, pautado no espaço dialógico de troca de informações; e da construção de um projeto com algumas mulheres, enquanto exercício de imaginação do futuro, demonstraram algumas destas possibilidades de narrar e, neste processo, ressignificar. Mesmo que não possa dimensionar e mensurar ao certo como atingiram os sujeitos, algumas verbalizações permitiram, por exemplo, vislumbrar indícios destas ressignificações: no sentimento de valorização e reconhecimento dos sujeitos; na tomada de consciência da condição de injustiça e exploração; nos limites e nas possibilidades de concretizar a vontade de agir e sonhar e na reflexão sobre a práxis do psicólogo e seu compromisso com a transformação das injustiças e as situações de exploração e desigualdade social.

Resta agora repensar a formação inicial e continuada dos psicólogos que em suas práticas vêm hegemonicamente percorrendo caminhos opostos, como observado no relato de Marli sobre o atendimento psicológico de mães na escola do garimpo, ao passo em que as diretrizes curriculares para a formação do psicólogo (BRASIL, 2011h) não contemplam entre as possíveis ênfases do curso (direcionadas aos domínios consolidados de atuação profissional) as práticas no campo social, entre as quais as relacionadas às políticas de proteção social. Muito ainda temos a avançar!

*Redescobrimo-se com o outro***7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSSIBILIDADES QUE SE ANUNCIAM**

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto, e sua expressão -, o mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando nos olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila de nossos olhos. (BAKHTIN, 2003, p. 21)

A proposta nesta pesquisa foi olhar para a psicologia e a prática profissional do psicólogo no âmbito da proteção social a partir do diálogo com o outro, com os sujeitos aos quais esta ciência e profissão se dirige, neste caso, sujeitos que vivem em contexto marcado pela condição de pobreza em um garimpo. Nesta direção, constituíram objeto de análise: o contexto histórico e social do garimpo, as histórias familiares marcadas pela pobreza, aspectos do cotidiano, sentidos e expectativas de futuro e a desatenção do Estado perante a condição de exploração do trabalho e a desigualdade social; bem como, as formas de organização coletiva e participação social desta população.

Ainda que o percurso deste trabalho evidencie a complexidade envolvida na busca de compreensão dos indivíduos na sua relação com os grupos, família e comunidade, possivelmente com pontos cegos que não puderam ser alvos de olhar, diante dos limites deste estudo e das próprias miopias características do pesquisar, o processo de sua construção culminou e narrou a experiência de redescoberta de si, de meu olhar sobre psicologia, no encontro com o outro.

Processo de incursão ainda em construção, que narra os pontos iniciais da partida e não tem a pretensão de tornar-se um modelo a ser seguido, mas uma experiência a ser incluída nos debates do campo da psicologia, instigadora de outros estudos sobre as práticas profissionais no âmbito da proteção social. Mas antes de anunciar as possibilidades futuras já aqui vislumbradas, importa sublinhar alguns pontos centrais discutidos neste estudo.

A jornada nesta pesquisa foi guiada pela intenção de compreender as dimensões e os aspectos implicados na transposição de práticas assistencialistas para práticas de participação social na proteção social brasileira, sob o princípio de que devem estar orientadas às

especificidades locais e territoriais. Jornada que permitiria, ao mesmo tempo, entender as possibilidades teórico-práticas da psicologia diante deste novo paradigma. Este foi o sentido de conhecer intensivamente as famílias e a comunidade do garimpo Bom Futuro, uma vez que nenhuma ação efetivamente participativa pode ser desenvolvida sem um conhecimento prévio e aprofundado dos variados aspectos que compõe a realidade do território ou comunidade e sem uma vinculação dos profissionais com sua população.

A efetiva participação social, como busquei demonstrar ao longo desta pesquisa, está muito distante das noções simplistas apresentadas nos textos da Política Nacional de Assistência Social e demais políticas públicas. Na participação social, além da reflexão sobre os efetivos espaços democráticos e participativos existentes, desde a elaboração até a execução dos projetos pelos aparatos do SUAS e demais políticas públicas incidem aspectos do contexto sócio-cultural contemporâneo, pautado no individualismo e na centralidade do cotidiano, como destaca Heller (2008), como também as apropriações e implicações locais, comunitárias e singulares, que ecoam sobre os limites e possibilidades da organização coletiva nas diferentes localidades.

A busca de entender a mediação entre tais elementos junto à população de Bom Futuro caminhou sob tais princípios e permitiu apreender como as condições objetivas de pobreza, desigualdade social, exploração do trabalho e baixa escolarização atravessam as vivências singulares dos moradores do garimpo e incidem em inúmeras contradições entre o *silêncio/grito*, a *impotência/potência* e a *inação/ação* dos indivíduos e sua organização coletiva.

Em Bom Futuro dois campos, que ali se apresentam dissociados, a saber, a esfera da extração mineral e o cotidiano dos serviços públicos da vila central do distrito, apontam demandas e necessidades de participação social e organização coletiva e, ao mesmo tempo, os entraves reais para o enfrentamento das problemáticas vivenciadas pela população nestes campos. Na esfera da extração mineral, as relações de exploração e reciprocidade entre donos dos meios de produção e os requeiros, ao mesmo tempo em que revelam a consciência crítica dos últimos, apresentam um contexto de falta de informações básicas, uma resignação diante da obtenção de benesses e um sentimento de impotência perante a necessidade da atividade remunerada, ainda que sob condições de exploração. Fatores que, juntamente com a criminalização e o não lugar da atividade garimpeira nas instituições públicas, demonstram a impossibilidade concreta de associação dos requeiros e enfrentamento coletivo da situação por todos vivenciada.

No caso da vila central, ficou evidente além das inações estatais, o insuficiente espaço participativo e democrático junto aos serviços públicos e à associação de moradores já existente; os movimentos de estabelecimentos de fissuras pela ação e reivindicação de algumas lideranças, que ao mesmo tempo mantêm práticas de participação social individualizadas e centralizadoras; a desconfiança gerada pela primazia de interesses privados sobre os públicos nas ações dos indivíduos voltadas à comunidade; os consensos comunitários de posicionamento crítico diante das problemáticas enfrentadas, as dificuldades comunitárias para lidar com as diferenças e heterogeneidades de pensamentos e modos de agir, para organizar discussões e processos democráticos decisórios. Questões ainda atravessadas pelas morais religiosas, seus distintos entendimentos de coletividade e justiça social; como também, pela disputa entre a primazia da valorização do eu ou da valorização do nós.

Numa dimensão mais subjetiva, dos processos psicossociais, tais contradições repercutem, e são ao mesmo tempo movidas, por conflitos entre o medo e a vontade de agir; a falta de perspectivas e os sonhos; entre a adaptação e a consciência crítica; entre a vergonha gerada por preconceitos e a luta contra eles; o sentimento de humilhação e exclusão social a vontade de ser reconhecido/valorizado e incluído.

O ciclo de desvantagens e vulnerabilidades a que as famílias de Bom Futuro estão submetidas relacionam-se intimamente a tais aspectos analisados, ou seja, tanto por suas impotências diante da condição de exploração do trabalho, quanto pelas ausências de políticas públicas e espaços comunitários efetivamente democráticos. Criar rupturas e configurar espaços de transformação em tal ciclo constitui tarefa central das políticas sociais e mais especificamente de assistência social, que tem no CRAS o principal articulador da rede de proteção em territórios considerados socialmente vulneráveis.

Nisto reside a importância de compreender as comunidades em seus limites e potencialidades, para com elas construir ações efetivamente participativas e voltadas às suas problemáticas concretas. Quaisquer práticas que não sejam guiadas neste sentido podem ser posicionadas como mantenedoras da condição de exploração, pobreza e vulnerabilidade social das populações, já que contribuem para afirmar a impossibilidade de mudança e condicionar a certeza do abandono. Este é o caso de Bom Futuro, que conta apenas com os benefícios do Programa Bolsa Família, com cursos profissionalizantes aos jovens e com ações esporádicas e descontínuas de oferecimentos de palestras ou serviços nos moldes das “Ações Globais” e, ainda, se depara com insignificantes ações previstas no plano diretor do município para os demais setores e políticas públicas.

Mas é preciso ponderar que a população está encontrando formas independentes de organização coletiva: a associação dos moradores das outras vilas, entre as quais a Vila Cachorro Sentado, alvos de disputas territoriais com as empresas mineradoras, cujas problemáticas não estavam incluídas na ação da associação de moradores da vila central, após o encerramento do trabalho de campo, criou um perfil online numa rede social onde tem divulgado informações, fotos e atas de reuniões e já conta com duzentos associados, sob o lema: “Trabalho, moradia e dignidade para todo cidadão - nossa comunidade merece atenção”. Fato que evidencia as forças e potências existentes nesta comunidade, diante de tantas impossibilidades por ela vivenciadas, que não pode ser genericamente caracterizada pela adaptação ou resignação passiva às condições de pobreza e exploração do trabalho, o que não exime a responsabilidade do apoio de políticas públicas e projetos sociais que contribuam aos enfrentamentos destas populações.

Nestas direções também precisam ser analisadas as práticas do psicólogo e demais profissionais atuantes na assistência social: em que medida pautam-se no compromisso com a transformação social ou, ao contrário, estão, mesmo que não intencionalmente, a serviço da manutenção da desigualdade social e de sua aceitação? A defesa na primeira direção remete à importância do trabalho do psicólogo no âmbito das políticas de proteção social, não apenas por seus saberes no campo da subjetividade humana, mas pela possibilidade de articular esta dimensão com as condições objetivas implicadas na desigualdade social, pela compreensão dos processos psicossociais a ela envolvidos. O psicólogo apresenta-se como o profissional que, a partir dos conhecimentos teórico-metodológicos, pode configurar espaços de reflexão sobre as condições objetivas que incidem sobre a vida e as vivências subjetivas dos sujeitos, de maneira que constituam exercícios de tomada de consciência, (re)significação, imaginação e construção de outras possibilidades existenciais. Os processos de transformação dependem fundamentalmente da mudança das condições materiais e das forças produtivas vigentes, e o psicólogo, assim como outros profissionais, pode ter importante papel na luta contra as injustiças sociais e construção de saídas possíveis, ainda que num contexto limitador.

Tarefa que não se mostra fácil. O psicólogo atuante na proteção social se depara com inúmeros e diferenciados fenômenos e situações, que demandam uma ampla gama de conhecimentos, que vão desde as condições históricas e sociais da produção da desigualdade social, até os processos psicossociais implicados na exclusão, na violência, nas diversas manifestações de preconceito, nas questões relacionadas à condição de gênero e orientação sexual, as escolhas morais, entre outros. Embora a psicologia tenha consolidado muitos e importantes conhecimentos sobre estas dimensões, as pesquisas e os estudos apontam

múltiplas e diversas direções e perspectivas teóricas, tornando os conceitos desconexos, demandando um processo intensivo e nunca findado de apropriação destes tantos saberes, que permitam ao profissional conectá-los e operá-los em sua práxis.

No caso específico da psicologia histórico-cultural, a prematuridade da morte de Vygotski e a censura de sua obra por muitos anos, impediram uma continuidade sistemática nos estudos e na sua construção teórico-metodológica, quando comparada com os demais sistemas teóricos da psicologia, o que torna essa perspectiva pouco mais aberta e inacabada, apresentando questões ainda não plenamente respondidas, que desafiam a construí-las no fazer. Orientadas pela vasta obra deixada pelo autor a psicologia escolar e educacional, como também psicologia social latino-americana têm consolidado importantes apropriações e descobertas, que nos dão direções muito precisas, não apenas ao campo científico, quanto para a atuação do psicólogo.

Mas não existem receitas. Nem técnicas prontas a serem reproduzidas em quaisquer contextos e situações. A prática do psicólogo numa perspectiva histórico-cultural exige levar à última instância o entendimento vygotskiano do método, pautado no materialismo histórico e dialético. Ou seja, entendê-lo como processo em construção permanente, como ferramenta e produto do investigar e do fazer, que se (re)cria a partir do movimento da realidade. Nesta perspectiva implica ao psicólogo assumir-se como autor/pesquisador, que a partir de seus recursos técnicos e epistemológicos, olha, analisa, constrói instrumentos e procedimentos, volta a analisar os resultados encontrados e cria novos caminhos. No campo das políticas públicas, pautadas na noção de participação social, é possível dizer ainda mais, implica ao profissional colocar seus conhecimentos à disposição da população, numa postura de coautoria e coparticipação, para com ela refletir e criar proposições.

Nesta direção, também cabe refletir sobre os procedimentos e recursos técnicos específicos do psicólogo no campo social. Procedimentos como visitas domiciliares, entrevistas, processos educativos, construção de projetos, entre outros, em si não pertencem a nenhum campo profissional ou perspectiva teórica. É a epistemologia, o olhar que os direcionarão numa ou outra direção. Como defendido e apontado neste estudo, os procedimentos mencionados, sob o olhar do psicólogo, podem desencadear espaços dialógicos fundamentais de reflexão sobre os processos psicossociais da desigualdade social. A questão reside em como isto é feito, sob quais formas de interações e com quais encaminhamentos: se promovem o aumento das hierarquias entre o profissional e a população e de seus poderes para direcionar suas vidas ou, ao contrário, buscam minimizá-las, a partir do respeito aos saberes do outro e dos princípios de liberdade e autonomia.

Tais apontamentos sustentam a importância de repensarmos os processos formativos dos psicólogos, que precisam abarcar experiências e estudos no campo das políticas públicas de proteção social, o qual vem se constituindo um significativo espaço de trabalho para muitos profissionais, tanto em instituições públicas, como no terceiro setor, mas ainda não amplamente incorporado aos cursos de graduação. Do mesmo modo, faz-se necessária a configuração de formações continuadas para o psicólogo, que garantam oportunidades de compartilhar experiências profissionais e pensá-las conjuntamente, bem como, refleti-las coparticipativamente com as comunidades.

Além destas questões, os resultados do estudo aqui empreendido permitem assinalar algumas possibilidades futuras de estudos e intervenções. Especificamente em Bom Futuro como possíveis encaminhamentos interventivos:

- A configuração de espaços dialógicos coletivos para discussão e reflexão dos resultados desta pesquisa, que quiçá fomentem futuros projetos e ações com a comunidade no sentido de potencializar a organização coletiva, a participação social e os espaços democráticos;
- A ampliação da rede de informações sobre os direitos trabalhistas, previdenciários e minerários aos requeiros e discussão das possibilidades e limites à sua organização coletiva;
- A construção de espaços dialógicos coletivos para a reflexão sobre as questões de gênero, sob os processos de dominação e igualdade entre o feminino e o masculino e as escolhas sexuais, diante das hegemonias que ali se fazem evidentes;
- A criação de projetos específicos voltados à convivência e expectativas de futuro aos públicos jovem e idoso; entre outros.

No que concerne a investigações científicas futuras, esta pesquisa permite indicar a necessidade de aprofundamento no entendimento sobre o modo como efetivamente os CRAS do país têm desempenhado a tarefa de compreender a realidade das famílias e seus territórios e, com isso, desenvolver ações no sentido de romper com os ciclos de vulnerabilidade social. Estudos que evidenciem a relação das políticas de proteção social com as políticas de educação, trabalho e renda, no sentido de investigar que perspectivas efetivamente vêm sendo apresentadas como saída da condição de pobreza. Ainda, pesquisas que ampliem a discussão sobre os limites e as possibilidades de participação social das populações nos serviços e no planejamento das ações públicas; bem como, estudos sobre as implicações morais religiosas na participação social, a partir das suas apropriações subjetivas e das relações familiares e comunitárias.

Especificamente sobre a atuação dos psicólogos na proteção social há necessidade de pesquisas que ampliem a reflexão sobre as práticas profissionais nos serviços socioassistenciais, os recursos técnico-metodológicos desenvolvidos e utilizados; o trabalho do psicólogo junto às equipes multidisciplinares; como também, as implicações institucionais dos aparatos de proteção social às ações das equipes, entre outros.

O caminho se mostra complexo, mas as potencialidades e os desafios podem constituir os motores para (re)inventar a psicologia e suas possibilidades teórico-práticas no campo socioassistencial.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V.; SPOSITO, M. P. (orgs.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. P. M. (Orgs). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMOVAY, M.; et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para as políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- AFONSO, M. L. M. **Metodologia de Trabalho com Famílias na articulação PBF/PAIF**. (2006) Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/avisos-1/i-encontro-nacional-de-coordenadores-de-cras/apresentacoes-do-evento/metodologia_pbf-paif_maria_lucia_m_afonso_20-06-06.ppt. Acesso em: 13/04/2009.
- AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro**: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa Editora, 2004.
- ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedes**, ano XIX, n. 47, dezembro 1998.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradutora: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- ARIQUEMES. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Diretor Participativo de Ariquemes**, Ariquemes, RO, 2006. Disponível em: <<http://www.ariquemes.ro.gov.br/default.asp?secao=secretarias.asp&idsec=33&subsec=390&tit=Plano%20Diretor%20Participativo>>. Acesso em: 13 Aug. 2011.
- ARRETCHE, M. T. S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 3-40, 1º semestre 1995.
- BAKHTIN, M. La construcción de la enunciación. Tradução do italiano por Ariel Bignami. In: SILVESTRI, A.; BLANCK, G. **Bajtín y Vigotsky**: la organización semiótica de la conciencia. Barcelona: Anthropos, 1993. p. 245-276.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. (1929). 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARRETO, M. L.; ALBUQUERQUE, G. S. (Orgs.) **Legislação mineral em debate**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1990.

BASTOS, W. R.; HACON, S. de S. (Coords.) **Avaliação de risco para a saúde das populações expostas às alterações ambientais causadas pelas atividades antropogênicas na Bacia do Rio Jamari – RO**. Porto Velho: UNIR & ENSP/FIOCRUZ, 2010. 273p. Relatório Final de Pesquisa.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:___ **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, F. (Coord.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia da Letras, v. 4, 1998.

BOURDIEU, P. Compreender. In:____. (Org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 693-713.

BRASIL. Decreto 24.642 de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Minas. **Diário Oficial da União** de 19 de outubro de 1934a. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24642.htm> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. Decreto 24.193 de 3 de maio de 1934. Regula a indústria da fiação de ouro aluvionar em todo o território da República e estende às cinzas de ourivesarias, revigorando a proibição de exportação contida do art. 56 da lei n.º 4.440, de 31 de dezembro de 1921, e o comércio de pedras preciosas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 de junho de 1934b, Seção 1, p. 10706. Disponível em:<<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). **Diário Oficial da União** 10 de novembro de 1937a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o37.htm> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. Decreto-lei 66 de 14 de dezembro de 1937. Declara em vigor, com as modificações resultantes dos preceitos constitucionais, o Código de Minas e outros decretos que especifica, e expede bases para confirmar a execução desses decretos à Constituição. **Diário Oficial da União** de 18 de dezembro de 1937b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del066.htm> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. Decreto-Lei nº 466, de 4 de junho de 1938. Dispõe sobre a garimpagem e o comércio de pedras preciosas. **Diário Oficial da União** de 5 de julho de 1938. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0466.htm Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de março de 1940. **Código de Minas**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1985.htm Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. Decreto-Lei 227 de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). **Diário Oficial da União** de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm> Acesso em: 07 de agosto de 2012. Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. Lei nº 6.403, de 15 de dezembro de 1976. Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28/02/67 (Código de Mineração). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de dezembro de 1976. Disponível em:< <http://www.dnrm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67>> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. Lei nº 7805, de 18 de julho de 1989. Altera o Código de Mineração, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, e extingue o regime de matrícula. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de julho de 1989. Disponível em:< <http://www.dnrm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67>> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de setembro de 1990.

_____. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 de dezembro de 1993a Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm> Acesso em: 13 de junho de 2010.

_____. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. **Plano Plurianual para Desenvolvimento do Setor Mineral**, 1993b. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=370. Acesso em: 13 de maio de 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, 2004a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**, Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do programa bolsa família no âmbito do sistema único de assistência social (SUAS)**. Versão Preliminar. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica/ Recursos Humanos NOB/RH/SUAS**, Brasília, 2007a.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Capacita SUAS**, v.1 Brasília, 2008a.

_____. Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008. Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 3 de junho de 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11685.htm> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais**. Brasília, 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas Centro de Referência de Assistência Social- CRAS**. Brasília, DF, 2009b.

_____. Lei 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 de julho de 2011a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm> Acesso em: 11 de dezembro de 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório de Informação Social**. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>> Acesso em: 27 jul. 2011b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2010**. Brasília, DF. Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/TabSocial/censo_suas.php> Acesso em: 27 jul. 2011. 2011c.

_____. Resolução Nº 17, de 20 de junho de 2011. Conselho Nacional de Assistência Social Ratifica a equipe de referência definida pela NOB-RH/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 2011. Seção 1, p. 79. 2011d.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2010** (Folder). Brasília, DF, 2011e.

_____. Ministério da saúde. **Indicadores e dados básicos** (IDB – 2011), 2011f. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2011/matriz.htm>. Acesso em: 24 nov. 2012.

_____. Ministério da saúde. Portaria nº 2.027, de 25 de agosto de 2011. Altera a Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, na parte que dispõe sobre a carga horária dos profissionais médicos que compõem as Equipes de Saúde da Família (ESF) e na parte que dispõe sobre a suspensão do Piso de Atenção Básica (PAB Variável). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de agosto de 2011g. Disponível em: < <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/109380-2027.html>> Acesso em: 14 dez. 2012.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 5, DE 15 DE MARÇO DE 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de março de 2011g, Seção 1, p. 19. 2011h.

BUSSO, G. Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para Latinoamérica a inicio del siglo XXI. In: CEPAL. **Seminário de las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social em América Latina y el Caribe**, Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

CARVALHO, I. M. M. de; ALMEIDA, P. H. de. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 2, 2003.

CARVALHO, T. de. A legislação mineral sob a ótica do produtor. In: BARRETO, M. L.; ALBUQUERQUE, G. S. (Orgs.) **Legislação mineral em debate**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1990.

CFESS; CFP. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília, CFP/CFESS, 2007.

CFP. **Jornal do Federal**. Conselho Federal de Psicologia, Ano XXII, n. 105, dez. 2012.

CLEARY, D. **A garimpagem do ouro na Amazônia**: uma abordagem antropológica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

COY, M. Desenvolvimento regional na periferia amazônica: o caso de Rondônia. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: UNB/ORSTROM, 1988. p. 167-194. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37780.pdf> Acesso em: 17 de nov. 2012.

COSTA, L. R. Os garimpos clandestinos de ouro em Minas Gerais e no Brasil: tradição e mudança. **História & Perspectivas**, Uberlândia n. 36-37, jan.dez. 2007.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**. Ano 2, n. 3, Dez. 2005.

_____. O conceito de vontade coletiva em Gramsci. **Revista Katál**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2009.

CREPOP. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília, CFP, 2007.

_____. **Atuação dos Psicólogos no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2010a. 35 p. Relatório Descritivo Preliminar de Pesquisa.

_____. **Atuação dos Psicólogos no CREAS e outros serviços especiais de acolhida e atendimento domiciliar do SUAS**. Brasília: CFP, 2010b. 21 p. Relatório Descritivo Preliminar de Pesquisa.

CROCHIK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 2. ed. São Paulo: Robe Editorial, 1997.

CRUZ, L. R. da; SCARPARO, M. de L. D.E.; GUARESCHI, N. M. de F. La trayectoria de la asistencia social em Brasil: atención a la familia y el lugar de la psicologia. **Revista Diversitas-Perspectivas em Psicologia**, v. 3, n. 2, 2007.

DALL'IGNA, L. G. **A mineração e o garimpo de cassiterita em Rondônia**. APROGERO/Museu Geológico do Estado de Rondônia, Estudo 1, 1995.

_____. A mineração e o garimpo de cassiterita em Rondônia. **A terra em revista**, n. 1, mar. 1996.

DELAMOND, S. Ethnography and participant observation. In: SEALE, C.; GOBO, G.; GUBRIUM, J. F. & SILVERMAN, D. **Qualitative research practice**. Reprint, U.K. Sage. Cap 14, 2005.

DNPM. **Relatório CFEM**. Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.asp> Acesso em: 09 de dezembro 2012.

ESPING-ANDERSEN, G. O Futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Lua Nova**, n. 35, p. 75-111, 1995.

ESTEBAN, M. T. Repensando o fracasso escolar. **Cadernos Cedes 28 – O sucesso escolar: um desafio pedagógico**. Campinas: Papirus, 1992.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FERREIRA, M. M. **Do reco ao melechete**: uma leitura Geográfica do Garimpo Bom Futuro, Extração de Cassiterita, Ariquemes, Rondônia, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH-USP, São Paulo.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paideia**, v.14, n. 28, 2004.

FRIGOTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, abr./jun. 2005.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, B. P. (Org.) **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Los intelectuales y la organización de la cultura**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1997.

GUIMARÃES, J. R. S. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil**: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília: OIT, 2012. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/relatoriotdvers%C3%A3oweb_876.pdf> Acesso em: 07 de dezembro de 2012.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HERMANN, H.; BONGIOVANI, L. A. O novo texto constitucional e a mineração brasileira. In: GUERREIRO, G. et al. Constituinte: a nova política mineral. **Recursos Minerais**: estudos e documentos, n. 7, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de julho de 2011.

_____. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas. Número 21. 2007. Disponível em:

〈http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf〉 Acesso em: 06 de dezembro de 2012.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: 〈<http://www.ibge.gov.br>〉. Acesso em: 15 de julho de 2011.

_____. **Séries estatísticas e séries históricas**. Disponível em: 〈<http://www.ibge.gov.br>〉. Acesso em: 06 de dezembro de 2012a.

_____. **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas**. Pesquisa mensal de empregos. 08 de março de 2012. Disponível em: 〈<http://www.ibge.gov.br>〉. Acesso em: 06 de dezembro de 2012b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA AVANÇADA. **Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero**. Comunicados do IPEA, n. 149. Maio de 2012. Disponível em: 〈http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf〉 Acesso em: 07 de dezembro de 2012.

IULIANELLI, J. A. S. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (orgs.) **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KAGAN, J. **What is emotion?: history, measures and meanings**. New York: Vail Ballou Press, 2007.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LANE. S. T. M.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANE. S. T. M. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE. S. T. M.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANE. S. T. M.; CAMARGO, D. de. Contribuição de Vigotski para o estudo das emoções. In: LANE. S. T. M.; SAWAIA, B. B. **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, Educ, 2006.

LAURELL, A. C. Para um novo estado de bem estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, p. 187-204, 1998.

MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. de.(Orgs.) **Psicologia Escolar**: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MAFFESOLI, M. **A Contemplação do Mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed. Ltda., 1995.

MARTINS, M. L. A arte de fabricar motins: os marcos regulatórios da mineração diamantífera em perspectiva histórica. **Revista Geonomos**, Minas Gerais, v.16, n.2, p. 69-77, 2008. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/16_2_69_77_Martins.pdf> Acesso em: 14 de agosto de 2012.

_____. As mudanças nos marcos regulatórios da mineração diamantífera e as reações dos garimpeiros: o caso da Região do Alto Jequitinhonha. **Geografias**. Belo Horizonte, v. 05, n.1, p. 37-49, janeiro-junho de 2009. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/geografias/arquivos/revistas/Geografias%20v5%20n1_2009.pdf> Acesso em: 14 de agosto de 2012.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Volume 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Ad Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. , 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MEIRELES, C. Romanceiro da Inconfidência. In:____. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S/A, 1977.

MELLO, S. L. de. Classes populares, família e preconceito. **Psicologia USP**, v. 3, n. 1/2, p. 123-130, 1992.

_____. Família, uma incógnita familiar. In: AGOSTINHO, M. L.; SANCHEZ, T. M. (Orgs.) **Família**: conflitos, reflexões e intervenções. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MIDDLETON, D.; BROWN, S. D. Experience and memory: imaginary futures in the past. In: DA ROS, S. Z.; MAHEIRIE, K.; ZANELLA, A. V. (Orgs) **Relações estéticas, atividade criadora e imaginação**: sujeitos e (em) experiência. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agência Nacional de Águas. A navegação interior e sua interface com o setor de recursos hídricos. **Caderno de Recursos Hídricos**, 2005. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/planejamento/planos/pnrh/VF%20Navegacao.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2012.

MORAES, C. S. V. Ideologia e intelectuais em Gramsci. **Educação e Sociedade**, Ano I, n. 1, set. 1978.

MOTTA, R. F. **Psicologia na assistência social**: práticas em travessia. 2011. 93 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Pós-Graduação Psicologia Social, PUCRS, Porto Alegre, 2011.

NASCIMENTO, C. P. O processo de ocupação e urbanização de Rondônia: uma análise das transformações sociais e espaciais. **Revista de Geografia**, Recife, v. 27, n. 2, p. 53-69, 2010.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família Brasileira**, a base de tudo. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2000.

OLABUÉNAGA, J. I. R. La entrevista. In: __. **Metodología de la investigación cualitativa**. 2ª ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 1999.

OLIVEIRA, H. M. J. de; SEIBEL, E. J. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

OLIVEIRA, J. L. C. de. et al. **Políticas Públicas em áreas de Fronteiras na Amazônia**. Relatório de Pesquisa, 2008. Disponível em: www.biogeoquimica.unir.br/classes/download.php?id=114 Acesso em: 13 de dezembro, 2012.

OLIVEIRA, J. L. de. **Rondônia**: geopolítica e estrutura fundiária. Porto Velho: Grafriel, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, , 2001.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

_____. **Psicologia e Ideologia**: uma introdução crítica à Psicologia Escolar. São Paulo: T.A.Queiroz, 1982.

PEIXOTO, N. B. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, A. (et al). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PEREZ, R. **Um estudo sobre a não participação de mulheres em situação de pobreza em cursos oferecidos por um CRAS**. 2009. 256 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PINO, A. **As marcas do humano**: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 71, Julho 2000.

PONTES, E. P e.; SILVA, E. J. da. **Estanho**. DNPM, 2009. Disponível em: <https://sistemas.dnmp.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=5469>. Acesso em: 13 Aug. 2011.

PORSANI, J. L. et al . Investigações GPR nos distritos mineiros de Santa Bárbara e Bom Futuro: Província Estanífera de Rondônia. **Revista Brasileira de Geofísica**, São Paulo, v. 22, n. 1, Abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-261X2004000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de Maio de 2011.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROCHA, G. A. (Org.) **Em busca do ouro**: garimpos e garimpeiros no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

ROCKWELL, E. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. (Orgs.) **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **Reflexiones sobre el proceso etnográfico**. IPN/ CINVESTAV, 1987.

RODRIGUES, A. F. da S. Estanho. **Balanço Mineral Brasileiro 2001**. Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/assets/galeriadocumento/balancomineral2001/estanho.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2011.

ROMANELLI, G. **Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade**. Tese de Doutorado/ Depto. De Ciências Sociais/ FFLCH/USP, 1987.

_____. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. do C. B. de. (org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

SALOMÃO, E. P. O ofício e a condição de garimpar. In: ROCHA, G. A. (Org.) **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

SANTOS, B. A. dos. A legislação mineral sob a ótica do produtor. In: CARVALHO, T. de. In: BARRETO, M. L.; ALBUQUERQUE, G. S. (Orgs.) **Legislação mineral em debate**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1990.

SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. do C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, v.15, n.3, 2004.

_____. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 4ª ed. São Paulo: IEE/PUC/SP, Cortez, 2008.

SATO, L.; SOUZA, M. P. R. de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP**, v. 12, n. 2, São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 02/04/2011.

SAWAIA, B. B. Comunidade como ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. **Psykhé**, v. 8, n. 1, 1999.

_____. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: ____ (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, M. (Coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002.

_____. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Orgs.) **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 4ª ed. São Paulo: IEE/PUC/SP, Cortez, 2008.

_____. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v.21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SCARCELLI, I. R.; MOTTA, C. G. da. **Participação social centrada no sujeito**: um estudo com lideranças comunitárias de Machadinho D'Oeste – RO. São Paulo: IP-USP, 2008. 97 p. Relatório de Iniciação Científica.

SCARCELLI, I. R.; ALENCAR, S. L. de S. Saúde mental e saúde coletiva: intersectorialidade e participação em debate. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 1, n.1, jan-abr. 2009.

SCHEINVAR, E. A família como dispositivo de privatização do social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 58, n. 1, 2006.

SEIBEL, E. J. O declínio do *welfare state* e a emergência do estado prisional: tempos de um novo puritanismo? **Civitas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v.5, n.1, p. 93-107, jan/jun 2005.

SEKKEL, M. C.; ZANELATTO, R.; BRANDÃO, S. de B. Ambientes inclusivos na educação infantil: possibilidades e impedimentos. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 1, jan./mar. 2010a.

_____. Uma Questão para a Educação Inclusiva: Expor-se ou Resguardar-se? **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 2, 2010b.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SCHMIDT, M. L. S. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. In: GUERREIRO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n.2, 1990.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 1, jan-abr 2005.

SELLI, L.; GARRAFA, V. Bioética, solidariedade crítica e voluntariado orgânico. **Revista de Saúde Pública**, v. 3, n. 36, 2005.

SIQUEIRA, M. J. T. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 2, n.1, 2002.

SOARES, C.; SABÓIA, A. L. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios de 2001 a 2005. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de população e indicadores sociais, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf> Acesso em: 07 de dezembro 2012.

SOUZA, C. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. **Ciência e saúde coletiva**, v.7, n.3, 2002.

SOUZA, M. P. R. (Org.) **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SPINK, P. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, M. J. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

TEIXEIRA, A. F. G. **Psicologia e Sistema Único da Assistência Social – SUAS**: estudo sobre a Inserção dos Psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R. da. **História Regional (Rondônia)**. 4ª Ed. Porto Velho: Rondoniana, 2003.

TOASSA, G. **Emoções e vivências em Vigotski**: investigação para uma perspectiva histórico-cultural. 2009. 348 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação para todos**. São Paulo: Editora Moderna, 2009. Disponível em: <
<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187129por.pdf>> Acesso em: 10 de dezembro de 2012.

URNAU, L. C. **Juventude e Arte: os sentidos da mediação artística para jovens participantes de projetos sociais**. 2008. 148f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

URNAU, L. C.; ZANELLA, A. V. Quatro jovens, um projeto social: espaço de (des)encontros. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 61, n.1, 2009.

VYGOTSKI, L. S. El significado histórico de la crisis de la psicología. Una investigación metodológica. In:___ **Obras Escogidas I**: Problemas Teóricos e Metodológicos de la Psicología. Madrid, España: Visor Distribuciones, 1991a.

_____. La conciencia como problema de la psicología del comportamiento. In:___ **Obras Escogidas I**: Problemas Teóricos e Metodológicos de la Psicología. Madrid, España: Visor Distribuciones, 1991b.

_____. Pensamiento y palabra. In:___ **Obras Escogidas II**. Madrid, España: Visor Distribuciones, 1992.

_____. **Obras Escogidas**: Vol III. Problemas Del desarrollo de la psique. Madrid, España: Visor, 1995.

_____. **La Imaginación y el arte en la infancia**. Madrid: Printing Book, S.L., 1998.

_____. **Teoría de las emociones**: estudio histórico-psicológico. Madrid: Akal, 2004.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WERNECK VIANA, M. L. T. Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não-contributivos. In: VIANA, A. L.; ELIAS, P.; IBÁÑEZ, N. (Orgs.) **Proteção Social: dilemas e desafios**. São Paulo: Hucitec, 2005a.

_____. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. Rio de Janeiro, n. 13, 2005b.

YAZBEK, M. C. Estado e políticas sociais. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. Rio de Janeiro, n. 18, jan.-jul. 2008.

XIMENES, V. M.; PAULA, L. R. C. de; BARROS, J. P. P. Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, p. 686-699, 2009.

XIMENES, V. M.; REBOUÇAS JÚNIOR, F. G. Psicologia comunitária e psicologia histórico-cultural: análise e vivência da atividade comunitária pelo método dialógico-vivencial. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, n. 5, v. 2, agosto/dezembro 2010.

ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, 2004.

_____. Psicólogo na escola e as “dificuldades de aprendizagem”: algumas estratégias e muitas histórias. In: MARASCHIN, C.; CARVALHO, D.; FREITAS, L. B. (Orgs). **Psicologia e educação: multiversos sentidos, olhares e experiências**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

ANEXOS

Anexo 1

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: “Psicologia e proteção social na Amazônia: diálogos com famílias de um garimpo”

Pesquisadora Responsável: LÍlian Caroline Urnau

O objetivo desta pesquisa é compreender as contribuições da psicologia ao trabalho socioassistencial com as famílias do Distrito Bom Futuro. Para isso, buscará conhecer os significados do trabalho socioassistencial já desenvolvido, bem como, a história e cotidiano do distrito e das famílias nele residentes. A pesquisa será realizada por meio de observações no local, conversas e entrevistas com moradores.

A sua colaboração neste trabalho é muito importante, porque auxiliará a conhecer a realidade local, as demandas e necessidades das famílias, para com isso refletir sobre a política pública de assistência social e o papel da psicologia nos serviços oferecidos à população.

Algumas perguntas serão feitas e você pode responder livremente, não há resposta certa, nem errada. Você também pode optar por não responder qualquer uma das perguntas quando não o quiser.

A entrevista será gravada por um aparelho microgravador, mantido somente com a pesquisadora, e depois transcrita inteiramente. Todas as informações coletadas serão mantidas sob responsabilidade da pesquisadora e somente utilizadas para esta pesquisa e para publicações científicas derivadas.

O nome de todos os entrevistados será mantido em sigilo para evitar que outras pessoas os reconheçam e os arquivos de áudio das entrevistas (gravados pelo microgravador) serão deletados.

Você pode escolher participar ou não deste estudo. A decisão em participar desta pesquisa não implicará em quaisquer benefícios pessoais. Você também pode escolher não participar ou desistir desta pesquisa a qualquer momento. Isto não implicará em quaisquer prejuízos pessoais.

Para informar a desistência ou para qualquer outro esclarecimento que necessite, basta contatar a pesquisadora pelo telefone _____.

Eu _____, concordo em participar deste estudo.

Assinatura _____ Data _____

Ass. Pesquisadora: _____ Data _____

Anexo 2**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMÍLIAS****Eixo 1: Família: história, cotidiano e trabalho**

- 1) Para você o que é família?
- 2) Como é a sua família? Quem faz parte dela? (Idades, escolaridade, ocupações onde moram)
- 3) Conte sobre a história de sua família? Como começou? Como chegaram ao garimpo?
- 4) Como é o dia-a-dia de sua família? O que fazem nos dias de semana? Como são feitos e divididos os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos?
- 5) Como é relação entre vocês?
- 6) O que fazem nos finais de semana? O que fazem no lazer? Que atividades gostam?
- 7) Costumam fazer atividades juntos em família? Quais?
- 8) Como a sua família mantém o sustento? (renda, despesas, trabalho)
- 9) Como é o trabalho no garimpo? Toda a família trabalha no garimpo? Conte sobre como é o seu trabalho. Qual o significado dele para sua vida e de sua família?
- 10) O que espera/deseja para sua família? Que futuro gostaria para ela?

Eixo 2: Família e as relações sociais no garimpo

- 11) Como é a vida da família no garimpo? Desde a chegada no garimpo até o momento atual, observam mudanças no distrito? Quais? Ou tudo se mantém semelhante? Como?
- 12) Quais são os pontos positivos e negativos de se morar num garimpo?
- 13) Como é a relação com os vizinhos e a comunidade em geral?
- 14) Com quem mantém amizade? Como a amizade começou? O que costumam fazer juntos?
- 15) E seus parentes moram no distrito? Como é sua relação com eles?
- 16) Participa de alguma religião? Toda a sua família participa? O que significa a religião na sua vida e da sua família?
- 17) Participa ou mantém contato com alguma instituição no distrito (escola, igreja, associação comunitária, partido político, conselho, outro)? Com que frequência? Como é esta participação? O que significa para você?
- 18) O distrito é formado por várias vilas. Como é a relação entre os moradores das diferentes vilas?

Eixo 3: Políticas públicas e participação social

- 19) Quais são os serviços públicos existentes no distrito? O que você acha sobre eles? Considera suficientes? São bons ou ruins? Como? Por quê? Algo precisa ser melhorado? Como?
- 20) Fazem alguma coisa para reivindicar direitos e serviços do município e estado? Como? Recebem ajuda de alguma instituição? Têm algum representante na comunidade?
- 21) A associação de moradores faz que tipo de atividades e ações com a comunidade? O que você acha delas?

Eixo 4: Relação Família – SUAS

- 22) O que você conhece sobre o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) ou sobre a PNAS (Política Nacional de Assistência Social)?
- 23) A família recebe algum benefício assistencial, como Bolsa Família, BPC ou outro? A família vai ao CRAS?
- 24) Ouviu falar e/ou participa dos encontros promovidos pelo CREAS no Chapelão da Igreja? Como ficou sabendo deles? O que esperava/buscava neles?

Eixo 5: Pensando sobre a Psicologia

- 25) Você já foi atendido ou participou de alguma atividade desenvolvida por psicólogo? Qual? Como foi?
- 26) O que acredita que um psicólogo poderia desenvolver com famílias no campo da assistência social? Quais seriam suas funções e atividades?
- 27) O garimpo conta com algum trabalho desenvolvido por psicólogo? Qual? Onde?
- 28) Que contribuições a psicologia poderia trazer para as famílias do garimpo?